

Andréa Borghi Moreira Jacinto

**AFLUENTES DE MEMÓRIA:
Itinerários, Taperas e Histórias no
Parque Nacional Grande Sertão Veredas**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
Antropologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da
Profa. Dra. Maria Suely Kofes

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
03/03/98.

Prof.(a) Dr (a) *Maria Suely Kofes (Orientadora)*

Prof. (a) Dr(a) *Mauro William Barbosa de Almeida*

Prof.(a) Dr (a) *Carlos Rodrigues Brandão*

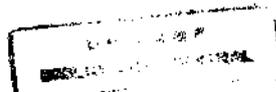
Prof(a) Dr(a) *Guillermo Raul Ruben (Suplente)*

Maria Suely Kofes
Mauro
Carlos Rodrigues Brandão

Agosto de 1998

J119a

35295/BC



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V. Ex.	
T.º	BC/35.295
PROC.	395/98
C <input type="checkbox"/>	D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	02/10/98
N.º CPD	

CM-00117046-3

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

J 119 a Jacinto, Andréa Borghi Moreira
Afluentes de memória : itinerários, taperas e histórias no
Parque Nacional Grande Sertão Veredas / Andréa Borghi
Moreira Jacinto. -- Campinas, SP : [s. n.], 1998.

Orientador: Maria Suely Kofes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Parque Nacional - Grande Sertão Veredas (MG) .
 2. Meio ambiente - Preservação. 3. Espaço e Tempo.
 4. Memória. I. Kofes, Maria Suely. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- III. Título.

Resumo

O objetivo desse trabalho é compreender o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, situado no Noroeste de Minas Gerais, da perspectiva de grupos diretamente envolvidos por seu processo de implantação. Acompanhando encontros entre moradores locais e representantes dos órgãos que instituem e administram o Parque – Ibama e Funatura -, bem como seus diferentes discursos, memórias e ações relativas ao lugar, pode-se perceber um espaço múltiplo, cruzado por temporalidades diversas. Num primeiro momento, discuto o modelo de parques nacionais e a questão de populações tradicionais em suas áreas, desenvolvendo uma abordagem centrada em categorias espaciais, o que permite também entrelaçar essa discussão à reflexão sobre a categoria sertão. Através de itinerários construídos com esses sujeitos, de entrecruzamentos com a memória e história regional e com o novo contexto criado pela proteção ambiental e seus atores, reafirma-se a idéia de que Parque Nacional, lugar de natureza, é também espaço social.

Abstract

The aim of this work is to understand the Grande Sertão Veredas National Park – located in the Northwest of Minas Gerais – as a practiced space. That means to focus on groups directly affected by or committed to its creation, such as the inhabitants of its area, the representatives of a non-governmental organization (Funatura) and of the Federal Bureau for Environment and Renewable Resources (Ibama). Following the steps of these social actors – as well as their different speeches, memories and actions related to that place – it becomes possible to recognize multiple spaces, twisted by different time perceptions and rationalities. At first place, I discuss the ideal of national parks and the issue of traditional communities in such areas, formulating an approach which is centered on spatial categories. This approach makes also possible to intersect the former discussion to the category of Sertão. Later, I take the local point of view, searching for earlier patterns of spatial occupation and social organization, before the implantation of the National Park. By the routes constructed together with this actors, the local memory and history and the new context of environment conservation, the idea of the National Park as a social space is re-asserted.

*A minha mãe, Marilene, por seu amor e
a meu pai, Américo, e sua doce lembrança*

Agradecimentos

Agradeço ao CNPQ pela bolsa concedida, que possibilitou a realização desse trabalho. Também aos funcionários do Departamento de Antropologia, da Secretaria de Pós-graduação e da Biblioteca (IFCH/UNICAMP), pela boa vontade e auxílio prestado.

A Profa. Arlete Moysés Rodrigues e ao Prof. Carlos Rodrigues Brandão, pelas valiosas leituras e contribuições na etapa da qualificação.

Ao Ibama, agradeço a autorização de pesquisa na área do PARNA GSV. O apoio e a receptividade de seus funcionários foram fundamentais para a realização do trabalho, sobretudo da equipe na Chapada Gaúcha. Agradeço a Funatura, instituição através da qual cheguei pela primeira vez ao Parque e que, em todas as oportunidades de encontro, mostrou-se aberta ao diálogo e interessada em contribuir ao trabalho, tanto em Brasília como no Rio Preto. Espero que as reflexões desenvolvidas na dissertação possam ser percebidas como contribuição, fornecendo novos elementos para o diálogo, e mesmo para os trabalhos desenvolvidos. Que fique registrado também o respeito pelo esforço e dedicação das pessoas ligadas a esses órgãos na região do Parque, terreno difícil em que sobressaem muito mais a vontade e o compromisso de realizar o trabalho do que condições ideais ou infra-estrutura para tanto.

Devo um agradecimento a algumas pessoas em especial, que me receberam e deixaram boas lembranças: Ricardo, Luciê e Eurides, Patrícia, Meire e sua família, Lourdes, Sandra, Rildo, Ângelo, Antônio, Vicente. Inesquecíveis também são as pessoas com quem encontrei na região do Parque – seus moradores -, na Chapada Gaúcha, em São Francisco e Serra das Araras, pedacinhos do Noroeste de Minas. Com eles, mais do que dados e informações para uma pesquisa, um aprendizado que é para vida, feito de sentimentos e experiências. Entre eles, alguns agradecimentos especiais. A João Gandra, da Emater em São Francisco, pela rápida porém calorosa e preciosa conversa. Nessa cidade, também uma especial lembrança a Dona Maria Eunícia, e Dona Maria Braz. Na Chapada Gaúcha, a Dona Dulce Baron, e a professora Inglacir Aparecida Ottoni, pela atenção e receptividade. Também a Liria e a Claude, entre Parque, Brasília e Escócia, por laços que surgiram através de objetivos e pessoas comuns. A Antonio Carlos e Wladimir, lembranças do Parque em Nova Odessa. A seu Gerônimo e sua família, no Onça, e também a Dona Inocência, na Vereda Escura. A querida Dona Edite, Zé Luis, e

a toda família, pela amizade, acolhimento e carinho que generosamente me ofereceram. Aos moradores das localidades do PARNA e entorno, aos guardas-parques, suas famílias e amigos, meu muito obrigado.

Em Campinas, agradeço aos colegas e amigos da turma de mestrado de 1995, pelo espírito de partilha e companheirismo. Também os companheiros de casas: Buke, Eduardo, Ana, Rodrigo, Silvia, Fábio, Paulinho, que acompanharam as primeiras etapas da pesquisa, ansiedades e descobertas. A Dona Zita e aos Borghi Kühl, força preciosa dos começos. A Pat, muitas vezes parceira, também em caminhos de Minas. Minha irmã Gabi, e os afluentes que te trouxeram de volta. Os amigos Liberac, Ricardo, Yara, Leia, Vilson, o professor Niuvenius Paoli, e os amigos do IFCH. Pessoas que, entre momentos de convivência, dividiram idéias, conversas e ampliaram os caminhos de reflexão. Um agradecimento sem tamanho vai para Paula e Simone, amigas queridas, que me acolheram e deram leveza, apoio e alegria às tantas etapas do trabalho que acompanharam.

Durante os momentos de escrita, em Brasília, algumas presenças foram também fundamentais. Carmem e Edmur, e ajudas de tantas vezes. Aos colegas do NESUB/UNB pela compreensão e apoio na etapa final. A amiga Juliana - que partilhou a beleza da palavra pedra, a Roberto, Leslye e Beto; novos sertões abertos pela amizade. Carol, Flávia, Juliana e Letícia, amigas reencontradas. Celi, companheira de trabalho e espaço. Dudu e Eneida, sempre presentes. Ronaldo, por sua cumplicidade e carinho.

Onde tudo começou, e tem se renovado, o projeto “O Sentimento do Mundo”. Brandão, Clarissa e Elaine, alegria de tê-los encontrado. Obrigado sempre, por tudo.

A Suely que, com sua orientação cuidadosa e delicada e seu compromisso com a antropologia, ofereceu a força e serenidade necessárias para que esse trabalho pudesse se concretizar.

A uma certa casa no Jardim São Paulo, e a todo amor recebido entre as pessoas que nela convivem. Em especial, as mulheres que a tornam possível, Luzia e Eurydice. Por fim, aqueles sem os quais nada disso seria possível. Marilene, mãe, amiga e coragem. Minha irmã Fabíola, meus irmãos Maurício e Américo. Por suas presenças, sentimentos e apoio em todos os momentos, minha gratidão.

Lista de Abreviaturas

CDCMAM – Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

FUNATURA – Fundação Pró-Natureza

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

INTERPRI – Instituto de Terras do Piauí

ISA – Instituto Sócio-Ambiental

ONG – Organização não-governamental

PARNA – Parque Nacional

PARNA GSV – Parque Nacional Grande Sertão Veredas¹

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

RURAL MINAS – Fundação Rural Minas: Colonização e Desenvolvimento Agrário

TNC – The Nature Conservancy

UC's – Unidades de Conservação

WWF - Fundo Mundial para a Natureza

¹ A grafia, nesse caso, não coincide exatamente com o título da obra de João Guimarães Rosa, “Grande Sertão: Veredas”. Assim, quando for feita referência ao Parque, ou a projetos a ele relacionados, será utilizada a designação fornecida pelos órgãos responsáveis pela unidade de conservação, isto é, sem os

Índice de Ilustrações

1. Croqui: Galho da Onça (I)	50
2. Croqui: Galho da Onça (II)	51
3. Netos de Seu Pedro Boca/ Galho do Firminano	54
4. Descida da Serra rumo a Santa Rita	57
5. Croqui: Santa Rita	58
6. Fonte de Dona Martinha - Riacho Santa Rita	60
7. Morro Três Irmãos	62
8. Dona Ursulina/ Galho do Mosquito	64
9. Guarda-parque Ivalino/ Rio Preto	68
10. Diagrama de parentesco	70
11. Lagoa Santa Rita vista por Zé Luis	76
12. Na casa de Ideria - Santa Rita	77
13. Santa Rita vista do Morro Três Irmãos	82
14. O bamuzal	85
15. Dona Edite na passagem pela tapera	86
16. Pivô	90

Sumário

Apresentação	01
Capítulo I - Mapeando temas e questões	
Meio Ambiente, Parques Nacionais e Dilemas	07
Parque: Lugar Antropológico e Lugar Praticado	12
O Parque e os caminhos metodológicos	20
Algumas palavras sobre o grande sertão	25
Capítulo II - Perdendo-se pelo Parque: Mapas, Memórias e Lugares Praticados	
1. Uma primeira apresentação: sobre lugares, pessoas e rios	42
O canto dos galos e o parentesco	54
Chegando a Santa Rita	57
Origem e memórias dos Paçoca	62
2. Retóricas da caminhada em Santa Rita	71
Narrando a ronda	72
Caminhos e itinerários	75
Do primeiro dia em Santa Rita	77
O caso de Brasília	79
Caminho de volta	82
O bambuzal	83
Taperas e parentescos	87
Santa Rita, Pivô e Ibama	89
Capítulo III - Espaços e Temporalidades: Recontando Parques e Sertões	
1. Do vazio histórico à pluralidade de tempos	94
Lembranças do Noroeste	95
Na encruzilhada com Antônio Dó	106
A volta dos bandeirantes paulistas	109
Os Gaúchos	112
O Parque Nacional Grande Sertão Veredas	117
2. Um momento no Sertão: 1996 e três eventos	129
A palestra política	131
A reunião da Funatura	135
O casamento	139
3. De instantes a processos: vivendo Parques	142
Considerações Finais	167
Bibliografia	175
Anexo A – Documentos	
Anexo B – Mapas	

APRESENTAÇÃO

O SERTANEJO FALANDO
João Cabral de Melo Neto

*A fala a nível do sertanejo engana:
as palavras dele vêm, como rebuçadas
(palavras confeito, pilula), na glâce
de uma entonação lisa, de adocicada
Enquanto que sob ela, dura e endurece
o caroço de pedra, a amêndoa pétrea,
dessa árvore pedrenta (o sertanejo)
incapaz de não se expressar em pedra.*

2

*Dai porque o sertanejo fala pouco:
as palavras de pedra ulceram a boca
e no idioma pedra se fala doloroso;
o natural desse idioma fala à força.
Dai também porque ele fala devagar:
tem de pegar as palavras com cuidado,
confeitá-las na língua, rebuçá-las:
pois toma tempo todo esse trabalho.*

APRESENTAÇÃO

A proposta deste trabalho é compreender o Parque Nacional Grande Sertão Veredas - lugar criado com fins de preservação ambiental - na perspectiva de grupos que o habitam, que o criam e o transformam, através de suas ações, descrições e memórias. A idéia é de acompanhar encontros entre moradores locais e representantes dos órgãos que instituem e administram o Parque, explorando o encontro entre diferentes contextos sócio-culturais e históricos, bem como os espaços criados e entrecruzados a partir dessa interação..

As ações selecionadas e seqüenciadas pelo texto - o que lhe confere um caráter narrativo - referem-se, em grande parte, às observações realizadas durante a pesquisa de campo, formalmente em períodos descontínuos dos anos 1996 e 1997. Tendo como referência o PARNA GSV, foram percorridos diferentes pontos em seu interior, bem como áreas situadas no seu entorno, ou na região do Noroeste de Minas Gerais, onde o mesmo se situa. Esse movimento permitiu encontrar e acompanhar diferentes atores, que demonstraram um envolvimento maior de suas vidas em torno do Parque Nacional.

Entre esses atores estão os moradores da região do Parque, para quem a criação da unidade de conservação alterou, ou promete alterar, a relação com o lugar de morada, de trabalho, de propriedade, e de vida. Esse grupo, em sua maioria, compõe-se de

posseiros ou pequenos proprietários que podem ser classificados, em função de aspectos sócio-econômicos e culturais específicos, como população tradicional. Há também atores que não seriam classificados dessa forma, como grandes proprietários ou agricultores ligados a outros sistemas sócio-culturais, mas que também tiveram que repensar seus presentes e projetos de futuro em face da implantação do Parque. Outro grupo privilegiado pela pesquisa foi o de atores diretamente comprometidos com a criação e implantação do Parque, composto por agentes ligados a uma organização não-governamental, a Funatura, e outros ligados a uma instituição federal, o IBAMA, que co-administram o PARNA GSV.

Além de um caráter narrativo dado ao texto, devido ao seqüenciamento e temporalidades das ações descritas, grande parte do material etnográfico reproduzido pode ser classificado como narrativo: pequenos relatos autobiográficos, casos, histórias, memórias. Parafraseando Ecléia Bosi, em seu trabalho sobre memória dos velhos¹, o interesse aqui também se concentra menos na veracidade dos narradores, mas sim no que foi lembrado e escolhido para contar sobre os lugares estudados, sobre as histórias que os fazem e neles se fazem. Porém, o trabalho de Bosi traz consigo a delicadeza e a profundidade de oito velhos e suas memórias, na integridade dada por cada narrador ao vivido e ao lembrado de suas longas vidas². Aqui, diferentemente, os relatos mais freqüentes são pequenos fragmentos, instantes de vidas, das quais algumas vezes pode-se saber dos antes e dos depois; em outras, só um leve vislumbre, uma pequena faceta do narrador e de sua própria narrativa.

Há também outros cortes temporais nas narrativas, tanto a do texto como a dos discursos apresentados. Cortes dados não só pela lembrança de passados recentes ou longínquos, mas em particular por um presente e um futuro entre parênteses, que aguardam a implantação definitiva do Parque e a própria regularização fundiária de sua área. Parêntese coletivo, que afeta de diferentes formas os vários grupos envolvidos, e que também participa das narrativas apresentadas ou de seus fragmentos.

A utilização desses fragmentos, que compõem muito do material utilizado, ocorreu em parte pelas próprias características da pesquisa antes citadas: várias e diferentes pessoas, em encontros descontínuos, muitas vezes contingentes, possibilitados por deslocamentos.

¹ Bosi, Ecléia. *Memória e Sociedade - lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1979.

² Sem que se esqueça, como diz Bosi, que "A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento", in Bosi, E. op.cit, p. 03.

Porém, mais do que uma condição dada pela pesquisa, alguns fragmentos como que se impuseram. Força da palavra pedra, poetiza João Cabral, haikai sertanejos como percebeu Magalhães³ em sua pesquisa ao lado de velhos sertanejos do Norte de Minas. A fala, as palavras e os silêncios têm peso nessas paragens, onde se situa o Parque. Onde ele é nomeado, batizado pela obra de Guimarães Rosa, ela mesma recriada e esculpida da palavra sertaneja.

Esse gancho, dado pelos fragmentos, pode também esclarecer que se o objetivo da dissertação se faz a partir do Parque, ele também se faz através do Sertão. De fato, a porta que conduziu até os caminhos do Parque abriu-se alguns anos antes, com a participação em um projeto intitulado “O Sentimento do Mundo: Memória, Destino e Cenários da vida entre Errantes Mineiros”⁴. Formulado e coordenado pelo professor Carlos Rodrigues Brandão, o projeto contou com a participação de Clarissa Magalhães e Elaine Lemos Zanin, e foi compartilhado também com outras pessoas surgidas nesse caminho.

Entre as propostas norteadoras do projeto estava a compreensão de uma lógica da natureza e de uma ética do ambiente - memória dos cenários - revelada pela noção de destino, entre os sujeitos privilegiados pela pesquisa: personagens de romances de Guimarães Rosa; desbravadores pioneiros de Minas Gerais (bandeirantes, viajantes e cientistas) e, particularmente, “camponeses mineiros migrantes”, passíveis de serem pessoalmente entrevistados - todos, de alguma forma, sertanejos errantes. A abordagem construída voltava-se sobretudo às próprias reminiscências e falas desses sujeitos, nas quais o sentido e o sentimento de destino pediam seu próprio lugar: “Trata-se de devolver ao que há de pessoalmente incomum no homem comum a sua própria historicidade. Há mais de Ulisses em Minas do que se imagina”⁵

³ Magalhães, Clarissa. *Relatório para Funatura/IBAMA sobre estadia no Parque Nacional Grande Sertão Veredas*, 1994, mimeo.

⁴ Como trabalhos resultantes desse projeto, estão: Brandão, C. R. *Nós, Sertanejos*. “Livro-álbum”, com depoimentos, reminiscências, anotações e testemunhos de “sertanejos e afins”. Entre eles, Guimarães Rosa: obra, entrevistas e outros escritos; Manuelzão, homem e personagem; Maria de Fátima, “garimpeira meia-praça”; João Redondo “vaqueiro das beiras do Paracatu”, Elpídio de Souza Pinto, “mestre sertanejo de folia de Santo Reis”, e “outros viventes do sertão”. Campinas, 1996, mimeo (a ser publicado). Magalhães, Clarissa. *Minhas Gerais*. Trabalho artístico livre, reunindo desenhos, pinturas e memórias, baseado em depoimentos de histórias de vida de cinco sertanejos. Finalizado em Fortaleza, em 1996. Zanin, Elaine Lemos. “*A questão do destino: Riobaldo e a mitologia*” (ensaio); “*O Imaginário de Si Mesmo - Um sentido de Destino. João Braço - Um garimpeiro*” (ensaio); “*Um homem chamado João*” (conto). 1996, mimeo.

⁵ Brandão, Carlos Rodrigues. “O sentimento do mundo: memória, destino e cenários da vida entre errantes mineiros” in Brandão, C. R. (org.) *As Faces da Memória*. vários autores. Coleção Seminários 2. Campinas: Centro de Memória/ Unicamp, 1993. p. 78.

Em 1994, período em que participava desse projeto, recebi um convite do cientista político Fábio de Andrade Abdala - pesquisador na área de relações internacionais e meio ambiente -, para acompanhá-lo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas, em sua pesquisa de campo. Até esse momento, minha participação no projeto “O Sentimento do Mundo”, como bolsista de iniciação científica, centrava-se sobretudo em leituras de falas já registradas daqueles sujeitos e de obras de Guimarães Rosa. Em janeiro de 1994, uma primeira viagem de descoberta, e o inesquecível e caloroso encontro com Manuelzão e Dona Didi, em Andrequicé. Como a primeira visita ao Parque, em fevereiro do mesmo ano, a motivação que levava até esses lugares e pessoas era sobretudo a possibilidade que se abria de vivenciar e me aproximar dos mundos descritos por Rosa.

Dois anos depois, em 1996, voltei ao Parque, já para a realização desta dissertação de mestrado. Ao resgatar essas experiências anteriores, são várias as intenções. Primeiro, como tentei insinuar, a de indicar um universo, sertanejo, que dialoga com a proposta mais formal da dissertação. Como entre pêndulos, a reflexão ora se faz entre imagens de Parque, ora entre imagens de sertão. Ao longo da pesquisa, abriram-se questionamentos para outros grupos que não os chamados sertanejos, e mesmos esses, tentou-se vê-los sob outras perspectivas possíveis não determinadas por essa classificação. Igualmente, procurei afastar muitas vezes a sedução exercida pela obra de Guimarães Rosa, que temia poder abafar outras fontes possíveis de reflexão e questionamento.

Se, por um lado, afastei-me de algumas das formulações mais gerais de “O Sentimento do Mundo”, há, porém, uma herança e um aprendizado, intelectual e existencial, que encontraram aqui formas de se refazer ou de se reproduzir, que abriram primeiras portas e ensinaram o caminhar com as próprias pernas. Nesse sentido, a dissertação tenta ser também contribuição e partilha do que nasceu em conjunto.

Outro diálogo de “entrelinhas”, desenvolvido ao longo do trabalho, foi também possível graças a uma experiência coletiva. No caso, a participação no curso “Itinerários e Tramas: histórias de vida e narrativas”⁶, oferecido durante o Programa de Pós-graduação ao qual a dissertação está vinculada. A partir desse encontro, favorecido por um espírito de troca e liberdade intelectual, foi possível amadurecer a proposta teórica e

⁶ O curso foi oferecido no primeiro semestre de 1996, ministrado pela professora Maria Suely Kofes, e reuniu alunos do mestrado em antropologia e do doutorado em ciências sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Unicamp.

metodológica da dissertação. Igualmente, ainda que de forma menos sistemática e aprofundada, espera-se poder contribuir para a reflexão sobre “histórias de vida” e a outras noções e questões a elas associadas, como narrativas, memória e temporalidade.

Ao trazer essas diferentes contribuições e diálogos estabelecidos ao longo da pesquisa e do texto resultante, objetiva-se indicar ao leitor vários planos temáticos que, em diferentes profundidades, tentam coexistir no trabalho. Num primeiro plano, uma discussão que se refere ao tema meio ambiente e sociedade, mais especificamente a questões em torno de unidades de conservação e populações, ou parques e pessoas. Outro plano volta-se a reflexões em torno da categoria sertão, do pensar e do viver sertão. Finalmente, um que tenta articular a esses campos, questões referentes ao uso das histórias de vida e narrativas na pesquisa social.

O primeiro capítulo introduz, a partir de um evento, questões ligadas à constituição dos parques nacionais e à presença de populações em suas áreas. A partir da reflexão sobre categorias espaciais, é apresentada a abordagem teórica e metodológica norteadora do trabalho. Por fim, completando um quadro de referências mais amplas e genéricas para o estudo do PARNA GSV, uma discussão referente à categoria sertão e ao nome Grande Sertão: Veredas.

O segundo capítulo adota uma perspectiva local e centra-se em descrições em torno da população que habita o Parque. Traz informações etnográficas sobre a organização social dos moradores e a ocupação espacial na região estudada. A partir do encontro com sujeitos específicos, de fragmentos de suas falas e memórias, surge também a possibilidade de reconstruir imagens do lugar antes da criação do Parque Nacional, bem como perceber algumas das articulações com novos contextos formados.

O terceiro capítulo amplia o foco sobre o local, temporalmente - através de traços de passado da região - e espacialmente, interligando-o à cidade mais próxima, a Chapada Gaúcha, e aos atores que acompanham o Parque Nacional propriamente dito, no caso, Ibama e Funatura. São colocados assim diferentes princípios e interesses que informam as ações dos vários grupos, bem como contextos e temporalidades que, entrecruzados, multiplicam os significados do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

O último capítulo retoma, resumidamente, os principais pontos desenvolvidos ao longo da dissertação. São trazidas também, de forma breve, algumas considerações a respeito da relação entre os órgãos ligados ao meio ambiente e população tradicional.

CAPÍTULO I

MAPEANDO TEMAS E QUESTÕES

Meio Ambiente, Parques Nacionais e Dilemas

Os Parques Nacionais são um dos mais importantes instrumentos criados para a preservação ambiental. O Brasil conta, atualmente, com 35 Parques Nacionais¹ espalhados por seu território e que compõem, junto com as reservas biológicas e as estações biológicas, o grupo de categorias de unidades de conservação de uso indireto. Enquanto unidades de conservação de uso indireto e proteção integral, estão “totalmente restringidos a exploração ou o aproveitamento dos recursos naturais, admitindo-se o aproveitamento indireto dos seus benefícios”². A princípio, havendo moradores na área delimitada como parque nacional, é prevista a sua remoção, através de mecanismos legais. Porém, nos últimos anos, a “remoção” e a própria concepção que a sustenta enfrentam um dilema que cruza direitos ambientais e direitos sociais.

Para situar esse dilema, pretendo narrar brevemente um evento significativo - o diálogo construído por dois acontecimentos particulares, entre 1996 e 1997. O primeiro ocorreu entre 26 e 29 de novembro de 1996, no auditório Nereu Ramos/ Câmara dos Deputados, em Brasília: o *Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação*³. Esse seminário contou com a representação de diferentes segmentos e tendências da sociedade brasileira envolvidas não só em questões relacionadas à conservação do patrimônio ambiental, mas em um dos instrumentos criados para tanto, as unidades de conservação. Nesse sentido, o seminário organizou-se

¹ “Art. 1o. (...)§ 1o. - (...) consideram-se Parques Nacionais, as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade de seu todo.

§ 2o. Os Parques Nacionais destinam-se a fins científicos, culturais, educativos e, criados e administrados pelo Governo Federal, constituem bens da União destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-los e mantê-los intocáveis.

§ 3o. - O objetivo principal dos Parques Nacionais reside na preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem”. Decreto no. 84.017, de 21 de setembro de 1979. *Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros* Legislação reeditada pelo IBDF, em julho de 1980.

² IBAMA. *Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais no Brasil*. Ibama/GTZ. Brasília, abril de 1997. P. 15

³ O seminário foi organizado conjuntamente pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados (CDCMAM), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Instituto Sócio-Ambiental (ISA), Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Sociedade Civil Mamirauá e o Banco Mundial, com o apoio do Conselho Britânico e do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais (PPG7).

“com o objetivo de propor novas orientações para a atuação do poder público e das organizações não-governamentais, visando compatibilizar a ocupação humana, particularmente a de populações tradicionais, com a necessidade de preservação dos recursos naturais em áreas destinadas à proteção ambiental”⁴.

É importante lembrar que o seminário ocorreu em um momento em que se revia o projeto de lei no. 2.892⁵, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), onde se “estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação”⁶.

Faço uso aqui do registro oficial do encontro⁷, que documenta um momento de um debate que já se desenvolve há muitos anos e que explicita diferentes posições presentes e envolvidas. De qualquer forma, quero me ater somente a dois pontos, discutidos na abertura do seminário e em sua primeira mesa, com o título *de* “Funções e Objetivos das Unidades de Conservação”⁸.

Em sua abertura, a fala de João Paulo Capobianco, representante do Instituto Sócio-ambiental, repercutiu e encontrou ressonância com quase todos ali presentes:

“Gostaria de, em nome do Instituto Sócio-ambiental, externar o enorme prazer de estar reunido e participando da promoção desse encontro, que, para mim, como um ambientalista originalmente preservacionista, é um momento

⁴ Folder de divulgação do Seminário

⁵ Diégues apresenta uma análise crítica sobre o desenvolvimento dos regulamentos e decretos relativos às unidades de conservação, e também ao SNUC, sobretudo. Redigido pela primeira vez como um plano pelo IBDF, em 1979, o SNUC tinha como principal objetivo “o estudo detalhado das regiões propostas como prioritárias para a implantação de novas unidades. Ademais, o Plano se propunha a rever as categorias de manejo até então existentes (parques nacionais e reservas biológicas), consideradas insuficientes para cobrir a gama de objetivos propostos (IBAMA/Funatura, 1989)”, in Diégues, A. C. *O Mito da Natureza Intocada*. Hucitec. São Paulo, 1996. p. 115. Em 1989, é criado o Ibama, e recebe do extinto IBDF, a responsabilidade sobre a administração das unidades de conservação. Nesse mesmo ano, o Ibama encomenda a Funatura, uma reavaliação do Plano do SNUC de 1979. Em 1992 é enviado ao Congresso a nova proposta (P.L 2.892), debatida pelo seminário em questão, bem como o substitutivo redigido pelo Deputado Fernando Gabeira.

⁶ Instituto Sócio-Ambiental. *Tabela comparativa entre o substitutivo (com emendas) apresentado pelo Deputado Fernando Gabeira à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados e a proposta apresentada ao relator pelo MMA- IBAMA, ambas relativas ao PL.2.892/92*. Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação, mimeo.

⁷ . CDCMAM. *Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação*. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação - Núcleo de Revisão das Comissões - Texto com redação final. Documentos no. 0826/96; 0837/96; 0850/96; 0859/96; 0862/96; 0866/96; 0873/96 .

⁸ CDCMAM *Seminário Internacional sobre Presença Humana ...* (op.cit), documento no. 0826/96. É interessante perceber também as diferentes vinculações institucionais dos participantes/ depoentes nesse momento: Deputado Gilney Vianna (CDCMAM); João Paulo Capobianco (ISA); Roberto Schneider (Banco Mundial); Garo Batmanian (WWF); José Benatti (IPAM); Rodrigo Janot (ANPR); Gilberto Sales (IBAMA); Paulo Nogueira Neto (USP/ ADEMA-SP), Márcio Ayres (CNPq/MPEG); João P. Capobianco (Instituto Sócio-ambiental).

fundamental de quebra de tabu.”⁹

O tabu mencionado por Capobianco referia-se à visão que incompatibiliza conservação ambiental e presença humana - que pode ser associada às entidades de conservação da natureza mais antigas e clássicas no Brasil¹⁰. Numa breve avaliação sobre os problemas enfrentados na implantação das unidades de conservação, ele indicou a presença de comunidades em tais áreas como uma falsa questão, “que não avança e tem amarrado o SNUC em um processo de seis anos de negociação sem avanço”, e que, por isso, mais do que tratada como problema, deveria ser vista como um “fato”. Terminou sua fala, à luz dessa observação, retomando a questão da preservação ambiental:

“(…) Espero que possamos, nesses dias, fortalecer o esforço que todos estamos fazendo para romper com esse tabu e avançar para a efetiva implantação das unidades de conservação, que é o objetivo que reúne todos nós aqui.”¹¹

Direta ou indiretamente, a discussão do tema e a possibilidade de confronto de posições foram vistas de forma positiva e a “quebra do tabu” foi considerada também em outras falas como as de Garo Batmaniann (WWF), Márcio Ayres (Sociedade Civil Mimirauá), Senadora Marina Silva, Gilberto Sales (Ibama)¹². A fala de Batmaniann

⁹CDCMAM *Seminário Internacional sobre Presença Humana ... (op.cit)* documento no. 0826/96, p. 4

¹⁰ “Os preservacionistas dominam as entidades de conservação mais antigas e clássicas como a FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza), criada em 1958, e muitas outras mais recentes, como a Fundação Biodiversitas, Funatura, Pronatura, etc., estas últimas ligadas a entidades internacionais de preservação. Elas tem ainda influência predominante pela criação e administração dos parques, como o Ibama, o Instituto Florestal de São Paulo etc. Esses grupos são constituídos, em geral, por profissionais oriundos da área de ciências naturais para os quais qualquer interferência humana na natureza é negativa. Ideologicamente foram e são influenciados pela visão preservacionista americana, tal como descrita no Capítulo 1. Eles consideram portanto que a natureza selvagem é intocada e intocável e é impensável que uma unidade de conservação (parques nacionais e reservas ecológicas) possa proteger, além da diversidade biológica, a diversidade cultural.” in Diégues, A.C. *op.cit.* p. 125

¹¹CDCMAM *Seminário Internacional sobre Presença Humana ... (op.cit)*, documento no. 0826/96, p. 5.

¹² A posição institucional do Ibama sobre a questão é relevante aqui, pela análise que pretendo desenvolver sobre a presença do órgão nos espaços e lugares do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Nesse primeiro momento do seminário, o representante do Ibama procurou em sua fala discorrer sobre as causas da fragilidade do sistema de áreas protegidas brasileiras, trazendo inclusive uma série de informações técnicas, e ressaltou a necessidade de um olhar que considere não somente a diversidade biológica das regiões trabalhadas, mas também a diversidade de situações regionais, ecológicas, geográficas, sociais e políticas das mesmas. Especificamente sobre a questão unidades de conservação/presença humana, Sales assumiu uma ação mais autoritária do órgão no passado, mas a relaciona também a outros domínios do aparelho estatal. Atualmente, desconsidera a existência do “tabu” no trabalho da instituição, e nesse sentido cita a criação, pelo órgão, do Centro Nacional de Populações Tradicionais ver CDCMAM *Seminário Internacional sobre Presença Humana ... (op.cit)*, documento no. 0826/96, p. 21.

trouxo inclusive a referência direta aos parques nacionais:

“Quanto ao tema em si [do seminário], eu gostaria de salientar que há, talvez vinte anos, quando havia esse debate, discutiam-se parques x pessoas, como se fosse Palmeiras versus Grêmio. Como se tivéssemos de fazer uma opção que, de um lado, tivesse de ganhar e, de outro perder. Finalmente, entendo que essa discussão tem de ser parques e pessoas, ou seja, encontrarmos alternativas em que não tenha de haver perdedores e vencedores. Gostaria de ver isso no final do seminário”¹³.

De maneira geral, portanto, não se questionou a importância das unidades de conservação, nem a necessidade de efetivar as já existentes e aumentá-las em número¹⁴. Entretanto, também pareceu ser consensual a necessidade de resolver democraticamente a questão sobre parques e populações, sobretudo as chamadas “populações tradicionais”¹⁵.

Porém, houve outro momento “ressonante” durante a abertura do seminário, suscitado por uma ação “textual” e uma ausência física, que entretanto dialogou diretamente com aquela fala de Capobianco - a leitura, por Gilney Viana, de um manifesto assinado pela *rede Pró - Unidade de Conservação*¹⁶.

O manifesto marcava uma posição: a de que “focar o problema das unidades de conservação na presença humana” facilitaria o desvio da questão principal, a dizer, a proteção integral do patrimônio natural. Protestava contra uma desigual participação entre “os defensores da integridade das unidades de conservação e os que defendem a flexibilização por motivos diversos”, prevendo um caráter tendencioso nos resultados

¹³ CDCMAM *Seminário Internacional sobre Presença Humana ... (op.cit)*, documento no. 0826/96, p.7.

¹⁴ Segundo cálculo técnico da WWF, mencionado no Seminário, estima-se a necessidade de 10% de cada um dos grandes biomas estarem protegidos em forma de unidades de conservação, enquanto que a média brasileira é de 1,8% de áreas protegidas no país. Ver CDCMAM *Seminário Internacional sobre Presença Humana ... (op.cit)*, documento no. 0826/96, p. 8.

¹⁵ A definição do termo “população tradicional” não é consensual, e está inserida, como aponta Diégues (op. cit., pp. 80-86), em um debate mais amplo que inclui também outras noções como populações tribais, indígenas ou nativas. O autor fornece, inclusive, uma caracterização do termo passível de congregar as populações camponesas, caiçaras, indígenas, ribeirinhas ou seringueiras. Já o Projeto de Lei do SNUC e o substitutivo do PL 2892/92, de autoria do Dep. Fernando Gabeira, apresentam duas definições distintas para o termo. No primeiro caso, trata-se de “população culturalmente diferenciada, vivendo há várias gerações em um determinado ecossistema, em estreita dependência do meio natural para sua alimentação, abrigo e outras condições materiais de subsistência.” No substitutivo temos: “população que vive em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sócio-cultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental”. ver *Tabela Comparativa...*, op.cit.

¹⁶ *Manifesto da Rede Pró-Unidades de Conservação sobre a realização do Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação*. Assinam o manifesto: FBCN, SPVC, GEEP-Açungui, Fundação O Boticário, Funatura, TNC, PANGEA, ADEG - ADT, Fundação Biodiversitas. Brasília, novembro/1996

do seminário. A rede exigiu também a realização de um encontro do mesmo porte sobre a proteção integral do patrimônio brasileiro. As justificativas para tais posições foram apresentadas em cinco itens, que se apoiavam em pontos da Constituição Federal, na Convenção da Biodiversidade¹⁷, e na visão de que “a seleção, criação, ampliação e gestão das unidades de conservação de proteção integral são atividades pautadas em critérios eminentemente políticos, científicos e técnicos, que devem continuar prevalecendo sob quaisquer outras considerações”. A ação antrópica foi apontada como causa básica da degradação das unidades de conservação de proteção integral; e os custos sociais daí advindos foram vistos como “co-razões [que] podem ser socialmente penosas”, porém questionar a proteção integral a partir deles foi indicado como a substituição de um dano por outro¹⁸.

Como mencionei, a leitura do manifesto durante o seminário acabou por inserir-lo na discussão e suscitou muitos questionamentos e respostas sobre os pontos levantados. Igualmente, para além da posição então marcada, contraposta ao espírito conciliador da abertura e à “quebra de tabus”, a ausência das instituições que assinaram o manifesto foi lamentada não só pela representatividade de algumas delas na história do ambientalismo brasileiro, como contribuições que poderiam ampliar o debate.

O dilema e a polêmica em torno da questão “parques /pessoas” e o tabu a que se referiu Capobianco mostraram, em outro acontecimento no ano seguinte, que sua resolução ainda é bastante problemática

Em novembro de 1997, foi realizado, em Curitiba, o *Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, organizado pela Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Ambiental do Paraná, pela Universidade Livre do Meio Ambiente, e pela *Rede Pró-Unidades de Conservação* - a mesma que, um ano antes, assinou o manifesto citado anteriormente e exigiu a realização de um encontro do mesmo porte sobre proteção integral do patrimônio ambiental brasileiro.

Ao final desse Congresso, foi aprovada uma moção de repúdio ao substitutivo do Deputado Fernando Gabeira, que institui o SNUC. Um dos principais pontos da moção

¹⁷ Ou Convenção sobre Diversidade Ecológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)/ Rio 92, sendo o Brasil um dos signatários. O documento “estabelece um conjunto de medidas a serem adotadas para conservar a diversidade de ecossistemas, espécies e genes de cada nação, conferindo especial destaque à conservação in situ, ou seja, à proteção dos componentes biológicos no próprio local de sua ocorrência natural, o que constitui o objetivo maior das unidades de conservação de uso indireto dos recursos”, in IBAMA, *Marco Conceitual...*, op.cit, p. 10

¹⁸ Os trechos citados fazem parte do manifesto, apresentado no Anexo A

foi justamente a idéia de que as unidades de conservação de uso indireto devem ser vetadas à presença humana:

“A presença humana nessas áreas implica em alterações nos ecossistemas e uma série de problemas. Coloca em risco a segurança do país do ponto de vista da conservação da biodiversidade. Devem existir espaços do território sem a presença da população humana, para que as coisas aconteçam naturalmente, evoluindo ou se extinguindo”¹⁹.

Tendo em vista essa posição, uma das acusações feitas ao Deputado durante o Congresso, mencionada pela imprensa, foi a de que “Gabeira distorceu os objetivos do projeto e que quer usar as unidades de conservação para a reforma agrária”²⁰. Como o próprio seminário anteriormente citado, também esse Congresso foi criticado por sua falta de representatividade, não somente pelo viés conservacionista privilegiado, mas pela própria forma de organização do encontro, que teria limitado consideravelmente a “livre troca de idéias”, tendo se revelado “pouco democrático”²¹.

Os debates e discussões em torno do SNUC – ilustrados através do diálogo entre o Seminário e o Congresso - e o que ele virá a normatizar em relação às unidades de conservação de uso indireto, entre as quais os Parques Nacionais, não chegaram ao seu fim. O projeto não chegou ainda a ser votado, tendo sido retirado da Pauta da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, aguardando parecer da Casa Civil da Presidência da República.

O Parque: Lugar Antropológico e Lugar Praticado

Através desse evento, que ilustra alguns dilemas em torno das unidades de conservação de uso indireto no Brasil, particularmente no relativo ao tema “parques e pessoas”, é possível também desfiarmos algumas questões e perspectivas que norteiam a dissertação. É importante, primeiro, lembrarmos que estamos diante de uma disputa

¹⁹ Miguel Milano, professor da Universidade Federal do Paraná e diretor técnico da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, citado por Bento Filho, Warner. “Deputado do Partido Verde é o novo alvo dos ecologistas”. *Correio Brasiliense*, Brasília, 23/11/1997, p. 11.

²⁰ Bento Filho, Warner. “Deputado do Partido Verde é o novo alvo dos ecologistas”, *Correio Brasiliense*, Brasília, 23/11/97, p.11

²¹ Bensusan, Nurit e Freitas, Analuce. “Os conservacionistas e o SNUC: brincadeira?” in *Informativo INESC*, Dezembro 1997, no. 81, p. 11

também em torno de um modelo ideal, que deverá estabelecer o parâmetro para a criação e o manejo de parques nacionais no país. Ou seja, discute-se o modelo e os princípios de um lugar ideal, caracterizado por sua função de preservação ambiental, a se efetivar concretamente em lugares específicos, como é o caso do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Tais dilemas, entretanto, que impedem ainda uma concepção consensual a respeito desse lugar ideal, explicitam traços da história, das relações e identidades postas em jogo tanto do lugar chamado parque nacional, quanto dos grupos que o pensam, discutem-no e o implementam no espaço político e ideológico do ambientalismo brasileiro. Essas três características - o caráter relacional, identitário e histórico -, dizem respeito também ao que Augé²² chama de lugar antropológico.

O termo refere-se inicialmente não tanto à materialidade de um lugar, mas à sua representação e interpretação, e é percebido como um lugar comum ao etnólogo e àqueles de quem ele fala. O lugar antropológico é compreendido, num primeiro momento, a partir da relação entre um grupo social e o território reivindicado como seu, criando-se uma marca social, que o etnólogo procura reencontrar. Um ponto importante ressaltado por Augé seria o caráter de “invenção” na criação dessa marca social do solo, nem sempre original, mas que integra “os gênios do lugar e os primeiros habitantes à aventura comum do grupo em movimento”²³. Invenção do nativo ao fundar a marca, e do etnólogo, ao reencontrá-la.

Augé percebe também que, se o lugar antropológico revela uma realidade além de sua própria materialidade territorial, ele não deixa de gerar fantasias e ilusões. Fantasia dupla que, de um lado, se expressa na idéia de um mundo fechado, “fundado de uma vez por todas”²⁴ (a fantasia indígena), que no discurso fundador revela-se nos termos espaciais freqüentemente utilizados, exprimindo a identidade do grupo, e “o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve um sentido”²⁵. O etnólogo, por sua vez, duplica a semifantasia, ao se ver tentado a identificar aqueles que ele estuda com a paisagem onde os descobre e o espaço que eles informam. Porém, já se mencionou, não se trata de uma “mentira”, mas uma “semifantasia”, uma vez que o etnólogo “não ignora mais do que eles as

²² Augé, M. *Não-lugares: Introdução a uma Antropologia da Super-modernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

²³ Augé, M., *op.cit.*, p. 44.

²⁴ Augé, M., *op.cit.*, p. 45.

²⁵ Augé, M., *op.cit.*, p. 45.

vicissitudes da sua história, sua mobilidade, multiplicidade dos espaços aos quais eles se referem e a flutuação de suas fronteiras”²⁶.

A associação do território à sua fundação e às identidades construídas, dessa perspectiva, estaria assentada em uma tentação intelectual, a tentação da totalidade: “Por trás da idéia de totalidade e de sociedade localizada, há aquela de uma transparência entre cultura, indivíduo e sociedade”²⁷. Do ponto de vista da disciplina, tal “tentação” expressaria um ideal de interpretação exaustiva (Lévi-Strauss), e da representatividade do “homem médio” (Mauss). A crítica ao ideal de totalidade volta-se também à visão culturalista das sociedades, que teria como modelo ideal de reflexão a imagem da ilha, “lugar por excelência da totalidade cultural”, ignorando a complexidade, o movimento, “o caráter intrinsecamente problemático” de cada cultura singular substantificada²⁸.

Mas onde se encontra a realidade subjacente a essa fantasia indígena e ilusão antropológica, a essa tentação intelectual? A resposta aponta para a necessidade de os indivíduos e as sociedades pensarem, simultaneamente, identidade e relação: “a organização do espaço e a constituição dos lugares são, no interior de um mesmo grupo social, uma das motivações e uma das modalidades das práticas coletivas e individuais”²⁹. O lugar antropológico, lugar pensado, “é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa”³⁰. Daí, chegamos, finalmente, ao que seriam as três características desse lugar: o caráter *identitário*, o *relacional* e o *histórico*.

Partindo dessas ilusões e semifantacias nativas e etnológicas, bem como da realidade subjacente a elas - expressão espacial de identidade, relação e história - , são várias as tentações intelectuais que motivam considerarmos a idéia do Parque Nacional como um lugar antropológico.

Outros autores, que refletiram sobre o modelo, a história e constituição de Parques Nacionais, no Brasil e no mundo, oferecem-nos base para tanto. Partamos, de início, das tentações totalizadoras. O modelo ideal dos parques como “ilhas de conservação”, materializado na criação de unidades de conservação de uso indireto, por exemplo, é analisado por Diégues como elemento do que o autor chama de “mito da

²⁶ Augé, M., p.cit, p. 48.

²⁷ Augé, Marc. Op.cit, p.49.

²⁸ Augé, Marc. Op.cit, p. 50

²⁹ Augé, Marc. Op.cit, p. 50

³⁰ Augé, Marc. Op.cit, p. 51.

natureza intocada” - um mito, ou *neomito*, operante no pensamento e ações de um grupo particular, o dos ambientalistas³¹. Não por acaso, entre os marcos significativos na história do movimento ambientalista no Brasil encontra-se justamente a criação de seu primeiro parque nacional, o do Itatiaia, em 1937³². Ou Yellowstone, para o caso americano - que se tornou o primeiro parque nacional do mundo, em 1872, modelo inspirador para o Brasil e outros tantos países do mundo - e mesmo Yosemite, “a primeira reserva designada conscientemente para a proteção de ‘áreas virgens’”³³. Também Schama nos remete à força da “invenção” no caso desse lugar específico, quando nos conduz ao fundador do moderno ambientalismo, Henry David Thoreau, e à idéia da “preservação do mundo” garantida pelos “ermos bravios”, o lugar da natureza intocada:

“Os ‘ermos bravios’, contudo, eram, naturalmente, produto do desejo da cultura e da elaboração da cultura tanto quanto qualquer outro jardim imaginado. O primeiro Éden Americano, por exemplo, e também o mais famoso: Yosemite. Embora o estacionamento seja quase tão grande quanto o parque, e os ursos estejam fuçando entre embalagens do McDonald’s, ainda imaginamos Yosemite com Albert Bierstadt o pintou ou Carleton Watkins e Ansel Adams o fotografaram: sem nenhum vestígio da presença humana”³⁴.

Outro ponto apontado por Schama é também significativo para essa discussão: o fato de que a natureza selvagem não se demarca a si mesma nem se nomeia. Em 1864, uma lei do Congresso dos Estados Unidos designa o Yosemite Valley como “o lugar de significado sagrado para a nação”³⁵. Esses dois pontos são extremamente importantes para a consideração dos parques nacionais como um “lugar antropológico”,

³¹ ver Diégues, Antônio Carlos, *op.cit.* Tendo como tema mais amplo a questão das unidades de conservação e a presença de populações tradicionais em suas áreas, o autor acompanha o desenvolvimento histórico e ideológico da noção das áreas protegidas, à luz dos “neomitos” ou mitos modernos de uma natureza intocada, e seu ideal edêmico. Sua análise também se debruça sobre os diferentes grupos e tendências envolvidos direta ou indiretamente com a questão no Brasil, avaliando os impactos políticos, sociais e culturais da criação de parques sobre as populações tradicionais envolvidas.

³² Ver Serrano, Célia M. T. “Dos modos de conhecer e conquistar o Itatiaia: a invenção da natureza e da proteção ambiental no Brasil.” in *Temáticas*, ano 4, no. 7, 1o. semestre de 1996. Campinas: IFCH/ UNICAMP. pp. 91-127

³³ McCormick, Jonh. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1992, p.30, citado em Pareschi, Ana Carolina C. *Realismo e Utopia: O Trabalho de Formigas em um Mundo de Cigarras. Um Estudo Antropológico do Discurso Ambientalista*. Brasília, 1997. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ ICS/ UNB. 1997, p. 21

³⁴ Schama, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia. das Letras. 1996, p. 17

³⁵ *idem*, *ibidem*. É importante esclarecer que embora tenha sido a primeira reserva demarcada para a “proteção de áreas virgens”, somente em 1890 Yosemite torna-se Parque Nacional, ou seja, depois do Parque Nacional de Yellowstone.

particularmente no caso brasileiro - a presença/ausência humana, e a questão de sua criação e regulamentação através das leis, como também expressa o evento citado anteriormente.

Entretanto, ao lado de elementos que induzem à analogia entre lugar antropológico e Parque Nacional, também ela totalizadora, há pontos que a problematizam e complexificam, e que nos lembram tratar-se sobretudo de um instrumento analítico, não devendo tornar-se um modelo interpretativo que imobilize a reflexão. Um dos pontos reside na lembrança de que, na constituição do lugar antropológico do ponto de vista conceitual, há a reivindicação indígena sobre a posse do lugar, lugar fundado porque habitado. Ora, os parques nacionais, teoricamente, são lugares em que não se habita. Igualmente, aqueles que o defendem e o reivindicam como lugar legítimo - genericamente, o movimento ambientalista - o fazem em nome de outros: em nome da natureza, do direito à vida de outras espécies, da preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, do patrimônio nacional, da integridade do planeta ou das gerações futuras. Um segundo problema é justamente a totalização feita sobre o “grupo” que o reivindica, o movimento ambientalista. Na verdade, trata-se de um movimento de caráter “complexo, multissetorial, e mundializado”³⁶, bastante diversificado internamente, inclusive no que se refere especificamente à questão dos parques nacionais e pessoas, assim como ao modelo que deve prevalecer. Por fim, como indica Diégues, não somente os neomitos são acionados na idealização das unidades de conservação, onde se incluem os parques nacionais. De fato, num primeiro plano dos discursos, é o pensamento empírico-racional que tenta prevalecer, justificando e elaborando idéias em torno das unidades de conservação³⁷.

Não é meu objetivo, embora possa parecer até o momento, defender a idéia do parque nacional como lugar antropológico. Entretanto, essa analogia permite introduzir algumas das principais questões colocadas ao longo do trabalho.

A primeira, mais explícita talvez, é a que desenvolve uma reflexão sócio-cultural sobre parques nacionais a partir das noções de espaço, de lugar, ou desdobramentos das mesmas. Trata-se de uma perspectiva já desenvolvida por outros autores, uma

³⁶ Pareschi, Ana Carolina C. op.cit.

³⁷ “Nesse conjunto de representações sobre o mundo natural intocado e intocável existem elementos claros que reportam ao pensamento empírico-racional, como a existência das funções ecológicas e sociais da natureza selvagem”. Diégues, A. C. op.cit., p. 59. Ver também D’Antona, Alvaro de O. *O verão, o inverno e o inverso. Sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Campinas, 1997. Dissertação de Mestrado/ Depto. de Antropologia, IFCH/ UNICAMP, p. 36.

aproximação recorrente em alguns estudos sobre unidades de conservação/ meio ambiente e sociedade, ou mesmo “parques nacionais e pessoas”.

Entres caminhos possíveis, há o trabalho de Serrano³⁸, sobre como o Itatiaia torna-se, além de um espaço legalmente delimitado a fim de proteger e conservar o patrimônio ambiental, um “lugar” significativo social, cultural e historicamente para determinados grupos. Trata-se de um estudo sobre “modos de ser e estar na montanha e no Itatiaia”, através da recuperação de práticas e imagens da natureza registradas em antigos livros de visitantes e outros documentos, desde os anos de 1910, de aventuras e impressões dos que passaram ou viveram nesse região - naturalistas, cientistas, excursionistas, imigrantes - onde foi criado o primeiro Parque Nacional Brasileiro, em 1937. Através dele, torna-se possível também perceber a importância de significados, valores e práticas que esse “lugar” Itatiaia suscitou entre grupos diferenciados, ao longo de décadas, a ponto de inaugurar para o caso brasileiro a institucionalização de uma forma de apropriação do meio ambiente.

D’Antona nos traz, do PARNA dos Lençóis Maranhenses, uma reflexão sobre a população moradora dos Lençóis Maranhenses, e a particularidade de um mundo entre dunas e areia, construído e vivido entre deslocamentos, alternâncias e fronteira móveis, em contraste com a natureza cercada da unidades de conservação. Junto com isso, uma reflexão teórica a respeito das noções de espaço e lugar, de práticas e disposições em relação ao meio ambiente, além uma disposição específica do olhar analítico - que pode reconhecer o lugar em diversas escalas, como o observador que de dentro de um “balão cada vez mais alto”, estabelece diferentes distâncias entre o olhar e o “lugar” observado, descobrindo gradualmente as ligações entre os elementos do lugar e o espaço que criam³⁹.

Com Tsukioka⁴⁰, através de seu caminhar e olhar pela Ilha do Cardoso (litoral sul de São Paulo), o leitor é convidado a desvendar as diferentes apropriações e representações de um mesmo espaço e natureza por antigos moradores, e pelo olhar da preservação ambiental que a unidade de conservação criada - o Parque Estadual da Ilha do Cardoso - institui. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma abordagem metodológica que, mediante o recurso textual do relato de viagem, constrói uma analogia aos livros

³⁸ Serrano, Célia M. T. op.cit.

³⁹ D’Antona, Álvaro de. op.cit, p. 218

⁴⁰ Tsukioka, Crismere Gadelha. “Ilha do Cardoso - O Olho Mágico” in *Temáticas*. ano 4, no. 7, 1o. semestre de 1996, pp. 129-163

intitulados “olho mágico”, que brincam com diferentes dimensões, desvendando “um espaço prospectivo sob um conjunto de configurações e manchas coloridas estabelecidas sob um plano, ou seja, observar um outro conjunto de configurações como que numa outra dimensão do espaço não dada imediatamente no primeiro nível de observação”⁴¹.

Nesses trabalhos, além de se problematizar unidades de conservação particulares - no caso, o Parque Nacional do Itatiaia, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, respectivamente - a partir da perspectiva de grupos que nele interagem - como a chamada população tradicional, cientistas, naturalistas, ou ambientalistas -, de suas éticas, lógicas e práticas particulares em relação à natureza e ao meio ambiente, pensa-se antropologicamente o espaço e outros aspectos a ele relacionados, como o próprio lugar, a paisagem, ou o olhar “metodológico” desenvolvido em relação a eles. Assim, a presente dissertação tem em comum com esses trabalhos, além de um campo disciplinar, e também um tema de estudo - delimitado pela questão das unidades de conservação/ pessoas -, a reflexão teórica e metodológica sobre categorias espaciais, de noções como as de espaço e lugar, ou de práticas e idéias relacionadas a elas.

A utilização que faço das noções de espaço e lugar informa-se a partir desses autores, mas tem em Certeau sua principal referência teórica - referência essa também utilizada por Augé na construção de seu “lugar antropológico”. Enfim, nos diz Certeau⁴²:

“Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência (...) Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

(...)

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidade de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis.(...) Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um próprio (...) O

⁴¹ Tsukioka, C. G. op.cit. p. 130

⁴² Certeau, Michel. *A invenção do Cotidiano - Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

espaço é um lugar praticado.”⁴³

A distinção expressa por Certeau, entre espaço e lugar, amarra-se fortemente a seu objeto de observação - práticas do espaço -, e também a grande metáfora por ele utilizada para a elaboração de sua análise: a língua. Em um duplo movimento, ele, de um lado debruça-se sobre práticas cotidianas de sujeitos, singulares e plurais, no contexto das cidades. Pergunta-se, então, como esses sujeitos olham para o ambiente em que vivem, como nele se deslocam ou se fixam, como orientam suas práticas diárias de ir às compras, ou de visitar alguém em um bairro distante, de que forma caminham. Por outro lado, para descrever e interpretar tais práticas e ações, ele recorre a uma “root metaphor”: a língua, em sua versão estruturada e em sua versão vivida, enunciada. A partir dessas duas referências, sua delimitação das noções de espaço e lugar, ambas significativas socialmente, é construída. A diferença entre elas é estabelecida não num sentido absoluto, mas relacional. Isto é, o espaço e o lugar assim o são, não tanto pelo que podem significar positiva ou negativamente, mas pela relação ativa que o sujeito (que caminha) mantém com eles.

Apesar das idéias de Certeau a respeito das práticas do espaço se desenvolverem principalmente a partir dessas práticas no espaço da *cidade* - e da idéia de cidade, e de civilização que pode sugerir ser uma das oposições possíveis à idéia de sertão, espaço onde podemos também situar o PARNA GSV - essa correlação me pareceu ainda assim bastante oportuna. Em parte, porque a proposta é a de acompanhar procedimentos, a partir dos “passos que moldam os espaços e tecem os lugares”, e os passos - enquanto parte do ato de caminhar - podem nos levar a ambos os espaços, como se poderá ver a partir do contexto específico do PARNA GSV. De outra parte, pela legibilidade que Certeau percebe no espaço a partir dos deslocamentos do caminhar. A aproximação que faz entre o ato de caminhar e o ato de falar revela as funções enunciativas daquele, considerando os “relatos de espaços” (mapas e itinerários) como ações narrativas.

Essa leitura permite, assim, do ponto de vista analítico, um olhar sobre o parque nacional que articula e entrecruza categorias espaciais e temporais, contrapondo espaços percorridos e vividos, a espaços pensados, narrados e rememorados.

A intenção de descrever o evento que abre esse capítulo deu-se não somente para ilustrar a complexidade ou diversidade de grupos, interesses e ideologias envolvidos na discussão específica sobre unidades de preservação ambiental e populações humanas - e

³³ Certeau, M. op.cit, p.201- 202

interpretar esses elementos como constituidores de um paradoxal “lugar antropológico”. Ela também é indicativa porque situa, entre os participantes do seminário e os integrantes do manifesto, dois grupos que se deslocam no espaço geográfico do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. No caso, uma instituição federal, o Ibama - participante do seminário -, e uma organização não-governamental - a Funatura - que subscreveu o manifesto e participou do Congresso mencionado.

É a partir do deslocamento, dos passos e “configurações instantâneas de posições”, das ações, eventos, e relatos em torno desse território, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, que o presente trabalho é construído. Os acontecimentos antes mencionados, na verdade, dizem sobre um lugar antropológico - o modelo ideal de Parque Nacional - que coexiste com o caso particular do PARNA GSV, porém que abafa e camufla outras práticas em torno desse lugar, outras histórias, interesses, contextos e grupos que dele participam.

Qual é o Parque que encontramos ao visitar seus moradores, a chamada população tradicional, em localidades como a Onça ou Santa Rita, situadas dentro da unidade de conservação? Que outros lugares ali existiam antes da criação do Parque? Quem os criava e a que espaços eles se articulavam? Que relações o Ibama mantém com tais pessoas no contexto atual? O que é ou quem é a Funatura que habita a localidade do Rio Preto, próxima ao rio de mesmo nome? Que programas conflituais ou proximidades contratuais podem ser lidas, observando-se esses atores? Que posições eles parecem marcar? Que histórias podem ser desfiadas desses lugares a partir de referências como a do rio Carinhanha, um dos limites do Parque? Que outros “lugares antropológicos” coexistem com o lugar parque? São essas algumas das perguntas que norteiam a dissertação que se apresenta. Começamos, gradativamente, a nos aproximar desse “epicentro”, o Parque Grande Sertão Veredas.

O Parque e os caminhos metodológicos

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado em 12 de abril de 1989, através do decreto federal no. 97658. Estabelecendo uma área de 83.368 ha, situada no noroeste de Minas Gerais, entre os municípios de Arinos, Januária e Formoso, sua implantação tem como objetivo a preservação e conservação dos Gerais e de seus atributos naturais excepcionais. É importante lembrar que seu processo de regularização fundiária está em andamento, e que não conta ainda com um plano de

manejo⁴⁴.

O Parque inaugurou também a primeira - e única até o momento - experiência brasileira de conversão da dívida externa para fins ambientais, possibilitada pela resolução no. 1840 de 16.07.1991, no "Plano de Conversão de Dívida para Fins Ambientais", do Banco Central do Brasil⁴⁵. O programa, realizado no PARNA GSV pela Funatura com a cooperação da norte-americana TNC - The Nature Conservancy - sob orientação do Ibama, prevê em seus objetivos trabalhos de proteção ambiental, bem como o desenvolvimento de projetos específicos voltados à conscientização das comunidades locais, à educação ambiental, agricultura sustentável e medicina & saúde⁴⁶. Aprovado em maio de 1992, em julho de 1993 o Banco Central autorizou o recebimento, em nome da Funatura, dos juros do valor depositado pela TNC. Em agosto de 1993, a Fundação é liberada para receber mensalmente o valor de US\$ 11,000, durante 20 anos, passíveis de serem prorrogáveis por mais dez, para aplicação no PARNA GSV⁴⁷.

Se esse aspecto particulariza o PARNA GSV no conjunto de unidades de conservação de uso indireto, há outros que esse parque compartilha com o conjunto de

⁴⁴ "O Plano de Manejo é o instrumento de planejamento oficial das unidades de conservação de uso indireto. Trata-se de um projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades, estabelecendo diretrizes básicas para o manejo da unidade. (...) Caracteriza-se por ser participativo, já que envolve vários segmentos da sociedade, contínuo, pois os conhecimentos gerados de acordo com o planejamento evoluirão ao longo do tempo; gradativo, pois da profundidade dos conhecimentos gerados depende o grau de intervenção do manejo da área; flexível, pois a tomada de decisões dependerá também da auto-avaliação e da retroalimentação fornecidas pelas experiências com o manejo" in IBAMA, *Marcos Conceituais...*, op.cit, p. 24.

⁴⁵ "O programa visa permitir que títulos da dívida externa brasileira gerem rendimentos a serem aplicados em projeto de preservação do meio ambiente. Instituições ou fundos sem fins lucrativos, situados no Brasil, podem receber doações de entidades públicas e privadas estrangeiras, sob a forma de créditos, títulos e depósitos vinculados aos acordos de reestruturação da dívida externa. Mediante o recebimento de títulos representativos da dívida externa, o Banco Central do Brasil libera recursos, em moeda nacional, às instituições ou fundos sem fins lucrativos situados no Brasil." in Abdala, Fábio de Andrade. *Um estudo de Caso: Conversões de Dívida Externa com Finalidades Ambientais*, mimeo, 1996. p. 108-109.

⁴⁶ Comentarei com mais detalhes esses projetos no capítulo 3.

⁴⁷ O valor se refere ao preço pago pela TNC para a compra de títulos da dívida externa brasileira no mercado internacional. Para uma descrição mais precisa desse mecanismo, ver também Pareschi, Ana Carolina C. op.cit.. A autora chama igualmente atenção para o fato de que a questão da conversão da dívida externa para fins ambientais ter sido uma das questões polêmicas durante Fórum Global, que reuniu organizações não-governamentais e movimentos sociais, encontro paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. Segundo Pareschi "outra questão polêmica dentro do movimento [ambientalista] foi a questão da conversão da dívida em projetos ambientais, onde as ONGs de desenvolvimento decidiram não apoiar tal proposta por questões ideológicas e econômicas, e a FUNATURA rachou com o resto sendo a única entidade que mantém o único projeto deste tipo no Brasil, no Parque Nacional Grande Sertão Veredas", in Pareschi, Ana Carolina C. op.cit., p. 108

parques nacionais brasileiros: a presença das chamadas “populações tradicionais” - o que, lembrando as palavras de Capobianco, deveria ser visto como um fato e não como um problema para o movimento ambientalista. Assim, outra informação fundamental à descrição da situação desse Parque é a presença, em sua área, de uma população nativa calculada em torno de 100 famílias que, pela legislação atualmente vigente, terá que abandonar a área para a efetiva implantação da unidade de conservação.

Considerando essa informação, se fôssemos deduzir a relação entre Funatura e essa população nativa, a partir de seu papel como uma das mais importantes ONGs conservacionistas brasileiras, ou mesmo do manifesto apresentado pela Rede Pró-Unidades de Conservação (da qual participa) durante o seminário antes mencionado - lembrando do que se coloca sobre a ação “antrópica” ou sobre responsabilidades acerca das “co-razões socialmente penosas” -, as conclusões provavelmente iriam em um sentido de distanciamento, centradas num discurso conservador e numa visão apocalíptica das relações homem-natureza.

Porém, para além de um discurso que chega a parecer anacrônico quando se acompanha a institucionalização da questão ambiental, ou a “crescente ecologização das esferas sociais, políticas e econômicas”⁴⁸, a atuação da ONG, no caso específico do Parque, introduz outras práticas (como podem sugerir os projetos desenvolvidos pela mesma, voltados a comunidade local), posturas e nuances que pretendo investigar.

O estudo aqui apresentado sobre o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, não desconsidera a história ou as posições ideológicas das instituições envolvidas, no relativo a concepções sobre a relação homem-natureza ou, mais especificamente, sobre parques e populações humanas. Entretanto, se a idéia de parque nacional pode ser considerada como um “lugar antropológico”, a partir dos atores que o fundam e o implementam, se percebemos uma configuração instantânea de posições entre as quais se localiza o parque idealizado, num tempo mundial, no espaço do mundo globalizado e dos financiamentos internacionais, existem outros espaços onde esse Parque se materializa e se configura, além de outros atores que o informam e o praticam.

Os capítulos seguintes pretendem trabalhar outros níveis de observação - buscar o parque enquanto *lugar praticado* -, buscar as “operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de

⁴⁸ Abdala, F. de A. op.cit. ,p. 88

programas conflituais ou de proximidades contratuais”⁴⁹.

A escolha, aqui, para alcançar tais objetivos em relação ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas, volta-se aos caminhos da memória, às trajetórias dos sujeitos envolvidos, a um pouco de suas vidas. Para tanto, entre as principais fontes utilizadas para o trabalho estão os relatos orais - pequenas narrativas, entrevistas, fragmentos que, entrecruzados, multiplicam as possibilidades de interpretação sobre o Parque Nacional e seus significados entre sujeitos que o constroem em suas práticas diárias. Tendo isso em mente, o desvio anterior - através do evento antes mencionado, o diálogo entre o Seminário e o Congresso - seguiu algo da recomendação de Denzin sobre o estudo de histórias de vida, tentando vinculá-las a um “tempo mundial” e a um movimento histórico mais amplo⁵⁰.

O caminho metodológico que orientou a pesquisa de campo e seus resultados inspirou-se também em leituras como as de Gewertz&Errington, Gluckman e Turner. Tentei evitar os pólos daquele tabu, o dilema “parques x pessoas”, e relativizar inclusive minha própria empatia pela situação dos moradores locais, pelo direito que acredito terem de permanecer em seus lugares de vida, ou de participar diretamente dessa decisão.

Para tanto, busquei perceber aqueles grupos - população local, Ibama, Funatura - a partir do espaço demarcado pelos limites do Parque e seu entorno, isto é, igualando-os num momento da análise, como grupos que partilham de um mesmo espaço, relacionam-se, convivem. Algo semelhante àquilo que Gewertz&Errington realizam na biografia coletiva de Chambri⁵¹, entre os nativos, os turistas ocidentais, representantes do estado e cantores de rock'n roll; ao que Gluckman⁵² faz em sua análise sobre a Zululândia moderna em relação a grupos raciais distintos, no caso negros e brancos. Como esse último coloca a partir de Fortes, a unidade de observação é a unidade de

⁴⁹ Certeau, M. op.cit., p. 202

⁵⁰ onde o autor nos lembra que “Uma vida existe dentro de uma teia articulada, pouco visível, de laços interacionais, contratuais, políticos, econômicos e de parentesco que fornecem um ‘pano de fundo’ no qual as coisas se realizam.” “(...) As vidas não podem ser estudadas isoladamente nem fora do tempo mundial. O estudioso das estórias de vida deve ligar as vidas das pessoas aos documentos historicamente situados”, in Denzin, N. “Interpretando as vidas de pessoas comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner”, *Dados*, vol. 21, no.1. Rio de Janeiro: Ed. Campos./Publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. p.37 e 40, respectivamente.

⁵¹ Gewertz, Deborah & Errington, Frederick, *Twisted histories, altered contexts - Representing the Chambri in a world system*. Cambridge University Press. Melbourne, 1991.

⁵² Gluckman, M. “Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna”, in *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, (org. Bella Feldman Bianco) São Paulo: Global Universitária, 1991.

vida, e não de costume.

Uma outra referência teórica e metodológica apropriada é a fornecida por Turner, que privilegia em sua análise processual as qualidades dinâmicas das relações sociais, através do conceito de *drama social*. A perspectiva de Turner mostra-se bastante apropriada em contextos como o aqui estudado, conforme indica o estudo de Pompa⁵³, sobre o Parque Nacional da Capivara, no Piauí. Nesse trabalho, a autora busca entender os efeitos sociais produzidos pela proposta de implantação do Parque Nacional a partir daqueles instrumentos teóricos fornecidos por Turner (e também Sahlins), analisando os diferentes momentos do processo, os atores envolvidos, os laços de aliança e conflitos estabelecidos, além do encontro de estruturas sócio-políticas e culturais baseadas em princípios distintos, como o do povoado Zabelê (locus privilegiado da análise), e o da “sociedade envolvente” ou da política oficial⁵⁴.

Se chamo atenção para a análise do processo social que tem como palco os limites do Parque Nacional Grande Sertão: Veredas - e que conduzirá muitas das observações a serem apresentadas, há as outras pretensões de análise que foram antes indicadas. Não são, acredito, perspectivas excludentes, mas carregam várias implicações. Sobre aquelas que posso prever, está a tentativa de sobreposições de temporalidades - ou um entrecruzamento de tempos, como o sugerido por Gewertz & Errington. Assim, se existem os tempos do processo social, também tem seu curso o tempo das histórias particulares, das pessoas e lugares envolvidos, ou mesmo das narrativas trabalhadas. É de se supor que tal equivalência, no plano formal, corra o risco de impor um esquecimento de outros planos relevantes, ou mesmo um mascaramento de diferenças, como as de poder.

⁵³ Pompa, Maria Cristina. *O Parque Nacional da Serra da Capivara*. Campinas, PPGA/ IFCH/ UNICAMP. mimeo. 1987

⁵⁴ O trabalho de Pompa será posteriormente retomado ao longo deste estudo, não só pelas aproximações na abordagem sobre o problema, mas também pelo inúmeros paralelos que podem ser feitos na questão da implantação dos parques nacionais, e os efeitos sociais que podem ser lidos. É de se ressaltar que a utilização do termo ‘efeitos sociais’ pela autora desloca-se de uma visão simplista de “causas-efeitos”, mas justamente percebe-os como processo, levando em consideração a estrutura social pré-existente, os atores envolvidos, interesses, projetos de ação, contingências - tanto quanto as representações simbólicas também em jogo. Os paralelos mais interessantes, parece-me, dizem respeito ao caráter dos atores envolvidos - população tradicional (Zabelê), instituições do Estado (IBDF, INTERPRI), órgãos não-governamentais ligados à pesquisa na região do Parque (Missão Franco-Brasileira, Museu do Homem Americano) - e às diferentes relações mantidas entre eles em vários momentos do processo de implantação do Parque Nacional da Capivara. Outro paralelo relevante no que muitas vezes é chamado de relações entre os “de dentro” e os “de fora” é a análise sobre o encontro de “políticas”: a organização social do Zabelê, assentada sobre princípios do parentesco e do compadrio; o “tempo da política” ou a época de eleições - vista como pequeno “drama social” que institui momentos de ruptura, crise e reintegração; e os domínios da política oficial dos órgãos envolvidos .

Esse risco, entretanto, pode ser considerado de outra forma, como ilumina Said⁵⁵. Seu trabalho, que toca alguns temas comunicáveis com o desta dissertação, estabelece um cruzamento entre imperialismo, geografia e cultura, ou como coloca, “um exame geográfico da experiência histórica” do imperialismo, entrelaçando e sobrepondo histórias de colonizadores e colonizados, percorrendo passados e presentes. Ao justificar suas “razões filosóficas e metodológicas”, diz: “Se insisti na integração e nas ligações entre o passado e o presente, entre o imperializador e o imperializado, entre a cultura e o imperialismo, não foi para nivelar ou reduzir as diferenças, mas para transmitir um sentido mais premente da interdependência das coisas.”⁵⁶ Said continua esse trecho, aprofundando a idéia da interdependência dessas dimensões, da necessidade de se falar em territórios que se sobrepõem e em histórias que se entrelaçam, “comum a homens e mulheres, brancos e não-brancos, moradores da metrópole e da periferia, passados, presentes e futuros”, tendo em vista a força do “imperialismo como experiência de dimensões culturais cruciais”⁵⁷. No caso da presente dissertação, o tema trabalhado não alcança tão grande escopo. Mas talvez as escolhas tenham sido estimuladas, para além de uma intenção analítica e interpretativa, ou de uma alternativa metodológica, pela força de lugares, espaços e tempos que se chamam Sertão.

Algumas palavras sobre o grande sertão

“Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte que o poder do lugar”⁵⁸

Se existem categorias que podem concentrar as várias idéias propostas por Certeau acerca do caráter significativo e simbólico do espaço, ou do poder enunciativo do caminhar sobre ele, *Sertão* é certamente uma delas.

A densidade significativa da categoria é, por exemplo, revelada por Vidal e Souza⁵⁹. O objeto de sua análise reúne narrativas do pensamento social brasileiro, ou o

⁵⁵ Said, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁵⁶ Said, E. W. op.cit., p. 98

⁵⁷ Said, E. W. op.cit, p. 98.

⁵⁸ Rosa, Guimarães, *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979. P. 22.

⁵⁹ Vidal e Souza, Candice. *A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

que chama de “sociografias” – “modalidades de resolução textual da pergunta sobre a origem e o destino nacional (...) obras que querem a síntese da alma nacional”⁶⁰. Entre os vários autores trabalhados nesse grupo, encontram-se Fernando de Azevedo, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Gilberto Freire, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro. Configurando as obras como propostas explicativas de brasilidade, sua abordagem sobre o material é a de uma análise que considera tais narrativas como míticas, não se preocupando tanto com a cronologia ou com a correspondência dos conteúdos com espaços reais, ou “verdades históricas”, mas sim procurando interligar teoricamente os “enunciados nativos” (os textos), para alcançar caminhos de compreensão sobre “versões da nossa mitológica nacional”⁶¹.

Ao se aprofundar no discurso do pensamento social que qualifica o espaço físico e social da nação, Vidal e Souza percebe uma representação do Brasil fundada no espaço, e mais do que isso, construída como um “lugar onde há sertão e litoral”⁶². Ambas as categorias surgem, portanto, como articuladoras do discurso construtor da nação, e também como componentes estruturais da construção que acontece inclusive no domínio histórico, onde sertão e litoral funcionam como “temas pré-figurados que treinam o olhar”⁶³.

Seu trabalho divide-se em três etapas, que sintetizariam “os momentos mais notáveis da seqüência descrição-avaliação-projeção do Brasil, e de seu patrimônio sócio-geográfico”⁶⁴. No primeiro momento, estão as narrações do “nascimento” do Brasil, em que surgem as excursões para a hinterlândia, a conquista do patrimônio do espaço, e a geração do povo verdadeiramente brasileiro, através de um movimento que se faz da costa para o interior, e que forma o lugar tido como sertão. É onde também se encontram imagens que tornam simultâneos a gênese da brasilidade e a origem do sertão, e se reproduz a distinção litoral/sertão. Entre as representações que se destacam nessa reflexão sobre o espaço geográfico e a geografia imaginada de Brasil, através do sertão e do litoral, três imagens sobressaem: “as bandeiras e o evento histórico original”, “a sociedade e o viver do sertão”, e “as enormes distâncias”⁶⁵.

O segundo momento agrupa textos percebidos como formuladores de uma

⁶⁰ Vidal e Souza, C. op.cit., p. 19

⁶¹ Vidal e Souza, C. op.cit., p. 25

⁶² Vidal e Souza, C. op.cit., p. 25.

⁶³ Vidal e Souza, C. op.cit., p. 27

⁶⁴ Vidal e Souza, C. op.cit., p. 32

⁶⁵ Tais imagens, na verdade, nomeiam os itens que compõe o primeiro capítulo do livro de Vidal e Souza.

geografia que localiza no sertão a raiz dos problemas nacionais. Textos que propõem um movimento civilizatório, conduzindo o desenvolvimento e a civilização do litoral ao sertão, neutralizando o atraso e o vazio do sertão. Por fim, um terceiro momento, onde são trazidas considerações sobre as fronteiras internas do país. Indica-se o que seria o desdobramento do imaginário sobre o Brasil e sua construção na noção de fronteira em movimento. Narrações e representações que indicariam a ocupação do “vazio-sertão”, “(...) para onde corre a renovação econômica e social levada pelos pioneiros do Brasil”⁶⁶

Novamente reencontramos as tentações totalizadoras. Não mais através de um conceito como o de “lugar antropológico”- apesar de ressurgir nessa análise, além das categorias espaciais, traços que o caracterizam conceitualmente -, mas sobretudo por meio dos componentes estruturais encontrados nas obras estudadas por Vidal e Souza, consideradas como narrativas míticas. Alguns deles, bem como os “temas pré-figurados que treinam o olhar” ao redor da categoria sertão, poderão ser reconhecidos adiante pelo leitor, não somente nos textos aqui apresentados para ampliar os significados desse termo. Também nas descrições e análises formuladas pela dissertação, tanto a partir da reflexão sobre um universo narrado e imaginado, como sobre dimensões da prática, da ação e do vivido, quando é difícil delimitar as fronteiras entre conteúdos míticos, espaços reais e história.

As leituras seguintes tentam trazer outros sentidos e outras interpretações sugeridas por esse nome, sertão. Também fornecem outros pontos de vista, relatos e imagens sobre o espaço que situa o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

A primeira delas considera, na verdade, a região do norte mineiro (onde se inclui o noroeste aqui tratado): “Grande Sertão: Veredas e seus Ecossistemas”⁶⁷. É importante mencionar que se trata de um trabalho escrito por integrantes de um grupo de estudos ambientais, de caráter interdisciplinar, e com sede em Montes Claros - um dos grandes centros regionais da região. O trabalho aborda os ecossistemas que compõem o território norte mineiro e, homenageando a obra de Guimarães Rosa e nela inspirando-se, passam a denominá-los de “Grande Sertão: Veredas”⁶⁸. Traz uma descrição mais

⁶⁶ Vidal e Souza, C. op.cit., p. 33.

⁶⁷ Costa, João Batista Almeida; Ferreira, Antônio Carlos; Luz, Aline. *Grande Sertão: Veredas e seus Ecossistemas*. Montes Claros: Grupo de Estudos Ambientais/ GEA., 1990. mimeo

⁶⁸ A justificativa para essa inspiração associa-se a uma realidade empírica e tangível que o romance também descreve, onde citam Paulo Ronái: “... todas as audácias da construção, toda riqueza do conteúdo filosófico seriam apenas jogos de inteligência se o Sertão de Guimarães Rosa não fosse também, além de símbolo, realidade viva e concreta, com seus bichos, plantas, agentes e superstições admiravelmente

ampla do bioma do qual fazem parte tais ecossistemas - o Cerrado, que no Brasil abrange 2 milhões de km² e constitui o segundo bioma em importância da América Latina -, composto por uma das formações vegetais mais antigas do País, e funcionando como o maior dispersor de águas da América do Sul.

A região denominada pelos autores como ecossistemas do Grande Sertão: Veredas faz parte desse bioma e localiza-se mais especificamente no norte mineiro, formando uma área de aproximadamente 12 milhões de hectares, descrita a partir de suas características físicas e geográficas.

Uma das pretensões do trabalho é a de analisar as transformações nesses ecossistemas, o que é feito principalmente através da análise das mudanças históricas e sócio-econômicas no norte mineiro. Uma época marcante nesse sentido é o final da década de 60, sobretudo após a instauração do governo militar e da criação da SUDENE. São duas marcas associadas ao início de transformações estruturais na região, e que trazem um novo ciclo, marcado pela expansão das relações capitalistas de produção, através da implantação de empreendimentos industriais e agroindustriais, em projetos de grande porte de pecuária extensiva, reflorestamento (eucalipto e pinus) e monoculturas (algodão, soja e cana-de-açúcar).

O modelo sócio-econômico e cultural que sofre essas transformações - tanto quanto os ecossistemas - é descrito através da análise dos sistemas de ocupação territorial e de produção antes predominantes. Tal modelo, na análise dos autores, começa a se configurar no que seria a terceira fase de ocupação espacial no norte de Minas, após a criação de grandes fazendas⁶⁹. Essa terceira fase é caracterizada pela alocação de camponeses às margens dos pequenos cursos d'água, e próximos às chapadas existentes na região. Uma das marcas dessa ocupação espacial é a existência de áreas comunais - as chapadas - que forneceriam um suplemento à reprodução familiar (baseada na agricultura de subsistência), permitindo a coleta de frutos e de plantas medicinais, a caça e áreas de pastagem. O gado era criado solto nessas áreas, funcionando nessa economia sobretudo como reserva de valor.

Uma outra característica desse modelo reside na articulação desse sistema

descritos", citado em Costa, J. B. A.; Ferreira, A. C.; Luz, A. op.cit. p.04

⁶⁹ O primeiro momento dessa ocupação seria dado pelas nações indígenas que aí habitavam, e suas formas particulares de apropriação do espaço/ambiente. Um segundo período é iniciado, a partir do século XVII, com as "Entradas e Bandeiras", que culmina com a fundação de grandes fazendas - sobretudo em três pontos que posteriormente serão transformados em centros regionais: Montes Claros, Januária e Rio Pardo de Minas.

camponês com as grandes fazendas e seus proprietários. Porque, se por um lado há a constituição de relações verticalizadas e hierárquicas do ponto de vista econômico e político, haveria também a conjugação desses dois sistemas de reprodução, através do que os autores caracterizam como “principal valor cultural” desses grupos: as trocas e solidariedade, por intermédio das relações de compadrio e vizinhança (onde a troca de favores também aparece como um dos principais instrumentos de obtenção de poder político pelos grandes proprietários).

Tal modelo, fornecido a partir da análise da ocupação e dos sistemas de organização da produção, teria se estruturado num ritmo bastante lento, e possibilitado uma “auto-sustentação”, onde: “as duas formas de estruturação interdependentes se articulam: a grande fazenda com seus agregados, e os camponeses com suas pequenas posses e utilização coletiva das chapadas, cada um, por seu lado, estruturando-se num todo econômico, ocorrendo, ainda, a conjugação das duas”⁷⁰. Um outro fator importante nessa articulação, segundo os autores, encontra-se em manifestações culturais através dos inúmeros festejos (sobretudo religiosos), onde seriam estabelecidas relações horizontais, mediante um calendário comum, a vivência do festejar, o encontro e a fartura - integrando as diferentes classes econômicas.

Dessa forma, tal modelo parece funcionar, na análise dos autores, como ponto de partida para a compreensão das transformações sócio-econômicas que modificam os ecossistemas do norte mineiro, a partir da década de 60. Nas entrelinhas - e às vezes, explicitamente - está também um olhar que considera o antigo modelo, tradicional, como mais próximo e integrado aos ecossistemas descritos.

O referido texto é interessante aqui por vários motivos. Um deles encontra-se na descrição desse modelo de ocupação que, conforme verá o leitor nos capítulos seguintes, traz uma série de correspondências com a vida dos moradores do Parque Nacional Grande Sertão: Veredas. Outro, numa dimensão mais analítica, está na confluência de um olhar sobre a região (tanto da perspectiva social quanto ambiental) com um olhar sobre a obra de Guimarães Rosa.

Tal confluência pode ser vista em outros textos e contextos, como, por exemplo, em diálogo travado com a Funatura sobre a própria constituição do Parque Nacional. Em 1994, visitei pela primeira vez o PARNA GSV, acompanhando o cientista político Fábio Abdala que, à época, realizava pesquisa de campo na região. Um dos pontos de

⁷⁰ Costa, J. B. A.; Ferreira, A. C.; Luz, A. op.cit, p.18

nosso relatório de visita, enviado posteriormente à Funatura, criticava, em certo momento, a retirada da população nativa de sua área, e o ideal de natureza “ecocêntrico” que embasava tal ação. Para isso recorremos à obra de Rosa: “(...) Nos parece uma ironia usar de Guimarães Rosa, e ao mesmo tempo, ignorar um elemento central em sua obra e seu sertão: os homens e mulheres que dele fazem parte”⁷¹.

A resposta da Funatura ao nosso relatório considerou, de um lado, a existência de outras unidades de conservação que contemplariam necessidades humanas, respondendo com outra questão: “se formos sempre considerar que, para se criar uma unidade de conservação de uso indireto (como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas) não deva existir pessoas em seu interior, onde é que se encontraria tal área?”⁷².

Por outro lado, também recorreu à obra de Rosa para reafirmar sua posição:

“Na abordagem de Guimarães Rosa, em seu livro “Grande Sertão: Veredas”, mais que uma descrição da cultura, é uma impressionante imagem vívida dos ecossistemas, jamais assim interpretada. Por que não considerar uma área-testemunho disto tudo? Os Gerais - que retratam o casamento cultura e meio ambiente - têm 13 milhões de hectares (ou tinham, originalmente). Por que haveríamos de sacrificar a área do Parque, que não chega aos 84 mil hectares, ou cerca de apenas 0,64% deste total? Por que não se rebelar com toda a agressividade (no bom sentido) contra o “ecocídio” (outro neologismo, agora usado por mim) praticado pelas plantações de soja, fabricação de carvão vegetal a partir do Cerrado nativo, plantações de eucaliptos, fazendas sem manejo, queimadas, posseiros, falta de políticas de distribuição de terras, desgovernos, estradas, desvios de estradas?”⁷³.

Essa resposta não desconsiderou a importância da cultura local, indicando, para tanto, os próprios trabalhos realizados com a comunidade - mas, reforçou também os objetivos primeiros da instituição:

“Somos uma instituição de conservação da natureza que está tentando adequar seu trabalho às comunidades locais, conforme em vários trechos do relatório de vocês é lembrado. Quantas instituições existem no Brasil para cuidar da cultura? Acredito que não seriam 0,64% de área, que são os Gerais do GSV,

⁷¹ Abdala, Fábio de Andrade e Jacinto, Andréa Borghi M. *Relatório de visita realizada ao Parque Nacional Grande Sertão: Veredas/ MG* - Fevereiro de 1994. Campinas, mimeo, p. 16,17.

⁷² *Carta em resposta ao “Relatório de visita realizada ao Parque Nacional Grande Sertão: Veredas/ MG - Fevereiro de 1994”* - enviada pela Coordenação do Programa GSV - Funatura/ Brasília, junho de 1994. p.3

⁷³ *idem*, p. 3 e 4.

que podem ser culpados da ruptura ou da perda da riqueza cultural”⁷⁴.

Uma outra fala da Funatura, de outro momento, e também interessante, refere-se ao período de criação do Parque: “... e foram muitos os esforços da Funatura, especialmente da pessoa da Maria Teresa⁷⁵, para que esse parque fosse criado (...) O Grande Sertão teve um parto difícil, mas enfim o Sarney⁷⁶... apelou-se a característica dele ser escritor e tal “olha, o Guimarães Rosa e tal...”, (...) e à justificativa que se tinha da importância ambiental daquela área, então o parque foi criado, isso foi em 89.”⁷⁷”

Ao trazer essas diferentes falas que interpretam a região, os ecossistemas, o parque nacional, a cultura local, à luz de diferentes princípios e objetivos, trazem-se também interpretações da obra de Rosa, e de um mundo de ficção descrito e imaginado por ele. A utilização dessas diferentes bases na argumentação talvez pudesse ser vista como certa incoerência. Ou, ao invés disso, como uma tensão entre um mundo empírico e outro imaginado - tensão presente na própria obra do autor, ou na própria representação mais ampla do sertão.

Essas duas últimas afirmações, na verdade, são idéias desenvolvidas em maior profundidade por alguns autores, como Galvão⁷⁸, Schentino⁷⁹ e Sena⁸⁰.

O trabalho de Galvão, por exemplo, na área da crítica literária, encontra uma ambigüidade na obra de Rosa, que interpreta como princípio organizador do romance, e que o atravessa em todos os seus níveis. Propõe-se, a partir daí, a descobrir “em que níveis da composição literária se detecta esta ambigüidade instauradora”⁸¹. Partindo dessa questão, ela tenta analisá-la na matéria do romance, que se desdobra em duas: a

⁷⁴ idem, p. 4.

⁷⁵ Maria Teresa Pádua é presidente da Funatura. Trata-se também de uma das figuras mais importantes do ambientalismo brasileiro, tendo dirigido o Depto. de Parques do IBDF, trabalhado na formulação do primeiro plano do SNUC, e também presidido o Ibama.

⁷⁶ José Sarney, que assinou o decreto presidencial que cria o Parque Nacional Grande Sertão: Veredas

⁷⁷ Entrevista com coordenadora do programa GSV e coordenadora de trabalhos de Campo/ Programa GSV. Brasília, sede da Funatura, em novembro de 1996.

⁷⁸ Galvão, Walnice Nogueira. *As Formas do Falso*. São Paulo: Ed. Perspectiva., 1972.

⁷⁹ Schentino, Marco Paulo Fróes. *Espaços do Sertão*. Brasília, 1995. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia/ Instituto de Ciências Humanas/Depto. de Antropologia/UNB.

⁸⁰ Sena, Maria C. *A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica*. Brasília, 1986. Anteprojeto elaborado para o exame de Doutorado em Antropologia Social e apresentado ao Dept. de Antropologia da Universidade de Brasília. mimeo.

⁸¹ Galvão, W.N. op.cit., p. 12

“matéria historicamente dada”⁸², e a “matéria imaginada” da ficção e da narrativa de Riobaldo Tatarana.

Com esse objetivo, Galvão percorre também o sertão representado e descrito por Euclides da Cunha, por Oliveira Vianna, por Câmara Cascudo, pelos romances de Cordel. Um dos pontos em que encontra aquela ambigüidade, por exemplo, está no “tratamento de uma matéria como essa em termos de novela de cavalaria”, que associa a dois fatores: “Um, a sobrevivência verificável do imaginário medieval no sertão brasileiro, seja na tradição oral, seja no romance de cordel. Outro, o pendor irresistível que têm os letrados brasileiros, dentro e fora da ficção, para representar o sertão como um universo feudal. O primeiro fundamenta, portanto, a verossimilhança; o segundo entra em tensão com aquele por veicular representações que servem a propósitos de dominação. Novamente, aqui, a ambigüidade”⁸³.

A ambigüidade, num plano externo ao romance (mas que também informa sua composição e leitura), vai sendo repassada em outros domínios, como no olhar ora de admiração, ora de repulsa, de Euclides da Cunha sobre os “sertanejos em geral”, e sobre “sertanejos concretos”⁸⁴. Ou através de outros autores, que se debruçam sobre as insituições, leis, e costumes, os desmandos e a aparente anarquia do universo social do sertão. O caminho seguido na primeira parte de seu livro percorre, portanto, descrições e análises dessa “matéria historicamente dada”, centrando-se também em elementos que compõe o *Grande Sertão: Veredas*, e que nortearão as análises propostas na segunda e terceira partes (um olhar que agora parte da “matéria imaginada”)⁸⁵. A primeira parte, “A condição jagunça”, discorre sobre a violência privada e organizada, a lei das chefias e dos coronéis, a solidariedade das famílias senhoriais, o banditismo. Conduzindo também o leitor ao cenário dessas práticas históricas e tradicionais do sertão, Galvão nos introduz uma definição de sertão e um dos elementos que a compõe, o gado:

⁸² A matéria historicamente dada “é ela a matéria do sertão, com o homem pobre do meio rural brasileiro, seu estilo de vida, sua maneira de enfrentar o mundo, o sistema de dominação vigente, a violência que o garante. É privilegiado no romance um dos aspectos desse meio, qual seja o cangaço, com o jagunço como sua figura central”, in Galvão, W. op.cit., p.12

⁸³ Galvão, W. op.cit, p12.

⁸⁴ Galvão, W. op.cit. p.18

⁸⁵ O livro é composto de três partes. Na primeira, “A condição Jagunça”, com os seguintes capítulos: “A lei e a lei do mais forte”, “o sertão e o gado”, “A plebe rural”, “O inútil utilizado”. A segunda parte, chamada “A Forjadura das Formas do Falso”, apresenta “A matéria: matéria e matéria imaginada”, e “A linguagem e a fala”. E finalmente, a última parte “o Ponteador de Opostos”, com três capítulos: “O letrado: a vida passada a limpo”, “O jagunço: destino preso”, o “O certo no incerto: o pactário”.

“Dá-se o nome de sertão a uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, que abrange boa parte dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. É o núcleo central do país. Sua continuidade é dada mais pela forma econômica predominante, que é a pecuária extensiva, do que pelas características físicas, como tipo de solo, clima e vegetação. Embora uma das aparências do sertão possa ser radicalmente diferente de outra não muito distante - a caatinga seca ao lado de um luxuriante barranco de rio, o grande sertão rendilhado de suas veredas -, o conjunto delas forma o sertão, que não é uniforme, antes bastante diversificado.”⁸⁶

A diversidade natural desse sertão e sua unificação, sobretudo através do gado, vão sendo descritos através da história do ocupação econômica do sertão e do processo de expansão do capitalismo. Dos pontos que chamam atenção nessa análise, estão a figura do vaqueiro, sua relação com o boi e com um universo limítrofe entre natureza e cultura, e um ideal de liberdade que parece associado àquela figura, onde:

“Neles [os vaqueiros], a percepção dos seres naturais é parte integrante da vida, como fonte de informação, como fruir de companhia, como garantia de sobrevivência. Basta lembrar o papel importante que tem o ensino da observação e deleite da natureza e dos bichos feitos por Diadorim a Riobaldo. De outro lado, cuidar do gado e receber em paga a quarta dos bezerros, encadeia o homem à possibilidade de passar de empregado a dono.”⁸⁷

Nos dois últimos capítulos dessa parte, “condição jagunça”, Galvão volta-se à reflexão sobre a “plebe rural”, caracterizada aí como um grupo uniforme e anônimo, cuja existência física e social se vê situada entre os limites da subsistência e da sobrevivência. Dessa caracterização, decorre uma organização social frágil, um desapego e grande mobilidade, e uma participação no povoamento que constituía pequenos núcleos rurais, isolados entre si, e submetidos ao poder de grandes proprietários rurais.

Esses são alguns dos elementos explorados por Galvão em sua leitura da “matéria historicamente dada”, que informa a segunda parte de seu livro - numa análise agora interior da obra, voltada à composição literária, à estrutura narrativa, e ao mundo ficcional propriamente dito. No entanto, mesmo naquela primeira parte, o universo descrito assim o é a partir de referências importantes àquela obra ficcional. Sua descrição da estrutura de poder assentada no poder de chefes rurais e seus jagunços, os

⁸⁶ Galvão, W. *op.cit.* p. 26

⁸⁷ Galvão, W. *op.cit.* p. 34

cenários que percorrem, a pecuária como valor econômico, social e cultural, a “plebe rural” pobre, anônima e submissa - tudo isso desemboca no olhar que posteriormente desenvolverá sobre a obra - o que, na verdade, ela já aponta na introdução, já que trata-se de analisar onde radica a ambigüidade constituidora da obra e, ao olhar sua matéria, também nela encontra esses elementos.

Apesar de abordar a “matéria historicamente dada”, sua análise guarda uma imprecisão temporal, marcada por imagens difusas, que ora parecem tratar-se dos tempos de colônia, ora tempos de império, ora de nascente república, como se também ela própria reproduzisse a imprecisão deliberada que percebe em Rosa⁸⁸. A tensão entre mundos reais e imaginados novamente surge aqui, percebida na obra que a autora analisa, e também presente em seu próprio olhar.

Trazendo essa leitura, traz-se também a dificuldade de abordar genericamente esse universo do chamado sertão, ou mais especificamente do sertão do norte mineiro, sem revelar também a condição “ficcional” e imaginada que o envolve, que o transforma e que o recria.

Schenttino trabalha mais diretamente com essa questão, ao buscar “os fundamentos simbólicos que informam a construção do sertão enquanto espaço-paisagem”⁸⁹. Para isso, analisa diferentes autores do pensamento social brasileiro e as definições mais recorrentes de sertão. Uma de suas conclusões estabelece que:

“O campo discursivo sobre o sertão é caracterizado por dois níveis que se comunicam, e que dão a tessitura dos discursos. O nível de uma empiria ecológica, social, política e cultural, que informa outro nível, que por sua vez é imaginado e idealizado. Acredito que a arbitrariedade das representações do sertão tem forte relação com sua existência empírica. Essa existência empírica funciona como estímulo criativo para se imaginar o sertão. Walnice Nogueira Galvão, analisando Grande Sertão: Veredas fala desse estímulo criativo dentro do romance: ‘Se, de um lado, seu romance é o mais profundo e mais completo estudo feito até hoje sobre a plebe rural brasileira, por outro lado também é a mais profunda e completa idealização desta mesma plebe’.”⁹⁰

Mediante a utilização e interpretação dos conceitos de espaço e paisagem⁹¹,

⁸⁸ “Mas o solerte escritor de que me ocupo dissimula a História, para melhor desvendá-la. Não data seu enredo, mas finge datá-lo; e toda vez que o leitor depara com uma data, ela é contradita pela imprecisão”. in Galvão, W. op.cit, p. 63

⁸⁹Schenttino, M.P. op.cit, p.1

⁹⁰ Schenttino, M.P. op.cit. p. 3

⁹¹ “(...) o conceito de paisagem aqui adotado relaciona a realidade com a sua representação, ou seja, a paisagem é entendida como uma construção que relaciona os níveis do simbólico e do empírico” (...)

Schenttino percebe a articulação desses dois níveis - empírico e simbólico - , e nela explora seu tema. Reinterpreta também uma das definições mais recorrentes de sertão, a que se dá através da contraposição ao litoral. Primeiro, o faz multiplicando seus sentidos geográficos, onde o sertão surge em regiões tão distintas entre si como a zona serrana de Santa Catarina, a Mata Atlântica, a região amazônica. Buscando uma unidade entre essa indeterminação geográfica e diversidade natural, recorre ao que seriam representações comuns que a envolvem, associadas ao espaço físico, ao povo, à sociedade e à cultura, numa colagem de diferentes imagens - que nos indicam, por exemplo, séries de arcaísmos, e a intensa presença do mato, ou da relação com o mesmo. Sua leitura daqueles conceitos (espaço e paisagem) conduz também a um novo par de opostos, definindo o sertão não mais na oposição ao litoral, mas à civilização:

“Sertões, portanto, são geografias imaginadas sem se referirem a uma mesma base físico-natural, mas a diferentes meios que se identificam pela carência de civilização. As condições que determinam um sertão podem se alterar, transformando um sertão em não-sertão. A fronteira da civilização, entendida como o limite do avanço e da expansão do espaço civilizado (espaço estriado, como veremos) é a principal força de transformação do sertão”⁹²(p. 12)

A idéia que estrutura todo o seu trabalho baseia-se em outra reinterpretação - a dos conceitos desenvolvidos por Deleuze e Guatarri, de espaços estriados e lisos, associados a dois tipos de organização social e política. O primeiro relaciona-se “[a] as organizações decorrentes do aparato do estado: os órgãos de poder, a propriedade privada, e a organização do trabalho”, que caracterizam um espaço que “*se mede para ocupar*”, como o da civilização. Já o espaço liso refere-se “às organizações segmentárias, exteriores ao aparato de estado e continuamente conspiradoras contra o seu surgimento”. As imagens realçadas aqui são a da diversidade, a da heterogeneidade, e a da descentralidade, num espaço “ocupado sem se medir”, aberto. E, por analogia, considera esse o tipo característico de organização social atribuída ao sertão do São Francisco⁹³.

Shcenttino volta-se então ao que chama de “paisagens etnográficas”, onde concentra seu olhar para a região do alto e médio vales do Rio São Francisco e dos

“Entendo espaço como conjuntos de significados, produzidos a partir de experiências espaciais, constituidoras de sentidos. Muitos desses significados podem ser organizados e expressos através das paisagens”, Schenttino, M.P., op.cit, respectivamente p.4 e 6.

⁹² Schenttino, M.P., op.cit, p. 12

⁹³ Schenttino, M.P., op.cit, p.14

planaltos centrais, denominada por ele Sertão dos Gerais ou Sertão Central. Não por acaso (novamente) , a definição que traz dos Gerais vem de Guimarães Rosa, em correspondência com Edoardo Bizatti:

“Você sabe, desde grande parte de Minas Gerais (Oeste e sobretudo Noroeste), aparecem os “campos gerais”, ou “gerais” - paisagem geográfica que se estende, pelo Oeste da Bahia, e Goiás (onde a palavra vira feminina: as gerais), até o Piauí e ao Maranhão.”

(...)

“O que caracteriza esses Gerais são as Chapadas (planaltos, amplas elevações de terreno, chatas, às vezes serras mais ou menos tabulares) e os chapadões (grandes imensas chapadas, às vezes séries de chapadas). São terra péssima, vários tipos sobrepostos de arenito, infértil (Brasília é uma típica chapada...) E tão poroso, que, quando bate chuva, não se forma lama nem se vêem enxurradas, a água se infiltra, rápida, sem deixar vestígios, nem se vê, logo depois que choveu. A vegetação é a do cerrado: arvorezinhas tortas, baixas, enfiadas (só persistem porque têm longuíssimas raízes verticais, pivotantes, que mergulham a incríveis profundidades). E o capim, ali, é áspero, de péssima qualidade, que, no reverdecer, no tempo-das-águas, cresce incrustado de areia, de partículas de sílica, como se fosse vidro moído: e adoece por isso, perigosamente, o gado quando o come. Árvores, arbustos e má relva, são, nas chapadas, de um verde comum, feio e monótono”⁹⁴

O Sertão dos Gerais é desdobrado em outros espaços simbólicos: “espaço da diversidade infinita”, “espaço da ambigüidade”, “espaço do deslocamento”, “espaço do entrelaçamento”. E são sobretudo atribuições tradicionais, lidas no pensamento social brasileiro, em viajantes e literatos ,que fundamentam sua análise e sua classificação desse espaço.

Algumas são imagens indicadas pelos outros autores que aqui tratei, como a autonomia de um poder organizado localmente, ou peculiaridades da ocupação do espaço pelos “povoadores tradicionais inseridos nesta paisagem, índios e sertanejos, [que] são peculiares em ocuparem o espaço sem ‘estriá-lo’, ou seja, sem efetuarem rupturas na paisagem que demarque separação, divisão ou oposição entre as formas materiais de sua ocupação e o meio ambiente”⁹⁵. Também aqui se repete a ambigüidade, vista no ideal igualitário que torna compadres o fazendeiro e seu vaqueiro, onde se estabelece trocas recíprocas - sem colocar em cheque, entretanto, as diferenças de poder aí representadas. Schenttino a indica também no caráter do deslocamento dos sertanejos; sua grande mobilidade e aparente liberdade seriam sobretudo motivadas por fatores

⁹⁴ cf Schenttino, M. P. op.cit. p. 27

⁹⁵ Schenttino, M.P. op.cit., p.21

sócio-políticos, que o tornam um “sujeito a ser desalojado a qualquer hora, sem explicações ou direitos”⁹⁶. Mas, onde os deslocamento não deixam também de aparecer como traço cultural, e com especificidades próprias⁹⁷.

As imagens e os espaços-paisagens percorridos por Shenttino revelam aspectos e representações também da região em que o Parque se encontra, classificados em seu exercício de abstração, que aproxima esse universo à complexidade dos conceitos de Deleuze e Guattari.

Outro trabalho que desloca os sentidos do termo rumo a uma dimensão mais abstrata é o de Sena. Apesar de ser um trabalho breve, e não ter um caráter conclusivo (trata-se de um ante-projeto de pesquisa), ele aponta caminhos interessantes. Ao estudar a categoria *sertão*, a autora a aproxima do *hau* dos maori, sendo vista, menos como categoria sobre a qual o nativo pensa, e mais como uma coisa através do qual ele pensa. Disso, decorre que “(...) a questão da definição do termo como a própria percepção de se estar perante uma representação coletiva privilegiada só se coloca para o estranho dado que, a despeito dos múltiplos significados, o sertão é algo em que os brasileiros habitam”⁹⁸.

A autora trabalha com o pressuposto da multiplicidade que o termo integra, sua simultânea singularidade e pluralidade - indicando-o, também, como representação coletiva e, espaço real e habitado. O ponto de partida para pensar a categoria *sertão*, que utiliza como referência etnográfica, são três clássicos da literatura brasileira considerados como expressão legítima da reflexão sobre o país e seus sertões: Euclides da Cunha (*Os Sertões*); Bernardo Élis (*O Tronco*) e Guimarães Rosa (*Grande Sertão: Veredas*). O trabalho de Sena, através desses autores, e das “teorias nativas” que produzem, conduz à caracterização do termo como “categoria inconsciente do entendimento”, nos moldes de Mauss, e da leitura que Lévi-Strauss faz do autor, indicando o “excedente de significação” que o termo traz em si.

Sua proposta, a partir daí, é buscar algo da história social dessa categoria, que começa a apontar nos tempos da Primeira República, e das tentativas de unificação

⁹⁶ Darcy Ribeiro citado em Shenttino, M. P., op.cit. p. 47

⁹⁷ “(...) Tais fluxos não se dirigem a pontos determinados, mas a direções, uma estação de caça, uma área de coleta ou o lugar onde se encontre trabalho, enfim, a um rumo que se constrói no caminho, indeterminado a priori, construído passo a passo entre as indeterminações dos obstáculos, dos desvios e das facilidades, trançado no inesperado, sobre o qual se problematiza contextualmente e cujas respostas são dadas localmente: “um giro-o-giro no vago dos gerais.”, Shenttino, M.P., op.cit., p. 48

⁹⁸ Sena, M.C. op.cit. p. 4

política do país, junto com a busca por uma imagem unificadora. *Sertão* passa a ser lido como um dos caracteres formadores de uma identidade nacional, leitura que coincide com o trabalho de Vidal e Souza, citado no início desse item. Sena, porém, como Schettino, contrapõe-se à visão sobre o termo que o toma nos sentidos da representação dualista litoral/sertão, e o aponta como “uma categoria necessária e princípio diretriz subjacente do processo de constituição de nossa nacionalidade”⁹⁹.

Fato é que poderíamos ficar horas e páginas desfiando esse mundo de significações e fontes, recorrer a tantos outros autores que descrevem e interpretam esses mundos, reais e imaginados, em tempos e propósitos diferentes. Poderíamos ter introduzido esse universo por outra via, como o relato de Richard Burton¹⁰⁰, e sua viagem em meados do século XIX, descendo o rio São Francisco, passando por pontos próximos à área do Parque, e importantes para sua história. A definição de Burton sobre o sertão, por exemplo, tem fundamento etmológico, onde associa o termo a uma “contração do aumetativo desertão, e muito usada na África e na América do Sul”¹⁰¹. Também Saint-Hillaire associa o termo ao de deserto¹⁰², e em sua terceira viagem descreve a parte do sertão mais próxima ao presente trabalho, o oeste do São Francisco. Seu relato é igualmente repleto de impressões sobre a paisagem, sobre os hábitos e costumes dos mineiros e sertanejos que vai encontrando pelo caminho, e por seus próprios sentimentos ante as “virtudes” e “embrutecimentos” com que se depara.

⁹⁹ Sena, M.C. op.cit., p.10.

¹⁰⁰ A referência é sobretudo aos relatos de sua viagem no segundo semestre de 1867, nos capítulos referentes à passagem pelo Rio São Francisco; e de Guaicuí a São Romão; de São Romão a Januária, de Januária a Carinhanha, e de Carinhanha a Senhor Bom Jesus da Lapa. São pontos tangenciais à região do Parque, que se configuram entretanto como centros regionais - já naqueles tempos, e atualmente. Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia é, por exemplo, um ponto tradicional de peregrinação e romarias para os moradores da região. Daqueles tempos diz Burton: “Esse centro de romaria goza da mais elevada reputação: para visitá-lo, vêm devotos de todas as direções e das maiores distâncias, mesmo do Piauí. Às vezes, há uma multidão de 400 visitantes...”, in Burton, R. *Viagens aos Planaltos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1983. p. 233

¹⁰¹ cf Schenttino, M. P. op.cit, p. 54

¹⁰² “O nome de Sertão ou Deserto não designa uma divisão política de território; não indica senão uma espécie vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela escassez de população. O sertão compreende, nas Minas, a bacia do São Francisco e dos seus afluentes, e se estende desde a cadeia que continua a Serra da Mantiqueira ou, pelo menos, quase a partir dessa cadeia até os limites ocidentais da província. Abarca, ao sul, uma pequena parte das comarcas situadas desde Sabará e do Serro Frio, e finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatú, situada ao ocidente do São Francisco. Essa imensa região constitui assim cerca da metade da Província de Minas, e se estende aproximadamente, desde os 13 ° até os 21 ° de latitude; mas não se deve pensar que o sertão se restrinja à Província de Minas Gerais; prolonga-se pelas da Bahia e Pernambuco, e a Província de Goiás, pela qual se continua, não é ela toda senão um imenso deserto.” As viagens referem-se ao período entre 1816 e 1822. Saint-Hillaire, A. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte; Ed. Itatiaia/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 307

O tão mencionado Rosa seria outro caminho, múltiplo e denso, com os tantos sertões que enfrenta e por onde conduz seu leitor. Contrapondo a visão pessoal de sua obra - que chega mesmo a chamar, no caso de GSV, de “auto-biografia irracional”, numa união de “ficção poética e realidade” -, à extrema objetividade presente no seu trabalho de criação, ao jogo entre universalidade e individualidade, multiplicam-se os sertões descritos e imaginados, tanto quanto as interpretações possíveis. Viggiano, por exemplo, ao constatar a “realidade” dos topônimos mencionados no livro, percorre o Norte de Minas, Sudoeste de Bahia e Sudeste de Goiás, para reencontrar o rastro de Riobaldo¹⁰³. Ou Valadares que, em seu levantamento sobre os personagens da obra, calcula através deles e dos dados históricos mencionados no livro, a época e o tempo em que a história teria se desenrolado. Entre os fatos e personagens citados, ainda que superficialmente, surgem figuras históricas, tanto da história nacional, como Prestes, quanto da regional: Maria da Cruz, Antônio Dó, Major Alcides do Amaral.¹⁰⁴

Igualmente, encontramos leituras voltadas à densidade da experiência narrativa e vivida, e à estrutura metafísica da obra¹⁰⁵, outras que se utilizam de uma perspectiva histórica e sociológica (Galvão), ou mesmo a leitura ambiental da Funatura. O próprio autor, aliás, indica uma direção consciente dessa coexistência de elementos e, portanto, de leituras possíveis: “(...) quero escrever livros que depois de amanhã não deixem de ser legíveis. Por isso acrescentei à síntese existente a minha própria síntese, isto é, incluí em minha linguagem muitos outros elementos, para ter ainda mais possibilidades de expressão.”¹⁰⁶

A intenção aqui, também permeada por ambigüidades, se por um lado foi a de acrescentar informações para uma crescente significação sobre o espaço onde se situa o Parque, ampliando o quadro em que pode estar inserido, foi também a de possibilitar a subversão desse olhar genérico sobre ele. Por vários motivos, como já nos lembra Riobaldo: “Uma coisa é por idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil e tantas misérias...”¹⁰⁷. Se muitas das afirmações que percorri

¹⁰³ Viggiano, Alan. *O Itinerário de Riobaldo Tatarana*. Rio de Janeiro: J. Olympio, Brasília: INL, 1978.

¹⁰⁴ Valadares, Napoleão. *Os personagens de Grande Sertão: Veredas*. Brasília: Ed. Andrequicé, 1982.

¹⁰⁵ Albergaria, Consuelo. *Bruxo da Linguagem no Grande Sertão Veredas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

¹⁰⁶ As citações desse parágrafo referem-se a entrevista concedida por Guimarães Rosa à Günter Lorenz, in *Diálogo com a América Latina - Panorama de uma literatura do futuro*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1973, pp. 352, 326 e 338, respectivamente.

¹⁰⁷ Rosa, Guimarães, op.cit., p. 15

sobre o(s) sertão(ões) fazem sentido e têm validade para o mundo daqueles que habitam o PARNA GSV, outras o estereotipam, não fazem sentido no contexto local e sequer nos dão a chance de pensá-lo e entendê-lo de formas diferentes.

De fato, a pesquisa não foi direcionada a um questionamento sobre significados locais do termo¹⁰⁸, embora, algumas vezes, ele tenha se insinuado. Certa vez, um guarda-parque me perguntou porque eu achava que o Parque Nacional tinha aquele nome. Respondi pelo que achava óbvio, pela homenagem ao escritor e sua obra. O guarda, por sua vez, nunca tinha ouvido falar do escritor, ou de seu livro, e sua resposta me fez, ao invés de pensar nas letras, olhar para a paisagem que nos cercava.

Portanto, a reflexão desenvolvida aqui configura-se mais como tentativa de estabelecer um diálogo com esses autores e com significados que fornecem aos termos *sertão* e *Grande Sertão: Veredas*. Ela compõe, também, como a primeira parte desse capítulo, um quadro de referências mais amplas e genéricas para o estudo do “epicentro” dessa dissertação, o PARNA GSV. Isso possibilita imaginar um parque que é também criado, envolvido e disputado por símbolos, idealizações e ficções. Outra coisa é pensar nesse lugar, a partir de falas, experiências e reflexões daqueles que o habitam - objetivo que os próximos capítulos pretendem alcançar.

¹⁰⁸ Um trabalho que percorre esse caminho é o desenvolvido por Brandão, na região da Serra do Mar, no município de São Luis do Paraitinga/ SP. Numa análise da lógica social dos territórios do cotidiano, investiga-se, entre os camponeses que aí vivem, os significados de espaços como o *sertão*, o *bairro*, a *vila* e a *cidade*. Também se percebe, através das transformações sócio-econômicas que a região vive, a transformação desses significados e o deslocamento espacial, por exemplo, de territórios nomeados sertões. in Brandão, Carlos Rodrigues. *Do sertão à cidade: os territórios da vida e do imaginário do camponês tradicional*. in Brandão, C. B e Mesquita, Z.(organizadores) *Territórios do Cotidiano - uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. pp. 155-177

CAPÍTULO II

PERDENDO-SE PELO PARQUE: MAPAS, MEMÓRIAS E LUGARES PRATICADOS

1. Uma primeira apresentação: sobre lugares, pessoas e rios

Como antes indicado, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas possui uma área de aproximadamente 84.000 ha, território esse que se coloca entre uma dupla encruzilhada. Localiza-se em áreas do Estado de Minas Gerais, limita-se ao norte com a Bahia, pelo rio Carinhanha, relativamente próximo ao limite do Estado de Goiás, situando-se no entroncamento de três municípios mineiros - Arinos, Januária e Formoso. Segundo dados informais do IBAMA local (em março de 1997), Formoso possui cerca de 70% da área do Parque; Arinos, cerca de 5%, e os 25% restantes fazem parte de Januária. Entretanto, quando de minha última visita à região, o IBAMA e as prefeituras dos municípios de Formoso, Januária e da recém-fundada Chapada Gaúcha estavam em negociações no sentido de refazer os limites dos municípios dentro do Parque¹.

Em entrevista² com a chefia do PARNA GSV, vários pontos foram apontados, justificando essa reorganização espacial e a incorporação de áreas daqueles dois municípios pela Chapada Gaúcha. O principal motivo estaria ligado ao fato de a Chapada Gaúcha ser o município que mais mantém um “relacionamento” com o Parque, por ser a sede de município mais próxima, cerca de 5 km, quando as outras áreas urbanas estão há pelo menos 70 Km. Ainda a partir dessa entrevista, indicou-se inclusive que a Chapada Gaúcha situa-se na área de entorno do parque, 10 km previstos pelo CONAMA (e é também sede do IBAMA local). Além da proximidade espacial e da inclusão na área do entorno, ocorre também a importância dessa área urbana para a população do Parque, pois, mesmo aqueles moradores de áreas de outros municípios, acabam recorrendo à Chapada Gaúcha na busca de serviços como os de educação, saúde, ou do comércio local, por exemplo.

¹ Segundo dados preliminares do IBGE, na contagem de População em 1996, Januária possui 64.215 habitantes, Arinos 16.977, Formoso 6.260, e a Chapada Gaúcha 4.784 (fonte: Diretoria de Pesquisas - DPE/ Depto. de População e Indicadores Sociais -DEPIS - tabela: população residente por sexo, segundo município- MG/ IBGE). Entretanto, em conversa com a prefeitura da Chapada Gaúcha, em março de 1997, os dados referentes à Chapada Gaúcha eram contestados, e a prefeitura indicava um número em torno de 9000 pessoas. Segundo entendi, essa contestação se fazia em função de certas áreas de outros municípios (como Formoso e Januária) estarem em negociação entre os municípios, para serem formalmente incluídas como território da Chapada Gaúcha - já que, de fato, os vínculos da população dessas áreas seriam maiores com esta última, do que com seus próprios municípios. Indicaram-se, inclusive, territórios de Formoso, cuja existência de populações era desconhecida por parte dessa prefeitura.

² Entrevista realizada em março de 1997, na sede do IBAMA/ Parna GSV, no município da Chapada Gaúcha.

Já que mencionamos a população do Parque - nativa ou tradicional - é hora de começar a falar sobre ela. Até o momento, não existe um cálculo exato de quantas pessoas vivem em seus limites. Segundo uma reportagem sobre o Parque, publicada na revista *Caminhos da Terra*, seriam 700 pessoas que moram dentro de seus limites: “mais de cem famílias que moram em casas simples de telhado feito com palha de buriti, praticamente isolados no meio do sertão. Para chegar a um posto de saúde ou um armazém, por exemplo, eles têm que ‘torar’ dezenas de quilômetros, a pé, a cavalo ou em carro de boi até o povoado mais próximo, a Vila dos Gaúchos.”³ Informalmente, tanto o IBAMA quanto a Funatura, indicam “em torno de 100 famílias”. O único levantamento mais sistematizado feito nesse sentido, data de 1991, quando foram contadas 97 famílias⁴.

* * *

Se lembrarmos do modelo de ocupação espacial do norte mineiro, mencionado no capítulo anterior⁵, também aqui encontramos pequenos agricultores, residindo próximos aos cursos de água, utilizando-se do cerrados e suas várias formações⁶ como “áreas comunais”, onde se cria o gado solto, coletam-se frutos e plantas medicinais e, antes da criação do Parque Nacional, costumava-se caçar.

A principal base econômica dessa população é a agricultura, sendo as culturas mais frequentes as do arroz, feijão, milho e mandioca, cultivadas em áreas descontínuas,

³ ver Capela Jr., Afonso. “O Grande Sertão”, in *Os Caminhos da Terra*. Ano 4, no. 9, Edição 41, setembro de 1995. p 70

⁴ Trata-se do trabalho *Conscientização Ambiental das Comunidades da Região do Parque Nacional GSV - Questionário 01: caracterização das comunidades do interior do Parque Nacional GSV*. Coordenadora: Lourdes M. Ferreira; equipe: Luciano F. Ribeiro, Márcio S. Boitex, Suelma R. Silva. Brasília, 1991/92. FUNATURA. mimeo. O material consiste de 97 questionários aplicados na região, que trazem um amplo campo de informações: composição da “família”, origens das pessoas, escolaridade, situação fundiária, e até o uso de plantas nativas como medicamentos. Os questionários não chegaram a ser trabalhados posteriormente e, por trazer questões às vezes genéricas, muitos dos dados permanecem incompletos e ambíguos - além de se considerar a recusa de vários moradores em responder as perguntas. De qualquer forma, trata-se de um material interessante e que pode trazer informações relevantes se chegar a ser explorado adequadamente. Quanto às 97 famílias, esse valor é problematizável, sobretudo por confundir-se no questionário grupos domésticos ou unidades técnicas (grupos de pessoas vinculados por residência, consumo, trocas e trabalho) e diferentes tipos de família (grupo de pessoa vinculadas por parentesco). Tive um contato rápido com esse material, e calculei, a partir dele, um número de 463 pessoas. Outro material que pode fornecer dados correlatos a esse é *Demarcação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas - Laudos de Vistoria.*, IBAMA, FUNATURA, Topocart, 1992.

⁵ Costa, João Batista A; Ferreira, Antônio Carlos; Luz, Aline. op.cit.

⁶ Entre as várias formações vegetais características dos cerrados e encontradas na área do Parque estão: o cerrado, campo cerrado, campo sujo, campo limpo e sujo, o carrasco, e as veredas.

e a distâncias relativas do espaço da casa. Sobretudo nas plantações de arroz, muitos se utilizam da técnica de construção de “esgotos”, estreitos canais construídos a partir das veredas, para a irrigação das áreas cultivadas. Na maioria dos casos, trata-se de culturas destinadas ao consumo de subsistência - ao contrário do passado ainda recente, em que o excedente era vendido em cidades, como Januária, ou em feiras e festas anuais - como a de Santo Antônio, na Serra das Araras⁷ -, onde também se compravam mantimentos como o sal, açúcar e farinha. Mais próximo do espaço da casa e do terreiro, encontram-se em geral pequenas hortas, cultivadas nos brejos, ou seja, em áreas que margeiam o curso de água mais próximo. Também próximo ao espaço doméstico, criam-se pequenos animais, sobretudo galinhas, para o consumo familiar.

A pecuária, como mencionado, é uma das principais atividades desenvolvidas, havendo criações sobretudo de bovinos, eqüinos e suínos. Porém, deve-se lembrar que a criação de animais também funciona como reserva de valor, sendo uma atividade desenvolvida sobretudo por aqueles em melhor situação econômica, mostrando-se como símbolo de “riqueza”. A noção de riqueza, e mesmo a de “qualidade de vida”, não devem ser entendidas por padrões como os de consumo, ou lidas por índices como “conforto”, variáveis que fazem mais sentido num universo urbano, mas não nesse contexto. A “riqueza” especificamente relaciona-se sobretudo à produção agropastoril e aos bens de que um dia, em caso de necessidade, poderá se dispor - como o gado. No entanto, ela não diferencia radicalmente o modo de viver, os hábitos e os costumes entre as pessoas.

As várias famílias encontram-se espalhadas e dispersas pelo Parque. Aparentemente, não há “comunidades”, ou povoados. Existe, porém, uma organização e um padrão de ocupação espacial, que trazem muitas semelhanças com os “bairros rurais”⁸. Ou seja, existe uma unidade de agrupamento que constitui grupos rurais de vizinhança, ligados pelo sentimento de localidade, por laços de parentesco, pelo trabalho

⁷ Trata-se da Festa de Santo Antônio, no Distrito da Serra das Araras, agora pertencente ao município da Chapada Gaúcha (antes, parte do município de São Francisco). É um dos alçomeros mais antigos da região próxima ao Parque, tendo por volta de 170 anos. A festa de Santo Antônio, na semana de 13 de junho, é seu grande acontecimento, reunindo pessoas que vem de vários pontos do Norte de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Bahia, e mesmo de São Paulo.

⁸ Sobre o conceito de “bairro rural”, ver Brandão, C. R. “Do sertão à cidade: os territórios da vida e do imaginário do camponês tradicional” in Mesquita, Z. e Brandão, C.B., *Territórios do Cotidiano - uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/ Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995. pp. 155-177, onde o autor faz uma breve revisão sobre o mesmo. Ver também Queiroz, Maria Isaura Pereira de. “O sitiante tradicional e a percepção do espaço”, in *O Campesinato Brasileiro*. Ed. Vozes: Petrópolis. 1973. pp.48-71

da terra, por trocas e reciprocidades..

Aqui também valem as palavras de Cândido sobre o universo caipira: “(...) As habitações podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega”⁹. Não são, entretanto, como no caso desse tipo de organização em áreas rurais paulistas, chamados de bairros.

O olhar estrangeiro que vê a ausência de organização, reforçando o isolamento e a distância, engana-se facilmente, como indicou um comentário de Seu Messias, morador do Parque, sobre o **Batista**. O Batista é uma localidade situada a sudoeste do Parque, parte do município de Arinos. Tem como um de seus limites a localidade de **Maria Antônia**, pertencente ao município de Formoso. A divisa é feita na linha de uma estrada: de um lado a escola no Batista, do outro a venda de Seu Elias na Maria Antônia. Na época da construção da escola, Seu Messias contou sobre alguém de fora que teria ido visitar a obra, e teria se espantado com sua construção no meio do nada. Para quem seria aquela escola, se ali não havia ninguém? Não me lembro exatamente das palavras de seu Messias, mas relacionava-se a surpresa da mesma pessoa ao ouvir tantos cantos de galos pela manhã, que não eram poucos - a constatação de que sim, ali morava muita gente, embora não fosse assim tão fácil de se ver...

Na verdade, não cheguei a ouvir nenhum termo específico para o tipo de organização existente (como o de “bairro rural”), ainda que tenha tentado. Certa vez, perguntei quais eram as comunidades que havia ali, e soube que “*comunidade era de crente, não tinha nenhuma ali não*”. No máximo, ouvi certa vez, de uma moradora, sobre a oportunidade de visitarmos “*todas as sociedades ali da região*”, ou do guarda-chefe do parque a referência a “*gentes de veredas*”. De qualquer forma, sendo ou não pensadas através de um conceito abrangente como o de “bairro rural” e sendo demarcadas por linhas invisíveis ao olhar estrangeiro, esses agrupamentos existem.

Uma das referências para percebê-los situa-se no encontro e na interação do espaço social com o espaço físico. Isso porque constituem-se também enquanto territórios que se marcam pelas águas e rios que banham suas terras, nomeados preferencialmente pelo rio principal - ou rio mestre - coincidindo provavelmente com as

⁹ Cândido, A. citado em Brandão, C. B, idem, p. 160.

microbacias da região¹⁰.

Assim, o nome do rio é também de um conjunto mais próximo (distâncias relativas!) de casas e unidades domésticas, e é também, algumas vezes, o nome de uma fazenda. Por exemplo, entre esses conjuntos, há **Carinhanha, Rio Preto, Mato Grande, Santa Rita**, nomes que designam áreas banhadas pelos principais rios que cortam o Parque, e seus afluentes - galhos, ou veredas, como são chamados. É o caso também de outros nomes, que, junto com esses, compõem o conjunto de localidades inseridas nos limites do Parque: **Barbatimão, Capim-puba, Batista, Maria Antônia, Costa, Matão, Boiada, Pau Grande...**

São nomes que designam também fazendas que são ou que já foram; e são também endereços. No questionário aplicado em 1991 pela Funatura (ver nota 4), uma das questões que surge é “endereço completo”, e que tem como padrões de resposta: “Vereda Maria Antônia - Fazenda Mato Grande”; “Fazenda Terezinha - Galho do Carrasco”, “Vargem Bonita - Carinhanha”; “Vereda do Manduí - Rio Preto”; “Fazenda Santa Rita - Januária”; “Fazenda da Boiada”. Ou seja, os nomes citados como exemplos, informam tanto sobre um espaço físico como sobre um espaço social.

O leitor deve notar, ao longo do texto, freqüentes menções aos “galhos”, categoria êmica que designa afluentes, ou a veredas, corredores de vegetação mais densa, marcadas pela palmeira buriti e também pela presença de água. Porém, além da significação relativa ao espaço físico, os termos designativos dos curso d’água carregam outros sentidos, que podem descrever marcas do território social, ou mesmo da relação que indivíduos e grupos mantêm com tais “lugares”, revelando inclusive traços de uma identidade local. Não por acaso, surgem expressões como “gentes de veredas”, ou “urucuianos”¹¹.

¹⁰ De fato, a importância das águas e rios para o universo sertanejo é mencionada ou desenvolvida por muitos autores. É o que nos indica, por exemplo, Fernando Correia Dias na apresentação do livro de Alan Viggiano: “(...) Numa vertente oposta à dos que têm buscado perscrutar o substrato ideológico e lingüístico do livro famoso [*Grande Sertão: Veredas*], tomando sempre o sertão como sinônimo de Mundo, o autor buscou captar a sucessão de fatos e, especialmente, a superfície morfológica da área sertaneja expressa por Guimarães: os rios e outros cursos d’água, não como acidentes geográficos frios, simples dados contidos no mapa, mas caminhos, obstáculos e centros de vida do homem sertanejo, notadamente dos cangaceiros; igualmente relacionados com a realidade humana e coletiva; as populações que se movem e as que se fixam (...) A dimensão universalista do romance não deve impedir que se perceba, em suas páginas, a presença de traços de uma subunidade de estrutura social Brasileira: a Minas Sertaneja”, in Viggiano, Alan. *Itinerário de Riobaldo Tatarana*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/ MEC, 1978. p. xxix. (grifo meu)

¹¹ A referência é a pessoas originárias da região do Vale do Urucuia, rio que não cruza os limites do

Como foi mencionado, as casas entre vizinhos podem encontrar-se bem distantes entre si, o que pode significar algumas léguas a cavalo, a pé e às vezes ainda uma travessia de rio. Entretanto, é interessante notar como essa noção de vizinhança pode atravessar certos limites e demarcações, naturais ou não. Três exemplos. Um deles, que cruza os limites do Parque, é o caso da **Onça** (nome também de um riacho, afluente do Rio Carinhanha), localidade situada no entorno do Parque, bem próximo à “picada”¹². Aqui, a vizinhança - e a própria localidade - atravessam a linha divisória Parque/entorno. Outro exemplo me parece ocorrer entre localidades como a do **Batista**, pertencente ao município de Arinos, e **Maria Antônia**, parte do município de Formoso - penso sobretudo na área limite entre as localidades/municípios -, onde se percebe uma vizinhança que atravessa a estrada de terra, e faz-se também com o outro lado. Por fim, num terceiro exemplo, a “vizinhança” se insinuou entre os limites de Estados, onde por algumas vezes presenciei ou me foi mencionada a travessia do rio Carinhanha, limite entre os Estados de Minas Gerais e Bahia, em situações de trabalho (**Firmiano**, por exemplo), e do convívio social em uma festa (galho da **Estiva**, entorno do Parque).

A idéia que perpassa essas descrições, portanto, insinua duas dimensões da organização interna e da ocupação espacial dessa população. Uma, indicadora de certa estabilidade, remete ao bairro rural e constitui o que chamo aqui de *localidade* - território nomeado, muitas vezes, de forma sobreposta ou simultânea à dimensão física, aos desenhos dos rios e riachos, aos galhos e veredas, às microbacias. A outra dimensão, a *vizinhança*, de caráter mais dinâmico, faz-se através de deslocamentos, dos laços e relações mantidos entre as pessoas (geralmente marcada também por laços de parentesco), e transborda, mais facilmente, tais limites físicos, seja entre as próprias localidades, entre limites do Parque, de cidades ou Estados.

Nesse último aspecto, e lembrando Certeau sobre as práticas do espaço e os relatos que os passos enunciam, parece válida a metáfora que o autor constrói com “fronteiras” e “pontes”. Imagens que representam a relação entre um espaço legítimo e o que está além da fronteira, a sua exterioridade. Dessas imagens, o autor desenvolve o

Parque, mas é um dos mais importantes e conhecidos rios do Noroeste de Minas Gerais. Brasília, inclusive, conta com uma associação própria desse grupo, a “Associação dos Urucuianos de Brasília”.

¹² “Picada” mostrou-se o termo preferencialmente utilizado para indicar os limites do Parque Nacional e, de fato, assim são reconhecidos objetivamente esses limites, através de estreitas trilhas abertas no cerrado.

que chama de “Paradoxo da fronteira: criados por contatos, os pontos de diferenciação entre dois corpos são também pontos comuns. A junção e a disjunção são aí indissociáveis. Dos corpos em contato, qual deles possui a fronteira que os distingue? Nem um nem outro”¹³. O que faz a fronteira e impõe os limites pode também articular e comunicar, criando inclusive uma unidade chamada por ele de região, enquanto espaço criado por interações e encontros¹⁴.

A sobreposição e o entrelaçamento de limites - a criação de regiões - repete-se em outras dimensões relevantes aqui, porém colocadas em outro nível de observação. Por exemplo, na idealização inicial do Parque - tomando portanto uma perspectiva do espaço ambiental -, pretendia-se nele incluir partes do Gerais que considerassem também territórios na Bahia, o que por outros motivos acabou não acontecendo¹⁵. Aqui, a principal justificativa seria do ponto de vista da continuidade dos ecossistemas que caracterizam o Gerais. Igualmente, a manutenção de relações entre moradores do Parque, de localidades como **Firminano** ou **Estiva**, com a Bahia, parece também articulada a essa continuidade, expressa no próprio conceito de Gerais, tanto em suas significações física e ambiental, quanto cultural e social¹⁶.

*“... é gerais, é nessa boca de gerais aí....
nesse gerais tem chão demais...”¹⁷*

A concentração de pessoas nas localidades tem também uma base no parentesco, e em várias das que pude conhecer, constatei, por exemplo, a recorrência de pais, filhos e suas famílias nucleares morando próximos, ou grupos de irmãos e suas respectivas famílias, na mesma localidade - o que parece indicar um padrão, ao menos ideal, de famílias extensas patrilocais, compartilhando um mesmo território. Segundo uma das

¹³ Certeau, M. op.cit., p. 214.

¹⁴ “ (...) A ‘região’ vem a ser portanto o espaço criado por uma interação. Daí se segue que, num mesmo lugar, há tantas “regiões” quantas interações ou encontros entre programas. E também que a determinação de um espaço é dual e operacional, portanto, numa problemática de enunciação, relativa a um processo ‘interlocutório’ .”, Certeau, M. op.cit, p. 212.

¹⁵ Entrevista realizada com Coordenadora do Programa GSV e Coordenadora - trabalho de campo do Programa GSV, novembro 1996, na sede da Funatura, em Brasília.

¹⁶ver Capítulo 1: “Algumas palavras sobre o grande sertão”

técnicas da Funatura, numa conversa sobre a predominância de uma mesma família em determinada localidade,

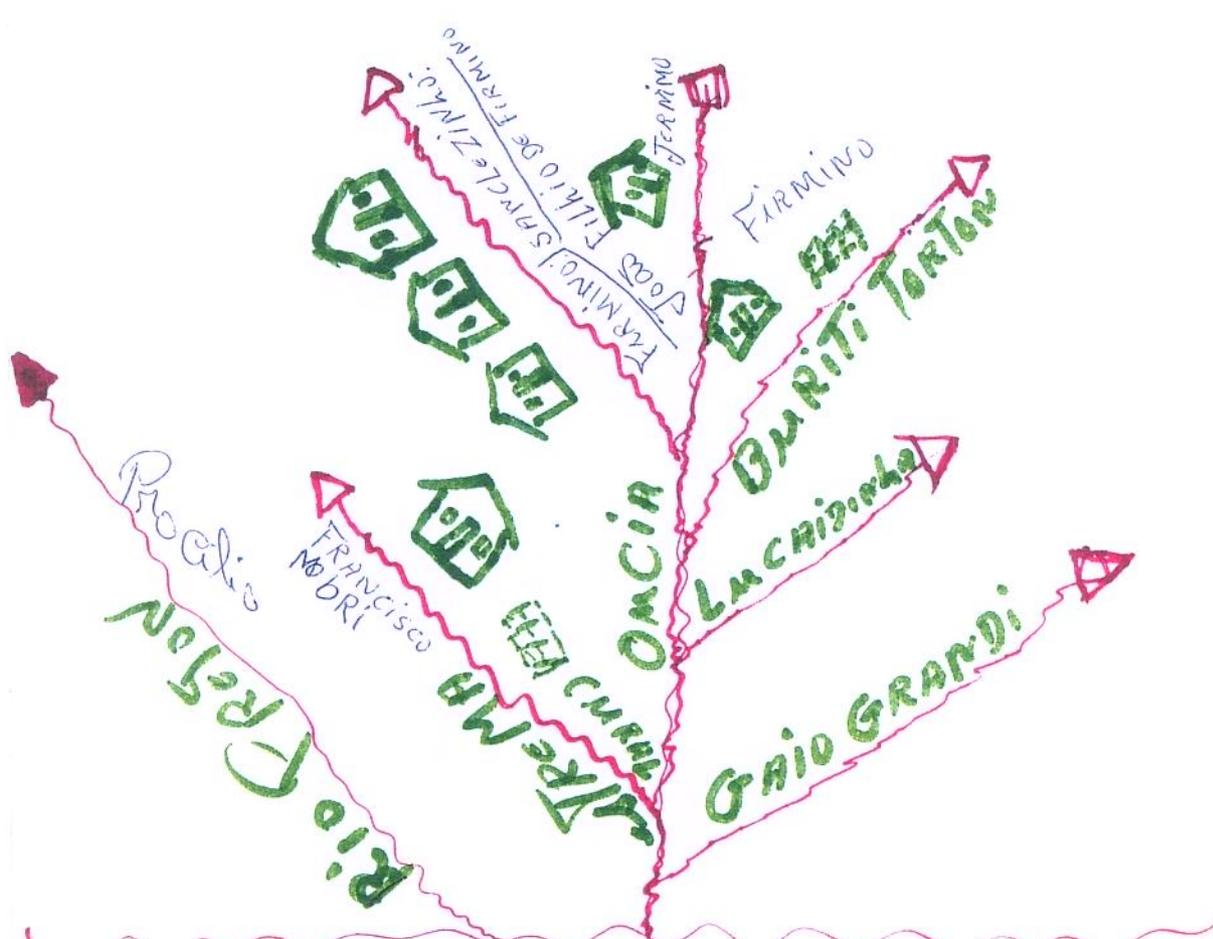
“... e isso acontece, principalmente, quando a família tem muito filho homem, porque... o filho casa, e ele se estabelece próximo aos pais.. Já a filha, ela já vai perto da família do noivo... Então, eu não sei, quantos filhos homens, de repente, têm na família... De repente, pode ter alguma coisa relacionada com isso também... aí eles vão se estabelecendo..”¹⁸

Nas páginas seguintes, podem-se perceber alguns desses princípios - bem como aqueles relacionados à importância do conjunto de rios - em dois croquis desenhados durante a pesquisa de campo. O primeiro foi desenhado segundo indicações de um representante do Ibama local. O desenho tinha como idéia representar a localidade chamada **Onça**, “a grosso modo”; no entanto, ela é situada em relação a várias outras localidades/ cursos d’água: Carinhanha, Barbatimão, Pau Grande, Santa Rita, Rio Preto. A linha superior do croqui indica o rio Carinhanha, do qual o Onça é um afluente, ou galho. Ao longo dessas várias representações dos cursos de água, estão também desenhos de casas e nomes de seus moradores, ou dos “donos da casa”; e outras referências espaciais como a “vila” (Chapada Gaúcha), uma ponte, uma vereda, e o perímetro/picada do Parque. No caso da Onça, especificamente, estão aí situados o que parece ser, pelo menos, dois grupos de parentes - um deles constituído por Seu Gerônimo e, em casas bastante próximas, dois de seus filhos e suas respectivas famílias.

O segundo croqui foi desenhado por Vicente A. Silva, ex-morador da localidade da Onça, que na época da pesquisa vivia na Chapada Gaúcha e prestava serviços ao Ibama. Também pedi a ele que desenhasse um mapa da Onça. É interessante notar que em seu desenho, novamente, estão representados cursos de água, casas e nomes de alguns moradores, algumas das relações de parentesco, e outra referência espacial como o “curral”. Porém, mais nesse caso do que no anterior, o centro do desenho é de fato a localidade e o galho da Onça: os rios Carinhanha e Preto estão presentes mas de modo tangencial; e a atenção especial é dada ao Onça e seus afluentes, todos nomeados: **“Estrema”, “Gaio Grande”, “Lucaidinha”, “Buriti Torto”**

¹⁷ (Seu Pedro Boca, galho do Firmiano/ Depoimento - fevereiro de 1996

¹⁸ Entrevista com coordenadoras do Programa GSV/ FUNATURA, novembro de 1996.



R. CARINHAWHA

9/1 Curitiba 19/12/2019

Seu Pedro Boca e Dona Francisca, moradores do **Firmiano**, dizem também algo a respeito da organização social e das histórias da região. Seu Pedro, mais de 80 anos, é um dos moradores mais conhecidos da região do Parque e é um dos “contadores de caso” a quem mais se levam os visitantes do Parque, vindos à procura do Sertão dos Gerais. Clarissa Magalhães foi uma delas, pesquisadora que passou por sua casa, e nos traz algo das lembranças e origens de seu Pedro Boca:

“Minha avó Andreza era serrana apurada do cabelo de pala. A véia pala casou com o véio Antônio. Tudo de Minas Gerais, a ponto que não tem nenhum de contrabando”¹⁹.

O casal vive numa localidade - ou em um galho - chamado **Firmiano** (afluente do rio Carinhanha), embora só tenha ouvido esse nome do próprio Seu Pedro Boca. De outras pessoas, tanto de fora como de moradores do parque, a referência ao local é a seu próprio Pedro Boca - a sua casa, ou então a localidade mais ampla do Rio Preto (ver mapa “Onça a grosso modo). Mas disse Seu Pedro:

*“... aqui se conhece por Firmiano... tem uma grotinha ali, mais em riba é os Porcos, tem um galhinho... (...) eu vim daqui, da beira de Carinhanha... porque eu fui nascido, criado e retirado daqui para viver... a 20, 25 léguas (...) nasci mesmo nessa beira de rio, aí eu vim assubindo, para cima... eu saí, eu casei, a mulher morreu, e eu vim para o retiro... tive uns tempos de retiro, aí eu casei de novo... Aí, lá num tava dando, lugar de trabalhar não tinha, e eu sou invocado na roça, aí eu larguei lá...
... eu digo... meu pai morava aqui... Aí, eu larguei lá, e vim... encontrar com ele. Quando cheguei aí, toquei o serviço, ele ainda durou uns dois anos, aí morreu... eu quis (ser arrendário?), mas (antes dele morrer, ele pediu para eu não ser arrendário?)... que eu chegasse aqui, aqui eu ia lutando (.....) que esses filho, tudo era pequeno... Eu fui lutando, lutando graças a Deus; aqui eu criei eles, botei para estudar todo mundo. Os único que não aprendeu, não queixa de mim, mas graças a Deus, para viver têm.... tão vivendo.*

¹⁹ depoimento recolhido em maio de 1994. Magalhães participou da pesquisa “O Sentimento do Mundo”, e percorreu por 40 dias o Norte de Minas. Um dos pontos de seu itinerário foi também a região do Parque Nacional GSV. Em seu relatório de visita ao Parque, enviado à Funatura e ao IBAMA, Magalhães discute, entre outras coisas, a manipulação e apresentação do material que recolheu, sobretudo depoimentos de velhos sertanejos. Buscando esse objetivo, faz uma bela aproximação da fala sertaneja, da reflexividade e intensidade muitas vezes expressa em pequenos fragmentos, à poesia haikai japonesa. Minha própria utilização de fragmentos teve inspiração em seu trabalho, e em sua exploração desses mundos “diminutivos”, do pequeno que fala do grande. ver Magalhães, Clarissa. *Relatório para Funatura/IBAMA sobre Estadia no Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Mimeo, 1994. p.12

*Agora, depois que eles estudou, que (...) foi, espenicou tudo... Só tem mais eu, um. Os outros já se lascou tudo....*²⁰

Tanto seu Pedro como sua esposa dizem viver ali há mais de trinta anos. Dona Francisca, que é nascida na Bahia (a fronteira com o Estado está há alguns minutos de caminhada da sua casa, do outro lado do rio Carinhanha) e depois do casamento se mudou para o local, fala sobre os filhos:

“... tudo espalhado... aqui junto de mim, ainda tem um bocado... tem três, três que mora aqui pertinho. Uma naquela casa ali; outro ali naquela casa; e outro é em outra casinha que tem ali... é porque o marido dela, o pai dele, mora acolá lá em cima, pelo outro lado... Aí, eles trabalham lá, e vem para aqui também... mora aí, fica trabalhando aqui (...) tudo aqui junto de mim... e tem uma que mora lá em baixo... tem duas que mora lá na beira do (morro?)... Tem uma que tava trabalhando em Brasília; tem outro que trabalha em Formosa - o que trabalha em Formosa está aqui, agora... veio para aqui, para ajudar o rapaz a colher o arroz...

... é doze filhos..

..tem um outro que mora lá pertinho da Vila, casou o ano retrasado, tá morando lá pertinho da Vila... tem um outro que mora na Taboca, também, é casado e também mora lá, perto do Formoso... é gente demais!”

Sobre outros moradores da localidade, ela diz:

“... é, aqui morava muita gente... uns já morreu, outros mudou... só restaram as taperas... Mas, aqui de primeiro tinha muita gente, que tinha...

(...)

Uns vai mudar para cidade, outros morrem por lá mesmo, outros morrem aqui mesmo... os filho novo que fica, vai saindo tudo... só fica o taperão aí...”

Assim, se parecem existir padrões ou referências de fixação e ocupação dos espaços vinculadas aos grupos de parentesco, a mobilidade é grande também - “o giro-o-giro no Gerais”. É o que aparentemente também diz esse mundo de taperas que, vistas do olhar estrangeiro, não se diferenciam muito do cerrado que as circundam - terra, alguns restos de madeira, arbustos... mas que os olhos e falas nativas apontam como tapera, a antiga morada.

A grande mobilidade não se mostra somente como um fenômeno recente, resultante do apelo de centros urbanos, por exemplo. O próprio seu Pedro Boca narrou

²⁰ Visita a casa de Seu Pedro Boca e Dona Francisca, galho do Firmiano/ Depoimentos - Fevereiro de 1996.

uma aventura, quando chegou a ir até Brasília - antes da fundação da cidade - talvez há cerca de 40 anos, a única vez que teria saído dali e cuja volta demorou 16 dias a pé: “... e andava que nem notícia ruim...”

Antes de falar de dispersões e mobilidades, porém, são necessários mais alguns enraizamentos. E também, alguns parênteses.



netos de seu Pedro Boca e Dona Francisca/ Galho do Firmiano

O Canto dos Galos e o Parentesco

Desde o início dessa dissertação, tentei multiplicar e transformar as referências de observação: de Parque Nacional Grande Sertão Veredas, em Gerais e Noroeste de Minas, de Estados e municípios, em rios, números e pessoas - até chegar às menores unidades de ocupação e organização social percebidas pela pesquisa: as localidades inseridas nos limites do Parque e algo de sua composição.

Nesse movimento - em direção ao “local”, e ao caso específico - lembrando que há nomes de lugares e pessoas, algumas das relações mantidas entre elas, e os agrupamentos que compõem - forma-se também um quadro mais amplo, que dialoga com análises e reflexões sobre sociedades camponesas e universos rurais. Não é a

proposta aqui desenvolver uma reflexão teórica sobre a Antropologia do Campesinato, sua tradição, debates e tendências. Porém, trata-se de um campo que traz chaves necessárias para a compreensão do contexto do Parque nos moldes aqui propostos - da mesma forma como se fez necessária anteriormente, para os objetivos pretendidos, uma contextualização mínima da política ambiental em torno dos parques nacionais. Ambas as dimensões são “inevitáveis”, e a reflexão a partir delas nos traz aproximações interessantes.

Ela nos aproxima, por exemplo, do povoado do Zabelê e do Parque Nacional da Serra da Capivara, mencionados no capítulo 1 (Pompa, 1987). Esse povoado do Piauí, na Serra do Vitorino, nos interessava pelos paralelos com a situação mais ampla do “Parque Nacional” com grupos e atores por ele envolvidos, por sua implantação e processos dela decorrentes, pelo dramas sociais. Aqui, nesse capítulo que tenta passar pelo mundo dos diminutivos, o PARNA GSV encontra-se novamente perto do Zabelê, a partir do olhar e da análise de Godói²¹.

Nesse trabalho, a autora estuda através da memória coletiva do Zabelê, condutas dos camponeses em relação à ocupação da terra e apropriação da natureza, bem como suas reorientações pelos costumes e pela cultura, em tempos de tradição e de transformação. Vale lembrar que a área estudada foi posteriormente englobada pelo Parque Nacional Serra da Capivara, situação analisada por Pompa, à qual voltaremos no capítulo III. As aproximações que busco agora, a partir dessa leitura e de outras, são feitas pelo viés do universo chamado camponês, e de suas memórias.

O Zabelê, bem como o trabalho de Godói, é retomado por outra autora que fornece aqui muitas idéias-guia. Refiro-me a Woortmann²², no seu trabalho sobre colonos do Sul (Dois Irmãos, Rio Grande do Sul) e sitiantes do nordeste (Lagoa da Mata, Sergipe). Woortmann, ao revisar as teorias do campesinato e do parentesco, e analisar aquelas duas localidades, privilegia as relações que interligam os grupos domésticos, mostrando nos dois casos focados, como os princípios do parentesco se articulam a princípios territoriais. Ao resgatar também o Zabelê, e associá-lo sobretudo

²¹ Godói, Emilia Pietrafesa de. *O Trabalho da Memória - um estudo antropológico da ocupação camponesa no sertão do Piauí*. Campinas, 1993. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. IFCH. UNICAMP.

²² Woortmann, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres - Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. Hucitec/São Paulo; Edunb/ Brasília, 1995.

ao caso de Sergipe, em Lagoa da Mata, a autora mostra a importância fundamental da descendência para a reprodução camponesa, bem como a recorrência de certos tipos de casamento que reforçam a manutenção da terra/propriedade, intensificando também um ideal endogâmico e patrilinear. Outro aspecto relevante desenvolvido, sobretudo nesses dois últimos casos citados, articula essa tendência - percebida como ideal e prática - à memória do grupo, marcada por uma origem que revela a fundação de um território, de uma família (ou de um grupo de parentesco) e de uma localidade - no caso de Zabelê, chamado povoado, e no de Lagoa da Mata, chamado sítio.

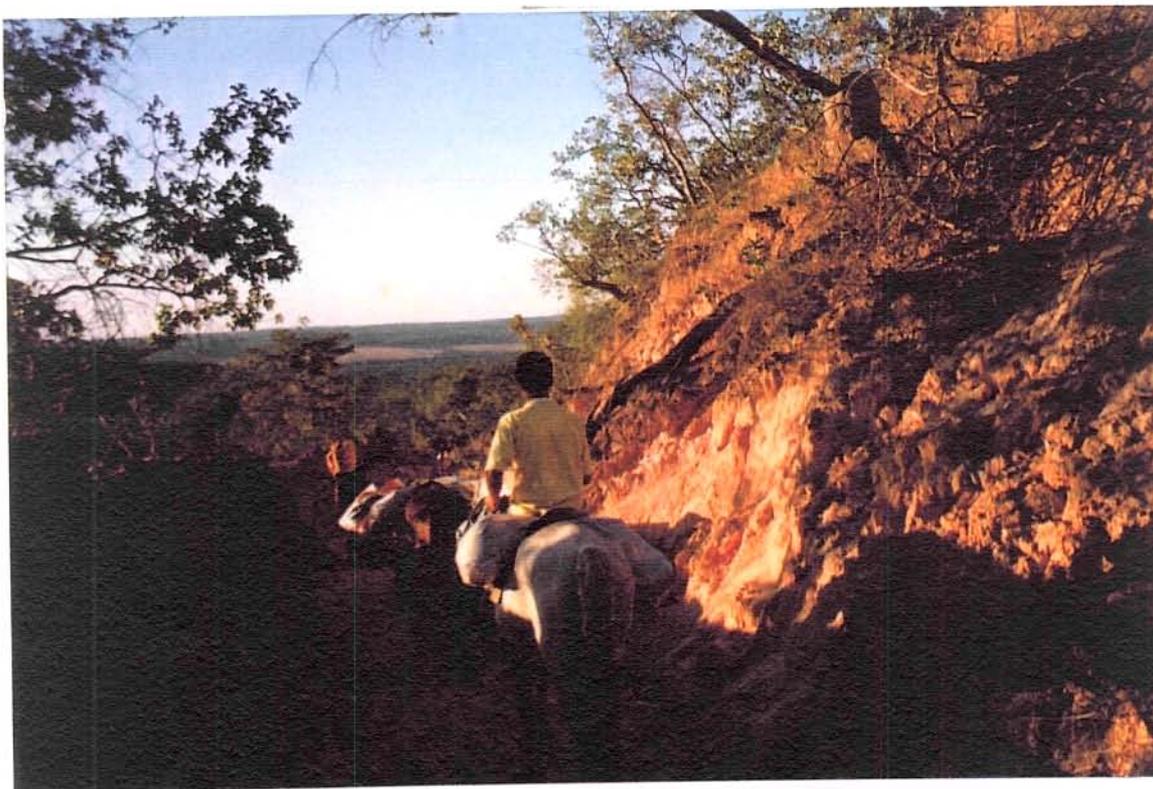
O visitante do Batista, localidade do Parna GSV, e seu olhar estrangeiro que se espantou com tantos cantos de galos pela manhã, provavelmente se espantaria também com o que esses cantos podem dizer. Uma das línguas que traduz algo desses cantos é justamente essa trazida à tona pelos princípios e reflexões da antropologia do campesinato.

Como nas áreas de estudos de Woortmann e das outras leituras, também na região do PARNA GSV, o parentesco é um tema privilegiado pelos nativos. Nos primeiros dias de pesquisa de campo, logo ouvi de alguém que me recepcionou na Chapada Gaúcha uma comparação. Quando você está na cidade e quer saber quem é alguém, diz: fulano é o padeiro, sicrano é o açougueiro... E que, ali, na roça, não. Ali você diz: fulano filho de sicrano, Beltrano de Fulano, o outro é primo daquele...

Um caminho rumo a um quadro mais preciso nos dados que fornece, ou mais delimitado e contínuo nas histórias e relatos narrados, que dá corpo aos princípios e conceitos mencionados até agora, leva-nos em direção a **Santa Rita**. Foi essa a localidade que mais visitei e percorri, onde pude pernoitar, encontrar e reencontrar pessoas e conversas, perceber laços e memórias. Lá foi possível ouvir sobre histórias e presenças enraizadas no lugar, em taperas ou em tempos perdidos - as coisas “do princípio do mundo”, expressão tão mencionada em casa de Seu Pedro Boca.

Se muitas das observações que generalizo ao longo da dissertação puderam ser constituídas a partir do olhar sobre Santa Rita, elas também o foram apesar de Santa Rita. “Apesar de”, em função não só de especificidades da localidade que talvez tragam problemas, se generalizadas; também porque, para mim, Santa Rita tornou-se um lugar de afetos e sentimentos - o que significa dizer algumas vezes o que foi sentido, ou calar o que foi pensado.

É tempo de baixar a altitude. Desçamos a Serra!



Descida da Serra rumo a Santa Rita

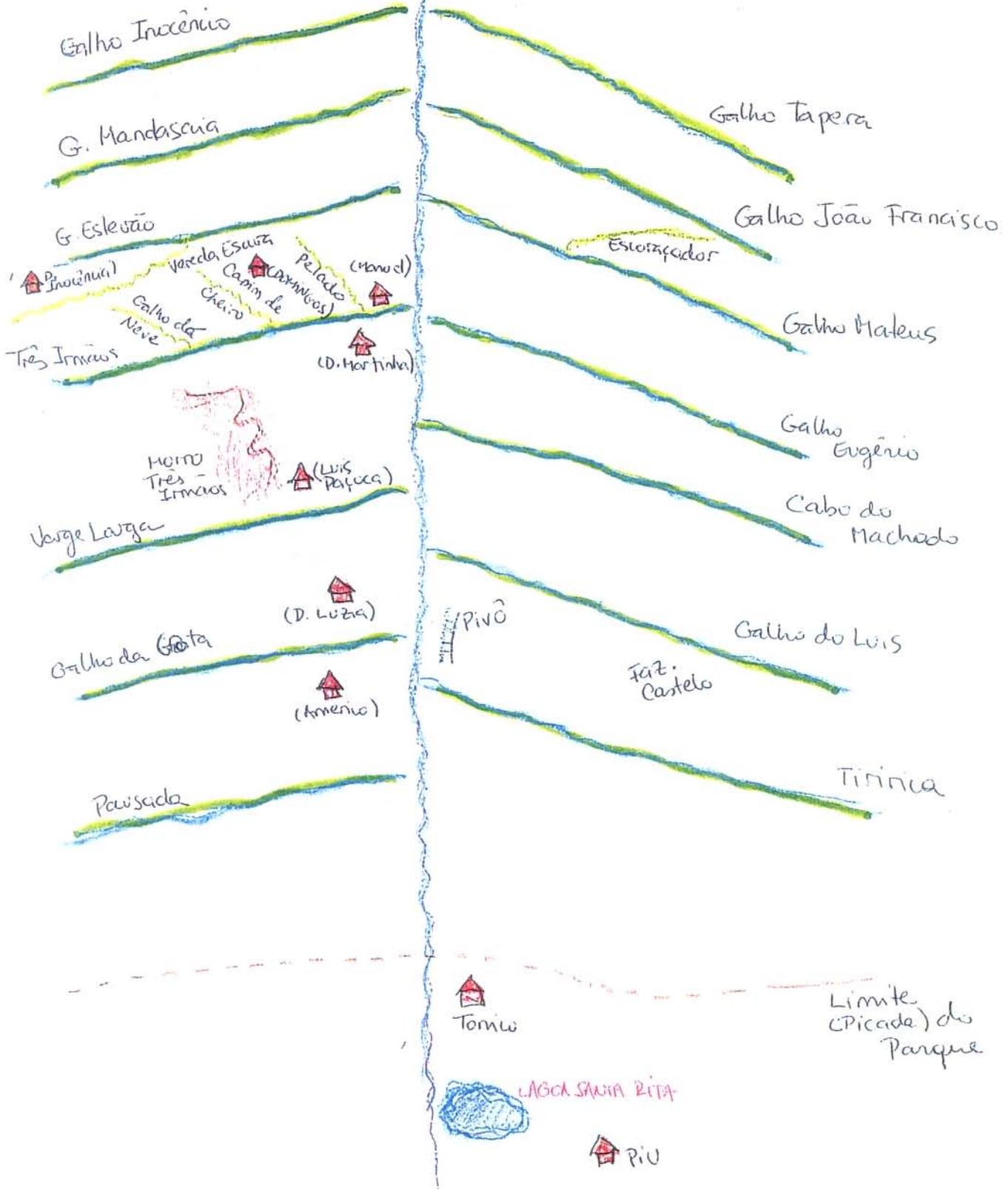
Chegando a Santa Rita

Como acontece com a maioria das outras localidades presentes no Parque, e na região do qual faz parte, trata-se de um mesmo nome associado a um rio, ao território por ele banhando - incluindo seus afluentes ou galhos -, e também o nome de uma Fazenda. Tudo isso pode ser **Santa Rita**. Localizada na área sudeste do Parque, é a localidade mais próxima a um centro urbano, estando a cerca de 5 km do município recém-fundado da **Chapada Gaúcha**.

Na página seguinte, um croqui de Santa Rita, desenhado a partir da indicação de quatro homens, que vivem ou viveram na localidade, ou em suas proximidades, sendo dois deles guardas-parque na época.

Riacho SANTA RITA

Barra



Se

No croqui há representações, conforme veremos, que insinuam alguns²³ dos princípios antes mencionados, sobre rios que cortam e atravessam o Parque, seus afluentes e veredas, sobre casas de moradores, sobre a dimensão geográfica e a vizinhança, as sobreposições e entrelaçamentos de limites, fronteiras e pontes.

Em azul no desenho, uma linha vertical: o riacho Santa Rita e sua Lagoa. Partindo dessa linha, seus galhos ou afluentes, às vezes veredas - ou simplesmente **Varge Larga, Pelado, Três Irmãos, Tiririca**, etc -, que no croqui estão representadas por linhas verdes, quase perpendiculares ao riacho.

As linhas em verde claro representam afluentes dos afluentes. É interessante notar que, no desenho, elas concentram-se em seu trecho superior, entre o **Estêvão** e o **Três Irmãos**, e há também uma delas, solitária, do lado direito, saindo do **galho do Mateus**.

Olhando as linhas do Estêvão e do Três Irmãos, pode-se perceber o desenho de quatro casas, sugerindo uma proximidade espacial, e também de vizinhança. E, no caso daquelas ligadas ao Três Irmãos e seus afluentes - **Capim de Cheiro** e **Pelado** -, a proximidade sugere também laços de parentesco e provavelmente de relação com a terra, enquanto propriedade e espaço de trabalho.

A casinha solitária, abaixo dos Três Irmãos, é a de Dona Martinha - na verdade, sua fonte²⁴ é de águas do próprio Santa Rita, em cujas margens ela mora com seus dois filhos, Delmiro²⁵ e Maria. Na época de minha visita, pareciam ambos ter mais de trinta anos, ambos surdos e com problemas mentais. Olhos e sorrisos de criança, sorriam sempre que olhados. Na casa, vivia também uma menina de cerca de dez anos, a neta de D. Martinha: Maria Madalena, responsável por grande parte das tarefas domésticas. O outro filho Máximo, talvez quarenta anos, estava deitado na esteira, macérrimo, com o

²³ Para situar o momento de sua feitura, um pequeno trecho do diário de campo: 23.07.96. Hoje, pela manhã, o mapa de Santa Rita, feito por Seu Ercírio, Zé Luis, Idelino e Seu Juquinha. Discutia-se sobre a localização dos galhos, das coisas, até chegarem num consenso, e me orientarem o desenho [ninguém quis desenhá-lo, dizendo que não sabiam]. Seu Juquinha se lembrou dos limites do Parque, o mapa deveria ir só até seus limites. Assim foi; o que estava "de fora", não foi incluído no mapa por consenso, a não ser as casas mais próximas à picada. A representação do rio foi a "espinha de peixe", como disseram. Do alto do morro Três Irmãos, Zé Luis indicou que o Santa Rita tem a forma de um 'S'.

²⁴ A fonte é o ponto doméstico do rio, onde se busca água para os afazeres do dia, onde são lavadas as roupas e vasilhas, onde se banha. Mas, ela não deve ser vista somente de um ponto de vista "utilitário". A água, nos Gerais, de uma maneira geral, é um bem escasso, não está em toda parte, nem sempre disponível - e considerando também sua importância para a produção agrícola - pode-se intuir o valor de morar perto de um curso de água. Em várias ocasiões, quando perguntava a alguém como era o lugar em que morava, quando o lugar era "bom", uma das primeiras menções nesse sentido, sobretudo das mulheres, era à água e à fonte, "a fonte é pertinho, fresquinha, da agüinha boa".

²⁵ Em março de 1998, minha última visita à região, tive a notícia da morte de Delmiro.

cabelo grande, e olhos esbugalhados. Esforçou-se para sentar, quando fomos até o cômodo em que estava, e mostrou a perna escurecida, de sujeira e doença. Segundo contou, voltava da Vila dos Gaúchos, quando sentiu a picada da cobra, que ele mesmo não viu. A perna inchou, deixando-o praticamente imobilizado. Só não morreu, disse ele, porque Deus não quis dessa vez. O único remédio usado, e que segundo ele estava funcionando, era a pinga com alho, passada sobre a perna inchada²⁶.



Fonte de Dona Martinha- Santa Rita

D. Edite, a quem acompanhei até essa casa, é uma das pessoas que sempre que pode vai à visita da *Véia*²⁷ Martinha, leva outras pessoas como eu própria, e uma ajuda, de palavras, mantimentos, roupas. Contou-me que houve épocas em que a única coisa que tinham para comer eram as mangas (há grandes mangueiras ao lado da casa). Sem condições de subirem nas árvores para pegar as frutas, comiam somente aquelas que caíam. – mesmo quando a mangueira estava carregada, os mudos ficavam ali embaixo,

²⁶ Diário de Campo, fevereiro de 1996.

²⁷ Os tratamentos “véio”, “véia” são muito utilizados para designar as pessoas idosas, e não parecem remeter a qualquer tom depreciativo - os próprios velhos os utilizam para referirem-se a outras pessoas, ou assim são chamados por pessoas próximas, às vezes, mesmo por netos ou filhos.

olhando para as mangas e morrendo de fome.²⁸... D. Martinha mora ali há mais de 30 anos, segundo disse, e ela mesma deve beirar os 80 anos. Na saída da casa, o túmulo de seu marido, Emílio - que era um conhecido benzedor na região -, e também de uma criança, filho morto ainda pequeno

Nas outras duas casas próximas, no Pelado e no Capim de Cheiro, moram duas filhas de D. Martinha, Ideria e Herculana. Fiz uma visita breve a uma delas, e não poderia indicar dados outros que determinassem nesse caso um “ideal” de parentesco, descendência e territorialidade. Elas vêm, entretanto, de uma família pobre, onde o pai já é falecido e a mãe e os irmãos doentes vivem na dependência da solidariedade local. De qualquer forma, residem na proximidade da casa dos pais, em galhos próximos. São ambas casadas, e vivem como os maridos e filhos.

Em algum ponto próximo a essas casas, há chances de se avistar uma outra marca representada no croqui, o Morro Três Irmãos. A seus pés, a sepultura de Seu Salvador, ali enterrado segundo sua própria vontade. Ainda se via, quando lá passei, a madeira do que tenha sido cruz. Seu Salvador era irmão de D. Inocência, cuja casa representada no croqui situa-se entre o galho do Estêvão e a **Vereda Escura**. Foi a única unidade doméstica e familiar entre as que visitei, sobre a qual não consegui descobrir vínculos de parentesco ou afinidade com qualquer das outras famílias moradoras da localidade de Santa Rita.

Ainda no croqui, abaixo do desenho do Morro, podem-se ver mais cinco casinhas, duas delas já fora dos limites do Parque, mas ainda próximas à sua picada. Essas marcas indicam também proximidades e relações, apesar de estarem aparentemente bem mais dispersas que as outras, da parte superior do desenho. Isso porque formam um grupo de parentesco predominante na localidade - e bem representado também em outras áreas do Parque. No caso específico de Santa Rita, são preponderantes numericamente, são “fortes” em relação aos outros - pelas roças e pelo gado - por uma afirmação de propriedade, marcada pelo trabalho, pelo caráter de sua presença e por sua memória.

Foi desse grupo ou sobre ele que ouvi uma das histórias de Santa Rita.

²⁸ Diário de Campo, fevereiro de 1996.



Morro Três Irmãos

Origens e memórias dos Paçoca

Como mencionado, Santa Rita pode ser rio, localidade, fazenda. Sobre essa última - a Fazenda Santa Rita - conta-se que foi fundada há muito tempo, provavelmente no final do século passado, ou início do século XX, por um casal - os finados **Antônio e Flora**, vindos de algum ponto do enorme município de Januária, como muitos dos que até hoje vivem na região do Parque. Antônio e Flora sugerem uma posição semelhante à de Vitorino, em Zabelê, ou Manoel Barreto em Lagoa da Mata, ou seja, situam-se como fundadores de um território, de uma descendência e de uma memória ²⁹.

Pois lá eles se instalaram e, em algum momento sua casa esteve próxima ao galho do Mateus, que pode ser visto no croqui - o pequeno afluente solitário, do lado esquerdo. Tiveram cinco filhos: João Teixeira, Jacinto, Isídio, Maria e Marculina, que

²⁹ Relembrando Godoi, a partir dos relatos de seus informantes sobre a origem da Serra do Vitorino e do Zabelê, diz: “nos enviam a um passado geral, no qual a memória coletiva liga a imaginação desses camponeses às experiências fundantes, e este passado constitui o primeiro domínio onde esta memória se cristaliza. Como nos relatos míticos, eles formam valor de paradigma, constituindo o modelo de referência que permite aos camponeses situarem-se no seio desse conjunto camponês. É preciso notar que esses relatos não se localizam nem no domínio da história, nem naquele do mito, mas em sua intersecção.” (grifo meu), citado em Woortmann, E. op.cit., p.245 . Tanto nesse caso, como em Lagoa da Mata - a fundação do mundo, e do território habitado e trabalhado, é também fundação dos laços de parentesco.

posteriormente formaram suas próprias famílias e uma ampla descendência.

Daquela época e sobre aqueles que conviveram com Antônio e Flora trazem-se apenas alguns fragmentos. Um deles, de seu Jacinto Teixeira Muniz, com 96 anos na época de minha visita, em agosto de 1996:

*“... Já tô velho, com a ânsia da morte querendo um velho mais eu,
e eles não vem olhar.... Se eu morrer, morro livre”*

Bem surdo, sua recusa em falar perante o gravador foi entretanto sonora e determinada. Sobre suas origens, disse:

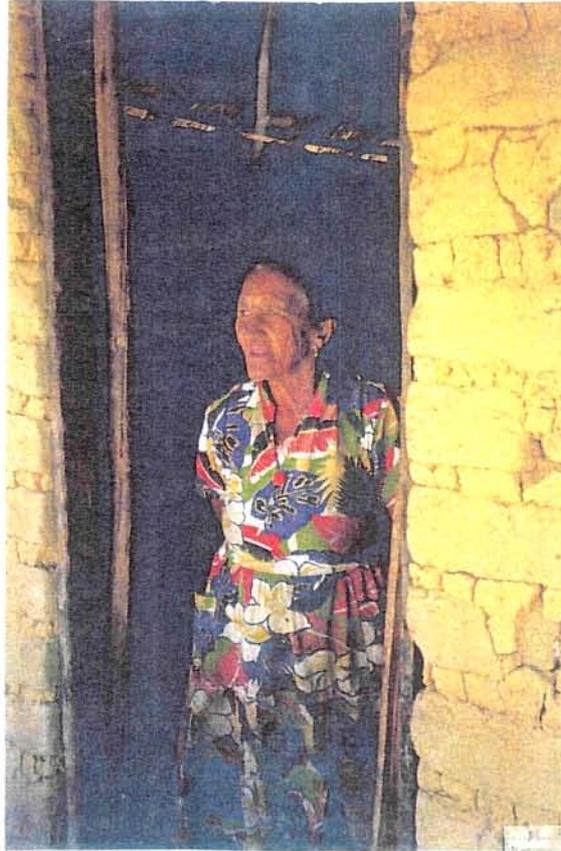
*“... sou cria de Varge Bonita (...) Mudei de lá, vim ali para beira do Rio Preto
(...)
Santa Rita (...) Já vim véio (...)
De primeiro era quarta... uma quarta de arroz (...)
... Jamária... era 25 dias de carro de boi para ir e voltar (...)
.. o comércio eu já conheço, daqui... eu andei em Montes Claros...
esses comerciazinhos daqui...”*

Dessa geração, foi possível conversar com algumas outras pessoas que são, na relação com o casal “fundador”, pensadas aqui primeiro da perspectiva da aliança - mulheres que se casaram com filhos dos fundadores. A esposa de seu Jacinto, por exemplo, a Vêia Silú - de nome Ursulina Teixeira Muniz.

*“ (como é a vida aqui, Dona Silú?)
Sozinha, Jesus Cristo! aqui...
Tem dia que eu choro
.... perto de gente....
eu quero ao menos uma menininha
(...)
eu tô sofrendo sem ter um menino para labutar para mim”*

Esse casal mora, hoje em dia, em outra região do Parque - na verdade, já em seu entorno, no **Galho do Mosquito**³⁰ (próximo à **Maria Antônia** e ao Batista). Perto deles, uma filha e um filho. Desses, e talvez de outros vizinhos e parentes próximos, recebem visitas: alguém que cate um pouco de lenha, busque água na fonte para as necessidades e trabalhos do dia, que traga talvez um bolo, ou outro agrado. Mas permanece também o receio - e se, um dia, alguém não for...?

³⁰ O Mosquito é afluente do Rio Costa, que cai no rio Piratinga, e que por sua vez deságua no rio Urucuaia.



Ursulina Teixeira Muniz, ou Dona Silú

Na visita à casa de Seu Jacinto e Dona Silú, fui acompanhada de dois guardas-parque, que sabiam muito melhor do que eu como começar uma boa prosa. Num determinado momento da conversa, seu Jacinto, falando de sua família e de sua esposa, pareceu sugerir um “casamento avuncular”, tio e sobrinha. Um dos guardas, supreso pelo que havia entendido, pediu a confirmação, no que seu Jacinto se corrigiu, dizendo serem na verdade “primos carnais”, primos paralelos por linha paterna. Posteriormente, em conversa com outra pessoa da mesma geração, essa última versão foi confirmada, explicando o pequeno episódio (ver diagrama de parentesco adiante)³¹.

Outra testemunha daqueles tempos de Antônio e Flora é Dona Luzia, moradora do Santa Rita, à beira do **Galho da Grota**. Podemos voltar ao desenho da localidade, referência que talvez ajuda o leitor confuso no meio de tantos nomes, lugares e histórias. Também da velhice já sem idade, Dona Luzia nasceu em Alegre, filha de Cláudio e Lorentina. Ainda menina, foi morar com Antônio e Flora, os fundadores:

³¹ O diagrama que apresento tem menos a pretensão de fazer um estudo aprofundado sobre parentesco, e mais a de ilustrar as posições dos sujeitos mencionados, a partir do casal Antônio e Flora.

*“... ainda não tinha sete anos... ainda era criança, ainda não tava mudando, né... a pessoa quando está mudando...
... quando eu mudei pra aqui, eu era pequena, meu pai também morreu.. tudo.. e eu fiquei, menina né...”*

(...)

.. que agora eu passei para cá, né... Mas, depois, a vêia Flora criou eu, e eu casei, e vim morar cá... Eles morou no Mateus, e eu vim morar no Santa Rita, aqui...”

Dona Luzia casou-se com João Teixeira, filho dos finados Antônio e Flora. O casamento foi a contragosto de Flora, que a criou, o que impôs uma fuga ao casal, e muito tempo até poder visitar a sogra.

Desses tempos, também surgem imagens de carros de bois, e as viagens à Januária pra buscar os mantimentos de um ano:

“... doze bois... para um carro, doze boi...”

(...) ia, vezes que ia três, quatro famílias..

(...) Cada um ia com o seu, é, cada um ia com a sua, porque aí todo mundo ia apanhar os trens... (...) trazia farinha... de tudo que precisasse...

(...)

... Gostava, moça! E o capim que não arrancava para deitar...”

Depois de casados, então, Luzia e João Teixeira passaram a viver em Santa Rita, a um certa distância dos pais/sogros. Conta-se que era grande o movimento na localidade nessa época, 30 ou 40 anos atrás (medida de tempo essa que se repete em muitos relatos)³², e muita gente se reunia na época das colheitas de arroz, talvez por volta de 100 pessoas, segundo contou um dos filhos do casal.

Pois, numa dessas colheitas, certo dia, em terras de seu João Teixeira, conta-se que ele conversava com dois amigos, que trabalhavam na colheita, José e João. Na brincadeira da conversa, alguém falou do pé de José, que era muito feio e deixava um rastro de anta. Daí recebeu o apelido de **Zé Pé d’Anta**. A conversa continua, e é a vez de João, que gostava de galinha como o guará, e ganhou o nome **de João Guará**. Faltava João Teixeira, e por só servir paçoca³³ aos que trabalhavam na colheita, de dia e de noite, passou a ser chamado de **João Paçoca**.

Por que contar uma história como essa? Porque, voltando às histórias e memórias

³² voltarei a comentar o que parece ser um marco temporal - “30, 40 anos atrás” - posteriormente, no capítulo III.

³³ A paçoca é uma comida típica da região, feita com carne seca e farinha, socados no pilão.

de Santa Rita, o nome Paçoca aí vingou, e é hoje um nome que incorporou para si um grande grupo de pessoas - afins e consangüíneos de João Paçoca, contemporâneos ou de gerações anteriores ou posteriores à dele. Tornou-se um nome associado a um grande grupo, que parece ter como fundadores de sua memória coletiva os finados Antônio e Flora que, certo dia, vieram se estabelecer as margens do tão mencionado riacho. Além disso, esse parece ser, na região do Parque, um dos maiores - senão o maior - dos grupos nomeados de parentesco (na verdade, não conheci nenhum outro), que inclusive se dispersou por diversas outras localidades do PARNA Grande Sertão Veredas.

Voltemos ao exercício de leitura do croqui de Santa Rita. Nele, todas casas representadas abaixo do desenho do Morro Três Irmãos correspondem à moradas de Paçocas, e, com exceção de duas, estão todas ligadas ao ramo de João Teixeira, o João Paçoca.

Dos outros ramos da família de Antônio e Flora, seus outros filhos e descendentes, a maioria rumou para outros lugares, alguns para localidades dentro do próprio Parque, outros em cidades como Arinos e Formoso. Seu Jacinto e Dona Silú, como já vimos, foram para o **Mosquito**, com alguns de seus filhos. Em uma localidade próxima, chamada **Salto**, estão também outros ditos Paçocas - por afinidade - a irmã de Dona Silu, Dona Binú (Benedita) e seus filhos.

As duas filhas dos finados fundadores, Maria e Marculina, não chegaram a se casar ou ter filhos - o que poderia ser lido, a partir das teorias do campesinato e do parentesco, entre as estratégias para manutenção da propriedade, e indivisibilidade das terras. Mas, criaram um menino cuja mãe morreu de parto, nos **Buracos**³⁴. Criado entre os Paçoca, foi também herdeiro das duas irmãs, e várias vezes ouvi a menção de que "por isso ficou rico". Entretanto, outros dados levam a crer que o processo de transmissão de herança, nesse caso, envolveu alguns conflitos e exigiu negociação das partes envolvidas. Hoje, ele vive com sua família às margens do **Rio Preto**, próximo ao

³⁴ O **Buraco**, ou Vão dos Buracos, é uma região próxima ao Parque, incluída como parte do território da Chapada Gaúcha. Infelizmente, não pude visitá-lo, apesar da extrema curiosidade que as menções sobre o lugar me provocaram. Da região de Santa Rita, pude notar alguns outros vínculos com esse lugar, e suspeito que antigos moradores de Santa Rita, pertencentes a outros grupos de parentesco, mudaram-se em algum momento para lá. Pelas descrições que ouvi, trata-se de um grande Vale, habitado em suas áreas baixas, banhado por boas águas, indicado como uma região muito bonita. Entretanto, a chegada até o local parece ser bastante difícil, feita por estreitas trilhas, em declives bastante íngremes.

encontro desse rio com o Santa Rita Rita, e é um fazendeiro bem sucedido , uma das pessoas mais respeitadas e queridas da região.

Do outro filho, seu Isídio - e de seu ramo de alianças e descendências - pouco soube, a não ser que sua parte da Fazenda Santa Rita foi vendida por ele ou por seus filhos, no final dos anos 60 talvez, a uma firma chamada PROARVE - o que parece introduzir, nessa história, um primeiro nome (e ator) vindo de fora da região, e que representa interesses e princípios bastante diferentes daqueles com os quais lidou-se até agora. E, de fato, essa venda - feita para grupos externos, tanto no aspecto de ocupação do território, quanto nos concernentes às relações de parentescos, alianças e vizinhanças - parece ter iniciado um período de dispersão, entre os descendentes de Antônio e Flora, para outras regiões.

Isso implicou uma reorganização no território original da localidade, e culminou, nos planos do parentesco, com a predominância de um determinado ramo de descendência de Antônio e Flora na região de Santa Rita - no caso, o ramo de João Teixeira e Luzia. Essa leitura, também construída através do croqui, reforça-se igualmente com os dados atuais, colhidos durante a pesquisa de campo na região³⁵.

Assim, os fragmentos sugeridos até agora, sobre a história de Santa Rita e do grupo nomeado Paçoca, constituem um quadro que em muito se parece com as indicações de Woortman a respeito de Lagoa da Mata, e também de Zabelê e Olhos d'Água. No caso, pensando no campesinato de forma mais ampla, aqui também são percebidos padrões e recorrências. Os princípios da endogamia e da valorização da consangüinidade, por exemplo, podem ser lidos nos dois tipos de casamento citados, aquele entre "primos carnais", de Jacinto e Silú; e também o caso de João Teixeira e Luzia - onde a noiva veio da própria casa³⁶. Desse ramo da família, aliás, é relevante notar que, na atual geração, cinco de seus filhos são casados com cinco irmãs, vindas todas de Januária.

São casamentos que expressam um ideal endogâmico, o que, segundo Wortmann

³⁵ Da pesquisa na localidade de Santa Rita, em fevereiro e agosto de 1996, calculei a existência de 11 residências. Dez delas eram compostas por famílias elementares (incluindo casos onde um dos cônjuges era viúvo, havendo também a presença de agregados - filhos de criação, netos ou sobrinhos). Das 11 residências, 7 eram de Paçocas (onde, num total de 54 pessoas, 30 eram Paçocas). E, dessas 7 casas, 5 eram do ramo de João Teixeira, aquele de quem surgiu o nome dos Paçoca.

³⁶ De fato, ouvi de diferentes informantes sobre a tendência do grupo de casar entre parentes, para poder manter as posses entre a própria família.

& Wortmann, associa-se a práticas de casamento que remetem à “reprodução das famílias sobre um patrimônio indiviso”³⁷.



Guarda-Parque Ivalino/ Rio Preto/ Preparando a Paçoca

³⁷ Woormann, K. e Woortmann, E.F. “Fuga a Três Vozes”, in *Anuário Antropológico 91*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1993. p.91. Nesse sentido, é bom lembramos também que “Em muitas sociedades camponesas, o casamento é uma prática estreitamente vinculada aos padrões de herança, e estes se voltam para a preservação do patrimônio. (...) Em várias dessas sociedades, a terra, mais do que uma propriedade individual, é um patrimônio familiar que deve ser mantido indiviso. Em outros casos, como entre algumas formações camponesas do Nordeste, ela é parte de um território, base de uma identidade (Woortmann, K. 1988).

Por isso, engendram-se variadas práticas para a reprodução das famílias. Assim, constrói-se a emigração, associada ao deserdamento (Woortmann, K. 1991), o celibato de alguns filhos que tampouco herdarão a terra, e o casamento enquanto arranjo familiar (Bourdieu 1980; Woortmann, E.F. 1988; Rodrigues 1991)”, idem, p. 90.

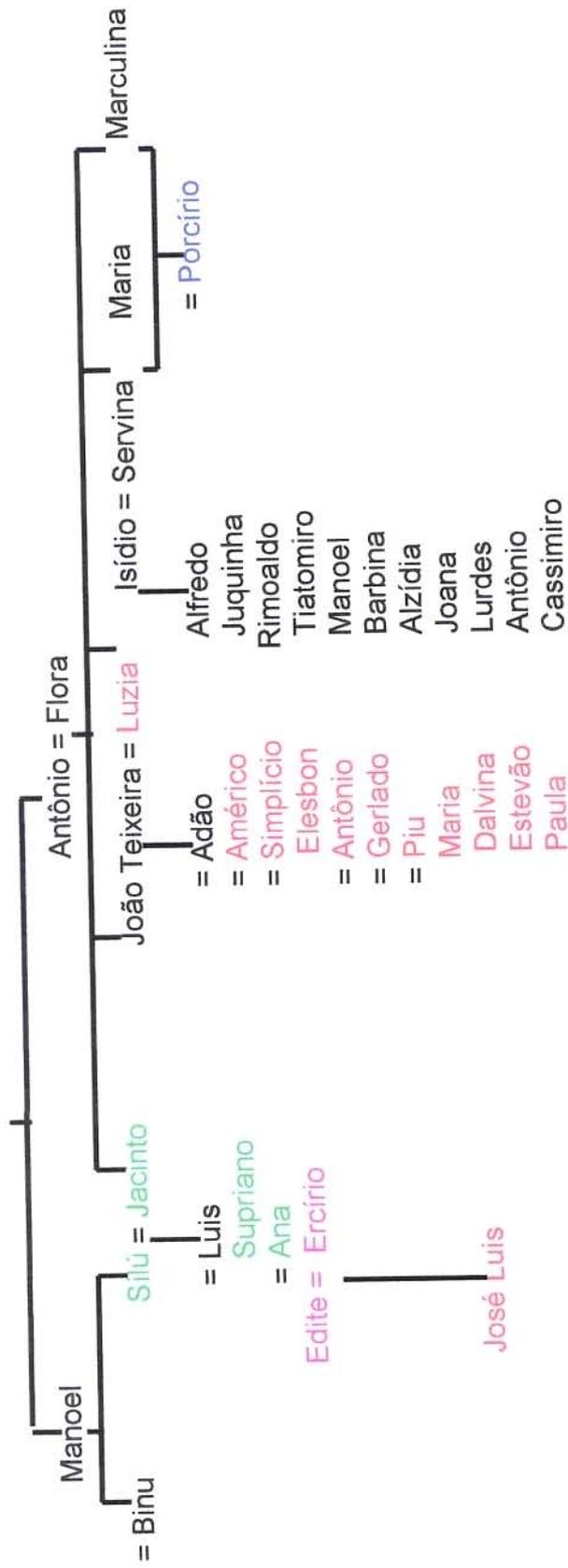
Voltando aos princípios recorrentes, que nos aproximam de Zabelê e de Olhos d'Água, também em Santa Rita podem-se perceber os laços de reciprocidade e troca entre parentes e vizinhos - seja num caso de sobrevivência, como o de D. Martinha, seja na participação e parceria em trabalhos na terra, como nas épocas de plantio e colheita³⁸. Finalmente, se pensarmos no caso dos Paçoca, percebe-se a existência de uma memória fundante de um grupo de parentes, a partir dos finados Antônio e Flora.

Da mesma forma, esses breves relatos, falas, e narrativas sugerem estratégias na relação com a propriedade (terra/trabalho) como a migração e a criação/reprodução de outros territórios de parentesco - e também de vizinhança. O que nos ilumina sobre algo da ocupação de um território, da construção de alguns lugares e da movimentação entre espaços nos limites do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

* * *

³⁸ Também os conflitos se resolvem no interior dos grupos, a partir de um direito próprio, instituído pelos costumes. Certa vez, alguns porcos que eram criados soltos, estragaram uma roça de mandioca, plantada por uma das famílias com quem me hospedei. Não era uma área demarcada ou cercada, porém a roça estava lá, e seu dono era quem a havia plantado. Já o dono dos porcos era desconhecido. Os prejudicados prenderam os porcos, e estabeleceram um prazo, esperando que seu dono aparecesse e remediasse o prejuízo. Caso isso não acontecesse, os porcos seriam sacrificados - e certamente sua carne bem aproveitada. Perguntei então, o que aconteceria se o dono dos animais chegasse tarde demais, reclamando sua parte. A resposta foi que não poderia haver reclamação ali, assim eram as coisas, e mesmo se os porcos fossem de sua própria mãe ou de seu pai, era direita e aceita sua decisão - já que sua roça havia se perdido.

Diagrama de Parentesco - Paçocas a partir de Antônio e Flora



Legenda

nomes em **vermelho**: moradores de Santa Rita

nomes em **verde**: moradores do Mosquito

nomes em **azul**: morador do Rio Preto

nomes em **violeta**: moradores da Chapada Gaúcha

obs. as localidades mencionadas encontram-se na área do Parque ou em seu entorno

= casamento

| filiação

2. Retóricas das Caminhada em Santa Rita

“O senhor sabe o mais que é, de se navegar sertão rumo sem termo, amanhecendo cada manhã num pouso diferente, sem juízo de raiz? Não se tem onde se acostumar os olhos, toda firmeza se dissolve. Isto é assim. Desde o raiar da aurora, o sertão tonteia. Os tamanhos. A alma deles”³⁹.

Na descrição feita até agora, que se centrou sobretudo na ocupação espacial dos moradores do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, focando o território de Santa Rita, foi reforçada a organização social a partir de princípios do parentesco. Delimitaram-se localidades e vizinhanças, criando-se um olhar sincrônico sobre elas, e foram também utilizadas referências diacrônicas, como a descendência e os traços de uma memória “histórico-mítico” sobre a mesma.

O viés diacrônico, entretanto, ou a inclusão do tempo nesse olhar, privilegiou temporalidades, analisadas através de padrões sociais e coletivos. Algo que pode nos dar certa visão geral, mas que também descorporifica a passagem do tempo e a duração, o próprio enraizamento ou deslocamento nos lugares. Não é um ato analítico inconseqüente. Pois que a vontade de ver o conjunto, como o da “cidade-panorama” de Certeau, constrói também um “simulacro teórico (...) um quadro que tem como condição de sua possibilidade um esquecimento e desconhecimento das práticas.”⁴⁰

Como um relato de espaço, reforçou-se uma descrição que sendo lida pelas idéias de Certeau, seria provavelmente aquela feita por objetos, “o estar-aí de um morto, lei de um ‘lugar’”⁴¹. Por exemplo, para ler a organização territorial e espacial do lugar Santa Rita, recorri, entre outras fontes, à leitura de croquis, uma representação espacial que, como os mapas, sugere a singularidade e estabilidade dos lugares representados. O próprio Certeau nos lembra, porém, de outras formas de identificar lugares e efetuar espaços, uma através dos mapas, outra através dos itinerários. Esses últimos têm como particularidade especificar “espaços” através de ações, ou operações daquele que caminha e narra o caminhar.

³⁹Rosa, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, p. 239.

⁴⁰ Certeau, M. op.cit., p.171.

⁴¹ Certeau, M. op.cit., p.202

Narrando a Ronda

O itinerário da pesquisa, particularmente em Santa Rita, foi direcionado e construído inicialmente por uma noção - e uma prática de espaço - relativa a própria existência do Parque, e à função dos guardas-parques: a ronda. A expressão “ronda” refere-se ao itinerário formal, programado e cotidiano dos guardas-parques, responsáveis pela fiscalização⁴² de áreas específicas, determinado a princípio por orientações do Ibama e da Funatura.

Porém, se tal itinerário (da ronda) é enviesado pela presença do Parque, e por orientações dos órgãos que o administram, na verdade ele é sobreposto a conhecimentos e práticas de espaço anteriores, desenvolvidas por aqueles que já habitavam a região antes da criação da Unidade de Conservação, como os próprios guardas-parques.

Reproduzo alguns dos trechos da ronda em Santa Rita, em que percorri a localidade em geral acompanhando o guarda-parque responsável pela área, José Luis, e, algumas vezes, sua mãe, antiga moradora da localidade (atualmente morando na Chapada Gaúcha), ou seus irmãos mais novos, adolescentes na época. São duas as intenções: primeiro, a de narrar práticas e memórias acionadas ao se percorrer referências espaciais recorrentes durante a pesquisa, como casas ou antigas casas de moradores, áreas de roça, um morro, ou uma lagoa, algumas delas já representadas anteriormente nos croquis. Não se trata de uma apresentação sistemática de categorias espaciais êmicas, já que não foi desenvolvido pela pesquisa um estudo mais aprofundado nesse sentido. Antes, trata-se de registrar parte desse caminho que foi articulado por referências cruzadas, inclusive a da própria pesquisa, e refletir sobre como ele entrecruza-se com outros caminhos, efetuando espaços diversos.

Na busca de Certeau pelas práticas do espaço, associa-se ao ato de andar o ato de falar, e são organizadas referências para uma leitura da “fala dos passos perdidos” - é o “jogo dos passos que moldam os espaços e tecem os lugares”⁴³. Nesse sentido, o ato de caminhar, ou a enunciação pedestre - aqui, talvez melhor dizer caminhante - carrega três características (pensadas entre as formas empregadas num sistema e os modos de

⁴² O termo mais adequado talvez seja o de “vigilância”, já que os guardas não detêm poder efetivo de fiscalização e autuação. De fato, posteriormente ao período circunscrito de pesquisa, o termo “guarda-parque” foi transformado em “vigilantes”, justamente por essa particularidade da função.

⁴³ Certeau, M. *op.cit.*, p.176.

usar esse sistema). Primeiro, o *presente*, ou a atualização da ordem espacial, das possibilidades e proibições, por onde o caminhante se desloca e as desloca, atualiza-as e inventa outras. Segundo, e junto com essa primeira, o *descontínuo*, que se mostra através da seleção dos significantes espaciais, e efetua triagens nos significantes da língua espacial. Por fim, o aspecto *fático* do caminhar, ou seja, aquele que o coloca também como um ato de comunicação, entre um *cá* e um *lá*, por exemplo, que implica um “*eu*” que se apropria do espaço, e um “outro” relativo a esse eu, e a seu deslocamento, negativa ou positivamente⁴⁴.

Partindo dessas três características do caminhar (ou de sua enunciação), Certeau apresenta o que seriam suas três modalidades, ou tipos de relação que se mantêm com o percurso : as modalidades “*aléticas*”, que lhe atribuem um valor de verdade - do necessário, do impossível ou do contingente; as modalidades “*epistêmicas*”, que lhe atribuem um valor cognitivo - do certo, do excluído, do plausível, ou do contestável; e as modalidades “*deônticas*”, relacionadas ao valor dever-fazer - do obrigatório, do proibido, do permitido, ou do facultativo⁴⁵. Deve-se ressaltar, também, que as modalidades não são percebidas de forma estanque, mas entram todas no jogo do deslocamento, transformando-se umas nas outras, variando conforme o percurso, o momento, o caminhante.

A utilização teórica feita aqui das idéias acima não deixa de subverter algo da análise de Certeau. Sobretudo se lembrarmos, primeiro, que o autor discorre sobre práticas exercidas na *cidade*, não só um espaço diferente do trabalhado na presente dissertação mas, de fato, signo de uma das oposições possíveis e talvez clássicas de se pensar e definir o sertão⁴⁶ e os espaços rurais. Igualmente, a análise sobre a enunciação pedestre traz os passos sobre a cidade, passos de seus habitantes, imersos num ambiente vivenciado e exercido através de diferentes critérios e condições. No caso de minha análise, não só o ambiente é aquele outro. O itinerário e o caminhar observado e interpretado incluem o meu próprio, junto com aqueles que me guiaram.

Ainda assim, o olhar de Certeau sobre a cidade e suas práticas mostra-se bastante

⁴⁴ Essa caracterização assenta-se na tríplice função enunciativa do ato de caminhar, em seu nível mais elementar: a apropriação do sistema topográfico, a realização espacial do lugar, e o estabelecimento de relações entre posições diferenciadas. cf. Certeau, M. op.cit., pp. 177-179.

⁴⁵ Certeau, M. op.cit., p. 179.

⁴⁶ Ver sobretudo Schenttino, M.P.op.cit.

adequado para esse outro espaço, o do sertão. O que relativiza essa oposição encontra-se na especificidade de sua própria abordagem: afirmando-se a cidade como espaço urbanístico, controlado, administrado, planejado e disciplinado a partir de critérios e premissas particulares, o que interessa a Certeau são justamente os procedimentos que resistem, criam, e escapam à disciplina - sua análise volta-se às chamadas práticas “microbianas, singulares e plurais”. E se estas são percebidas e pensadas em sua capacidade de enunciação, análoga à enunciação (“speech act”) para a língua - parece coerente considerar a aproximação feita aqui como uma espécie de tradução entre as diferentes enunciações, a partir de passos conjuntos e compartilhados, de quem habita o sertão e de quem habita a cidade

Dos tipos de relação mantida com os percursos em Santa Rita, uma era enviesada pelo meu próprio andar, de pesquisadora, e outras por aqueles que me guiavam, conheciam os caminhos e viviam na região. O valor-verdade (o necessário, o possível ou impossível, o contingente) talvez fosse o mesmo ali para todos - eu certamente não o contestaria - , dado pelo espaço geográfico e pela leitura dos que o conheciam: trilhas intransponíveis, um caminho mais aberto e fácil, uma vereda fechada e morada de sucuris, um boi bravo...

O valor-cognitivo - o certo, o plausível, o contestável - era em geral indicado por meus guias também, mas às vezes comigo discutido ou questionado: “você agüenta subir o morro? Tem que ser rápido, porque daqui a pouco escurece...”.

O dever-fazer (obrigatório, permitido, facultativo) colocava em contraste meus interesses de pesquisa e aqueles do meu guia - como guarda e como morador da localidade. Se sua obrigação, como guarda-parque, era a de conduzir a pesquisadora a todos os moradores, poderia haver um com quem, na relação de vizinhança, tivesse ocorrido um conflito e não fosse de bom tom aparecer de repente, com uma visita estranha e cheia de perguntas.

Assim, íamos negociando o dever-fazer, calculando os certos e plausíveis, enfrentando as verdades dos caminhos: colocando e mudando as modalidades no jogo dos passos⁴⁷.

⁴⁷ Um exercício para entender essas modalidades é pensá-las no contraste entre a cidade, e em seus contextos. Na primeira, ao invés da vereda intransponível ou da trilha mais conhecida, poderíamos associar ao valor-verdade uma avenida interditada, condição de possibilidade ou contingência que o pedestre enfrenta como obstáculo, ou o desvio aberto como caminho possível a seu destino. O valor-cognitivo, relacionado à modalidade epistêmica do caminhar, pode nos pôr diante da escolha em seguir,

Caminhos e itinerários

Boa parte das informações e dados fornecidos nas descrições e análises anteriores, sobre Santa Rita - da ocupação espacial, das famílias e grupos de parentesco, das casas e moradores, etc - foram pela primeira vez colhidas durante os dois primeiros dias na localidade, em fevereiro de 1996 e, ao longo da pesquisa, foram sendo revistas e confirmadas, ou não. Segui até lá acompanhada por representantes do IBAMA local, e me foi permitido hospedar-me na localidade durante alguns dias, na casa de um dos guardas-parques, Zé Luis, junto com outras pessoas de sua família. Sua casa, no croqui de Santa Rita, encontra-se demarcada onde está a palavra "Pivô" - próxima à descida da serra e do lado direito do riacho, no desenho

O itinerário do dia 08 de fevereiro de 1996, por exemplo, foi pensado para ser mais rápido, passível de ser concluído durante a manhã - já que, à tarde, deveria me dirigir a outra localidade - a Onça - percurso que levava quase duas horas a cavalo (no ritmo de amazona iniciante). Dessa forma, acatei a sugestão do guarda-parque para esse dia, pela manhã, de visitar as casas próximas ao **pivô**, casas dos Paçoca, da linha de João Teixeira.

Durante a caminhada, Zé Luis, guarda e companheiro de muitas trilhas indicava e "lia" rastros de animais, ou falava das plantas: amesca, pau da terra, embu, pau santo, sapubá/ amigo do lobo, unha d'anta, pau d'óleo (remédio), pimenteira (remédio) - a fruta parece vagem, são gonçalo: cheirosa e boa para dor na coluna⁴⁸... Esse tipo de interação e interpretação voltada às plantas e aos animais, que me foi indicada em várias ocasiões da pesquisa como uma atividade/ função dos guardas para com os visitantes, na verdade, mostrou-se como prática e conhecimento exercitados pela maioria das pessoas com quem caminhei, inclusive crianças.

à noite e à pé, por uma via mais rápida porém deserta, ou trechos mais longos, porém mais movimentados, ou qual ônibus pegar para tal lugar, o que dependerá da avaliação do pedestre. Por fim, o valor do dever-fazer, das modalidades deônticas, situar-nos-ia diante de um pagamento de ingresso, ou de estacionamento em local proibido. Interpreto essas modalidades e esses valores, entretanto, como ideais, visto que na prática eles podem se colocar simultaneamente, ou pouco definidos entre si. Parecem, também, na leitura de Certeau, associar-se às três características da enunciação pedestre, onde as relações estabelecidas com os percursos trabalham com uma ordem empírica, (na atualização da ordem espacial), uma ordem do conhecimento, que implica em saberes e escolha (a seleção do descontínuo), e a uma ordem de exterioridade social, cultural e ética, onde se estabelece tanto a comunicação com o lá e o cá, quanto com espaços e ambientes sociais.

⁴⁸ diário de campo, 08/02/96

Seguindo as trilhas, atravessando pinguelas e cercas, fomos chegando às casas dos Paçocas. Foram duas casas visitadas, de dois filhos de João Teixeira, casas boas para o padrão local, amplas, e construídas de buriti e adobe. Nessa ocasião, passamos também pela **lagoa Santa Rita**, próxima a uma dessas casas. Trata-se aqui de um lugar que sugeriu as “*legendas locais*”, narrativas que segundo Certeau permitem espaços de habitabilidade e legibilidade, evocando memórias e sua partilha, os espíritos locais⁴⁹.

Pois, na beira dessa lagoa, o espírito evocado era o de sua grande profundidade, e das grandes e poderosas sucuris que, segundo dizem, têm aí uma morada certa. Depois de ouvir sobre isso, e já um pouco intranquã e atenta para movimentos suspeitos, estava provavelmente pronta para ouvir a história de Seu Joaquim Doido, história de quem já morreu contada por Zé Luis. Doido porque entrou na lagoa, num dia em que caçava anta. Pois o homem sangrou a anta e ela, fugindo, refugiou-se dentro da lagoa. Seu Joaquim Doido não se fez por rogado: entrou na profunda e misteriosa lagoa atrás de sua anta. E a sucuri pegou ele? Não, ele pegou a anta.



A lagoa Santa Rita vista por Zé Luis

⁴⁹“Pela possibilidade que oferecem de esconder ricos silêncios e desfiar histórias sem palavras, ou antes por sua capacidade de criar em toda a parte adegas e celeiros, as legendas (lendas) locais (legenda: aquilo que se deve ler, mas também aquilo que se pode ler) permitem saídas, meios de sair e de entrar e, portanto espaços de habitabilidade. Sem dúvida o ato de caminhar e de viajar suprem saídas, idas e vindas, garantidos outrora por um legendário que agora falta aos lugares.” in Certeau, op.cit. p. 188.

A lagoa tornou-se um dos assuntos ao qual se retornou em ocasiões dispersas, outros itinerários, e outros encontros. Num diferente momento da pesquisa, certa vez, em casa de D. Luzia Paçoca, viúva de Seu João Teixeira, e entre outras pessoas da família, conversava-se sobre o *lugar* e alguém comentou sobre o segredo da lagoa - que nunca secou e, mesmo em épocas de enchente, nunca transborda. Em outros tempos, em visita à casa de outro de seus filhos, conversava com um rapaz de seus 16 anos, morador dos **Buracos**, e que ali estava em Santa Rita, trabalhando em roça dos Paçoca. Em algum momento, surgiu novamente a Lagoa - e soube então que estava diante do neto de Seu Joaquim Doido. Mateus, uns dois anos antes, resolveu repetir a proeza do avô e mergulhou na Lagoa de Santa Rita, com a intenção de chegar até seu fundo. Nela alcançou profundidade suficiente para quase perder a noção de superfície, apesar de não atingir seu fundo. Não deixou, contudo, de reviver e reinventar a proeza do avô, Joaquim Doido, e as memórias evocadas pela Lagoa.

Do primeiro dia em Santa Rita

No dia anterior à visita aos Paçoca e à Lagoa de Santa Rita - 07 de fevereiro de 1996 - percorri pela primeira vez as terras de Santa Rita.



Na casa de Ideria - Santa Rita

Foi nesse dia, e no itinerário percorrido, que conheci a casa de D. Martinha, ladeada pelas salvadoras mangueiras. Antes dessa casa, havíamos passado por outra, que entretanto foi pulada - marcando uma descontinuidade - para evitar uma situação constrangedora, ou não intensificar um conflito antes ocorrido, entre esses moradores e certas normas do Ibama. Mas da casa de D. Martinha saímos, Zé Luis e eu, passamos por algumas veredas e seguimos até a casa da filha de Dona Martinha. Lá chegando, atravessamos a roça de arroz, e encontramos Ideria tomando conta dos grãos, afugentando as jandaias e pássaros pretos que rondavam a futura colheita.

A última casa visitada esse dia foi aquela que, no desenho de Santa Rita, encontra-se entre o galho do Estêvão e a Vereda Escura, casa de D. Inocência. Como mencionado em algum outro momento, foi a família em Santa Rita sobre a qual menos soube. A parada aí, e o encontro não deixaram de ser, por isso, menos importantes. Em certo momento de nosso itinerário, antes de saber qual seria a próxima parada, fui questionada pelo guarda-parque sobre o teor da pesquisa, de minha visita ao Parque, e de minha vinculação ao IBAMA e a Funatura. Depois de explicar sobre a pesquisa e afirmar que não trabalhava para nenhum dos dois órgãos, soube então que rumávamos para a casa de D. Inocência. No caminho até ela, a mais distante do meu ponto de partida no **Pivô**, soube também que se tratava de uma família muito fechada, e que até então havia se recusado a receber qualquer visita formal da parte do IBAMA ou da Funatura.

Relembrando as três características da “enunciação pedestre”, nosso caminhar rumava a um presente possível do ponto de vista espacial, e da modalidade “alética”; e também possível em seu valor cognitivo, pelo menos do ponto de vista do guarda-parque, que havia nascido na região e conhecia em pormenores o lugar, seus caminhos e o que encontraríamos. Entretanto, dependendo da minha própria posição enquanto visitante do Parque, poderia ser uma visita inadequada em sua modalidade “deôntica”, relativa ao valor do “dever-fazer”, na leitura de Zé Luis. Como guarda responsável por meu trajeto naquela região, deveria me conduzir às casas dos moradores para que a pesquisa, autorizada pelo IBAMA, fosse realizada. Porém, ao fazê-lo, poderia estar pondo em risco a própria efetividade de sua função entre as pessoas do lugar, e também a confiança dos mesmos sobre ele. Era necessária também a autorização dos moradores e das pessoas. Discutimos então sobre minha presença na região e, depois disso, ganhei esse dia o visto para visitar a casa de D. Inocência, e seu lindo jardim.

Nesse ponto, faz-se um salto cronológico para se recontar algo da história narrada por Dona Inocência, meses depois dessa primeira visita ao Parque, a Santa Rita e à sua casa.

O caso de Brasília

Na segunda visita a Santa Rita - alguns meses depois⁵⁰, repeti com o guarda-parque responsável pela localidade, e também nela morador, a ronda na região banhada pelo riacho Santa Rita e seus afluentes. A casa de D. Inocência, desta vez, foi estrategicamente “pulada”, pois ela já havia informado ao guarda-parque - também vizinho, e filho de sua comadre - que preferia não receber visitas. O desejo foi respeitado e, com certa tristeza e surpresa, o acatei.

Porém, dois dias depois dessa segunda ronda, iríamos seguir viagem rumo a outra ponta do Parque, na região do Rio Preto, para visitar a sede da Funatura e para assistir a um casamento - o que significava várias horas de viagem a cavalo. A casa de D. Inocência ficava no caminho e, para os moradores da localidade - como aquele a quem eu acompanhava -, era lugar de parada, de prosa e café.

Nessa condição, acompanhando quem passa por ali rumo ao casamento de seus conhecidos, pude retornar à casa de D. Inocência.

Alguns dias depois, reconstruí no diário de campo os momentos passados em sua casa, e uma certa história contada por ela⁵¹.

⁵⁰ julho/agosto de 1996

⁵¹ Hoje, 29. 07 Lembrando novamente da viagem de D. Inocência a Brasília, da história que ela contou na noite passada em sua casa. Foi a Brasília também por motivos de saúde, como grande parte dos da região. Lá foi guiada por algum parente, algum conhecido que vivia em Bsb. A história que contou foi a do medo e do desespero na cidade grande, da sensação de nunca mais voltar ao próprio lugar. Seus gestos, suas falas, foi como se estivesse mesmo revivendo o momento, pondo as mão no rosto, repetindo os diálogos que lá teve, pedindo ajuda a Deus:

* “Chegamos” - o ônibus - o motorista: “é aqui que vão desapiar..”- as referências do discurso se mantêm as dela mesma

Em um momento, se viram perdidos. Resolveram perguntar em uma casa qualquer. D. Inocência, acompanhando o parente, foi, disse, com muito medo. A casa era pequenininha, só cabia o fogão e a cama. A mulherzinha que os atendeu foi muito boa, mas não havia como lhes dar pouso. (Aqui lhe veio a lembrança do pai ensinando a dar comida e pouso a qualquer pessoa que aparecesse e precisasse). O parente era crente, e alguém se lembra que ali perto há uma igreja dos crentes, e o parente de D. Inocência resolve ir até lá pedir ajuda. Ele a deixou na casa da mulherzinha muito gentil e foi procurar a igreja, enquanto D. Inocência ficou com muito medo esperando e rezando, e temendo o marido da mulherzinha que ia chegar, o que ia dizer, o que ia fazer, ai que medo do homem... O homem chegou e começou a brigar com a mulher, muito bravo, falando alto, onde já se viu botar gente estranha para dentro de casa. Medo... Mas, aí Deus iluminou D. Inocência, que criou coragem e disse algumas palavras para ele, talvez aquelas que seu pai lhe ensinou, e foram palavras acertadas, porque o homenção ouviu e pediu desculpas, e tudo ficou bem graças a Deus. Aí então, o parente de D. Inocência chegou, e foram embora e nunca mais voltaram. Diário de Campo, julho/agosto de 96

O dia em que essa história foi narrada - da segunda visita à casa de D. Inocência - parecia agitado, muita gente de visita, seguindo para o casamento no dia seguinte. Mas, por um breve momento, ela sentou-se, nos bancos forrados de esteira de buriti, conversamos e mudamos de conversa, silenciámos. Dona Inocência é narradora, no sentido de Benjamin⁵² e em quantos outros? Então, revive-se a experiência, os momentos e as falas, as imagens e o povo com quem se falou.

E ela contou a história da única vez em que saiu dali, com destino à cidade grande. Foi também por motivos de saúde, como muitas pessoas da região. Lá, ela era esperada por um parente, primo ou sobrinho, um conhecido que vivia em Brasília.

Em seu relato, o “é aqui que vão desapiar” da fala do motorista, também chamou atenção e tenta-se imaginar um motorista de ônibus urbano em Brasília ou no Gama dizendo, daquela forma, que era ali o lugar de saltar, de descer - com a fala de outro contexto, fala de sertão.

Foi a derradeira vez que Dona Inocência saiu dali a Brasília, para longe e cidade grande. Lembranças de medo, do sentimento de estar perdida, da necessidade da ajuda do outro - que é também estranho -, da intervenção de Deus. Sua história diz também sobre descaminhos de mapas, lugares e itinerários, porque se encontra com outras tantas.

Sua narrativa, por exemplo, traz uma série de semelhanças com outras histórias ouvidas sobre viagens à Brasília. Como Dona Inocência, muitos dali vão a Brasília em busca de serviços médicos, de ensino ou trabalho, muitas vezes, migrando efetivamente. Porém, é importante esclarecer que o nome do destino pode representar, muitas vezes, um lugar muito maior do que os limites administrativos e políticos da cidade⁵³. Brasília compreende, no discurso dos que vivem na região do Parque, o Guará, o Gama,

⁵² Contrapondo-se ao mundo moderno, e aos domínios da informação, que permitem uma verificação imediata, Benjamin discorre sobre a narração como “forma artesanal de comunicação”, por seu trabalho de paciência, e sobretudo por constituir-se coletivamente, como trabalho conjunto, baseada na troca de experiências. Seus ideais de narrador associam-se ou àquele que viajou pelo mundo recolhendo experiências, ou àquele que se manteve em seu lugar, recolhendo ao longo da vida lembranças e acontecimentos - para então constituírem suas narrativas, a partir da troca de experiências com o ouvinte, e de uma percepção da coisa narrada que se recria na próprio ato de criação. Ver Benjamin, W. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” in *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. pp. 197-221.

⁵³ Brasília, sede do governo federal, corresponde em termos administrativos e políticos, à área do Plano Piloto. É uma das regiões administrativas do Distrito Federal, formado também pelas chamadas cidades-satélites, e outras regiões administrativas, como: Taguatinga, Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, Gama, Ceilândia, Brazlândia, Cruzeiro, Paranoá, Sobradinho, Planaltina, e outras compondo ao todo 19 regiões administrativas. É importante mencionar também a importância do entorno do DF, do qual fazem parte 42 municípios de Minas Gerais e Goiás, e

Taguatinga, Sobradinho, Agrovila, e outras áreas do Distrito Federal. Dessa perspectiva, Brasília pode compreender em seus limites um território que atinge até Corumbá de Goiás. Ter parentes ou amigos em Brasília, ter vivido ou passado por lá, é uma imagem que engloba outros territórios que não os contidos na delimitação formal e administrativa do signo, palavra e cidade de Brasília, que podem transbordar os limites do Distrito Federal e ser mesmo em Goiás.

Refletindo-se sobre a história de Dona Inocência, e usando imagens associadas ao sertão, lidas em movimentos de largueza ou amplidão - como o “nunca mais voltar para casa” -, ou na indiferenciação Gama/ Guará/ Brasília - entre o que pode ser extremamente diferenciado, mínimo, inesperado - reencontra-se o deserto e o vazio na incompreensão e na solidão da cidade grande. Referências associadas aos “espaços do sertão”, como diria Schettino, e a suas tantas imagens que também incluem esse nome de lugar⁵⁴.

Mas há tantas outras histórias. Brasília, para essa região do Noroeste de Minas, parece ser a “grande capital” da região, mais que outras grandes cidades possíveis, como Montes Claros ou Belo Horizonte⁵⁵. A expressão é utilizada aqui no sentido êmico, onde a referência não é à capital federal, como poderia ser pensado, nem mesmo a uma vinculação político-administrativa, e sim, no mesmo sentido em que a “Vila dos Gaúchos” é a capital para aqueles de Santa Rita - a capital, como a cidade, ou o ambiente urbano mais próximo, para onde se vai em busca de suprimentos, bens, serviços. Como, numa outra gradação, Januária pode se-lô para o Noroeste de Minas, ou Montes Claros para o outro lado do São Francisco.

Mas é tempo de voltar para o itinerário do dia 07 de fevereiro - a primeira visita à Santa Rita.

que conta inclusive com uma secretaria própria.

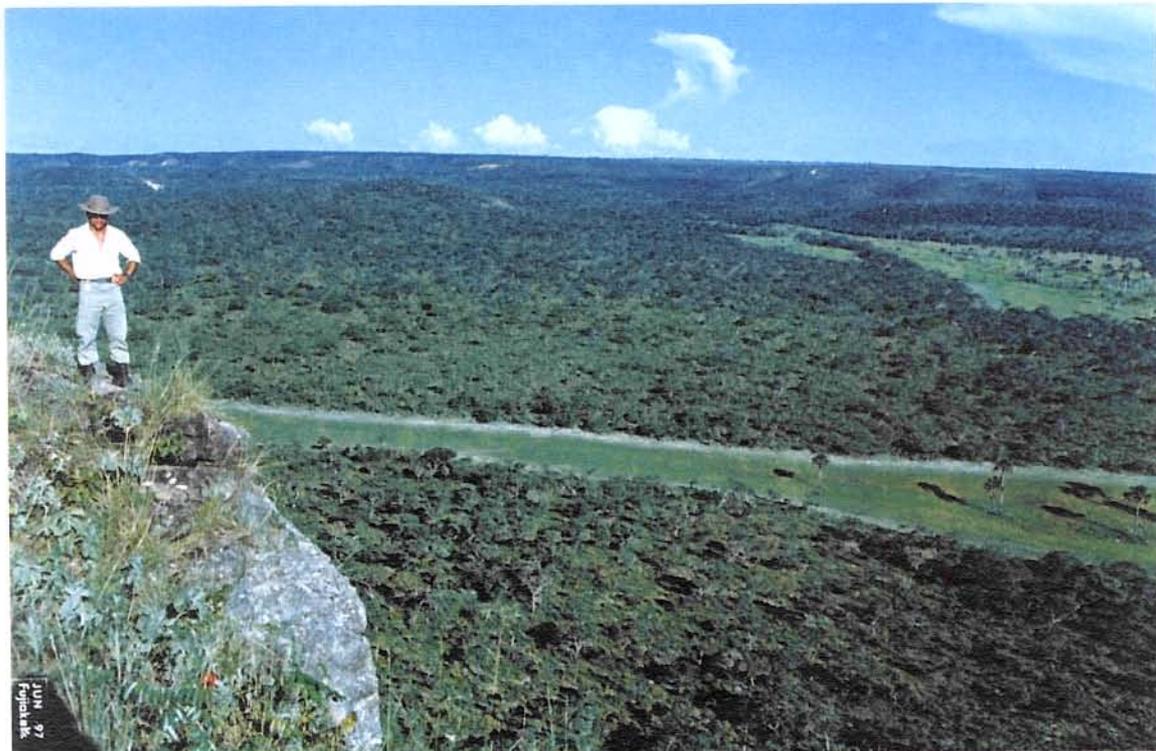
⁵⁴ “Brasília é metáfora da tentativa de conquista desse espaço. A construção de Brasília tentou quebrar esse isolamento [do sertão]. O punhal estriante e cartesiano da civilização foi cravado no espaço vazio dos gerais (...) A capital da nação que se pretende civilizada, veio de cima, alienígena, aterrorizou seu plano piloto no nada, sobre o mato do sertão. Norte, Sul, Leste, Oeste, quadra, bloco, W3, L2, eixos, uma profusão de estrias sobre o indeterminado espaço do sertão goiano. (...) Brasília-cidade é também planalto, gerais, cerrado. Espaço recriado. A arquitetura, o planejamento urbano e, principalmente, a recente e ostensiva ocupação do espaço não conseguiram dominar por completo o vazio. O horizonte ainda domina.(...) O cerrado insiste, resiste, embeleza...”, in Schettino, M.P., *op.cit.*, p.81

⁵⁵ Belo Horizonte encontra-se a 750 km do Parque, enquanto Brasília está a cerca de 350 km.

Caminho de volta

Passada a primeira visita à casa de Dona Inocência, nos dirigimos ao caminho de volta. Nele, há a lembrança de passagens marcantes. Uma delas, aconteceu entre uma vereda e outra, quando já me sentia entregue ao estar perdida no enorme sertão, entre as grandes distâncias, e de repente depara-se com postes de luz! Foi o primeiro sinal de existência, durante a pesquisa, da Fazenda Carinhonha - uma grande fazenda nos moldes da agro-indústria e atualmente desocupada, incluída na área do Parque Nacional. Um índice que o leitor deve manter em mente, porque posteriormente voltaremos a ele.

Durante a longa volta da casa de D. Inocência rumo ao Pivô, também o Morro Três Irmãos, outro lugar criador de “legendas locais”⁵⁶, e de espaços de habitabilidade que se fazem através de memórias e lembranças. Memória que tem o caráter de um antimuseu, diz Certeau, que traz presenças de ausências, como o pau que já foi cruz, lembrança da sepultura de Seu Emílio ao pé do morro.



Santa Rita vista do Morro Três Irmãos. À esquerda na foto, o guarda-parque José Luis

⁵⁶ Certeau, M. op.cit.

Do alto do morro, a visão do vale até o infinito, de veredas, cerrados, gerais, até onde se encontra com a linha do céu, céu de cerrado. Certo é que havia paisagens ali, segundo contou Zé Luis, em que até onde a vista alcança vê-se o Parque. O morro evoca outras subidas e de outras tantas pessoas que por ali passaram. Dali também, o riacho Santa Rita faz um “s”.

O Bambuzal

Ao reproduzir parte do itinerário de pesquisa, reflito também sobre diferentes significados atribuídos a lugares, entre sujeitos diversos que percorrem espaços. Nesse ponto, podemos trazer a percepção de Certeau, na observação da cidade, de um “sentido literal” relativo ao espaço, representado no discurso normativo fornecido pelo espaço geométrico dos urbanistas e arquitetos. O caminhar e sua enunciação, a “retórica habitante”, revelaria desvios de significados expressos nas “figuras de estilo da retórica da caminhada”, a sinédoque e o assíndeto⁵⁷.

O assíndeto é uma figura de estilo que permite que se suprimam os termos de ligação, conjunções e advérbios, numa frase ou entre frases, ou “quando as orações de um período ou as palavras de uma oração se sucedem sem conjunção coordenativa que poderia enlaçá-las”⁵⁸. Assim como a língua, a caminhada também permite a seleção e fragmentação do espaço percorrido, que se saltem ligações e que se omitam trechos inteiros. Já a sinédoque possibilita, através de seu uso, que uma palavra com um sentido original de parte de um todo, possa designar seu todo. “Da mesma forma, a cabana de alvenaria ou a pequena elevação de terreno é tomada como o parque na narrativa de uma trajetória”. A sinédoque refere-se, portanto, a uma enunciação da prática que “amplifica o detalhe e miniaturiza o conjunto”⁵⁹.

Nas descrições de um itinerário construído dialogicamente, pode-se perceber enunciações particulares relativas ao espaço. Algumas das descrições anteriores trouxeram o que, para diferentes sujeitos, podem evocar uma lagoa, um “pau” ao pé de

⁵⁷ Certeau, M. op.cit.

⁵⁸ Cunha, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. FENAME, Rio de Janeiro. 1980, p. 584.

⁵⁹ Certeau, M. op.cit., p. 181.

um morro, ou o deslocamento até a cidade grande. Porém, dos vários pontos desse trajeto, o mais enunciativo foi um bambuzal.

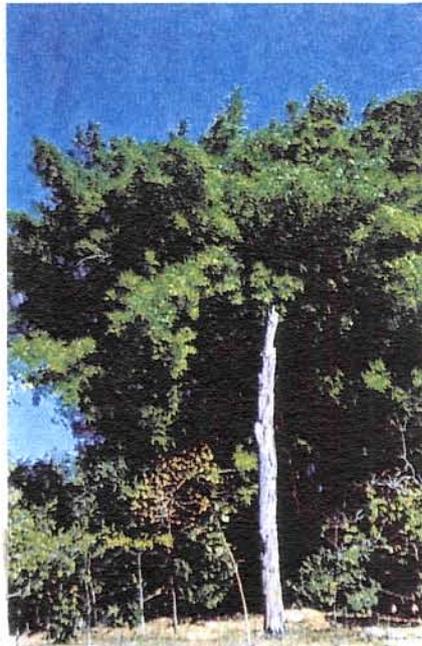
Quando estávamos quase chegando ao ponto de partida e, agora, de chegada - o Pivô - Zé Luis mostrou-me o que, para ele, seria um lugar bonito para se fotografar. Para mim, num primeiro momento, não significou mais do que isso, um bambuzal como tantos outros que já havia visto - menos do que exóticas plantas do cerrado que me chamavam a atenção. Tinha poucos filmes, e optei por não tirar a foto. O bambuzal sugeriu, nesse momento, um ponto a ser omitido na descrição do itinerário - o assindeto. Revelando também, uma relação com o espaço que se remete ao não-lugar, e a seu modelo arquetípico na viagem do turista: uma prática impessoal, fragmentada e instantânea⁶⁰.

Assim que chegamos de volta ao Pivô, ao fim da tarde desse dia, reencontramos a mãe de Zé Luis, D. Edite. Um pouco depois, chegaram da Vila alguns de seus irmãos, para também pernoitar ali; e também receberam a visita de um dos filhos de João Teixeira - vizinho, e primo. A certa altura, reunidos dentro da casa, conversávamos e comecei a perguntar sobre as pessoas que ali viviam. Dona Edite contou então dos que primeiro adquiriram as terras: Finados Antônio e Flora. Tinha ouvido, até então, algumas peças soltas da história do casal, mas foi D. Edite que pela primeira vez as amarrou, e ofereceu visões de Santa Rita e dos Paçoca através dos anos e gerações. Foi ela também uma das únicas a entrar em aspectos da posse da terra, mencionando um documento sobre a mesma, tirado talvez depois da morte do finado casal, quando Jacinto e João

⁶⁰ Para Augé, o "não-lugar" refere-se a um espaço que não pode ser definido nem como identitário ou relacional ou histórico. Porém, não se trata da oposição pura e simples à idéia de "lugar antropológico", e sim da referência à constituição de espaços característicos da "supermodernidade" (como aeroportos, auto-estradas, supermercados, parques, metrô), marcados por experiências solitárias, anônimas e fragmentadas (como no modelo da viagem turística contemporânea, entre outras referências) - espaços de passagem, superficialidade e não-fixação. ver Augé, M. op.cit. Entretanto, como coloca Labate, a viagem não se reduz ao fenômeno do turismo, e mesmo no campo do turismo contemporâneo e globalizado, revela outras experiências, inclusive de "conhecimento do outro e da natureza", como a dos sujeitos que analisa: os "viajantes-turistas". (Labate, Beatriz Caiuby. "A Experiência do 'Viajante-Turista' na contemporaneidade" in *Turismo e Meio Ambiente*. (org. Maria Tereza D. P. Luchiani). Textos Didáticos. IFCH/ UNICAMP. no. 31 (1) - novembro de 1997) Sua reflexão traz também a contraposição desses tipos de viagem à viagem característica da antropologia, remetendo-se sobretudo a Clifford. Nesse autor, é discutida a caracterização da própria antropologia através da pesquisa de campo (fieldwork), da viagem, do deslocamento físico e da residência temporária, problematizando-as como práticas espaciais definidoras do campo. ("Spatial Practices: Fieldwork, Travel and the Disciplining of Anthropology" in Clifford, James. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. 1997. pp.52-91. Tais perspectivas são relevantes na reflexão sobre parques nacionais se lembrarmos da utilização prevista dessa categoria de unidade de conservação: pesquisa, turismo e educação; além do fato da atividade turística integrar-se de maneira intensa, e muitas vezes problemática, ao contexto de alguns dos parques nacionais no Brasil, como os da Chapada Diamantina, Chapada dos Viadeiros ou Lençóis Maranhenses.

Teixeira ainda eram bastante jovens.

Em algum momento, durante essa conversa que reunia a todos ali presentes, voltamos a falar do itinerário e dos lugares que havia visitado, ou por onde havia passado. Zé Luis mencionou então termos passado pelo bambuzal, e a sessão de fotos frustrada - foi quando o bambuzal revelou-se mais do que um bambuzal qualquer.



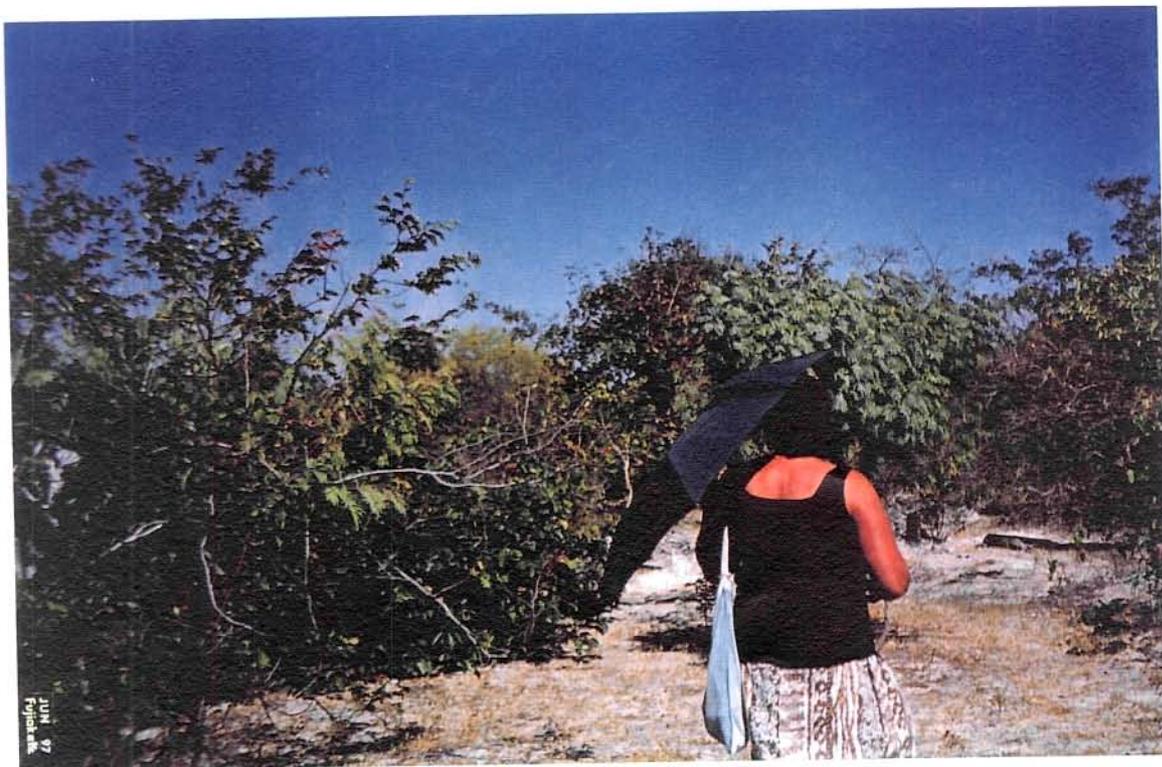
O bambuzal

Por volta do final do anos 70, início dos 80, D. Edite e seus filhos moravam naquele lugar, e foi ela mesma que plantou o bambu. É importante dizer que também eles são Paçoca - ela é casada com um dos filhos de seu Jacinto, terceira geração desde os finados Antônio e Flora. Por algum motivo, como o de haver muitas cobras no local, resolveram se mudar e ali deixaram a tapera. Construíram uma nova casa não muito distante, próxima ao local onde vivem hoje filhos de João Teixeira. A nova morada não durou muito tempo, pois aquele grupo dos Paçoca reclamou de invasão em suas terras e, diante da recusa de D. Edite em sair dali, resolveram tomar providência. Sua narrativa conta o dia como tragédia. Destruíram a casa, soltaram os animais, diante dela e dos filhos pequenos. Segundo ela, dois policiais acompanhavam o grupo que reclamava sobre a terra, e um deles, quando se deu conta da situação - ela só, com crianças, e desabrigados -, recusou-se a participar da expulsão, o que não evitou, entretanto, sua consumação. Sem morada, dormiu a primeira noite, de tempestade, ao relento, tentando abrigar como podia os filhos pequenos. Memória narrada com muita emoção e tristeza. Passou meses morando em baixo de uma lona, até que recebeu auxílio de um primo de

Januária, seu lugar de origem. O tempo passou, e conseguiram por fim comprar um lote na então chamada Vila dos Gaúchos, onde a família vive até hoje.

O bambuzal contava uma história. No itinerário construído por José Luis, ele revelava beleza a ser fotografada, talvez da própria história que podia ser contada e da luta de sua mãe. Junto ao relato de Dona Edite, o bambuzal condensa temporalidades e transforma-se em elemento que se remete a algo mais, como a sinédoque - “figura ambulatória da densidade”⁶¹. Ele passa a designar a memória da antiga morada e sua própria narrativa. O bambuzal torna-se signo de lembranças, sentimentos e reflexões sobre a vida - e condensa uma representação de Santa Rita como espaço construído e desconstruído por vínculos entre parentesco, memória e territorialidade.

Além dessa importância, tal ponto do itinerário mostrou-se também articulado a outros elementos, que se somam às histórias de Santa Rita e as colocam a partir de novas perspectivas.



Dona Edite na passagem pela tapera

⁶¹ CerteauM. Op.cit

Taperas e Parentescos

Do ponto de vista do grupo e de seu território, e também das relações de parentesco, essa história nos foi passada por um “parente incorporado”⁶². Como outras mulheres que se casaram com homens da localidade, a narradora também veio de Januária. De sua origem, de uma das maiores cidades do Norte de Minas, trouxe também muitas memórias, e uma maneira de olhar o mundo - e seu novo lugar, Santa Rita - diferente.

Dona Edite, mudou-se, ainda jovem, com sua família para uma região próxima ao Parque, de onde muitos dali - inclusive seu sogro, o velho Jacinto - dizem ter sua origem, **Vargem Bonita**⁶³, **Fazenda Larga**. Casou na década de 60, aos 19 anos, quando se mudou para Santa Rita e para o mundo dos Paçoca.

“... lá, na época que eu casei, a gente não via, a gente ficava assim.. eu pelo menos, quando eu casei que eu cheguei lá, que eu vi aquilo, aquele modo daquele povo, eu fiquei doidinha.. quando o sol saía, o sol entrava, eu achava... Teve um dia que eu achei que o mundo estava era acabando... Teve uma época que eu fiquei perdida, eu falei ‘Meu Deus do Céu, o mundo está acabando! ... me deu uma batadeira no coração... (...)

.... uma solidão, Andréa... Uma solidão.. Um povo assim que morava dentro do mato, sem assim uma frente, sem um terreiro, sem assim... Uma coisa assim mais esquisita... (...)

... nada, nada você não via... uma laranja, você não via um mamão, você não via nada. Era só a casa, e o que comer dentro da casa... Tinha só a casa, e as coisas de comer na casa...

(A - ... as pessoas não se encontravam? Onde tinha mais movimento ali?)

Encontrava, ali na casa do outro... o lugar mais movimentado era ali junto ao Toró, no meio do Pivô, perto da casa da vóia Martinha... Era daí para cima de onde nós tava... que ali tinha mais movimento; que era Isídio, era a família

⁶² A partir do estudo de Soares sobre a comunidade de Olhos d’Água, “Esta pessoa é, pois um parente não-parente, ou melhor, um parente incorporado, pelo fato de que incorpora o papel de estar parente e não de ser parente, e por isso mesmo carrega por toda a sua existência o estigma de ser ‘de fora’, mesmo depois de contrair matrimônio com uma pessoa ‘de dentro’.” Soares L., *O forte e o fraco, o dentro e o fora*. Dissertação de graduação. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1987, p.20. Citado em Woortmann, E. op.cit., p.253

⁶³ Além dos moradores do Parque, muitos habitantes de Chapada Gaúcha vieram também de Vargem Bonita, no município de Januária. Cruzando novamente caminhos históricos e ficcionais, é relevante mencionar que tal localidade é indicada como tendo sido local de refúgio do jagunço Antônio Dó, e palco de batalha entre ele e seu grupo, contra tropas do governo, em junho de 1913, sendo ele figura histórica ainda lembrada, sobretudo pelos mais velhos. Lá também, o personagem Riobaldo Tatarana diz tê-lo conhecido: “... Antônio Dó eu conheci, certa vez, na Vargem Bonita, tinha uma feirinha lá, ele se chegou, com uns seus cabras, formaram grupo calados, arredados...”, in Rosa, Guimarães. op.cit., p.129. Sobre Antônio Dó, ver também: Braz, Brasileiro. op.cit. pp. 369-409 e Valadares, Napoleão. op.cit.

dele, era os filhos, que era... genra, tudo dele... Mas, dali para baixo era uma tristeza... Era o compadre Alfredo, que era cunhado de Ercílio; era meu sogro no Ogênio... lá é igual assim um remanso que a gente... só que ele é bem fundo, que você só vê ele (...) onde a água desce..."

Ainda nessa conversa, que tinha a presença também de sua filha, Dos Anjos, D. Edite falou de sua infância, de carinhos da mãe e da madrinha, que contrastou com suas primeiras experiências e sentimentos com relação a Santa Rita:

"A - ... de certo a senhora estranhou..."

D. Edite - ... agora, e depois, Andréa! A gente passar para um lugar igual a esse em que eu me achei..."

Dos Anjos - ... criar no meio de gente, para depois ir para o deserto..."

D. Edite - ... a gente acha .. muito esquisito. Para acostumar, vou falar... a gente vive, igual falava e fala... Hoje, graças a Deus estou numa mansão... Mas, eu falava: olha, eu aqui nesse meio, eu estou vivendo. Mas acostumar, nunca! Nunca, nunca eu acostumo.. Não porque o lugar era ruim, era o movimento... o movimento"

Pensando, primeiro, nas descrições feitas anteriormente sobre a localidade, sobre o domínio de um grupo de parentesco, essa história parece reforçar o ideal endogâmico, e a importância da manutenção da terra entre a família, privilegiando as relações entre consanguíneos - o que também parece dizer a história do bambuzal. É significativo o fato de, na época, o marido de Dona Edite, Paçoca "legítimo", filho de Seu Jacinto, estar afastado de sua família nuclear, e não ter presenciado ou se envolvido no episódio. Se, segundo as leituras de Woortmann sobre localidades como Lagoa da Mata, ou Olhos d'Água, os laços de afinidade são subestimados em relação aos de consanguinidade, neste caso, a ausência do esposo pareceu anular os vínculos existentes, e anular também os direitos da família em permanecer no local.

Voltando à narrativa do bambuzal e ao momento do itinerário em que ela foi narrada, estávamos no Pivô, casa do guarda-parque Zé Luis. Presentes, além de sua mãe e irmãos, também um primo, irmão daqueles que haviam participado da expulsão. A história foi lembrada diante dele, que a ouviu silencioso, sem contestá-la ou comentá-la. Talvez porque ele próprio com ela não concordasse - ele não participou da expulsão, na época. Talvez, também, porque o principal mentor do caso, o mais velho dos irmãos, já tivesse deixado há muitos anos a localidade, tendo passado a viver em Formoso.

Mas, além dos anos passados e da "poeira assentada", novos contextos se impuseram e permitiram inclusive o retorno à localidade da família antes expulsa. O

Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado e, nos termos de sua co-gestão, entre IBAMA e Funatura, foram contratados guardas-parques locais. Entre eles, José Luis, que foi designado para trabalhar em sua região de origem, Santa Rita. Agora, como se o tempo houvesse arcado com a justiça entre os grupos, eles voltavam, porém a partir de novos princípios, configurando um novo quadro de relações.

Sobre esse novo quadro de relações configurado, que envolve novos nomes como o IBAMA, voltarei a comentar mais adiante, no próximo capítulo. Antes disso, porém, falemos mais um pouco sobre Santa Rita, e de um último caso envolvendo seu território, seus marcos e as pessoas que por lá passaram.

Santa Rita, Pivô e IBAMA

Durante a pesquisa, fiquei várias vezes hospedada em Santa Rita, na casa de Zé Luis, junto também com seus pais e irmãos que, sempre que possível, *descem* da Chapada Gaúcha até o *Pivô Central*, onde fica a casa.

Depois de um tempo, já atuando como guarda e vivendo novamente na região, Zé Luis mudou-se para essa casa, construída ali por gaúchos, e que estava até então abandonada em função de um processo de desapropriação. Foi feito algum tipo de acordo entre os antigos proprietários, ele e o IBAMA, e sua nova morada passou a ser no *Pivô*.

Trata-se de uma casa rara na região do Parque, de alvenaria, com infra-estrutura para instalação elétrica e hidráulica, apesar de não tê-las funcionando. Na parede da sala, estão marcadas as mãos do homem que a construiu, mãos de seu Idearte. Gaúcho⁶⁴, como os fundadores da cidade, que ali chegaram num projeto de ocupação e assentamento de colonos gaúchos em 1976/77. Seu Idearte comprou parte das terras que um dia foram dos Paçoca, talvez as mesmas que foram vendidas por seu Isídio. Ali fez sua fazenda e, com financiamento do Banco do Brasil, instalou na área um pivô de irrigação central – que se tornou marca na paisagem, avistado ainda do alto da Serra, e também um nome designativo do lugar mais amplo, como talvez o leitor tenha notado nas várias vezes em que foi mencionado o lugar usando o termo *Pivô*.

⁶⁴ A referência aos “gaúchos”, aqui, parte da acepção local - e mineira, que inclui todos os colonos vindos do sul, sejam eles gaúchos de fato, vindos do Rio Grande do Sul, ou dos outros estados sulistas, Paraná ou Santa Catarina.



No segundo plano da foto, a área desmatada onde encontra-se o pivô de irrigação, e também o lugar chamado **Pivô**

Algo da história de Santa Rita, do Pivô e de seu Idearte, nos conta um representante do Ibama, no PARNA GSV:

“(sobre Santa Rita, e seus moradores)

.. eu não sei, eu não tenho esse levantamento de quem tem documentação, e se essa documentação é uma documentação que poderia ser considerada boa... quem tem documentação é a família do Idearte, que está em fase de desapropriação... Está sendo questionada na justiça uma série... Porque tinha projeto de irrigação dentro da fazenda, financiado pelo Banco do Brasil... Porque, em determinado instante, logo, dois anos depois da decretação do Parque, da criação do Parque, eles tiveram que abandonar o projeto, e estão aí brigando na justiça, pelo fato de ser um projeto caro - segundo informações de hoje, do pessoal da Justiça Federal, a dívida no banco desse pessoal já tem um milhão de reais, por causa do financiamento, que eles não tiveram condições de pagar em virtude de não poderem produzir, porque eles ficaram impedidos de produzir...

A situação não tem previsão. Hoje mesmo, ao reunir aqui com os Idearte, a Justiça Federal, mais o projetista que fez o projeto, mais o pessoal do IBAMA, nós chegamos a uma conclusão muito triste da situação... Porque para desapropriar é fácil, fácil... valor da terra, que foi pego hoje aí, foi feito várias cotações do valor da terra na região; as benfeitorias que estão lá, já

estão discriminadas no processo e.. a terra mais benfeitorias - então, isso aí é de fácil solução.

Agora, o que fica é a questão... o projeto parou, eles não tiveram condições de pagar ao banco, a dívida foi aumentando, os bens deles, outros bens deles foram penhorados e vendidos em leilão, e eles continuaram ainda com uma grande parte da dívida, hoje sem condições de pagar. É o processo que rola na Justiça é o de desapropriação.. ou eles teriam que tentar um acordo entre IBAMA, eles e o Banco do Brasil, acordo esse que a gente não sabe dizer se é possível, ou então eles entrarem com um novo processo contra o IBAMA, por perdas e danos..

Então, a situação deles é crítica: causou um problema social muito grande, porque envolvia uma família grande, cujo chefe de família já é falecido, então já é espólio...

(.....)

(...) Aí, a área deles, como tinha o projeto de irrigação lá dentro, dentro do regulamento do Parque não é permitido, então eles foram obrigados ... a abandonar. É uma questão bastante complexa, e até mesmo um pouco duvidosa de como a coisa foi feita... porque o responsável do IBAMA aqui, na época, não fez oficialmente nenhum embargo (...)

Mas, por outro lado, a família alega que o rapaz usou de força... e até de um certo terrorismo para eles saírem da área... Eles acabaram abandonando a área, abandonando inclusive o pivô central, que é um custo muito alto... e provavelmente o IBAMA não vai ressarcir-los porque não é previsto ressarcimento dos bens móveis... O pivô é um bem móvel. Agora, a questão é essa: eles não teriam aonde aproveitar o pivô, porque eles não tinham terra onde tivesse água... eles até tinham uma outra terra, que parece até que foi penhorada pelo banco, mas eles não podiam botar o pivô lá. Vender o pivô eles não podiam, porque o pivô estava preso ao banco.. Então, ficou essa questão...

... É, eles ficaram amarrados, sem o que fazer. Não podiam entrar na área, porque uma pessoa intervia, em nome do órgão. Não podiam retirar o material, porque ele não tinha serventia em outro lugar - faltou nesse caso, no meu entender... que as partes deveriam ter sentado junto, inclusive o Banco do Brasil, para tentar solucionar o problema da família. Isso não foi feito. Não consta no processo nenhum ato de tentativa de negociação, de acordo.. . Hoje, eu estava dizendo para as pessoas da Justiça Federal que ainda seria um caminho, essa negociação... mas, que eu via muita dificuldade, porque ela teria que envolver a política, porque seria a decisão mais política, e... com interferência até de políticos mesmo, porque quando se fala em negociação... Não tem nenhum tipo de norma orientando negociação nesse sentido... de acordo. Para um órgão público, as pessoas passam por lá, nas direções desses órgãos, então estão sempre decidindo em cima do que existe de legislação, então é muito difícil um acordo nesse momento, a não ser via política... E a outra alternativa é eles entrarem com um processo de perdas e danos contra o IBAMA, o que levaria muitos anos e muitos anos, e talvez gerações aí da família deles...⁶⁵

⁶⁵ Entrevista realizada em março de 1997, na sede do IBAMA/ PARNA GSV, na Chapada Gaúcha.

Entramos pela porta de Santa Rita e saímos por outra, a do Pivô. A história dos Idearte, contada por um representante do Ibama, permite-me concluir essa parte, introduzindo novos elementos.

Do início desse capítulo até aqui, foram trazidos aspectos mais gerais sobre a ocupação espacial e a organização social em regiões delimitadas pelo PARNA GSV, entre seus galhos e veredas. Acompanhando mais particularmente a história dos Paçoca, percebemos traços da memória do grupo que reforçam a ligação entre parentesco e territorialidade na construção desse lugar. O relato sobre o itinerário em Santa Rita, seguindo as trilhas da “ronda”, tentou perceber a localidade a partir de encontros proporcionados por deslocamentos - revelar Santa Rita como lugar praticado, criado e recriado por memórias, ações e identidades próprias. A relação entre o bambuzal e o Pivô insinua que Santa Rita é também um espaço de interação, que pode reinterpretar novos atores e contextos segundo seus próprios termos.

Porém, o drama de Seu Idearte - o investimento na Fazenda e no pivô de irrigação, a expulsão e perda dos bens em função do Parque, os entraves legais e burocráticos que transformaram essa mesma perda em dívida a ser paga por ele e sua família - indica que Santa Rita, como outras localidades do Parque, pode ser vista como lugar múltiplo, cruzado por outros e diferentes princípios e temporalidades. O próximo capítulo pretende compreender alguns desses aspectos no contexto da história regional e da implantação do Parque, e seus novos atores.

CAPÍTULO III

ESPAÇOS E TEMPORALIDADES: RECONTANDO PARQUES E SERTÕES

“Ah, esse norte em remanência: progresso forte, fartura para todos, alegria nacional! Mas, no em mesmo, o afã da política, eu tive e não tenho mais... A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão tomando conta dele a dentro... Agora perdi. Estou preso. Mudei para adiante!”. Zé Bebelo, em seu julgamento¹.

1. Do vazio histórico à pluralidade de tempos

Neste capítulo - através do desvio que traz histórias de outros tempos - procura-se quebrar uma impressão que se faz forte, muitas vezes, aos “estrangeiros” que chegam pela primeira vez a região do PARNA GSV, sejam eles pesquisadores, ambientalistas, empreendedores, ou mesmo turistas ou visitantes. Refiro-me à impressão do deserto vazio e intocado pela história, que reforça o próprio “mito da natureza intocada”, a ser legitimada pela criação de um parque nacional, ou desbravada pelas “frentes pioneiras” ou “frentes de expansão”.

O capítulo anterior procurou desconstruir outra impressão, a do vazio social - expresso também em significados atribuídos a categoria mais ampla de sertão -, quando, na verdade, mais do que uma ausência, percebe-se uma forma particular de organização social e territorial. Considerada de uma perspectiva temporal, a impressão do vazio social transforma-se em outra, de um vazio histórico.

Ora, se tomarmos as características da região que permitem percebê-la como uma região de fronteira - agrícola, sócio-econômica, cultural -, é relevante lembrarmos uma característica mais geral que envolve as situações de fronteira, apontada por Martins² - a coexistência de temporalidades desencontradas: desencontro de temporalidades históricas e lugares sociais distintos. Desse ponto de vista, se para agentes da moderna agricultura capitalista a história da região mostra-se incipiente - a de um desbravamento e de uma ocupação ainda por se fazer -, por outro lado, a ocupação camponesa

¹ Rosa, Guimarães, *op.cit.*, p. 211.

² Martins, José de Souza. “O tempo da fronteira - Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”, in *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, volume 8, no. 01. Março de 1996. pp. 25-70. A tese central desse trabalho é a de que a fronteira “e, simultaneamente, lugar de alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos”, assentada inclusive na idéia de que o conflito é o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira.. Martins traz também, junto ao desenvolvimento dessa tese, uma reflexão crítica sobre diferentes concepções de fronteira no Brasil, revendo sobretudo as concepções de “frente pioneira” e “frente de expansão”, desenvolvidas respectivamente a partir da geografia dos anos 30, e da antropologia dos anos 50.

registrada desde o século XVII, através da expansão da pecuária e do deslocamento das bandeiras paulistas, ou mesmo as tentativas de intervenção econômica e política do Estado desde o período imperial, revelam outros traços de diferentes modos e tempos de participação na história regional, e mesmo diferentes histórias que coexistem contemporaneamente.

As maneiras de se registrar e interpretar esses tempos e passados são também diversas. Por exemplo, entre a história regional trazida à tona por memorialistas ou historiadores e as memórias locais de caráter oral, diferentes são as incorporações, os marcos, a extensão temporal compreendida, o que é lembrado e o que é esquecido. Assim, num primeiro momento, esse capítulo traz materiais diversos que se contrapõem à impressão do vazio histórico: narrativas e relatos de historiadores, relatos orais obtidos durante a pesquisa, agrupando-se sem um tratamento diferenciado, trechos de entrevistas, comentários, casos e reminiscências. Enfim, histórias cruzadas dos lugares do Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Posteriormente, tendo situado o Parque historicamente, serão descritos três acontecimentos em lugares do PARNA GSV e em seu entorno. Vistos como situações sociais, de um lado, expressam encontros e desencontros entre os diferentes grupos envolvidos no contexto estudado, multiplicando os significados atribuídos aos lugares do Parque e colocando em contraste distintas racionalidades, programas de ação e referências sócio-econômicas e culturais. Por outro lado, são também eventos, isto é, momentos significativos que revelam menos uma oposição entre tempos de antes e depois, e mais as historicidades e complexidades desses encontros.

Lembranças do Noroeste

O caminho até Antônio e Flora nos traz uma temporalidade particular, uma forma de se relacionar com o tempo, com o passado e com as memórias. Essa particularidade fica mais clara, por exemplo, nas formas mais recorrentes de se demarcar o passado entre os habitantes do Parque. Na maioria das conversas com as pessoas da região, moradoras das localidades do Parque, tanto mais velhos quanto mais jovens, os acontecimentos narrados, descritos com mais precisão, parecem circunscreverem-se em um passado que, em geral, cabe nos “30, 40 anos atrás”, ou numa margem próxima.

Nessa periodização, relembra-se a chegada dos primeiros moradores das

localidades, vindos de outros lugares de Minas Gerais, Goiás ou Bahia, construindo outros lugares que iam ganhando nomes como Santa Rita, Onça, Firminano. São imagens e memórias povoadas por viagens de carros de boi a Januária ou São Francisco, das quais muitos participaram de grandes boiadas como tropeiros. Os tempos anteriores, as lembranças cuja origem ou participantes não podem ser situados, perdem-se freqüentemente na névoa do “tempo dos antigos”, no “princípio do mundo” - onde talvez se incluam marcas de outros tempos, tempos dos bugres, como parecem expressar as “furnas” de índios de Santa Rita.

Paradoxalmente, há também a impressão de quase poder se tocar tais passados, dentro do próprio presente. Não tanto como nas cidades históricas, onde o passado se presentifica materialmente, por exemplo, em casas que abrigaram tantas gerações de uma mesma família. No caso da região aqui trabalhada, essas marcas são mais sutis, como as próprias taperas que se desfazem e se confundem com a paisagem. Muitos aspectos da vida coletiva também mostram-se tradicionais, atravessando tempos, como é o caso da Curraleira - uma dança popular que alguns diriam extinta³ - e que ali é encontrada, e dançada pelos próprios guardas-parques.

Os distanciamentos e aparentes isolamentos do mundo urbano e desenvolvido, que envolvem as comunidades e a vida das pessoas da região do PARNA, provavelmente contribuem para tanto, porém uma explicação unicamente relativa ao espaço - através da distância e do isolamento - não se mostra suficiente para a compreensão dessa forma particular de se relacionar com o tempo e com o passado. Ainda que a existência de grupos e pessoas da região passe despercebida até mesmo para o município próximo⁴, que as distâncias entre os vizinhos mais próximos sejam grandes - que dirá das cidades,

³ A referência a essa “extinção” encontra-se no *Dicionário do Brasil Central*. A partir do verbete “curraleira”, temos: “1. Dança sertaneja: Não coligimos todas as danças goianas; algumas, como a curraleira, ficam à margem por termos incompleto o seu desenvolvimento. as nossas reminiscências não retratam todas as fases vividas nos sertões”. “Curraleira - a dança goiana extinta, que Americano não pode reconstituir (...) 2. Raça de gado goiano de chifres grandes (curraleiro), assim chamado por proceder dos currais do São Francisco ...”, in Ortêncio, Waldomiro Bariani . *Dicionário do Brasil Central*. São Paulo: Editora Ática, 1983. Em conversa informal com o músico, violeiro e pesquisador Roberto Correia e a pesquisadora Juliana Saenger, indicou-se que a referência a “curraleira” é praticamente inexistente na bibliografia sobre danças populares e cultura regional nas regiões de Minas Gerais e Goiás. Entretanto, como suas próprias pesquisas têm demonstrado, a dança “sobrevive” não só na região do Parque, como também em Goiás e no chamado entorno do D.F.

⁴ Numa conversa com a primeira-dama da Chapada Gaúcha, por exemplo, soube da assistência que o município pretendia dar a pessoas, moradoras de uma localidade dentro do Parque, portadoras de hanseníase. Pessoas que, em função do próprio medo e estigmatização em torno da doença vivam escondidas. Nunca havia chegado ajuda do município ao qual a localidade antes pertencia - Formoso - porque o próprio município desconhecia a existência de moradores na região.

da televisão, dos jornais, do “mundo globalizado” - as pessoas também circulam, viajam, transitam e, de uma forma ou de outra, descobrem acessos e formas de alcançar coisas de “outros mundos”. Nesse ponto, é importante mencionar a circulação de notícias locais e regionais, ou mesmo externas a esses contextos - como, por exemplo, resultados de jogos de futebol, de campeonatos nacionais e até internacionais - por meio da própria movimentação das pessoas e das informações que levam ou buscam.

Nem por isso, a impressão de “passados” que coexistem no “presente” diminui. Outro caminho também é revelador desse aspecto, quando, por exemplo, se procura o passado da região na escassa bibliografia existente, e reencontramos certas descrições - de cenários, situações, pessoas, hábitos, costumes - que se mostram contemporâneas aos moradores atuais da região, e as suas vidas.

As semelhanças de descrições de viajantes como Burton e Saint-Hillaire, por exemplo, com os tempos de hoje, dizem respeito às descrições do espaço, do ambiente, das pessoas que o habitam, e da vida ali conduzida. Podem-se reconhecer toponímias, descrições sobre o cenário, a paisagem, as casas construídas, as relações com o gado, palavras sobre o “burity”, o uso de cobra como remédio, as peregrinações a Bom Jesus da Lapa, as taperas. Também as descrições sobre os habitantes do sertão⁵, seus hábitos, modos de falar⁶, e tantos outros elementos vindos do passado - escritos há tantas décadas, ou há mais de um século - participam de “presentes” da região.

Outra maneira de se pensar esse passado, através de outras temporalidades, é percebê-lo por meio de alguns autores que têm a preocupação de reconstruir uma história local ou regional, como é o caso de Brasiliano Braz⁷ e de Matta-Machado⁸.

Nesses autores, as áreas incluídas no Parque participam marginalmente da história do Noroeste de Minas Gerais, história dos grandes centros como Januária, São Francisco, Formoso, dos grandes acontecimentos e nomes que nela têm papel relevante.

Brasiliano Brás, em *São Francisco nos Caminhos da História* coloca como foco

⁵ “(...)Considera-se neste país uma grande falta de delicadeza recusar a um homem, que goza de alguma consideração, uma graça que pede para outrem; mas se essa mole condescendência tem por origem um sentimento delicado, não é menos verdade que faz violar constantemente as leis e a justiça”, p. 283 in *Saint-Hillaire (...) op.cit.*

⁶ “(...) Poderia mencionar pessoas hospitaleiras em cujas casas me apeei, e que a todas as perguntas só me respondiam com essas palavras: ‘É conforme’.”, *Saint-Hillaire*, 476

⁷ Braz, Brasiliano. *São Francisco nos Caminhos da História*. Editora Lemi S.A. Belo Horizonte, 1977.

⁸ Mata-Machado, Bernardo. *História do Sertão do Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte - Imprensa Oficial, 1991.

de seu livro o município de São Francisco, que até recentemente incluía os distritos da Serra das Araras e da Vila dos Gaúchos, e que exerce o papel de um dos principais centros da região, ao lado de Januária, Formoso, ou mesmo Montes Claros. Seu objetivo, como o próprio título da obra diz, é situar São Francisco e sua região na História. Escreve da perspectiva de homem da região, letrado, e com passado político, que em 1937 exerce pela primeira vez o cargo de prefeito, percorrendo a partir de então uma longa vida política. Pela própria participação do autor nessa história, é de ressaltar o tom memorialista e íntimo que muitas vezes se revela.

O corpo principal de sua obra é dividido em três períodos: a História Antiga, a História Média e a História Contemporânea, até o ano de 1976. Seu fio condutor é o político, especialmente o da política oficial local, que se revela-se mais claramente a partir da “História Média”. Entretanto, quase como um apêndice, Braz traz também outros temas em seu livro, como entre as quase cem páginas das chamadas “Generalidades”, onde inclui dezoito crônicas de pequenos fatos e personagens menos ilustres de São Francisco, nem por isso menos conhecidos localmente ou menos dignos de registro. Guarda lugar também para percorrer manifestações do folclore local⁹, os esportes, as organizações partidárias, uma cronologia e descrição do ensino no município, a “geografia e sua evolução histórica”¹⁰, a reprodução de alguns documentos históricos, além de uma narração bastante afetiva e espirituosa dos “tipos populares”¹¹.

Encontraremos as origens da cidade na “História Antiga”, junto aos bandeirantes, “quando as terras eram disputadas pelos bugres e as feras”. Braz vai longe no tempo e, para localizar o nascimento de São Francisco, traz Pizarro e Cortês, as lutas entre Espanha e Portugal, e os tempos de D. Manuel, o venturoso. Partimos da segunda metade do século XVI, com D. João III, o rei povoador, dos relatos de “fabulosos tesouros nos fundos de nossas matas”, das narrativas alucinantes sobre a Serra Resplandescente. De modo que, em 1531, sob o reino de D. João III, acontece a primeira expedição colonizadora, a “bandeira Espinoza”, enviada por Martin Afonso de

⁹ Tópico formado pelos seguintes itens: “O humorismo das chulas”, “Os reisados”, “O carnaval”. “O Zé Pereira”, “O entrudo”, “Quadrinhas populares”, “Frascolgia popular”, “Lendas, Tradições e superstições”.

⁵. Criação das Vilas, municípios, formação do atual município e distritos que o compõe, territórios, trazendo esclarecimentos sobre limites e territórios do município

¹¹ Sendo eles: “O Jóia”, “O cabrinha”, “O Chico Durinho”, “A Raquel”, “O Joaquim da Maria do Padre”, “A Chica-pão”, “O Antônio Besta”, e “O Chico Besunta”.

Souza em busca da Serra Resplandescente. Essa expedição, percorrendo o rio São Francisco, teria deixado traços na história de quase todos os municípios do Norte Mineiro.

“A história do município de São Francisco está intimamente ligada à do grande rio que lhe empresta o nome. Cidade e rio se confundem numa mesma toponímia. Vamos, pois, buscar na mesma remota fonte a razão de ser do nome que ostenta”.

Seu relato percorre a criação do próprio município, por seus nomes anteriores, por sua povoação e, como mencionado, pelo rio que lhe empresta o nome. Situa a fundação de São Francisco, ou sua primeira povoação, logo depois da entrada do Cel. Januário Cardoso, entre 1700 e 1702. Passa por seus vários nomes - Pedras de Cima, Pedra dos Anjicos, São José da Pedra dos Anjicos até que, finalmente, em 1877, em homenagem ao rio, recebe o nome de São Francisco. Esse, nomeado muito antes, quando em 1501 partiu de Lisboa a expedição que batizou diferentes paragens do litoral, a partir do calendário e sempre em louvor aos santos do dia e, em 04 de outubro, o rio recebe seu nome em louvor a São Francisco de Assis.

Braz, enquanto desfia essa história, apresenta seus vários participantes e contrapõe aos bandeirantes - desbravadores e civilizadores - os outros personagens da história fundadora:

“Não importa discutir o itinerário e sim registrar o fato histórico que foi a chegada em terras, hoje do nosso município, dos primeiros homens civilizados. Aqui, no antigo domínio do índio Xacriabá, foi o último posto da bandeira, onde volveu ao litoral, em junho ou julho de 1554”.¹²

A referência aos povos indígenas é feita por meio do embate com os bandeirantes, e por meio da miscigenação, onde o principal nexos entre as raças branca e indígena teria sido a mulher. Braz preocupa-se com a constituição da raça brasileira, além de refletir sobre o “caldeamento das raças”, procurando descrever o que de melhor o brasileiro teria tomado de cada uma delas. Do negro pouco fala, mas dos “indígenas” tenta trazer as “sombras do passado de uma raça infeliz, que outrora vagava livre por estas barrancas”. Sua descrição é genérica, como quando discorre sobre seus “usos e

¹² “Braz. B. op.cit., p.39

costumes”, ressaltando também aqueles que teriam se perpetuado no “caldeamento” e contribuído à cultura regional. A narrativa sobre a “formosa Catarina” é significativa nesse sentido, revelando aspectos do encontro, da miscigenação, e desse “papel da mulher”¹³.

Ao longo da apresentação de nomes de coronéis, bandeirantes, índios, de acontecimentos como o rapto da índia Catarina, da miscigenação dos grupos, das histórias de Matias Cardoso de Oliveira, “Senhor do Urucuia”, da conquista de Tapiraçaba, Brás vai passando pelas diversas fases vividas pela região. Como por exemplo, e relevante ali, não tanto os bandeirantes do ouro, mas os bandeirantes do couro:

“(…) Eram os bandeirantes do couro que também avançavam sertão adentro, acompanhando a passo lento, mas seguro das boiadas, ‘gemendo pelas chapadas, aos latidos das ventanias e aos açoites dos aguaceiros’ e, acrescentamos nós, ao som do aboio dolente dos vaqueiros, com os seus descantes que tanto enriqueceram nosso folclore”¹⁴.

Contado algo da história do gado na região, Braz conclui a História Antiga com o “ano fatídico” de 1736 e a Conjuração do São Francisco, quando Domingos do Prado e Oliveira, D. Maria da Cruz, Pedro Cardoso, André Gonçalves da Figueira e seus companheiros revoltam-se contra a coroa, a taxaçoão de impostos, e organizam o levante.

¹³ Segundo Braz, nos tempos do Cel. Januário, “princípio da era de setecentos”, esse foi procurado por um aventureiro português, Manoel Pires Maciel, foragido da justiça do Norte, “elemento de inestimável valor naquela conjuntura, por isso que, conhecia bem os aldeamentos indígenas”. Manoel Pires Maciel guiou as forças que atacaram e exterminaram os índios Guaíba, nas região de São Romão. Habitou durante um período junto aos caiapós de Tapiraçaba, às margens do rio São Francisco, cujo cacique lhe teria dado a filha em casamento, a “formosa Catarina”. Teria tentado evitar o “sacrifício da tribo”, visto ter o Cel. Januário lhe prometido a aldeia como “partilha da conquista”. Entretanto, o grupo dos caiapós teria repellido sua proposta de submissão. A aldeia foi tomada e massacrada. Partiu, com sua formosa Catarina, para a região do Brejo do Salgado, e fundou mais tarde o povoado que situaria a sede do município de Januária. Porém, passado algum tempo, os grupos indígenas que ainda resistiam revoltaram-se e “Do vão do Paranã ao Alto Tocantins e do Carinhonha ao Paracatu ecoou o grito de guerra (...) O ar cobriu-se de flechas e travou-se o duro combate”. Manoel Pires Maciel parte para luta; porém, em sua ausência os índios raptam sua esposa Catarina. Resolve então esperar, e desiste da idéia de represálias. Nesse ínterim, Catarina, com a ajuda de “índios de sua confiança” consegue fugir e retornar à casa de seu marido. Sua volta é narrada como o princípio da paz, sendo ela “o anjo que conseguiu implantar a harmonia entre os conquistadores e seus irmãos de raça”. Manoel Pires Maciel concede liberdade aos caiapós cativos, os índios concordam em se afastar do arraial: Ihes é dado todo o Sertão do Acari, no atual município de São Francisco, onde teriam passado a viver em paz. Braz, B. *op.cit.*, pp.47-48. Também Burton traz uma versão da história de Catarina, em sua travessia de São Romão a Januária. Burton, R. *Viagens aos Planaltos do Brasil*. Tomo III. INL. Fundação Nacional Pró-Memória. Cia Editora Nacional. Bsb/Rio de Janeiro, 1983, p. 74.

¹⁴ Braz, B. *op.cit.*, p. 50.

Luta aproximada da Inconfidência Mineira - apesar da distância espacial, temporal e mesmo contextual desses acontecimentos - pelo ideal, pois a Conjuração do São Francisco surgiria como precursora da luta pela liberdade.

Braz começa a narrar então sobre o período que chama de História Média, nas entradas do século XIX, até a década de 30 do século seguinte. Chegam até nós as conseqüências daquele movimento revolucionário: a fome, a peste e as enchentes, a decadência dos povos ribeirinhos - “a interrupção do passo rumo à civilização”. A partir desse período, o autor centra-se cada vez mais na história política local, trazendo as personalidades políticas ainda da fase monárquica, os embates entre os partidos conservador e liberal, além de alguns fatos administrativos que transformavam, aos poucos, o cenário da cidade. Adentramos o Período Republicano, e cada vez mais o leitor se afasta de fatos e acontecimentos regionais ou nacionais, para percorrer as intimidades políticas e administrativas do município de São Francisco, e a sucessão dos grupos de poder local.

A reconstrução histórica do município segue esse padrão na chamada História Contemporânea, a partir da década de 30 até o ano de 1976. Nela, entretanto, o leitor volta a ter vislumbres de uma vinculação da história política local a fatos ocorridos em outras dimensões da política, estadual ou nacional. Um fato importante, nesse sentido, e que tem início no Governo do General Eurico Gaspar Dutra, foi a constituição da Comissão do Vale do São Francisco, que financiou obras como a construção da Hidrelétrica de Pandeiros, ou de estradas como a de São Francisco - Brasília de Minas - Montes Claros. Nesses casos, vale ressaltar igualmente, a ênfase que o autor dá à participação e esforços de políticos locais em torno de tais obras, criticando aqueles que por “interesses políticos” ou por uma “pontinha de despeito procuram insinuar que Pandeiros foi uma obra de exclusiva iniciativa do Presidente Dutra e da Comissão do Vale do São Francisco, vale dizer, que nenhum esforço custou aos homens públicos dessa região”.

Essa história é contada da perspectiva de um município que não possui terras no Parque, nem engloba as localidades lá situadas, como seria o caso de Januária, Formoso ou Arinos. A história desses municípios provavelmente traria outros dados e informações. Acredito, entretanto, que esse fato não invalida sua utilização aqui, tampouco a ampliação que fornece ao olhar sobre a região estudada. São Francisco foi um dos lugares tangenciais ao Parque, para onde a pesquisa de campo também conduziu,

e mostrou aspectos significativos que procuram aqui ser explorados, situando uma das possíveis articulações das localidades trabalhadas com o contexto regional.

Matta-Machado é outro autor com um interesse particular sobre a região do Noroeste de Minas. Seu trabalho, de cunho acadêmico, contrapõe-se a um desconhecimento que o sertão mineiro teria entre trabalhos de historiadores e cientistas sociais, na verdade um reflexo do isolamento econômico, político, social e cultural a que a região teria sido submetida em toda sua história, e que revelaria a prioridade dada por pesquisadores às regiões atreladas ao mercado externo, em detrimento daquelas vinculadas ao mercado interno.

Introduzindo dois marcos representativos dessa história - o rio São Francisco, como “caminho da civilização brasileira”, e as imagens associadas ao sertão como “cerne da nacionalidade” ou “base física da unidade brasileira” -, Matta-Machado critica a falta de conhecimento empírico a respeito da evolução dessas áreas. A partir dessas colocações situa seu trabalho e seus objetivos: primeiro, o de voltar-se a uma região não-exportadora, ligada ao abastecimento interno, o sertão Noroeste de Minas Gerais; segundo, o de situar seu trabalho como ponto de partida para a realização de uma história regional de Minas Gerais, um estado visto como mosaico de sub-regiões, marcadas por diferenciações históricas e sócio-econômicas. Num sentido oposto ao de Braz, que parte da História para alcançar São Francisco, Matta-Machado propõe-se partir do noroeste marginal, para contribuir para a história mais ampla de Minas Gerais¹⁵.

Em relação à periodização utilizada - Colônia, Império e República - seus marcos cronológicos são dois, 1690 e 1930: o primeiro, delimitando o final da conquista do sertão brasileiro, a derrota e escravização dos nativos e o início da colonização portuguesa; o segundo, a Revolução de 30 e o processo de centralização política e econômica do Brasil Republicano, quando o Vale do São Francisco teria começado a sair do isolamento em que se encontrava.

O trabalho inicia-se com o “panorama” da região, trazendo dados sobre a extensão territorial, aspectos geográficos e a marca do rio São Francisco e seus afluentes: Paracatu, Urucuaia e Carinhanha. Ao falar da vegetação característica, refere-se a ela como “campos naturais de pastagem”, com imagens associadas ao sertão noroeste

¹⁵ Dizendo-se mais narrador do que intérprete, o autor caracteriza a pesquisa como tendo “caráter exploratório”, e sendo basicamente bibliográfica. Trabalha sobretudo bibliografias ligadas ao vale do São Francisco (estando incluídos os viajantes, e também Braz), e organiza seu material através de aspectos econômicos, políticos e sociais considerados relevantes para uma síntese histórica da região.

através dessas duas marcas: o rio e o gado. Outro aspecto reforçado nesse panorama são as várias tentativas do Estado Nacional de integrar a área, e o contraste do isolamento e da reprodução, até a década de 30 desse século, dos mesmos traços sócio-econômicos, políticos e culturais.

Sobretudo na narrativa do Período Colonial, é grande a aproximação desse autor ao texto de Braz. Também aqui a história começa com o embate entre bandeirantes paulistas e índios, porém sendo reforçada uma povoação inicial creditada igualmente ao movimento dos vaqueiros vindos da Bahia e de Pernambuco. Dessa perspectiva, a organização e divisão do território começa a se delinear a partir da constituição e divisão de duas grandes sesmarias¹⁶: a Casa da Torre e a Casa da Ponte, que se especializaram na criação de gado¹⁷, ocupando seus vastos territórios sobretudo através do arrendamento. Nesses primeiros tempos, os índios são caçados impiedosamente pelos bandeirantes, escravizados e conduzidos para o trabalho de expansão da pecuária, o que teria garantido um período de prosperidade entre 1690 e 1736.

Derrotadas as nações indígenas, os paulistas se fixam e tornam-se criadores de gado. O descobrimento do ouro em Minas, no final do século XVI, altera o quadro regional, e a região do Noroeste torna-se principal fornecedor das Minas, com boiadas e

¹⁶ Voltando à idéia da coexistência de distintas temporalidades nas regiões de fronteira, vale trazer o comentário de Martins sobre a concepção, entre grupos camponeses, do reconhecimento do direito à terra, gerado a partir do trabalho sobre a terra - uma concepção própria do regime sesmarial, onde o domínio era separado da posse: "O vocabulário e o imaginário monárquicos, ainda tão fortes na frente de expansão, não são unicamente devidos a arcaísmos religiosos, mas também a uma concepção de direito muito próximo dos pobres: a do direito (de uso) gerado pelo trabalho em oposição aos direitos (de propriedade) gerados pelo dinheiro". Reforçando essa constatação, "Sonia Lacerda, Eduardo Graziano e Margarida Maria Moura observam no Jequitinhonha o costume ancestral da posse em comum das terras de chapada, como contrapartida e complemento da posse privada das grotas e veredas (...) Esse mundo rústico, dotado de lógica própria, sobrevive (e se recria) não só nas frentes de expansão, mas também em "bolsões de resistência"(testemunhas vivas de outras épocas) nos interstícios dos amplos latifúndios", in Martins, José de Souza, *op.cit.* p. 44 e p. 61, respectivamente.

¹⁷ Segundo Matta-Machado: "Duas famílias, a de Garcia de Ávila (Casa da Torre) e a de Antônio Guedes Brito (Casa da Ponte) receberam grandes sesmarias (na margem direita e esquerda do rio São Francisco, respectivamente) e se especializaram na criação de gado". *op.cit.*, p.29. Bertram, a partir de Pedro Calmon, fornece outros (e diferentes) dados a respeito da distribuição de terras entre a Casa da Torre, dos Garcia D'Ávila, e a Casa da Ponte, de Antônio Guedes Brito. Relatando a disputa entre as duas Casas pelos territórios do Vale do São Francisco, em meados de 1600, coloca-se que: "Houve um conflito entre ambas as casas latifundiárias, mas antes que muito sangue corresse, entraram em acordo, ficando a Casa da Torre dos Garcia D'Ávila com tudo que conquistassem a oeste e a norte do rio São Francisco, e os Guedes de Brito - ou Casa da Ponte - com as terras a leste do rio, até o centro de Minas Gerais. (...) Assim, salvando-se para a Casa da Torre a "parte do leão", acordou-se que os Guedes de Brito, a Casa da Ponte, só se estendesse pelas regiões a leste do São Francisco. Todo o atual norte de Minas pertencia, até as mediações de Belo Horizonte, à Casa da Ponte.",(grifo meu) in Bertram, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central - Eco-história do Distrito Federal*. Solo Editores. Brasília, '1994. p.58.

gêneros alimentícios. Porém, em 1701, a corte portuguesa inicia uma série de restrições ao comércio, o que cria tensões, provoca protestos e culmina com a “*Sedição de 1736*” ou “*Conjuração do São Francisco*”. Também Matta-Machado situa a Conjuração como um marco, que finaliza um período próspero de trocas com a região mineradora, e inaugura um tempo de isolamento social e econômico pela Coroa, que se estenderá até a primeira metade do século XX.

O Período Imperial remete, assim, principalmente ao isolamento e à decadência do Noroeste de Minas, provocado pelas proibições comerciais e também pelo novo caminho criado até as Minas, pelo Rio de Janeiro. Entretanto, esse autor aponta a contrapartida positiva do isolamento: o Noroeste volta-se para dentro, fortalecendo um comércio intra-regional, ampliando suas relações com o estado de Goiás, criando uma autonomia particular.

Matta-Machado sublinha o caráter de uma sociedade distante da mentalidade capitalista, que se faz auto-suficiente pela da exploração dos recursos naturais, mitiga as diferenças entre posições sociais através do compadrio, e onde o luxo e a ostentação não fazem sentido - o que teria levado muitos a descrevê-la como miserável e sem recursos, quando, na verdade, revela a parcimônia e a simplicidade.

Paralelamente a essa discussão e leitura do “isolamento”, o autor revê algumas discussões, sobretudo apoiado em Euclides da Cunha, Wilson Lins e Geraldo Rocha, acerca da idéia de unidade nacional desenvolvida em torno do rio São Francisco e acerca de uma unidade histórica, geográfica e antropológica do Vale. Traz ainda a história da tentativa de criar, na Câmara e no Senado do Império, uma “Província do São Francisco”, entre 1830 e 1875, que no entanto acabou “sepultado nos arquivos do parlamento”, demonstrando “a preponderância dos interesses partidários sobre a questão nacional”.

O Período Republicano inicia-se marcado pela nova capital construída, Belo Horizonte, e a intenção de integrar o Norte de Minas. Se até então, as relações comerciais eram mantidas sobretudo com a Bahia, através do São Francisco, a construção da nova capital veio a alterar esse quadro. Outro aspecto descrito é a “estrutura coronelística” predominante, uma organização política baseada na ordem privada, marcada pela violência política e pelo “banditismo social”. Se até então o poder dos mandatários locais havia sido estimulado pelo isolamento, com o advento da Primeira República e com o fortalecimento da federação e do município, além da

ampliação do voto, o fenômeno do coronelismo teria se institucionalizado. Segundo o autor, todos os municípios do Noroeste de Minas teriam assistido a lutas, marcadas pela violência na disputa de poder.

A história de Antônio Dó é reveladora desse caráter da organização social e política da região, e ambos os autores aqui citados dão a ela atenção especial. Matta-Machado utiliza-se da história de Dó, buscando interpretá-la junto à análise da estrutura política e econômica regional, nas primeiras décadas do século XX. Aponta, por um lado, uma organização em que as disputas políticas se fariam não por uma distinção social ou ideológica entre facções, mas por uma disputa pelo poder político municipal, e pela manutenção do poder econômico e do “status político”, entre grupos que se diferenciariam pela configuração “situação” e “oposição”. Desse ponto de vista, Dó mostrava-se vinculado, no momento anterior a sua entrada no conflito, à oposição, aos chamados “moreços”¹⁸. Por outro lado, Matta-Machado interpreta a entrada de Antônio Dó no banditismo a partir de Hobsbawn: o banditismo mostra-se como sinal de substituição do sistema pré-capitalista por um regime de capitalismo agrário. Os anos 30 são um marco para tal leitura, porque a partir de então o coronelismo e o banditismo, faces interdependentes de uma mesma sociedade, iriam desaparecer gradativamente com a centralização política e unificação do mercado interno, que transformam o quadro geral do país.

Matta-Machado conclui, nesse período, a história do Noroeste de Minas Gerais, pincelando um atual presente que reforça imagens de isolamento e atraso, de desvinculação com o “litoral”, e de não-integração ao ritmo de desenvolvimento de outras regiões do país. É mencionada a tentativa de integração da região ao contexto nacional, sobretudo a partir de 1947, e especialmente nos últimos 20 anos. Entretanto, o contraste dessa tentativa com o quadro de isolamento revelaria uma política econômica que tem beneficiado sobretudo o governo e as empresas privadas, muito mais do que a população regional; e mesmo na região, somente as elites locais.

A saída para um desenvolvimento efetivo da região, segundo o autor, poderá somente ocorrer com a participação da população, considerando-se, ao lado do que deve ser introduzido e desenvolvido, os traços positivos da sua história - associados sobretudo

¹⁸ Segundo Braz, moreços e gaviões eram “denominações tipicamente locais das correntes opostas do mesmo Partido Republicano Municipal”, e reproduziriam a distinção dos partidos monárquicos extintos, o Conservador e o Liberal, respectivamente. Tal tipo de classificação era comum na região, sendo em Montes Claros e em Brasília de Minas a dos “estrepes e pelados”, e em Januária a dos “luzeiros e escureiros”. in Braz, op.cit., p. 83.

à autonomia, a certos traços culturais e ao conhecimento ambiental da região - num movimento de dentro para fora.

Na Encruzilhada com Antônio Dó

Percorridos esses pontos, retomemos alguns deles. Por exemplo, a história de Antônio Dó. Diferentemente de Matta-Machado, Braz também traz, no corpo principal de seu livro, os episódios da história de Antônio Dó que tiveram “influência decisiva no curso da história do município”. O que não impede que em outro momento de sua obra, dedique-se a essa figura em detalhes, nas 40 páginas que são “*Antônio Dó à Luz da História - Vida e Morte do Valente Sertanejo*”. Sua narrativa, mais apaixonada e parcial (sendo também Braz um “morcego”), vê aquela figura sobretudo à luz do heroísmo e da coragem - e a não ser pelo assassinato em Mato Grande, que o teria transformado em “verdadeiro bandido”, é essa a imagem que sobressai.

Essa história é trazida resumidamente aqui, a partir da versão de Braz, também por oferecer vislumbres de áreas incluídas nos limites do Parque, ou que cruzam histórias dos que nele habitam.

Antônio Antunes de França - o Antônio Dó - originário da Bahia, teria migrado com os pais e irmãos, instalando-se na região de São Francisco, trazendo “nas veias a mescla inconfundível do sangue tapuiuo e na alma a chama de uma esperança”¹⁹. Pequeno proprietário, estabelecido e conhecido na região, em 1913 Dó indis põe-se com um fazendeiro vizinho, o Chico Peba, ligado à política local situacionista (“os gaviões”), em uma disputa em torno de um olho d’água e seu cercamento. O primeiro momento do conflito leva Antônio Dó à prisão, em São Francisco, por trinta dias. Ao sair do cárcere, reúne um grupo de jagunços e sai à desforra, intensificada ainda pelo assassinato de seu irmão, cujos assassinos saíram impunes. Invade a cidade²⁰, humilha seus inimigos e dá

¹⁹ Braz. B. op.cit., p.377

²⁰ “Mas, mire e veja o senhor: nas éras de 96, quando os serranos cismaram e avançaram, tomaram conta de São Francisco, sem prazo nem pena. Mas, nestes derradeiros anos, quando Andalécio e Antônio Dó forcejaram por entrar lá, quase com homens mil e e meio-mil, a cavalo, o povo de São Francisco soube, se reuniram, e deram fogo de defesa: diz-que durou combate por tempo de três horas, tinham armado tranquias, na boca das ruas – com tapigos, montes de arcia e pedra, e árvores cortadas, de través – brigaram com boa população! Daí, aqueles retornaram, arremeteram mesmo, senhores da cidade quase toda, conforme guerream contra o Major Alcides Amaral e uns soldados, cercados numas duas ou três casas e um quintal, guerream noites e dias. A ver, por vingar, porque antes o major Amaral tinha prendido o Andalécio, cortado os bigodes dele. “ in Rosa, G. op.cit., pp. 128-129

início a um conflito ao qual se incorporam forças policiais vindas da capital, e que se estende por dezessete anos - na maioria dos embates ocorridos Dó saiu como vitorioso

Em junho daquele mesmo ano, 1913, parte então da capital uma coluna militar para o ataque ao “bandoleiro”, que se refugia, segundo Braz, em Vargem Bonita, “pequena povoação perdida nos confins de Januária” - povoação por onde passaram os primeiros “Paçocas”, e vários habitantes de Santa Rita, do Parque e da Chapada Gaúcha. O ataque tem por principais vítimas os agricultores que lá viviam, entre eles os fundadores de Vargem Bonita, o velho Ludgero e sua mulher. Antônio Dó foge para Cocos, na Bahia, e depois para o sítio d’Abadia, onde recebe proteção do Coronel Joaquim Gomes Ornellas. Outros combates ainda são travados, mas em 1914 a polícia deixa de perseguir o bando. Antônio Dó teria se transformado aos poucos numa espécie de juiz popular da região, arbitrando em conflitos locais de terra e questões de vingança. Entre eles, Braz cita um em que teria sido assassinado, em setembro de 1914, o fazendeiro José Antônio Soares, dono da “melhor parte” da fazenda Mato Grande, às margens do rio Carinhanha e do Rio Preto - outra toponímia que nos leva a localidades do Parque.

Em novembro de 1929, depois de 17 anos de conflito, Antônio Dó é morto à traição.

Dos vários episódios e momentos da história regional acima relatados, a história de Antônio Dó não só traz à tona lugares familiares à região do Parque, mas também é lembrada e comentada pela pessoas da região. E, por que não dizer, mostra-se como um ponto de intersecção entre a história regional, registrada, analisada e interpretada, e um episódio exercitado pela memória local. Não cheguei a buscar narrativas ou versões locais sobre Antônio Dó, mas ouvi algumas conversas sobre ele. Não havia nelas a preocupação de percorrer todas as seqüências ou episódios de sua história, como nas narrativas de Matta-Machado ou Brasileiro Braz. Antes, comentava-se sobre essa ou aquela pessoa que o havia conhecido pessoalmente, e que podia confirmar e legitimar a versão; eram também trazidas as qualidades desse homem - *valente, criminoso, bravo* -, ou referências gerais às lutas que enfrentou - *“nesses tempos, teve uma guerra, tão grande que nem a das Europas”*. Um dos episódios que ouvi, que explicava a sua força e valentia, referia-se ao conflito em Vargem Bonita, quando teria ocorrido diante da Igreja um enorme confronto entre ele, seu bando, e forças policiais. Tiros para todos os lados, e todos os homens da banda de lá tombaram. Antônio Dó, de corpo fechado, saíra

ileso.

Uma história puxa a outra, e como Antônio Dó, outros valentes e criminosos, como o Salustiano, são chamados à lembrança - e pode-se, nessa sequência temática, chegar a histórias contemporâneas, de homens que ainda hoje fazem valer seus interesses violentamente, que enfrentam o poder das leis, criam suas próprias leis. Nem todos os criminosos porém são iguais, e alguns oferecem às histórias toques maiores de crueldade. Em uma história que ouvi recentemente, sobre um homem que vivera até pouco tempo atrás na região, foram desfiados vários de seus atos, inclusive vários assassinatos. Entre o grupo de ouvintes, foi consenso a opinião sobre a enorme maldade do homem, no momento em que souberam da matança de animais que ele realizou por vingança - bois, vacas, éguas, bezerros. Os assassinatos eram condenados, porém a maldade com o animal, criação de Deus e inocente dos mandos e desmandos humanos, mostrou-se como o requinte e o extremo da maldade.

Além de Antônio Dó e das histórias de valentias, outra conexão entre a história regional e a memória local refere-se o aspecto do “passado indígena”. Matta-Machado passa mais rapidamente sobre o assunto, remetendo-se a ele somente através dos embates entre bandeirantes e indígenas, e o subsequente extermínio desses últimos. Já Braz, apesar de também se referir a esse fato, ressalta o aspecto da miscigenação - sobretudo através da mulher indígena - , e muitas vezes chama a atenção a aspectos da cultura regional que teriam como herança esse passado.

Tentei algumas vezes trazer à discussão, entre moradores do Parque, esse possível passado. Certa vez, perguntando sobre a existência de índios na região, ouvi a referência sobre dois que teriam por ali aparecido e sido caçados. Quando questionei uma ex-moradora da região de Santa Rita, ela surpreendeu-se por meu interesse pelo assunto, dizendo que, se soubesse dele antes, teria me levado para conhecer as “furnas” que existem na localidade, buracos feitos na terra, e reconhecidos como antigas moradas de índios: “... lá no fundo do Pivô tinha uma moradia de índio... até hoje tem as furnas lá... é como se fosse um buracão.. por baixo da minha fonte... tem lá aqueles burjão... O povo velho que morou ali falava que ali era morada de índio, que aquele pessoal mais velho conheceu índio ali. Agora, hoje já não conhecemos, ouvimos falar...”. Como sugeri no início desse capítulo, o passado indígena talvez se situe entre a névoa do tempo dos antigos, e desses tempos e dessas gentes nenhum dos viventes me disse muito. Talvez alguns ainda saibam, mas com eles não encontrei ou deles nada soube. É

significativo, nesse aspecto, ressaltar também que, se é possível perceber nas feições e traços das pessoas algo daquela herança, da qual nos fala Braz, a menção a essa semelhança entre as pessoas da região mostrou-se ofensiva e inconveniente.

Da inter-relação entre narrativas dos historiadores e memória local, através desses exemplos, percebem-se diferenças e aproximações, incorporações e esquecimentos, diferentes marcos através dos quais os passados da região, na qual o Parque se situa, podem ser alcançados. Ao invés do vazio histórico, quantas camadas de tempos!

A volta dos bandeirantes paulistas

A história da região e dos lugares do Parque pode, entretanto, ser contada de maneira diferente. Para outros agentes e sujeitos - ligados, por exemplo, ao desenvolvimento e expansão da agricultura capitalista - a história tem seu princípio na segunda metade do século XX.

No final da década de 1960, - período em que a SUDENE começa a incentivar investimentos na região do Norte de Minas -, houve-se sobre uma primeira venda de terras, feita a gente de fora: quando parte da fazenda Santa Rita (a parte de seu Isídio, provavelmente) foi vendida para uma firma com o nome de “Proarve”, uma empresa de reflorestamento que ainda possui terras em São Francisco. Os tempos povoados por viagens de carro de boi, grandes boiadas e vaqueiros, de primeiros desbravamentos, começa a se abrir a um movimento que vem de fora, que se inicia em outros contextos, que vem de outras cidades, de carro, com agrimensores e técnicos que medem terras, colhem materiais, inspecionam, que têm nomes como Feltrim, Rural Minas, ou Proarve. Sobre essa última, pouco ouvi, além do nome, e do homem que *(re)*abriu caminho até Santa Rita e proximidades: João Correia, paulista de Pindamonhangaba e funcionário da Proarve, que também montou outras fazendas da Proarve na região, inclusive em Januária, na década de 60.

“... Ele praticamente, ele foi o bandeirante... Ele que abriu caminho para o pessoal daqui comprar a fazenda lá, naquela região”

A fala acima é de um paulista, Wladimir Feltrim, e foi ouvida em Nova Odessa, cidade próxima a Campinas, São Paulo, em dezembro de 1996. No início desse mesmo

ano encontrei os primeiros sinais da Fazenda Carinhanha, que me levariam até a região sudeste do Brasil. Se o leitor recordar, no capítulo anterior, comento sobre a surpresa de encontrar no meio do sertão postes de eletricidade. Aos poucos fui ouvindo mais e mais sobre a Fazenda Carinhanha, uma enorme fazenda nos moldes da agroindústria, semi-abandonada atualmente em função do Parque.

De pessoas da região, a grande lembrança dessa fazenda era associada a tempos de fartura, de emprego e de movimento. Seu Gerônimo, morador da galho da Onça há quase 40 anos, e pai de um guarda-parque na época, contou-me um pouco sobre a chegada do movimento. Antes da fazenda propriamente dita, ao que parece, começou a ser feito por parte da Rural Minas²¹ um levantamento topográfico da região:

“... a Rural Minas... baixaram, garantindo direitos... os herdeiros de escritura velha venderam para a fazenda... esses primitivos... tantos mil réis... 40 e tantos anos que os impostos não eram pagos... Antes das Rural Minas, teve um dia que encostaram um carro... tinha poucas estradas naquela época... os engenheiros acamparam... eu informei para eles, eles estavam na Fazenda Santa Rita. Eles pediram para levá-los no Rio Preto, no Santa Rita, onde o Onça cai no Carinhanha, nos Três Irmãos. Tratemos para no dia seguinte ir..... em três dias rodamos nesses trem tudo...”

Segundo Seu Gerônimo, tais técnicos colhiam amostras nas nascentes, “*onde as veredas cai na outra, colhiam mato, água, barro*”. Até que um dia, alguém relacionado provavelmente à própria Rural Minas, deu o seguinte conselho a seu Gerônimo: “*Dr. Pedro, ele falou para eu criar raiz, que ia criar movimento (...) Depois veio a certeza*”.

Passado esse processo inicial - provavelmente nos primeiros anos da década de 1970 - do período de demarcação e regularização das terras, o “João da Proarve” articulou a passagem dessas terras para um grupo paulista de tecelagem, os “Irmãos Feltrim”, com sede em Nova Odessa. Segundo um dos diretores da empresa, que participou de todo o processo de montagem da fazenda, tais terras foram por eles recebidas como pagamento de uma dívida, intermediada por um dos diretores da Proarve, ligado à família Feltrim.

A entrevista realizada com os dois diretores do grupo Feltrim, diretamente

²¹ Fundação Rural Minas: Colonização e Desenvolvimento Agrário. Criada em 1966, com o objetivo de implantar o Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas Gerais, hoje atua em todo o estado, e promove atividades relacionadas aos seguintes campos de atuação: ação fundiária, engenharia e moto-mecanização agrícola, e gerenciamento de programas e projetos de desenvolvimento rural.

envolvidos no processo, trouxe lembranças de desbravamento, dificuldades da chegada e do trabalho. A própria iniciativa da implantação da fazenda foi narrada num tom de aventura, já que o projeto, que se iniciava com a implantação da fazenda de gado, fugia completamente à tradição dos negócios do grupo, sobretudo ligados à tecelagem.

“.. é, nos começamos, fui eu, o Antônio Carlos, os primeiros lá... a chegarem lá... não tinha estradas; só até a Vila dos Gaúchos, e nem era estrada para a Vila.. era quase uma picada. Para você imaginar que de Jamária até a Vila dos Gaúchos, você levava meio dia de caminhonete... isso foi em 74.....- foi no início da Vila - foi, quatro, cinco casas só, na Vila... e daí nos fomos conhecer a terra lá, a gente não sabia nada. Encontramos o seu Gerônimo, a família dele, que ele tem 15, 16 filhos... que eles, o pessoal ali tava povoando aquilo... (...)

então, realmente a primeira pessoa que nós tivemos contato foi com o seu Gerônimo mesmo... aliás, foi o primeiro funcionário nosso lá (...) pela idade dele, o grau de escolaridade, que é nenhum, ele até é uma pessoa muito ativa (...) Ele sobressaía em torno daquele pessoal que tem ali... Porque ali é o seguinte: tinha o Seu Gerônimo, mas cada dia chegava mais gente, aí você ia procurar saber onde morava aquelas pessoas, o que era aquilo! Você não imagina... o que tem de gente no meio daquele mato....”²²

O relato sobre os tempos da fazenda Carinhonha, em tom bastante emocional, trazia pessoas, acontecimentos, estranhamentos, desafios e solidariedade. Das boas lembranças dizem:

“... tem assim... o primeiro bezerro que nasceu dentro da fazenda, tem até fotografia... De chegar na fazenda, a gente vê o que era, e depois ver toda aquela criançada na sala de aula, o pessoal ali à tarde... Eles faziam questão de estar perto da gente, sempre querendo contar o que era... Então, tinha momentos muito bons, bons mesmo... as pescarias, que a gente ia com eles no rio... Então, a gente convivia com eles.... Até a hora do serviço, depois era outra história: Vamos pro rio, vamos pro rio! Botava a caminhonete, e ia para o rio... uma região de bastante água.... A vaquejada.... (W)

Essas boas lembranças é realmente o que nós deixamos lá.. que quando nós chegamos, que ainda não existia nada, era uma carência chocante... e isso nos deixou bastante contentes, de ver o que nós deixamos para eles... A gente chegava lá, realmente era uma festa... eles gostavam bastante da gente.”(AC)

O envolvimento dessa dupla de paulistas, aliás, foi contínuo durante um longo

²² Essa fala é de Wladimir Feltrim, um dos diretores do grupo Feltrim, e nas próximas citações a referência à ele é feita sob a sigla “W”. As falas do outro diretor, Antônio Carlos, são referidas por “AC”.

tempo, e uma vez por mês, um dos dois diretores permanecia pelo menos dez dias na região, o que teria significado inclusive o *“muito trabalho, em pouco tempo”*. Foram construídas a sede da fazenda, casas de funcionários, escola; uma vez por mês levavam um médico para a área. Chegaram a ter 2 mil cabeças de gado, e a expectativa era a de alcançar o número de 10 mil. Havia também uma área demarcada para a agricultura, especialmente soja, que já começava a ser cultivada - foi também lembrada a margem que era deixada para a preservação das veredas.

Seu Gerônimo, por sua vez, ao lembrar-se da grandiosidade da fazenda, contava: *“Já teve 1800 reses, 200 porcos, quase 200 ovelhas; ainda tem umas 70, 80 ovelhas... Máquinas, tinha 9 tratores, trator-toco, caminhão boiadeiro, caminhão trucado... Forante os caminhões que trabalhavam alugados, puxando calcário lá de Unai.. o calcário usa para amansar a terra, a terra fica boa para produzir”*. Lembra-se, com seu jeito sério e compenetrado dos traços daquele tempo e do movimento, que o levou inclusive para Nova Odessa, no Estado de São Paulo, onde conheceu a sede do Grupo Feltrim. Com a instalação da fazenda, um de seus filhos foi iniciado no mundo das máquinas e tratores, o que o capacitou profissionalmente para oportunidades futuras. Nesse ponto, os diretores do grupo, e implementadores do empreendimento comentaram sobre a preferência pelos trabalhadores da região. Segundo eles, a tentativa de levar técnicos de São Paulo não era proveitosa, e as pessoas treinadas, por exemplo, no trabalho em fazendas de São Paulo não se acostumavam às dificuldades e distâncias de centros urbanos - o que os levou à seleção e treinamento de pessoas locais.

Esses primeiros anos da década de 70 trouxeram um outro movimento, que mais do que esse, mostrou-se fundamental na história futura da região: a chegada dos *“gaúchos”*.

Os Gaúchos²³

Muito tempo antes disso, dificilmente se poderia vislumbrar a cidade que ali nasceria. A área era conhecida pelos moradores de localidades próximas, sobretudo por homens que através dela conduziam boiadas ou caçavam. Mas até mesmo caçar ali era difícil, pois havia o risco de se perder e de morrer de sede, já que não há na área nenhum curso de água próximo.

²³ Como mencionei anteriormente, a denominação agrupa pessoas vindas de outros estados sulistas.

“...Na Vila... só tinha carrasco, não tinha ninguém lá não... era um carrascão, não tinha água, tinha ninguém... só o carrascão lá, bruto.” (Seu Ercírio, antigo morador de Santa Rita)

A colonização da área teve início em 1976/1977 e, a partir do projeto da RuralMinas, foi implementada por uma imobiliária de Carazinho, no Rio Grande do Sul: a Rioterco, responsável pelo projeto de assentamento dos sulistas do PADSA - Projeto de Assentamento e Desenvolvimento da Serra das Araras -, que tinha como objetivo tornar produtivas as terras devolutas. Os pioneiros dessa colonização, primeiros a chegar, foram Elcio Facomini, funcionário da imobiliária, e Arnildo Kirch.

Gersino Antônio dos Santos, atual morador da Chapada Gaúcha, mineiro vindo de Vargem Bonita, é conhecido na cidade por ser dono de uma das pensões, e também por ser o *video-maker* local, possuindo um pequeno estúdio chamado *Sertão Vereda*. Um de seus registros, onde entrevista os primeiros a chegarem na antiga Vila, traz a voz de seu Arnildo Kirch: *“...Sai do Rio Grande do Sul quando a inflação começou...”*. O depoimento traz também um dado recorrente dos relatos sobre o início da Vila - a dificuldade de se conseguir água: os primeiros moradores precisavam andar cerca de 20 km para obtê-la. Ou, como disse uma jovem da cidade, mineira por sinal, conta-se mesmo que os primeiros moradores chegavam a cozinhar arroz na coca-cola, por falta d'água.

Os relatos sobre o início da Vila, que coincide com a implantação da Fazenda Carinhonha, remetem-se às grandes dificuldades encontradas e ao espírito de solidariedade - entre gaúchos, paulistas, técnicos (como os da EMATER²⁴) e os moradores das localidades existentes. Nesse momento, o “desencontro de temporalidades históricas”²⁵ revelou menos o conflito e a intensificação de contrastes, do que a aproximação em função das dificuldades. Aberta a “picada” pelos primeiros gaúchos, aos poucos outras famílias foram chegando ao que se constituía como a Vila dos Gaúchos - famílias de gaúchos, e também de localidades próximas, estimulados pelos recursos de uma urbanização que se iniciava, do comércio mais próximo, da escola e, talvez, pelo próprio “movimento”. Aos poucos, a Vila dos Gaúchos foi se formando, tornou-se o principal centro urbano - a “capital” - para a maioria das localidades ao seu

²⁴ EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

²⁵ Martins, José de Souza, op.cit.

redor, e alterou também a vida daqueles que vivem nas localidades hoje situadas no Parque Nacional.

A partir de alguns trabalhos escolares de alunos da Escola Estadual Moacir Cândido, do 3o. ano do magistério em 1996²⁶, e também do primeiro jornal local, “*O Clarim*” (que após o quinto número tornou-se órgão de comunicação oficial da prefeitura²⁷), é possível conhecer alguns dos marcos e imagens predominantes nos relatos sobre esse passado, que talvez venham configurar, em algum momento, uma história oficial.

Entre esses marcos, após a chegada das “famílias pioneiras”, assistimos ao início do plantio de arroz e soja, em 1976, financiado pelo Banco do Brasil de Januária. Ou a Cooperativa local, COOAPI²⁸, fundada em 1982; o primeiro comércio em 1979, a primeira missa em 1977, a escavação dos primeiros poços artesianos em meados de 1978, ou a criação da primeira Igreja Luterana em 1979²⁹. Assim, no primeiro número do jornal citado, são enumerados 21 itens, descrevendo cronologicamente a instalação das “infra-estruturas” básicas, que possibilitaram o desenvolvimento do PADS A ao longo de pouco mais de 20 anos de história.³⁰

Esses fatos são também citados pelos trabalhos escolares, como marcos importantes. Cada um dos trabalhos, entretanto, centrava-se num tema específico, como: “Potencialidades do Município Chapada Gaúcha”; “Proteção e Conservação - Vida em Comunidade”; “A Educação e Religião na Chapada Gaúcha”; “Produção, Distribuição e

²⁶ Como nem todos os trabalhos trazem o nome completo de seus autores, indico somente as professoras das disciplinas envolvidas: Inglacir Aparecida Ottoni, Jeane S.C. Dias, e Glaucia Amancio da Silva.

²⁷ Jornal “O Clarim - Justiça e Verdade”. Fundado em 26/12/96, por Otilio Pinto de Meirelles. Com edição quinzenal, a partir do seu segundo número (15/01/97) torna-se órgão oficial de comunicação e divulgação da prefeitura municipal da Chapada Gaúcha.

²⁸ Cooperativa Agropecuária Pioneira, “servindo como mediadora e intermediária na compra de fertilizantes, sementes, defensivos agrícolas e acessórios de origem e aplicação agropecuário”. Citado no primeiro número do Jornal O Clarim, 31/12/96.

²⁹ Atualmente, além da Luterana, a cidade conta com as seguintes igrejas: Católica, Assembléia de Deus, Batista, Igreja de Deus, Adventista do Sétimo Dia, e Petenconstal “Jesus Te Ama”.

³⁰ Em 1996, o município contava com aproximadamente 7 mil habitantes, sendo 2.500 residentes na área urbana e o restante na área rural. Desses, 4100 constituíam o número de eleitores. A principal base econômica encontra-se na agropecuária e na agroindústria, cujas principais culturas são a soja, o milho, o arroz, feijão, o sorgo e milheto. O plantio de soja atingiu, em 1995, 10.000 hectares, com uma estimativa de produção de 130.000 sacas, e mais 10.000 hectares voltados às outras culturas. A renda do município nesse mesmo ano atingiu o valor de seiscentos e sessenta e seis mil reais. Dados obtidos no primeiro número do jornal, em 31/12/96.

Consumo”, entre outros.

Uma questão levantada pela maioria desses trabalhos, direta ou indiretamente, refere-se ao encontro entre os gaúchos e os mineiros. Os primeiros sempre lembrados pelo pioneirismo e pelo desenvolvimento levado à região; os segundos pela contribuição à cultura local (na comida, nas festas religiosas, no forró), pela receptividade com que receberam os gaúchos, ou algumas vezes, em oposição à principal característica daquele primeiro grupo, pela “apatia e submissão”.

Dois dos trabalhos enfrentam mais diretamente a questão, procurando refletir sobre as diferenças entre esses dois grupos, as contribuições e o “intercâmbio”, e também os “choques culturais”. Um deles aborda as diferentes contribuições de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul à cidade, e traz um conjunto de imagens significativas para esse tema: na capa, os desenhos de um pilão e de um chimarrão; no corpo do texto, a foto de um vaqueiro com roupas de couro, e também a de um gaúcho de bombachas, junto ao gado. O trabalho percorre costumes, linguagem, festas tradicionais, lendas, religiões e artes, trazendo de cada um dos lados aspectos que se encontrariam no município da Chapada Gaúcha, onde se podem ver gaúchos e mineiros tomando juntos o mate amargo, ao som do forró mineiro. Um outro trabalho salienta o confronto entre essas duas tradições, e acrescenta aos conflitos gerados pelas diferenças culturais as diferenças sociais: os mineiros teriam sofrido um “processo de exclusão territorial”. Nesse caso, porém, se é vista uma “certa indisposição” e uma “linha divisória” entre os grupos, lembra-se bem “que nem todos pensam ou agem assim”.

A leitura dos trabalhos escolares e dos artigos do jornal revelou também as marcas de alguns fatos, ainda não mencionados nessa história. Um deles refere-se à emancipação da Vila - com a mudança do nome para Chapada Gaúcha -, ocorrida no final de 1995, e à primeira eleição municipal, ao final de 1996. Levando em conta tal contexto, a recorrência do tema “gaúchos/mineiros” nos trabalhos escolares mostrou consonância com a campanha política que se iniciava, onde as identidades “mineira” e “gaúcha” converteram-se em instrumento político e rotularam as duas chapas concorrentes.

Outro fato importante para a leitura daquele material, ainda não mencionado aqui, é a própria criação do PARNA GSV, em 1989. Atualmente, o município da Chapada Gaúcha tem o centro urbano mais próximo aos limites do Parque - estando mesmo em seu entorno - e também situa a sede do Ibama.

Embora não seja meu objetivo aprofundar o impacto da criação do Parque sob a perspectiva do município, vale mencionar que, mesmo não tendo alterado diretamente a vida de seus moradores - a não ser no caso daqueles que possuíam terras nos novos limites criados, como Seu Idearte (situação relatada ao final do capítulo anterior) -, essa proximidade cada vez mais acrescenta um novo aspecto a história do município. A preocupação com a questão ambiental, encontrada tanto no jornal quanto nos trabalhos escolares, provavelmente comunica-se com o espaço que o tema do meio ambiente vem conquistando em campos como o da educação, da política ou da mídia, na sociedade nacional. Porém, parece dialogar mais ainda com a proximidade do Parque e com os novos atores que se somaram ao contexto local.

No caso do primeiro número do jornal, por exemplo, ao se fazer a “retrospectiva” da história do município, iniciada com o cultivo do solo e o plantio das primeiras culturas agrícolas, a referência ao desmatamento considerado necessário é feita ao lado da preocupação ambiental: “Então assim deu-se o início ao desmatamento dentro de técnicas para a época de primeiro mundo, pois buscaram sempre em manter o equilíbrio ecológico”. Se nos lembramos de que o início dessa colonização se deu na época da Primeira Conferência sobre Meio Ambiente, em Estocolmo (1972), e de que a posição brasileira nessa Conferência foi marcada pelo discurso centrado no desenvolvimento econômico - grandes empresas multinacionais (e poluidoras) foram convidadas a investir no Brasil -, a preocupação ambiental mencionada pelo jornal, na “retrospectiva” do município, pode ser questionada e, sobretudo, revista pelo quadro contemporâneo, pela proximidade com o Parque, e até mesmo pelo diálogo com os órgãos por ele responsáveis. Esse diálogo, aliás, é visto em números subsequentes do jornal, em artigos que tratam questões ambientais, escritos por representantes e funcionários do Ibama: em um deles, manifesta-se a preocupação em envolver o município na questão, por meio do estímulo ao ICMS ecológico; em outro, é desenvolvida uma reflexão sobre problemas com a qualidade de vida e o lixo na cidade.

No caso dos trabalhos escolares, um deles aborda o tema diretamente - “Proteção e Conservação - Vida em Comunidade”, desenvolvendo suas questões através da menção aos órgãos comprometidos com a proteção e conservação ambiental - o Ibama e a Funatura - e remetendo-se diretamente à importância da unidade de conservação criada na região. Com essas referências, os alunos comentam a importância da proteção da fauna e flora - “a riqueza da região”-, discorrem sobre a utilização dos recursos naturais,

contrastando um presente de alteração do quadro natural a um passado em que o homem era integrante dos ecossistemas naturais. Também refletem sobre o impacto ambiental da atual utilização, trazendo o problema do crescimento demográfico e do lixo, a preocupação com as “gerações futuras”, concluindo com a importância dos órgãos de proteção e conservação. Curiosamente, é esse um dos trabalhos que, ao tratar da vida em comunidade, faz referência a sua diversidade cultural e aos encontros, solidariedades e conflitos entre gaúchos e mineiros.

Se tomarmos novamente as idéias de Martins³¹ a respeito do “desencontro de temporalidades” em regiões de fronteira, podemos interpretar o caso da Fazenda Carinhonha, e também a chegada dos Gaúchos na região, como componentes e participantes de uma situação de fronteira, onde se vêem racionalidades sociais, econômicas e culturais distintas reconstruindo os contextos, colocando em relação camponato, grandes proprietários e agentes de modernização da economia capitalista. Em 1989, tal quadro é complexificado por um novo elemento - o PARNA GSV -, e outros atores que introduzem novos interesses, ações e racionalidades na “disputa” pelo espaço e por suas fronteiras.

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas

As primeiras ações que viriam a dar corpo ao projeto de um parque nacional na região começaram a acontecer logo no primeiro ano de fundação da Funatura. Em 31 de julho de 1986, era criada em Brasília a Fundação Pró-Natura, ou Funatura, a partir da iniciativa de treze conservacionistas, que reuniram 69 sócios fundadores e um conselho inicialmente composto por treze membros. Alguns aspectos relevantes, no sentido de caracterizar a instituição e sua história, estão ligados à própria formação desse grupo, marcada por nomes importantes, já naquele momento na história do ambientalismo brasileiro, com trajetórias acadêmicas e científicas - sobretudo ligado às áreas das ciências naturais - e também experiências junto a instituições do governo. Uma das próprias motivações para a criação da entidade teria sido a insatisfação de seus fundadores com relação às realizações de instituições governamentais ligadas ao meio ambiente, aliada à descontinuidade da maioria de seus projetos ambientalistas³².

³¹ Martins, José de Souza. op.cit

³² Pareschi (op.cit.) traz um criterioso estudo sobre a história da fundação, os principais projetos desenvolvidos, e percorre a trajetória de alguns de seus principais membros.

O projeto do parque nacional na região dos gerais começa a ganhar corpo nesse mesmo ano, como um dos primeiros encampados pela nascente instituição, apoiado pela própria fundadora da instituição, Maria Teresa Jorge Pádua, e por conservacionistas mineiros. Em dezembro de 1986, obtêm-se os primeiros recursos (WWF) para o estudo da região dos Gerais, com o objetivo de criação de uma unidade de conservação³³, cuja importância se assentava, inclusive, na falta de representatividade que esse bioma possuía no conjunto de uc's no Brasil, e nas ameaças impostas ao cerrado e seus ecossistemas, cada vez mais explorados e alterados pela ação humana³⁴.

Segundo entrevista com a coordenadora do Programa GSV durante os anos de 90 a 97, foram inicialmente indicadas nove áreas, das quais somente duas mostraram possibilidades de efetivação, sobretudo por uma ocupação territorial que se mostrava muito acelerada. Dessas duas áreas, uma delas na Bahia - que incluía parte do município de Côcos - foi logo descartada, aparentemente por dificuldades políticas e burocráticas que se insinuavam. Apesar do "parto difícil", apelou-se para o então presidente José Sarney, reforçando-se a importância da área a ser protegida e o apelo literário que a região e o próprio nome de batismo do parque inspiravam, de modo que, em 12 de abril de 1989, o Decreto presidencial no.97658 criou o PARNA Grande Sertão Veredas.

Em março de 1990, a ecóloga Lourdes M. Ferreira³⁵ assume a coordenação do

³¹ Segundo um levantamento feito por Pareschi (op.cit) a partir de dados fornecidos pela própria Funatura em seus boletins, é instituído no ano de 1987 o Programa Grande Sertão Veredas (PGSV), que envolveu até agora duas fases: a primeira de agosto de 1987 a 1989, de estudos da criação do PARNA GSV e sua criação efetiva; e a segunda fase, de sua implementação, através de vários projetos, a partir de 1990 e em andamento. O programa contou e conta com diversas parcerias: SEMA (1987-89); IBAMA (a partir de 1990); TNC (1991 a 2013) e WWF (1987 a 1990). Entre os resultados já alcançados pelo programa, situam-se a própria criação do Parque; o projeto pioneiro -e único caso no Brasil - da conversão da dívida externa para fins ambientais, bem como a própria criação de outros projetos a serem aqui mencionados. É importante observar que a data de dezembro de 1986, indicada no texto como período em que foram obtidos os primeiros recursos para estudo da região, foi fornecida em entrevista por representantes da Funatura, em novembro de 1996.

³⁴ "Os cerrados constituem o segundo maior bioma/ domínio morfoclimático do Brasil e da América do Sul, ocupando mais de 200 milhões de hectares e abrigando um rico patrimônio de recursos naturais renováveis que se adaptaram às difíceis condições climáticas, edáficas e hídricas que determinaram sua própria existência. Entretanto, apesar de suas restrições à agricultura, nas últimas décadas os Cerrados se transformaram na nova fronteira agrícola do país, a ponto de serem hoje uma das maiores regiões produtoras de grãos do Brasil e serem reconhecidos como a última grande fronteira agrícola do mundo. Ocupando ¼ da extensão territorial do Brasil são uma das áreas prioritárias para conservação, tendo em vista o grau de ameaça que sofrem e o potencial de uso sustentado que ainda oferecem"(grifo meu), in IBAMA. *Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil*. Diretoria de Ecossistemas. Brasília, abril de 1997, p. 07.

³⁵ Com mestrado em Ecologia/ Universidade de Brasília e Pós-graduação em Manejo de Recursos Naturais e Organizacionais/ Universidade de Michigan (EUA). "Trabalhou nove anos no Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes no extinto IBDF. Entrou na Funatura em 1988, coordenando a elaboração de alguns planos de manejo de várias UC's, dentre elas o Parque Nacional

programa, e a presença da Funatura começa a aparecer na região de forma mais incisiva e permanente³⁶. Segundo o relato³⁷ da coordenadora do programa durante o período, após um primeiro levantamento cartorial de cunho mais informal, e a partir de sua própria experiência anterior no Serviço de Parques, é elaborado um projeto voltado ao envolvimento com a comunidade: “*não adianta nada fazer um trabalho se não ampliar e envolver a comunidade*”. Aproveitando então uma segunda doação da WWF (a primeira foi utilizada para o início da implantação do parque), redige-se a primeira proposta do “projeto mãe” do Programa Grande Sertão Veredas, de conscientização ambiental das comunidades, sendo público alvo a população do entorno.

Porém, segundo a autora do projeto, até então ela própria não conhecia efetivamente a região, tendo sido necessária uma redefinição da estratégia: havia muita gente morando no Parque, sobretudo posseiros; adiantando-se, no entanto, a uma possível crítica a esse respeito, comentou o fato de o PARNA GSV ter sido o mais bem estudado dos parques antes da criação. O desconhecimento inicial seria contraposto, além disso, a uma “*corrida contra o tempo*” aliada à “*má vontade de todos os envolvidos*”, sendo necessária a tomada de atitudes. A partir das primeiras visitas e estadas em campo, ela começou a perceber a necessidade de redirecionamento do projeto e, em consequência, o “movimento” da Funatura começa a aparecer.

Marinho de Fernando de Noronha (PNMFN) e o de Abrolhos (BA), além da praia do Forte (BA). Em 1990 passou a coordenar o Programa Grande Sertão Veredas da entidade. Recebeu, em Dezembro de 1996, o Prêmio Dunning, concedido pela TNC, pela coordenação do Programa e pelos resultados obtidos na sua carreira profissional”. In Pareschi, A. C. op.cit, p. 132.

³⁶ Em 1990, tem início os Projetos de Manejo e Conservação da Região do PARNA GSV, em parceria com o IBAMA e a TNC, e financiamento da TNC e da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Entre os resultados indicados como já realizados estão a reforma/construção da casa da Funatura na área do Parque, a construção de fossas e banheiros para as casas dos guardas-parques; e o andamento do projeto de organização e conscientização da comunidade local (Pareschi, A. C., op.cit). No sentido do envolvimento com a comunidade local e do entorno, Ferreira indica o Projeto de Conscientização das Comunidades da Região do Parque como marco inicial do Programa GSV, e que tem em seu Plano de Ação “todo o delineamento das ações da Funatura e, portanto, do Programa GSV (...) As ações do Programa GSV têm três componentes básicos: 1) a proteção do Parque; 2) a conscientização das comunidades locais em relação à estratégia básica da conservação sob a forma de áreas naturais protegidas e a existência do PARNA GSV e 3) o envolvimento voluntário das comunidades, objetivando sua mobilização e fortalecimento.” in Ferreira, Lourdes M. “Co-gestão ou Parceria - A Atuação da FUNATURA no Parque Nacional Grande Sertão Veredas - MG?” in Funatura, *Parcerias e Co-gestão em unidades de conservação*. Anais do seminário ocorrido em Brasília nos dias 10 e 11/09/96. Fundação Pró -Natureza, Brasília.

³⁷ Entrevista realizada com a coordenadora do Programa GSV e coordenadora dos trabalhos de campo do Programa GSV. Novembro de 1996. Sede da Funatura, Brasília. Os trechos subsequentes entre aspas, no corpo do texto, referem-se a essa entrevista.

“(...) em relação aos posseiros, que o Parque... é basicamente ocupado por posseiros Eu consegui formar uma equipe de três pessoas, para trabalhar com a comunidade. E foi aí que gente fez nossa primeira grande adaptação na nossa estratégia... que tinha muita gente morando dentro do Parque, em números absolutos, não relativos, e que ao invés... com a gente o entendimento era o seguinte: essas são as pessoas que vão ser mais diretamente atingidas - não atingidas no sentido de vítimas, eu não considero que há vítimas quando você cria um parque - mas no sentido em que elas seriam as primeiras pessoas que teriam que entender o processo de criação do Parque, de proteção da natureza, que elas teriam que sair dali, e era melhor, seria melhor que elas saíssem compreendendo o que era (...)Por isso então, focalizamos a conscientização nas pessoas de dentro do Parque, e no entorno muito próximo, quando a proposta original era no entorno...”

Inicialmente, foram contratados dois guardas-parques, pessoas da região, um deles atuando nessa função até hoje. O outro, que atuou por pouco tempo, e de perfil bastante diferente do que depois se configurou entre os guardas, era um *“latifundiário e pessoa influente da região”*, ambos conhecedores da área, que começaram a abrir caminhos e articulações possíveis do novo grupo que se criava.

Posteriormente, foram sendo contratados outros guardas-parques, todos eles moradores nativos, formando em 1997 um grupo de nove guardas-parques. Sobre a formação dessa equipe, a ex-coordenadora colocou que:

“... E a idéia era essa, era aproveitar as pessoas da região... Em geral, elas se adequam melhor a viver no lugar, conhecem mais, ambientalmente a área, socialmente as pessoas... E a gente não divide o pensamento com aquelas pessoas que acham que você corrompe as pessoas da comunidade quando você chama elas para trabalhar, como se fosse um empregador comum.... e eles tem que se reportar ao Ibama, o Ibama é que teria que acompanhar, ver o que eles estão fazendo ou não”

Sobre a contratação de guardas-parques nativos, cabe fazer uma digressão situando-a numa discussão mais abrangente do “campo de batalha ambiental” e da questão “populações/ parque”. A contratação de guardas nativos é criticada, por exemplo, pelo “Movimento dos Moradores de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo”³⁸. Ela é também criticada por Diégues³⁹, que desenvolve essa crítica no

³⁸ 2º Encontro dos Moradores de Unidade de Conservação do Estado de São Paulo - Resumo das Resoluções. Resumo do documento elaborado por 74 moradores, de 23 comunidades, localizadas em 05 unidades de conservação de 07 municípios.. CMUT/CUT - VR / MOAB/ PROTER/ REBRAT. As principais reivindicações sintetizam-se em quatro pontos: “o direito de permanecer nas nossas terras”, “de trabalhar como os mais velhos”, “criar os filhos e melhorar de vida”. “Queremos direitos iguais entre a natureza, os animais e o homem”. No item “Os Problemas”, são desenvolvidos três pontos: 1) “A população não foi e não vem sendo consultada”, 2) “A legislação condena os moradores”, 3) “O

momento em que discute a necessidade da participação das comunidades locais nos projetos de conservação e de preservação em unidades de conservação, devendo o Estado considerá-las como interlocutores privilegiados. Porém, aquela contratação é vista como postura “paternalista”, que destaca “moradores mais ativos, geralmente jovens, para o exercício de guardas-parque. O que sucede é a instituição da delação, pois os chamados ‘guardas-parques locais’ acabam sendo obrigados a delatar e reprimir membros da comunidade, muitas vezes os mais velhos, que para sobreviver ‘desrespeitam’ a lei. Essa instituição desorganiza ainda mais as comunidades tradicionais que baseiam sua autoridade no conhecimento e poder dos mais velhos”⁴⁰.

É importante também considerar essa discussão no contexto de uma questão mais ampla - a votação do SNUC, e a resolução sobre a permanência ou não de populações em parques nacionais⁴¹ - em que possíveis conflitos e enfraquecimentos das populações tradicionais, diretamente envolvidas e atingidas pela resolução, colocam um peso a mais em uma das balanças.

Em termos mais simplificados, trata-se de uma divergência que pode ser desfolhada, que “contém” e “está contida” em outra, em que as balanças tendem para lados opostos. De um lado, ela tende para a efetivação das unidades de uso indireto, como os parques nacionais, enquanto áreas onde não deve qualquer intervenção direta, utilização ou alteração dos ecossistemas protegidos - o que exclui a residência de pessoas e grupos em suas áreas - ou seja, onde há parques não há pessoas, inclusive aqueles que podem ser chamados de “população tradicional”. A Funatura compartilha essa concepção, e a idéia de não considerar as populações como “*vítimas*” do processo, nem a contratação dos guardas como “*corrupção*” não só é coerente com tal posição, mas traduz também uma visão que entende a contratação de guardas-parques nativos como forma de integrar o grupo da população tradicional ao processo amplo de criação e implementação dos parques nacionais.

O outro lado da balança entende que, em determinadas situações e contextos, a

desrespeito aos direitos e à dignidade do cidadão.”

³⁹ Diégues, Antônio Carlos, *op.cit.*. O autor é também pesquisador do Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil (NUPAUB/USP), que consta como entidade de apoio no documento do Encontro dos Moradores de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo..

⁴⁰ Diégues, A. C. *op.cit.*, p. 121.

⁴¹ Sobre o processo de criação e discussão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), ver Capítulo I.

postura diante de unidades de conservação de uso indireto deva ser flexibilizada, podendo haver acordos com tais populações chamadas “tradicionais”: pagando-se indenizações (alternativa já prevista na implantação dos Parques), criando-se contratos por tempo determinado de permanência, dentro de determinados princípios de ação e condutas, ou mesmo reclassificando a área. Essa tendência critica não só a forma de se considerar as unidades de conservação como “ilhas de conservação”, a hierarquia estabelecida entre as categorias de manejo⁴², os princípios e a ideologia que sustentam tais posturas, mas a visão que percebe a sociedade, e também as comunidades tradicionais, como adversários ou problema. “Não se trata somente de indenizá-las [as comunidades tradicionais] pela perda de acesso livre ao uso dos recursos naturais, mas também recompensá-las pelo próprio trabalho exercido em proveito da conservação da natureza”⁴³.

São posições que, nos últimos anos, radicalizaram-se como pólos opostos, onde a questão, segundo Pareschi, transformou-se no “nó górdio que divide o movimento ambientalista em dois”⁴⁴.

No caso do PARNA GSV, os guardas-parques, contratados pela Funatura e

⁴² “(...)o SNUC estabelece uma hierarquia entre as várias categorias, subtendendo-se nas entrelinhas que há julgamento de valor entre as “mais completas e importantes” (as unidades de proteção integral) e as menos importantes: as unidades de manejo sustentável, onde se prevê, de modo tímido, a presença de populações locais. Outra vez, essa hierarquização parte de uma visão reducionista da realidade como se as unidades de proteção integral fossem mais importantes para a conservação que as unidades de manejo sustentável” in Diéguas, Antônio C., op.cit., p. 119.

⁴³ Diéguas, op.cit., p. 120.

⁴⁴ Pareschi, A. C. C., op.cit. p. 137. Segundo a autora, pode-se perceber de um lado o grupo dos conservacionistas mais preservacionistas, geralmente ligados a áreas de ciências biológicas ou naturais; de outro os conservacionistas (“que já foram preservacionistas”) que congregam sociólogos, antropólogos e demais profissionais ligados à área de humanas. Pareschi analisa também essa dualidade e oposição de um ponto de vista ideológico e discursivo, onde tais posições relacionam-se a outras oposições, como a das ciências naturais x ciências humanas, ou do “biocentrismo” x “antropocentrismo”, e envolvendo essas oposições aparentemente descontínuas, uma gama de ações e ambigüidades que as aproxima ou confunde esses pólos e classificações.

A história do SNUC é bastante expressiva nesse sentido, e os dois grandes encontros realizados em torno da questão, em dezembro de 1996, e novembro de 1997 (ver Capítulo I) são ilustrações dessa oposição. O primeiro tinha como tema abrangente a questão Unidades de Conservação e Populações. Diéguas era um de seus participantes. Esse seminário foi, no entanto, boicotado por uma parte das instituições convidadas, notadamente o grupo que assinou o “Manifesto”, entre os quais situa-se a própria Funatura e outras ongs das quais é parceira (apesar de podermos identificar outros parceiros da Funatura entre o grupo organizador e participante desse mesmo encontro). Talvez, como uma idéia sintetizadora nesse sentido, esse foi o seminário do fim do tabu parques x pessoas.

Um ano depois, foi realizado o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, com um viés, em seus temas de discussão, centrado nas ciências naturais e físicas, e que em suas conclusões técnicas e políticas lançou uma moção de repúdio ao substitutivo do PL 2892, do Dep. Fernando Gabeira. Criticou-se a presença de populações humanas em tais áreas e apoiou-se a existência de ecossistemas completamente protegidos da ação humana. O bordão desse encontro talvez pudesse ser: *querem fazer reforma agrária nos parques!*

cedidos ao Ibama, são todos nativos, são parte do que se chamaria ali de “população tradicional”. A análise que se desenvolve aqui, inclusive sobre essa situação, tende a exercer outra forma de considerar a questão, onde os guardas-parques e a população tradicional situam-se como um grupo que, diretamente, não participa dessa contenda científica, política e administrativa. Igualmente, não chegaram a se organizar em torno dessa suposta identidade comum, no caso, de serem moradores de uma unidade de conservação. Mas, por outro lado, são grupos e indivíduos que vivem as conseqüências dessa disputa, vivem a própria “opinião” disputada, e que, sobretudo, interagem com aqueles órgãos - aprendendo, inclusive, a entender alguns aspectos do novo contexto, e quando possível, utilizá-lo para seu próprio benefício.

Voltemos a outro aspecto da implantação do Parque, a partir da história da Funatura.

Retomando a progressiva atuação da Funatura no Parque, e seu envolvimento com a população local, a partir de 1993, o programa conseguiu fixar uma equipe relativamente estável em campo - que passou a residir no próprio parque, na casa-sede da Funatura - o que ampliou e aprofundou o contato com os moradores locais, bem como os projetos desenvolvidos. Feita então a primeira grande adaptação do projeto, focalizou-se o trabalho na conscientização ambiental dos moradores de localidades do Parque:

“(...) E essa estratégia foi definida em três áreas (...) : saúde, higiene, plantas medicinais, curas populares; a outra é agricultura, conservação do solo, micro-bacias; a outra educação informal, e uma quarta de mobilização e fortalecimento populares... porque essa é a integração de todas as áreas, e é através de ações nas reuniões comunitárias, passando informações, fazendo com que eles discutam problemas, encontrem soluções...(...) Então, esse componente, fortalecimento popular, o público alvo é quem aparece nas reuniões, e que vira um agente multiplicador... E aí, cada pessoa da equipe (da Funatura) ficaria responsável por uma área”

Sobre os primeiros contatos da Funatura com os moradores da região, os relatos assemelham-se ao de outros “estrangeiros”, como os criadores da fazenda Carinhanha, que se espantavam com as pessoas se escondendo, com gente tendo medo de gente. No caso da Funatura, essa primeira recepção talvez tenha sido potencializada por sua própria postura e seus objetivos, e pelos boatos de expulsão que corriam ao redor da idéia do Parque. Assim, além de um caráter mais reservado, desconfiado e até tímido das

peças da região, havia o medo de serem expulsos de suas próprias terras e casas, e as primeiras ações de fiscalização da Funatura e do próprio Ibama certamente intensificaram esse medo e distanciamento. Provavelmente, foi assim com a repressão ao tráfico de animais silvestres que começou com o auxílio da Polícia Florestal de Arinos, atingindo algumas pessoas da comunidade, que passavam os animais para atravessadores. A ação mostrou resultados positivos, porque, segundo a ex-coordenadora do Programa, foi controlado o comércio ilegal de animais silvestres, bem como a caça na região.

Com o tempo, com o desenvolvimento do Programa voltados à população local e com a convivência freqüente com a equipe do Programa GSV, o clima tornou-se aos poucos menos apreensivo e de maior interação. O movimento, cada vez mais intenso, de pessoas de fora na região do Parque - tanto ligados às instituições envolvidas na sua implantação, quanto visitantes, pesquisadores, estudantes, estagiários - além da contratação de guardas-parques nativos, tudo isso facilitou a adaptação à nova situação, e a poeira inicial foi aos poucos se assentando.

Sobre a relação entre o andamento do Programa e de seus objetivos, e a progressiva aproximação com os moradores, a coordenadora da equipe de campo, em seu trabalho atuando sobretudo na área de saúde, traz uma das experiências vividas:

“... uma senhora, de uma das famílias mais carentes. Todos são carentes, mas tem algumas em que a situação é mais crítica, por uma série de razões (...). Mas, ela é muito jovem, tem a minha idade, e na época já tinha cinco filhos... E era uma pessoa muito arredia, desconfiada, só respondia com monossílabos (...) as crianças se escondiam (...) atrás da porta... Daí um dia, eu fui conversando... Como a Lourdes estava falando, as mulheres, elas tem, vamos dizer assim, um universo que elas dominam, que é o universo da saúde, de cuidar da casa, dos filhos, da horta... e ela já estava com cinco filhos, não tinha tomado nenhuma precaução para evitar filhos, e eu já tinha ouvido por outras pessoas da região que ela estava interessada em parar de ter filhos. Dentro da nossa linha de trabalho, a gente faz uma orientação na parte de planejamento familiar, não uma coisa formal do tipo encaminhar..., mas de orientar mesmo.

E na primeira visita foi essa aversão, na segunda, na terceira, na quarta... aí, à medida que as visitas iam se repetindo, você ia sentindo as pessoas relaxando. Então, na quinta visita... e eu já tinha tocado nesse assunto, muito discretamente sobre orientação, do planejamento familiar (....) e daí, na quinta visita, ela chegou simplesmente de uma hora para outra e pediu: “a senhora conversa sobre parar de ter neném, né? Porque eu estava querendo umas explicações, porque eu não quero mais ter menino.” (...) E de lá para cá, assim com a intensidade das visitas, com esse trabalho, ela mudou completamente a aceitação dela em relação as pessoas da Funatura, aos

*visitantes...*⁴⁵

Assim, ao longo desse período do Programa (1990 a 1997), foram desenvolvidas várias atividades: mutirões, reuniões comunitárias, visitas aos moradores, além de um intenso trabalho de educação ambiental junto às escolas. No discurso sobre o trabalho, percebido por exemplo através dessa entrevista, e também de outras situações que pude observar, era recorrente à referência à uma metodologia de trabalho - expressa na forma de se relacionar com os moradores locais, e de se estimular mudanças em condutas e visões sobre o meio ambiente. A equipe do projeto assumia a postura de “facilitadores”, não devendo haver uma indução direta a essas mudanças, e à introdução de novos hábitos, o que indicava a preocupação em respeitar a cultura nativa em seu próprio tempo. Ao responder sobre os resultados obtidos como o Programa GSV, ao longo do período indicado, mencionou-se um que estaria ligado a mudanças no discurso local sobre a natureza, que já podia ser percebida, por exemplo, na incorporação da nova terminologia introduzida, como a referência à “fauna” ao invés de à “caça”. Outro aspecto mencionado entre esses resultados estaria ligado a uma “humanização” dessas pessoas:

*“A área que eu acho que traz mais resultados, a humanização da existência dessas pessoas. Isso é emocionante, é a coisa mais forte que tem ali... é você melhorar a socialização das pessoas, humanizar mesmo a existência delas, porque elas viviam completamente marginalizadas, e ainda vivem... mas, a gente levou alguma informação, algum contato... nas reuniões, elas têm um caráter assim... para eles é uma festa, é um momento de encontrar, de divertir... qualquer coisa que você faz, eles ficam absolutamente agradecidos”*⁴⁶.

Diferentemente da Funatura, a presença e ação do Ibama no Parque percorreu outros caminhos, apesar da “intimidade” institucional dos dois órgãos em outros planos e de um acordo de co-gestão do Parque. Sobre os primeiros diretores, ou segundo a atual terminologia - chefes de parque - pouco ouvi, a não ser daquele que iniciou a “desmontagem” da fazenda do Gaúcho Idearte, uma ação contada no capítulo anterior pelo atual Chefe do Parque e por ele questionada. De fato, num primeiro momento da

⁴⁵ Entrevista com coordenadora do Programa GSV, e com a coordenadora dos trabalhos de campo do Programa, em novembro de 1996.

⁴⁶ idem

criação do Parque, o Ibama parece ter mais se caracterizado mais pela ausência e, segundo a entrevistada da Funatura e coordenadora do Programa GSV, foram necessárias várias pressões para a nomeação de um diretor, e para o pagamento de algumas áreas a serem indenizadas.

Em agosto de 1994, Ricardo M. Barbalho⁴⁷, assume a chefia do Parque, e o Ibama passa a se “materializar” na região. A sede da instituição é montada fora do Parque, na então Vila dos Gaúchos, e começam a ser contratados funcionários para trabalhos de campo e serviços burocráticos, sobretudo entre moradores da Chapada Gaúcha. Em 1996, no período da pesquisa, o que se pôde notar em relação à atuação desse órgão, a não ser no caso dos guardas-parques (que pareciam ser a única ponte entre os dois grupos), era a de uma atuação bastante independente dos trabalhos da ONG, e vice-versa. Ao contrário daquela, o trabalho do Ibama, além das atividades burocráticas realizadas no escritório, mostrava-se - tanto em relação à população situada dentro do Parque, como em seu entorno próximo (o que inclui a Chapada Gaúcha) - mais pragmático e informal

“Hoje, do jeito que o parque está não existe um plano [de manejo], então a gente não tem o que seguir. Hoje nós nos preocupamos simplesmente com a proteção do Parque, e esporadicamente a gente faz um trabalho, acredito até informal, é informal, de educação ambiental, na própria lida que a gente tem com esse pessoal, a gente está fazendo esse trabalho: visita um, visita outro, informa, recebe eles aqui no escritório, dá informação disso, daquilo...”⁴⁸.

Conforme citado anteriormente, existe entre as duas instituições um acordo de cooperação técnica, prevendo ações identificadas e executadas em conjunto pela Funatura e pelo Ibama, em parceria. Entretanto, no período estudado, particularmente no ano de 1996, as relações concretas entre as duas instituições “em campo” - ou seja, do ponto de vista do Parque enquanto “lugar praticado” - eram de distanciamento, discordância e conflitos, e em nenhuma ocasião encontrei os coordenadores de cada um dos órgãos simultaneamente.

Essa oposição mostra-se clara, por exemplo, no texto de Ferreira sobre a questão

⁴⁷ Com formação na área de comunicação social e pedagogia, e curso de gestão ambiental pela Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalhou no SENAR, órgão de formação profissional do Ministério do Trabalho (desativado em 1991) na supervisão de centros e agências de treinamento espalhados pelo estado de Minas Gerais, que faziam treinamento de mão de obra-rural. Em 1986, tornou-se delegado do órgão no Estado. Em 1991, começou no IBAMA, trabalhando na área de recursos humanos da Superintendência do órgão, em Minas Gerais. Em 1994, assumiu a chefia do PARNA GSV.

⁴⁸ Entrevista junto a chefia do PARNA GSV/ Ibama, março de 1997.

da co-gestão, de dezembro de 1996⁴⁹. Nele, a autora e ex-coordenadora do Programa GSV, depois de discorrer sobre os significados formais do acordo e de descrever detalhadamente os trabalhos do Programa, descreve mais diretamente as relações entre os dois órgãos:

“(...) desde o início dos trabalhos na região do Parque, as relações entre a FUNATURA e o IBAMA, apesar de esparsas, dão-se mais facilmente com a Diretoria de Ecossistemas (DIREC) e a Presidência do Instituto. A chefia do Parque, desde sua instalação junto ao Parque, tem-se mantido à parte dos trabalhos da FUNATURA, apesar do discurso inicial de cada nova chefia de ser do seu interesse acompanhar e apoiar os trabalhos da FUNATURA na região do Parque (de 1991 até hoje (1996), o Parque está em sua terceira chefia)”⁵⁰

Na continuação de sua crítica, Ferreira apontou o que seriam os pontos negativos e positivos da relação entre as instituições. Entre os positivos, estariam a própria atuação da ONG no trabalho de implantação do Parque, a disposição formal do Ibama para a parceria, e “a clara intenção dos escalões mais altos do Ibama no trabalho com a Funatura”; entre os pontos negativos, estariam a falta de uma clareza sobre o posicionamento do Ibama em relação à co-gestão; uma ausência de acompanhamento conjunto dos trabalhos de cada um dos órgãos; a existência de “mal-entendidos” entre representantes do Ibama, inclusive da própria chefia do Parque e da Funatura, no caso da coordenação e equipe de campo do programa. Do ponto de vista mais informal e percebido no cotidiano das relações entre os grupos, a crítica da Funatura voltava-se à conduta profissional dos representantes do Ibama no Parque, em ações ou inações por eles praticadas, à postura em relação a pessoas da população local, ou em relação a grupos da Chapada Gaúcha.

A crítica vinha também do outro lado. Os integrantes do Ibama nesse período não haviam formalizado nenhuma crítica - como no caso do texto da coordenação do Programa Grande Sertão Veredas. Ela, entretanto, surgia não somente em comentários cotidianos e corriqueiros sobre essa ou aquela ação do grupo, mas pelo próprio distanciamento das atividades promovidas pela ONG, como as reuniões mensais com os guardas-parques. Certamente, parecia haver um mínimo denominador comum nessa

⁴⁹ Ferreira, L. M. “Co-gestão ou Pareceria - A atuação da FUNATURA no Parque Nacional Grande Sertão Veredas” in Funatura. *Parcerias e Co-gestão em unidades de conservação*. Anais do seminário ocorrido em Brasília, 10 e 11/ 09/ 96.

⁵⁰ ~~IBAMA~~

relação, como um pacto de tolerância que garantisse a convivência necessária, o que possibilitava inclusive um movimento freqüente de pessoas entre os dois grupos de gestores: pessoas como os guardas, moradores do parque, funcionários e técnicos das instituições, pesquisadores ou visitantes do Parque.

Para tentar descrever essa crítica, que se exercia num plano mais subjetivo, podemos partir das palavras de um dos representantes do Ibama, em 1997:

“... se não tiver envolvimento da comunidade... Uma coisa que eu questionava muito da própria equipe [da Funatura], deles quererem... Eu achava um pouco até agressivo, sem base... Eles falavam que eu não tinha base para falar isso, mas eu disse isso a eles: que eu nunca vi fazer educação ambiental sem procurar se integrar com a comunidade... e eles se isolavam da comunidade. Tanto dentro do Parque, como da área do entorno. Então, eles achavam ruim eu falar isso com eles, mas era verdade... Eles queriam saber com que base eu falo isso... A base que eu tenho é vivência, é escutar as pessoas, é conversar com as pessoas.... Eles não se misturavam, procuravam manter a distância... e se colocando num pedestal, que eu não sei que pedestal é esse, mas eles colocavam... De ter uma distância com a comunidade. Principalmente, a comunidade gaúcha, que eles procuravam evitar...”

O que, provavelmente, mais salta aos olhos quando nos deparamos com esse “toma lá, da cá” é a ambigüidade. A crítica feita à Funatura pelo Ibama sobre o não-envolvimento com a comunidade parece destoar quando examinamos os inúmeros projetos, investimentos e esforços desenvolvidos pela ONG e pela coordenação do Programa GSV até então, em relação à comunidade. E, certamente, presenciando a ação da equipe no Parque, ou mesmo examinando a entrevista com parte da equipe, percebe-se um envolvimento com a população, sobretudo a população do Parque. A fala do representante do Ibama, entretanto, encontra ressonância quando se começa a perceber o caráter desse envolvimento e os princípios que o orientam.

O período da pesquisa e o intervalo de tempo que compreende inclusive esse confronto entre as duas instituições no “lugar-parque”, referem-se a um contexto que, logo depois, ou seja, nos princípios de 1997, foi alterado de diversas formas, havendo uma reorganização e um reposicionamento dos grupos e atores no espaço contratual da interação. Resumindo a ópera, a recém-emancipada Vila dos Gaúchos transforma-se no município da Chapada Gaúcha, e vê decidida sua primeira eleição para prefeito e câmara municipal. A coordenação do Programa Grande Sertão Veredas, que atuava desde os primeiros anos do Parque, é afastada e um novo grupo toma a frente do projeto. Do lado

do Ibama, um de seus funcionários mais conhecidos é processado pela antiga coordenadora do Programa GSV. O Ibama e a Funatura passam a estabelecer um novo padrão de interação e trabalho, a co-gestão aponta novas metas e começa a realizar ações conjuntas, colocando em prática os termos de cooperação.

O próximo item traz acontecimentos que fornecem chaves para o entendimento daquelas posições e confrontos, e para algo da relação entre os grupos envolvidos pelo processo amplo do Parque: a Funatura, o Ibama, a “população tradicional” ou moradores, os guardas-parques. Procura-se compreender, também, o sentido da reorientação dos dois órgãos e alguns de seus porquês.

2. Um instante no Grande Sertão: 1996 e três eventos

Voltemos a descrições de espaços e tempos no PARNA Grande Sertão Veredas. Mais precisamente, à descrição de acontecimentos ocorridos no mês de julho de 1996, em duas localidades: uma, em seu entorno próximo - a Estiva, ou Galho da Estiva -; e outra, em seu interior - a localidade do Rio Preto, ao redor do rio de mesmo nome.

Procuro explorar, simultaneamente, duas dimensões desses acontecimentos. De um lado, percebendo-os como situações sociais⁵¹, o que permite diferenciar os grupos participantes, os quadros de referências sócio-econômicas e culturais, e os diferentes contextos e princípios colocados em prática e interação. De outro lado, eles também se revelam como eventos⁵², ou seja, são significativos na medida em que exprimem a complexidade do instante e a historicidade dos encontros.

Esses acontecimentos têm em comum o fato de reunirem várias pessoas, vinculadas aos diferentes grupos estudados, em lugares inseridos dentro do Parque Nacional, ou em seu entorno imediato, com um determinado fim social e coletivo. No caso, uma “palestra política”, uma reunião promovida pela Funatura e um casamento. É importante assinalar que, entre os diferentes grupos participantes de cada um dos eventos, um determinado grupo teve representantes em todas as situações: o grupo dos

⁵¹ Tomo inspiração em Gluckman, e na clássica descrição e análise da inauguração da ponte, em que se vêem cruzados os contextos da dominação colonial e dos sistemas tribais locais, na Zululândia Moderna. Sua definição do conceito estabelece que: “uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos com membros de uma comunidade, analisados e comparados com seu comportamento em outras situações. Dessa forma, a análise revela o sistema de relações subjacente entre estrutura social, o meio ambiente e a vida fisiológica dos membros da comunidade”, Gluckmann, op.cit., p. 238.

⁵² Sahlins, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

guardas-parques.

O Programa GSV contava na época com nove guardas-parques. Todos eles foram ou são moradores de diferentes localidades no interior do PARNA GSV e, importante ressaltar também, mantinham entre si - como grande parte dos moradores da região - laços de parentesco e afinidade: irmãos, cunhados, concunhados, primos.

A maioria dos guardas-parques mostrava-se satisfeito com a função, o que pode ser lido de diversas formas. A primeira, relativa à segurança e estabilidade do salário mensal, algo pouco freqüente para a maior parte dos moradores da região. O salário, portanto, aparece como forma de melhoria de vida, um dinheiro estável não somente para o guarda contratado, mas às vezes a única fonte de renda fixa do grupo familiar ao qual pertence. Igualmente, a rotina de trabalho, marcada pelas rondas em áreas definidas, permite uma administração própria do “tempo de trabalho”, o que lhes possibilita a manutenção da roça e dos animais que porventura tenham. Há também um “status” diferenciado que o grupo parece ter e, mais aparente em alguns casos do que outros, a função pode estar rodeada pela imagem de prestígio e de certo poder. É relevante também indicar a importância que a maioria deles atribui ao próprio trabalho, à idéia de conservação e proteção do ambiente em que vivem, ao próprio Parque - *“Sabe o que seria isso aqui se não fosse o parque? Ia virar tudo carvão”*. A partir dessas considerações, se, por um lado, como apontaria Diégues, a função tende a criar diferenças marcantes e gerar conflitos entre os compromissos com os empregadores e os compromissos com o grupo de vizinhos e parentes, por outro lado faz com que os guardas sejam também intermediários dos interesses locais diante da Funatura e do Ibama.

A presença constante dos guardas-parques nas descrições subseqüentes deve ser vista, do ponto de vista analítico, não como uma fixação da identidade do grupo e dos indivíduos, como se tal função os classificasse estática e monoliticamente. Pelo contrário, como pessoas vinculadas aos outros grupos aqui trabalhados - moradores do parque, Ibama, Funatura -, esse caráter se adiciona a outras posições sociais entre as quais transitam, se identificam, experenciam. Assim, acompanhando os diferentes lugares que os guardas percorrem, e seguindo algo de seus passos, passeamos também por outros elementos que compõem o contexto, os movimentos, fixações e ambigüidades presentes nos espaços do PARNA GSV.

A Palestra Política

Sexta-feira, 26 de julho de 1996. Um momento especial, visto que a então chamada Vila dos Gaúchos havia obtido sua emancipação política do município de São Francisco no ano anterior, e a região vivia seus primeiros momentos de campanha política, para as primeira eleições a prefeito e câmara municipal. Outra disputa, sobreposta a essa, dava-se em relação a outro distrito emancipado conjuntamente de São Francisco, a chamada Serra das Araras. Assim, a ex-Vila dos Gaúchos e a Serra das Araras, formariam um novo município e, a partir das eleições, seria decidido também qual delas seria a sede administrativa.

Formaram-se duas chapas concorrentes, marcadas fortemente pela oposição Gaúchos x Mineiros. Apesar de ambas contarem, em diferentes graus, com pessoas que poderiam ser classificadas em ambos os grupos, e pertencentes tanto a Vila dos Gaúchos como a Serra das Araras, a chapa dos Gaúchos parecia contar com o peso da própria história da fundação e do caráter de desenvolvimento e progresso da Vila dos Gaúchos, em contraste com a antiga e tradicional Serra das Araras⁵³. Do ponto de vista dos moradores de localidades do Parque e da política local, o candidato a prefeito pelos gaúchos havia sido o primeiro vereador e líder político da Vila, tendo na região um prestígio ligado também à participação e prática política anteriores, além de ser muito mais conhecido ali do que o candidato a prefeito do partido opositor.

Já a chapa dos mineiros era encabeçada por um candidato pouco conhecido localmente, porém com força maior na Serra das Araras. Como vice-prefeito, entretanto, trazia um candidato residente na Vila dos Gaúchos que, apesar de baiano de origem, mostrava-se francamente identificado com a “identidade mineira” ali expressa e utilizada como instrumento político. É importante mencionar que ele mesmo era funcionário do Ibama - na época, desligado formalmente do órgão para poder concorrer como candidato - e sua chapa contava também com outro candidato ligado ao órgão, um guarda-parque e morador do PARNA GSV.

⁵³ Segundo um radialista que trabalhou na campanha dos “mineiros”, cujo grande eleitorado situava-se na Serra das Araras, havia poucas chances de essa última situar a sede do município. A razão, segundo ele, estaria no “espírito” de atraso desse distrito, que é uma das povoações mais antigas da região - com cerca de 150 anos - e ao mesmo tempo, uma das que menos se transformou e desenvolveu, comentando ele que até a luz elétrica era uma aquisição bastante recente. O contraste com a Vila dos Gaúchos realmente se fazia forte, que em 20 anos de criação tornou-se município, contando também com uma infra-estrutura visivelmente mais ampla que a Serra das Araras.

O encontro na Estiva, portanto, inseria-se nesse momento de expectativa, disputa, alianças, encontros, conflitos - o tempo das políticas. Revelava-se também como primeiro encontro político acontecido na região do Galho da Estiva, mais precisamente na casa de Dona Erminia e Seu Nêgo, sogros de um dos candidatos a vereador, e também guarda-parque.

Como já foi mencionado várias vezes, as distâncias entre as localidades do Parque e mesmo da região podem ser bem grandes, e são poucos aqueles que possuem um meio de transporte próprio, quando muito algum cavalo ou mula. Assim, para garantir um número de pessoas razoável num encontro como esse, e na maioria dos eventos políticos em época de campanha, a questão do transporte era fundamental.

Consegui uma carona de caminhonte, e cheguei ao local ainda pela manhã. A maioria dos candidatos não havia chegado e no local encontravam-se os moradores da casa, além de alguns vizinhos que ajudavam na organização da “palestra política”.

Num primeiro plano da área em que ficava a casa, logo após a cerca sertaneja, à esquerda da casa, havia um barracão feito de madeira e palha, onde alguns homens preparavam a carne do churrasco. A grande casa de adobe - que se constitui como centro espacial dessa descrição - era ampla, com vários cômodos, cercada de plantas e sombras. Na sua lateral direita, uma varanda que se ligava à cozinha e a uma das salas. Lá, encontravam-se as mulheres junto com as crianças pequenas, preparando os outros pratos da grande refeição que se prometia - a carne cozida, o arroz, o macarrão, as folhas. Contíguo a essa varanda, o pomar, onde em uma pequena fogueira, uma mulher preparava a enorme panela de arroz. A palestra política anunciava-se, nesse momento, como um grande almoço. Eu acompanhava D. Edite, comadre da dona da casa e, como o momento ainda era de certa tranquilidade, tivemos tempo de caminhar até o pequeno riacho no fundo da casa, à esquerda, em cujo brejo cultivavam uma enorme horta: entre buritis, cresciam a alface, a rúcula, a cebola, o alho, a arruda, o milho, a mandioca... O casal anfitrião, na faixa dos 60 anos, cultivava sozinho essa área.

O ambiente ainda era de tranquilidade, e começavam a chegar os vizinhos mais próximos, alguns vindos ali do outro lado do Carinhanha, na Bahia, velhos amigos, pessoas da mesma “era” - expressão bastante usada pelas pessoas na faixa de 50 ou 60 anos. O próprio Seu Nêgo, há 57 anos morador no local, apresentava-me amigos de infância. Houve tempo, então, de ouvir seu Nêgo falar sobre essas antigas amizades, e sobre tempos passados de fartura e riqueza, em que tinha “para vender”. De carro de boi,

ia e voltava de Januária em 14 dias, para vender o que produzia. Trazia de volta somente o que ele mesmo não tinha condição de plantar: o café, o sal, o açúcar. Apesar dos tempos atuais não serem descritos como os da fartura do passado, as condições ali eram de pessoas bem situadas econômica e socialmente para os padrões da região: possuíam áreas de cultivo não-contíguas, próximas às casas de seus filhos, onde cultivavam arroz, milho, feijão, cana, mandioca; possuíam um engenho de cana perto de uma das filhas, onde produziam rapadura e garapa, e mantinham uma casa de farinha.

Porém, a tranquilidade que permitia conversas sobre o passado e fazia até esquecer a finalidade do encontro, deu lugar a uma multidão de possíveis eleitores que chegavam, ao som de fogos de artifício, vindos nas caçambas de caminhões e caminhonetes, mobilizados para reunir as pessoas para a “palestra política”. Iniciou-se então a festa.

A cozinha e a área coberta onde eram assadas as carnes foram rapidamente tomadas, e as conversas tranqüilas deram lugar ao “vamos comer”, cada um preocupando-se em encher o próprio prato. Além da comida e dos espaços articulados em volta dela, também a pinga ganhou seu lugar, reunindo sobretudo os homens. Logo, as pessoas procuravam uma sombra ao pomar, para um descanso, ou para as laranjas que ali se ofereciam para completar a refeição. As crianças, sobretudo os meninos, encontravam-se no último plano desse cenário, refrescando-se na algazarra da água fresca do riacho.

Em determinado instante, alguns dos candidatos ou dos envolvidos na campanha propriamente dita começaram a questionar se o almoço deveria ter sido servido antes da palestra. Sim, já era mais do que tempo da palestra, antes que todos dela se esquecessem. Voltamos ao primeiro plano do cenário, a área coberta onde antes eram assadas as carnes.

Ali, perpendicular ao pequeno coberto, foi colocada uma mesa, com um arranjo de flores de plástico e uma cadeira. Sob a choupana, perpendicular a essa mesa, sentaram-se as mulheres mais velhas, em maioria. Atrás da mesa, em semicírculo e em pé, os candidatos a prefeito, a vice-prefeito, a vereadores e outras pessoas envolvidas na campanha, além de presente também um candidato a vereador do partido dos gaúchos, mineiro e morador dos Buracos, ali recebido como um conhecido de todos. Completando o semicírculo, do outro lado da mesa, espalhados de pé, os convidados da palestra política e os possíveis eleitores.

O primeiro a tomar a palavra não era candidato mas participava da campanha, e era também ligado ao Ibama. Seguiu-se então um discurso, em que apresentou os candidatos e coordenou o evento, configurando em sua fala o caráter geral do encontro. Ao fechar a apresentação e o pedido de votos, sobretudo ao candidato a prefeito, reforçou a distinção com os gaúchos, sendo o grupo ali presente caracterizado por ser “gente da terra”, que gostava entre outras coisas da farinha e do forró, e sabia o que a região realmente precisava. Como qualidade do candidato a prefeito, foi mencionado o fato de ser homem de posses, que não precisaria da política para enriquecer, e se candidatava para melhor servir ao povo.

Depois dessa apresentação, falaram os candidatos a prefeito e vice-prefeito, e também os candidatos a vereadores, homens e mulheres tanto da região da Chapada Gaúcha, quanto os da Serra das Araras. Ao longo da “palestra”, era visível o contraste entre a pretendida formalidade e o espaço para o inesperado, onde entre uma fala regada pela entonação característica do discurso político, um homem animado pelo excesso de pinga roubava a atenção dos presentes, e fazia macaquices ao redor dos oradores. Alguns deles, para reter a atenção dos presentes, subiram em cima da única cadeira existente, transformando-a em “palanque”. Havia também alguns gaúchos presentes, visto que uma das candidatas, com o slogan da “força jovem”, contrapunha-se à hegemonia mineira da chapa por ser gaúcha. As falas, sobretudo das mulheres candidatas, centravam-se nas escolas e na aposentadoria para os mais velhos que, aliás, era parte da campanha, já que os candidatos procuravam orientar e agilizar a aposentadoria para muitas pessoas - que por sua vez, aproveitavam a ocasião para obter não só aposentadorias, mas o que pudesse ser de benefício: roupas, comida, dinheiro, trabalho....

O encontro chegou ao seu final mais pelo cansaço de seu público do que pelo roteiro planejado, e os últimos oradores acabaram encurtando suas falas, entre pessoas que se dispersavam e mostravam o desejo de partir. A saída foi agitada, muitas pessoas precisavam de carona, e perdê-la significava muitos quilômetros até a própria casa, no meio da noite que chegava. Caminhões e caminhonetes repletas, estouro de fogos, e teve seu fim a primeira palestra política no Galho da Estiva.

A Reunião da Funatura

Dia 27 de julho de 1996. Segui, junto com o guarda-parque Zé Luis, da região de Santa Rita até o Rio Preto⁵⁴, onde se realizaria a reunião da Funatura. Tratava-se da 10ª Reunião Mensal de Guardas-Parques, na qual estavam presentes oito deles.

O encontro se deu na casa que funciona como sede da Funatura no Parque. Trata-se de uma antiga fazenda, em área já indenizada, que foi reformada inicialmente com o objetivo de receber doadores internacionais que desejassem conhecer o Parque e os projetos ali desenvolvidos. Assim, além da preocupação com conforto - possui gerador, água encanada, é toda telada -, a reforma da casa previa a hospedagem de muitas pessoas; além do cuidado especial com o espaço interno, foi dada bastante atenção ao espaço externo, sendo a casa cercada por um grande varanda, com muitos ganchos para rede e uma grande mesa. Entretanto, por outros motivos, a casa acabou tornando-se sede da ONG no Parque, hospedando a equipe do Programa GSV - em geral, técnicos de nível universitário, vindos de outras regiões, que ali tinham sua casa e seu espaço de trabalho. Mesmo sendo, em várias situações, aberta para um uso coletivo, havia um espírito forte de organização doméstica, e também de uma casa, como espaço de intimidade.

Nessa época, estavam hospedados na sede, além das coordenadoras do Programa GSV, uma delas vivendo ali, também os dez participantes da “Capacitação e Vivência Ambiental”⁵⁵ do mês de julho (Folder no Anexo A), um dos projetos desenvolvidos pela ONG. Esse reunião recebia também a visita do Superintendente da ONG e alguns visitantes inesperados que foram convidados a participar, como eu própria, e dois ou três

⁵⁴ Roteiro de Santa Rita até o Rio Preto (entre parênteses, o rio principal): Casa de Dona Inocência - Varge Larga (Santa Rita) - Três Irmãos (Santa Rita) - Estevão (Santa Rita) - Circo (Tomé Inácio) - Tomé Inácio (Rio Preto)/Morro do Tomé Inácio - Cobra (Fuzil) - Fuzil (Passagem do Mato)/Morro do Fuzil - Passagem do Mato (Rio Preto)/Morro Passagem do Mato - Tiririca (Passagem do Mato) (só abeiramos da barra até a cabeceira, onde nasce) - Carrasco (Passagem do Mato) (só na cabeceira) - Gallho do Viado (Veredão); Veredão (Rio Preto) - Manduí (gallho do Veredão) (atravessamos) - Tiririca (Areia) - Areia (Rio Preto) - Rio Preto (Carinhanha) - sede da Funatura

⁵⁵ O projeto, também apoiado pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, realizou-se de agosto de 1995 a julho de 1996 e, como objetivo propunha: “Pretende-se a formação de massa crítica conscientizada, quanto às diversas questões ambientais, sociais, de ensino, pesquisa, filosóficas, de cidadania e fortalecimento e mobilização populares, que se constituirá em agentes multiplicadores dos processos. Com a atuação destes agentes multiplicadores, inclusive da própria região, espera-se um aumento do alcance da divulgação dos trabalhos da FUNATURA, especialmente da importância de um parque nacional e da conscientização das comunidades locais. O desdobramento disto será a ampliação da conscientização ambiental promovida e a conseqüente proteção do Parque” Folder de divulgação. Funatura. Brasília, agosto de 1995.

conhecidos dos guardas.

Apesar do grande número de pessoas e do clima “social” e amistoso, o encontro foi bastante organizado e controlado, contando inclusive com um cronograma (Anexo A), o que é significativo no sentido de indicar uma das características do trabalho da ONG: a extrema organização e preocupação em marcar os espaços e tempos de trabalho. Os espaços utilizados foram sobretudo os externos à casa, preparados, como foi dito, para reuniões de muitas pessoas, como aquela que ali acontecia. Seguindo o cronograma do dia, percebe-se a previsão e o encadeamento de todos os momentos: a chegada dos guardas (vindos cada um de diferentes distâncias e pontos do parque); o horário de almoço e o tempo para a organização do espaço para a reunião (visto todas as tarefas da casa serem coletivas); a apresentação dos participantes, a apresentação de trabalhos desenvolvidos por participantes da vivência; a assinatura do livro de presença; a discussão dos assuntos administrativos; o intervalo para o lanche; a apresentação de música e dança regionais (a curraleira); o encerramento, a limpeza do local, e o momento das fotografias.

A maior parte da reunião (sobretudo os momentos de apresentação das pessoas, dos trabalhos e as discussões administrativas) foi realizada num gramado ao lado da casa, protegido pela sombra das grandes árvores próximas. As pessoas se dispuseram em uma grande roda. O clima em geral, sobretudo entre os guardas e os participantes da vivência, era amistoso e algo festivo. Um dos momentos importantes foi o da “apresentação de uma experiência de cada guarda-parque”. Cada um deles levantava-se e colocava-se em um local de destaque em relação ao resto do grupo; primeiro, apresentava-se, situava a área em que morava e realizava a ronda, só então narrava alguma história ou fato acontecido que julgava interessante.

A maioria das histórias contadas por eles referia-se ao encontro com algum animal: a história do tamanduá-bandeira (ou meleta) no veredão; a história do macaco-guariba, bugio, gritador ou roncador, cujo macho é barbado; a do carcará tirando carrapato de anta, que veio com o comentário de que daria uma linda foto; a história da “voz-de-prisão” para o lobo-guará, e o caso com o tatu-peba, caçador; o avistar das duas onças suçuaranas, quase pretas, pardas, num caminho próximo. Essas histórias eram contadas num tom bem-humorado, dando margem a “troças”, brincadeiras e risadas. Ao longo da narração, igualmente, eles eram corrigidos pelas coordenadoras caso usassem de alguma “impropriedade” da linguagem, como foi o caso quando um deles se referiu a

um certo tipo de animal como “*esse tipo de caça*”. O uso da expressão foi imediatamente corrigido - “*não é caça, é fauna*”

Dois dos guardas, por sua vez, trouxeram relatos que problematizavam o trabalho como guarda-parque, e causaram uma resposta mais séria do grupo, levando quase todos à discussão. Um deles levantou a dificuldade de trabalhar em áreas indenizadas e não indenizadas, da dificuldade de demarcação entre tais áreas e do controle de uso, reclamando sobretudo da invasão de gado nas áreas indenizadas. Outro, pegando o rumo dessa conversa, trouxe algo dos conflitos que enfrentavam na função, novamente ligados à questão do gado. As reclamações eram diretamente ligadas a um dos fazendeiros do entorno próximo do Parque, e aos confrontos com seus vaqueiros. Mais grave ainda seria o poder desse fazendeiro junto a uma pessoa ligada ao Ibama, que teria facilitado o acesso daquele a áreas indenizadas: “Se os guardas fossem pessoas de fora, dava até morte”. A discussão ampliou-se, trouxe críticas das coordenadoras às condutas do Ibama, e trouxe também ambigüidades das funções dos guardas: “guarda é para fazer ronda, não é para fazer cerca”, fala que se referia novamente à necessidade de demarcação das áreas indenizadas, cerca de 10.000 ha. Ainda durante esse caminho da apresentação, um deles referiu-se às dificuldades sócio-econômicas vividas, “a gente tem que viver da casca de pau”, e o único deles que havia de fato realizado um dos projetos do programa - a instalação de fossas sanitárias - agradeceu o auxílio nesse sentido, sobretudo por ter melhorado as condições de vida de seu filho deficiente físico.

Outro momento de forte envolvimento foi o das apresentações dos integrantes da Vivência Ambiental. Esse grupo era composto por cerca de 10 pessoas, de proveniências, idades e trajetórias distintas: alguns estudantes universitários vindos de estados do Sudeste, uma geógrafa de Brasília, um profissional de comunicação vindo do Nordeste, estudantes do segundo grau vindas da Chapada Gaúcha. O grupo já estava praticamente há um mês na sede da Funatura, e aquela era a última semana deles no Parque. Parecia haver, portanto, além da identificação do próprio grupo enquanto tal, um sentimento de amizade e solidariedade, vindo da convivência nas atividades conjuntas desenvolvidas pelo programa, o que incluía a divisão de tarefas domésticas durante a convivência na casa.

Ao longo da reunião, essas pessoas, divididas em pequenos grupos, fizeram apresentações ligadas a alguns dos temas dos projetos da Funatura: saúde, medicina popular e meio-ambiente, tendo os seguintes títulos: “Tênia ou canjiquinha?”; “O que é

que o Cerrado tem?"; "Preserve a farmácia viva". Foram apresentações dramatizadas, pequenos teatrinhos, e continham também um caráter de esclarecimento, sobretudo nas questões relativas à saúde e ao contexto cultural da região. A maior parte do tempo era reforçado o tom do "engraçado": as mais bem-humoradas foram as de maior sucesso. Entretanto, mesmo os momentos mais sérios e didáticos, foram conduzidos para esse lado - sobretudo pela audiência dos guardas, que interagiam no meio da apresentação, surpreendiam e alteravam o roteiro com comentários irônicos e piadas.

Porém, ao lado do clima bem-humorado e descontraído, havia o programa a ser seguido, e o controle para que assim o fosse. Terminadas as apresentações dos guardas e dos participantes da vivência, seguiu-se um momento mais sério - primeiro houve a fala do superintendente executivo da Funatura, em visita ao Parque; posteriormente, as coordenadoras do Programa GSV trouxeram à discussão aberta assuntos administrativos e de pessoal. Infelizmente, não registrei pormenores dessas duas falas, mas me vem a mente uma discussão que envolveu todos os guardas, e que levou algum tempo a ser resolvida: a questão dos uniformes.

Contextualizando algo dessa questão, os guardas-parques recebiam, além do salário, uma mula para realizarem as rondas, uma sela, e o uniforme. Tanto o animal quanto os "acessórios" deveriam ser usados nos horários de trabalho, não deveriam ser emprestados e deveriam ser bem cuidados. No entanto, nem sempre essas orientações eram seguidas, sobretudo no que se refere aos uniformes que, às vezes, não eram corretamente usados, ou então o eram em ocasiões inapropriadas, fora do horário e do lugar do trabalho. Assim, parte da discussão sobre questões administrativas e de pessoal trouxe recomendações sobre esse uso, e foram chamados à atenção os guardas que no momento da reunião vestiam-se inadequadamente, com as camisas desabotoadas, ou um outro chapéu que não o boné que compunha o uniforme. Essa questão foi colocada também em discussão, e levou-se à votação se o uniforme seria composto com um boné ou um chapéu. Ganhou o boné.

Além disso, chamou atenção o caráter aberto da reunião, com todos ali presentes, com informações sobre os gastos do Programa, de forma detalhada, ficando também clara a preocupação com a transparência e correção na utilização do dinheiro do projeto. Por fim, a grande roda foi encerrada com a questão dos sanitários das residências dos guardas-parques. Como parte do projeto mais amplo, havia o objetivo da instalação de fossas nessas residências, o que também funcionaria como estímulo para que outros

moradores seguissem o exemplo, abandonando o “banheiro terrano”, e construindo as próprias fossas. Foi trazida à discussão, então, a importância da questão, e o fato de somente um dos guardas ter realizado o projeto. A justificativa dos guardas ligou-se às dificuldades encontradas para a própria instalação, e a equipe do programa reforçou a recomendação de que o projeto fosse realizado, destacou sua importância, e sugeriu meios para sua realização, como os mutirões.

Terminada a grande roda, o cronograma previa o lanche, a apresentação de música e da dança regionais, o encerramento e organização do local e a fotografia do grupo. A partir desse momento, apesar de ainda conduzidas, as atividades correram mais soltas e descontraídas, e seu auge foi a “curradeira”, numa outra área aberta, perpendicular à casa.

Da dança da curradeira, todos os guardas participaram, e junto ao toque característico da dança, a compenetração e seriedade dos rostos, a audiência contagiou-se. Abriu-se então o grupo e, no momento seguinte, todos ali, participantes da vivência, convidados, coordenadores do programa tiveram a oportunidade de aprender os passos e participar da dança, agora com integrantes mais sorridentes e empolgados, ainda que menos precisos em seus gestos, enquanto alguns corriam atrás de máquinas fotográficas para registrar o momento alegre do fim da tarde.

O Casamento

Na noite desse mesmo dia, aconteceria um casamento nas proximidades da casa da Funatura. Todos os guardas presentes à reunião iriam a tal evento, como convidados, moradores da região, “primos” ou parentes da noiva e, ao fim do dia de trabalho e de reunião todos se preparavam para a festa. Também os representantes da Funatura, que desenvolviam o Programa GSV no Parque, haviam sido convidados - eram vizinhos do pai do noiva, em cuja casa seriam realizadas a cerimônia e a festa. Entretanto, como hospedavam na época os participantes da vivência, julgaram desapropriado chegar na ocasião com tanta gente e optaram por não ir. Assim, ao fim do dia, depois do banho e de roupas limpas, seguimos ao casamento.

Na noite clara de lua cheia, chegamos ao local onde se daria a festa, a casa de seu Ladu - morador antigo do Rio Preto, respeitado e conhecido por todos. Um dos primeiros comentários ouvidos do grupo que eu acompanhava foi sobre o enorme

movimento: “*Tão cheia só vi na Serra*”⁵⁶.

O movimento, realmente, era enorme. A estrada de terra, na frente da casa, via-se tomada por carros, caminhonetes, cavalos, mulas, e por pessoas que chegavam ou ali circulavam. No espaço em frente a casa, como que num primeiro plano da festa, havia uma área aberta, onde foi construída uma espécie de barracão. Feito da palha e da madeira de buriti, enfeitado com suas folhas verdes, flores e fitas brancas, foi o palco da missa e da cerimônia e, nas mesas e cadeiras de metal branco espalhadas nessa área, encontravam-se provavelmente os parentes mais próximos dos noivos e os convidados mais ilustres - inclusive alguns políticos em campanha -; no momento em que chegamos, cumprimentavam os noivos.

O grupo dos guardas-parques foi logo se dispersando, encontrando amigos e parentes. Logo começaram a aparecer as bebidas e carnes, e foi grande a fartura por toda a noite. Aos poucos, os outros espaços e ambientes da festa foram se revelando, bem como seus convidados. Seguindo a idéia do “plano espacial” para essa descrição, um segundo plano situava-se depois da cerca sertaneja, ao redor da casa, entre o pomar de grandes árvores antigas, à luz da lua e do fogo que ali se fazia. Havia uma grande fogueira, ao redor da qual um grupo de crianças, mulheres e homens de diferentes idades conversavam e assavam carnes. Próximo a essa fogueira, uma pequena cabana onde se assava e cozinhava mais carne, muita carne. Dentro da casa, também era grande a circulação, e muitos dos que haviam vindo de longe para a festa garantiam um lugar para dormir, ou trabalhavam na cozinha, procuravam pessoas. Literalmente, a casa estava tomada.

O terceiro plano dessa festa espalhava-se na parte atrás do pomar, depois da cerca “passa um”⁵⁷, havia o rio - o galho -, o enorme luar, o barranco de areia e alguns buritis. Ali, o movimento era mais disperso, pessoas que procuravam a água fresca e limpa para beber ou lavar o rosto, depois de tanta carne e tanta gente; aproveitando o cenário tranquilo e romântico, alguns casais de namorados.

Mais tarde da noite, um dos pontos que configurou o maior movimento, foi o barracão do “primeiro plano”, onde havia se realizado a cerimônia. Logo, as cadeiras e

⁵⁶ Festa de Santo Antônio, na Serra das Araras.

⁵⁷ Trata-se de uma passagem na cerca, construída de tal forma que somente uma pessoa por vez é capaz de passar, o que impede, também, o trânsito de animais de grande porte, como cavalos, ou gado. Uma piada local brinca com a imprecisão desse nome, porque “de um em um, podem passar até mil...”

mesas foram retiradas, e alguns homens encarregaram-se da sanfona, da caixa, do triângulo - teve início o forró. Ao redor desse lugar, foram acesas outras fogueiras, que arderam durante toda a fria noite que fazia.

Para o leitor que não conhece algo das festas realizadas nos interiores de Minas, ou Goiás ou Bahia, é interessante ressaltar algo sobre a intensidade do encontro e do festejo. Trate-se de uma festa mais ampla, ocorrida por exemplo no contexto de rituais do catolicismo popular, como as folias ou festas de santo, ou um caso como o aqui descrito, onde se celebrava a união dos noivos e suas famílias, se há o momento da celebração mais formalizada e ritualizada, marcada pela seriedade ou pela devoção, não falta também a hora de “*festar*”, da diversão, da fartura e da convivência. Os encontros e trocas ampliam-se e envolvem também vizinhos e parentes próximos e distantes, conhecidos e desconhecidos, políticos e eleitores. E há de se ter muita energia para acompanhar o ritmo nativo da diversão.

Como tantas vezes mencionado, a maioria das pessoas vem de longe, sobretudo em cavalos ou mulas. A idéia de se cansar no meio da noite e resolver ir embora não faz ali o menor sentido: ou se procura um lugar para dormir, provavelmente embaixo de algum “*pé de pau*”, ou se espera ao redor da fogueira, da carne, da pinga ou do forró, as horas até o amanhecer. Nos vários ambientes, às vezes um homem velho contando aos mais jovens, ao redor da fogueira, como eram muito mais animados as festas de seu tempo de mocidade. Conterrâneos se encontrando, parentes e amigos tentando aproximar dois solteiros já em hora de se casar, algumas poucas mulheres se dividindo entre os muitos homens, a maioria bêbados, que procuravam uma parceira para o forró. Velhas pitadeiras de cachimbo, carnes, embriaguez, crianças, jovens, aqui ou acolá um rádio de carro tocando um sucesso de mídia, sertanejo ou *dancing*. Momento diverso, permissivo e livre, a hora de *festar*.

Nesse ambiente, a idéia do Parque, ou dos nomes a ele associados - Ibama e Funatura - mostrou-se algumas vezes, sobretudo pela menção às pessoas classificadas por esse nome, e a referência era à ausência ou presença das pessoas no espaço da festa. A explicação ali, da minha própria presença, muitas vezes se deu por esses nomes. Algumas pessoas me confundiam com uma das técnicas da Funatura, e perguntavam da presença dos outros integrantes do grupo, por que os vizinhos não haviam ido. Ou, quando tentava explicar algo do meu trabalho, também a primeira referência e associação era à ONG, vizinha próxima, e provavelmente de pouco adiantou minha tentativa de

desfazer a confusão. Meu companheiro de andanças, Zé Luis, para facilitar a resposta à freqüente pergunta “e essa, é filha de quem?”, acabou por decidir pela classificação “ah, essa é como minha prima”.

Já ao amanhecer, quando os anfitriões ofereciam café e bolo aos que acordavam ou se preparavam para partir, a menção ao Parque aconteceu de maneira mais enfática. Acompanhada dois dos guardas, quando um morador da localidade de Mato Grande, situada dentro do Parque, aproximou-se e perguntou sobre o meu trabalho ali. Respondi que era pesquisadora, e ele devolveu entre a pergunta e a afirmação: “*então, eu também tenho o direito de fazer uma pesquisa...*”. Num tom de revolta e algo agressivo, questionou a criação do Parque, a possibilidade de perder suas terras, sua casa, seu trabalho de tantos anos. Voltando-se mais diretamente para um dos guardas, reclamou de suas ações na localidade, e o atmosfera de conflito começou a esquentar. Um outro guarda, mais calmo e menos embriagado que os dois homens envolvidos na discussão, apaziguou os ânimos e relativizou as posições. Seguiram-se murmúrios de contrariedades e desculpas, e a pequena contenda se dissipou.

Era chegada a hora de partir. Juntei-me ao grupo que seguia a Santa Rita, e a cavalo e sob o sol, percorremos por oito horas sonolentas a volta da Festa.

3. De instantes a processos: vivendo Parques

Para melhor compreender esses eventos, façamos alguns deslocamentos para fora do Parque.

Visitemos, primeiro, o mundo dos camponeses da Vila de Catuçaba, região do Alto Paraíba - onde, por sinal, sertão e litoral se aproximam⁵⁸. Explorando o que chama de “os círculos do ser” entre esses camponeses, Brandão⁵⁹ inicia uma análise através de diferentes formas e significados da convivência, partindo do “estar só”, passando pela

⁵⁸ Segundo Brandão, que reforça a observação de Emílio Willems, “em um momento da história do Alto Paraíba, a direção simbólica da geografia do sertão se inverteu. Durante os anos de abertura das trilhas que traziam ouro das Minas ao litoral, quando cidades como Cunha e São Luiz do Paraitinga eram pontos obrigatórios de passagem das tropas de burros, o sertão eram as terras na encosta e para além da Serra ou Litoral. A decadência do ouro que esvaziou os “caminhos das Minas” e a invasão do café que enriqueceu algumas e criou outras cidades do Vale do Paraíba, invertendo o trânsito de bens, tropas e poderes do eixo oeste-leste (Minas-Litoral) para o eixo norte-sul (Rio - São Paulo) deslocaram o sertão para os ermos próximos entre a Serra do mar, onde a serra e o sertão acabam”, in Brandão, C.B. *A Partilha da Vida*. São Paulo, Geic/ Cabral Editora, 1995, p. 63

⁵⁹ idem

família e chegando até os grupos de idade e de interesse. No universo de Catuçaba, percebe-se que a experiência da vida e do trabalho é regida pela convivência, pelo “desejo de estar e fazer com o outro”. O viver sozinho, como o caso do velho Marculino, não implica um afastamento e isolamento da família, de vizinhos ou amigos - afastamento esse associado à progressiva perda desumana de qualidade de vida, à tristeza, à saudade, à doença. Percebe-se a vida social como regida a partir do desejo da convivência, e construída por meio dela.

Atravessando esses círculos, cruzam-se também dimensões da família, como unidade básica de socialização, espaço do trabalho produtivo e também da experiência de estabilidade, da segurança e afeto; para além da casa, o grupo de idade, marcado como “criação social livre e autônoma de realização do puro desejo da convivência”⁶⁰, oposto à obrigação e ao dever. Através e além dele, também os grupos de interesse que, mediante compromissos mútuos, transformam a fruição da convivência em produção do trabalho simbólico, onde o grupo se converte em equipe - como um time de futebol, ou mais caracteristicamente como as companhias de Folias de Reis ou do Divino, ou as equipes de Cavalhadas.

Constrói-se, a partir daí, uma oposição entre as idéias de convivência e participação. No primeiro caso, “o princípio da necessidade ou a intenção de serviço submetem-se ao desejo da gratuidade, da troca recíproca de tempo entre pessoas”⁶¹. No caso da participação, a experiência gratuita da convivência é submetida a produção de bens, serviços ou significados por um tipo particular de trabalho coletivo, “de cujos efeitos resulta a própria atribuição de sentido do grupo, sua identidade de um nós, e da identidade de seus co-participantes, iguados por serem dele, desiguais por participarem diferencialmente nele”⁶².

Tal oposição permite, de um lado, perceber um contraste entre os “de dentro” e os “de fora” - no que seriam as diferenças na disposição social e na significação cultural do trabalho, da convivência e da participação. Por outro lado, ela aponta para as dificuldades de agentes externos, formalizados institucionalmente, de submeter grupos, como os camponeses de Catuçaba, às lógicas de afiliação e participação com as quais trabalham - dificuldade também em entender por que as “‘pessoas do povo’ resistem a se

⁶⁰ idem, p. 136

⁶¹ idem, p. 155

⁶² idem, p. 155

comprometer “de uma maneira estável, ‘consciente’ e politicamente produtiva em experiências agenciadas de participação social”⁶³.

No caso de Catuçaba, esses agentes externos - “agentes de mudança social” - são percebidos através da escola - como emissária de um sistema com interesses de criação de unidades de mediação entre seu trabalho e a participação das pessoas “da comunidade” -, e sobretudo através de instituições paroquiais, cuja iniciativa depende direta ou indiretamente dos agentes da Igreja, ou cuja legitimidade depende da submissão à ordem e hierarquia da Igreja. Oposta a essas modalidades de participação, estão as equipes locais que realizam um trabalho coletivo, simbólico ou produtivo, percebidos nos rituais do catolicismo popular - como a Folia de Reis, as Cavalhadas, os ternos de Congo e Moçambique - ou através dos trabalhos produtivos dos mutirões. Esse contraste e a pergunta que impõe é respondido da seguinte forma: “A síntese grosseira e pouco política de minhas conclusões parciais responderia à pergunta: ‘afinal, por que as pessoas de Catuçaba participam tão pouco?’ da seguinte maneira: ‘porque elas estão convivendo muito’”⁶⁴.

Não se trata, portanto, da ausência de compromissos, afiliações, práticas e mobilizações coletivas, mas sim, de um universo onde os limites do trabalho e do lazer, da convivência e da participação são tênues. A força da afiliação aos grupos, em Catuçaba, não se dá através de razões ideológicas ou políticas, mas principalmente por uma razão relacional, em os laços de parentesco, de vizinhança, de amizade e afetivos são acionados e reforçados. É dessa forma, também, que a dura experiência do trabalho produtivo ou mesmo do simbólico, ao ser transformado em festa ou rito, como os mutirões ou as folias, torna-se possível de ser aceito e desejado. Igualmente, a existência de lideranças não aparece formalmente. Quando, como uma diferença entre unidades locais de convivência e aquelas de participação, é reconhecida a necessidade e existência de uma chefia provisória, de uma autoridade hierárquica, esse reconhecimento acontece por meio do exercício do carisma pessoal, de seu próprio poder de acionar os laços interpessoais e afetivos entre outros sujeitos – reforça-se, porém, como qualidade a participação numa “unidade coletiva”, o “ser como todo mundo”. São referências que aproximam a experiência do envolvimento à da participação obrigatória, em uma partilha de convivência afetiva e simbólica.

⁶³ idem, p. 159

⁶⁴ idem, p.170

Esse empréstimo de percepções colhidas entre os camponeses de Catuçaba apresenta muitos paralelos com a vida social e coletiva dos habitantes de localidades do PARNA GSV, e oferece instrumentos para interpretarmos, adiante, alguns aspectos dos acontecimentos descritos.

Continuando o deslocamento proposto, o rumo agora é ao Sudeste do Estado do Piauí, ao Parque Nacional da Serra da Capivara, através do trabalho de Pompa⁶⁵. É possível, como fez a autora, pensar a implantação do parque como um processo social, ou mais especificamente, como um drama social, no qual ela percebe os momentos idealizados por Turner - a ruptura, crise, reparação e reintegração. No caso da análise constituída a partir do PARNA da Serra da Capivara, delimitam-se os atores sociais que participam desse drama. Entre eles, num primeiro momento, o Zabelê e o grupo de camponeses que aí residia, organizados a partir de uma estrutura social baseada nos laços de parentesco, de compadrio e das relações de vizinhança. Até a explosão da crise, ou seja, a implantação do Parque, esse grupo contrapunha-se em seu cotidiano ao “mundo dos de fora”, personificado no “mundo dos políticos”, estivesse esse grupo associado à política na localidade, ou às esferas estaduais ou federal. Nesse momento anterior, o “tempo das políticas”, ou seja, o tempo das eleições, configurava-se como um “pequeno drama social”, onde a “substancial unidade dos grupos de parentes e vizinhos quebra-se em relação aos votos”⁶⁶.

A implantação do Parque traz profundas quebras na estrutura social e no sistema de representação da população camponesa envolvida; e a questão colocada pela autora, remete-se a uma comparação com outros grupos camponeses, de atingidos por barragens. Não tanto pelos aspectos “quantitativos” do impacto social, mas pela similaridade “qualitativa”:

“similares são não as reações, mas os mecanismos lógicos utilizados pelos grupos locais para se reproduzir como culturas, isto é, para dar sentido, ou melhor, para continuar a dar sentido a um mundo que está se fazendo “outro”, um mundo que está se perdendo na medida em que está se perdendo o elemento para uma sociedade camponesa: a terra”⁶⁷.

Assim, a perspectiva dinâmica da análise tenta perceber não só as mudanças em

⁶⁵ Pompa, Maria Cristina. *O Parque Nacional da Serra da Capivara*. PPGA. UNICAMP. mimeo, 1987.

⁶⁶ Pompa, M.C.. *op.cit.*, p.03

⁶⁷ Pompa, M. C. *op.cit.*,p.03

termos de estrutura social, da caracterização dos atores envolvidos no processo, dos interesses específicos de cada um e dos projetos de ação configurados, mas também o dinamismo das relações “significantes/significado”, em que os sujeitos envolvidos reanalisam e recombinaam os signos colocados em jogo, de acordo com os diferentes interesses e projetos de ação em andamento.

Percorrendo esses mecanismos, através dos instrumentos conceituais de Turner e Sahlins, Pompa foca-se no Zabelê e nos outros “atores” que surgem na arena, a partir da chegada do Parque: o IBDF, o INTERPRI (Instituto de Terras do Piauí, responsável pelo trabalho de demarcação dos limites do Parque), o IPARJ (responsável pelo levantamento social e fundiário na área do Parque), a Missão Franco-Brasileira. O mundo dos “de fora” passa a ser recontextualizado, incorporando esses atores, classificando num determinado momento, por exemplo, o IBDF e a missão franco-brasileira como “os donos do parque”, como se fossem proprietários procurando reestabelecer seus direitos de propriedade através da expulsão dos posseiros. Pompa delimita então uma fase do drama em que o presidente do INTERPRI resolve “entrar” para a política, e simultaneamente busca “resgatar” suas próprias origens, estabelecendo uma linha em que pode ser considerado como “parente” daqueles de Zabelê, passando de uma posição inicial de desconfiança - o olhar para o político - para uma que estabelece a aliança com o “parente”. A relação dos atores é reorganizada e, na fase final da sua análise, a autora interpreta-a como de *“tentativa de recuperação de equilíbrio”*, assentado entretanto em novas configurações e alianças.

Considerando essas duas referências, os eventos presenciados no PARNA GSV e aqui descritos podem ser analisados como diferentes modalidades de participação e convivência. No caso do casamento, tratou-se de um acontecimento ocorrido em uma das localidades incluídas na área do Parque, a localidade do Rio Preto. Um momento ritual de troca entre famílias e o encontro entre parentes, vizinhos e amigos. Concluída a cerimônia, vemos através da festa a intensidade da fruição da convivência, até o raiar do dia, possibilitada também por um trabalho e uma mobilização coletiva - a matança de bois, o preparo da comidas, a oferta das bebidas, a organização do espaço para o convívio. Um bom exemplo de participação e trabalho coletivo que se transforma em convivência. Não parece um acaso o fato de, durante a pesquisa de campo, a única contestação mais direta e agressiva em relação ao Parque, direcionada a um dos guardas-parques, ter ocorrido nesse momento, caracterizado sobretudo pela igualdade de

condições e posições, o “ser como todo mundo” proporcionado pela festa.

No caso da Reunião da Funatura, podemos considerá-la como um encontro organizado por um grupo de “agentes de mudança social”, classificável como “de fora” em relação aos moradores locais (embora seja necessário mencionarmos a existência de mecanismos locais de incorporação desse grupo, através, por exemplo, das relações de vizinhança). Igualmente, o encontro foi organizado e objetivado em função do trabalho, delimitando de forma clara quais seriam os momentos e espaços de lazer ou dispersão. É importante ressaltar também uma hierarquização entre as diferentes categorias de pessoas presentes, sendo todo o encontro orientado pela equipe de coordenação do Programa GSV. Ao contrário de uma situação como a do casamento, teríamos a convivência - necessária para realização dos objetivos propostos - subordinada à participação, obrigação dos guardas-parques presentes, da equipe do programa, e também dos participantes da Vivência Ambiental.

Por fim, o último encontro, a “palestra política mostra como os laços e alianças tradicionais dão lugar às novas negociações, interesses e grupos na relação com o voto. Tendo se configurado como o primeiro encontro do gênero naquela localidade, e também na região que incluía localidades no interior do Parque, inaugura-se não só o “tempo das políticas”, mas um novo “espaço das políticas”. Aqui, claramente, pode-se perceber a lógica relacional convocando os participantes, até mesmo o próprio anfitrião, sogro de um dos candidatos. Este, por sua vez, como guarda-parque, intermediava não só o encontro entre grupos de parentesco, vizinhança e amizade com o dos “políticos”, mas também, ao menos simbolicamente, o encontro entre moradores, políticos e Ibama, já que o candidato a vice-prefeito era também vinculado ao órgão, além de conhecido entre os moradores da localidade. Esse candidato, por sua vez, poderia ser visto fazendo a mediação entre as pessoas da localidade, de outras localizadas no Parque e em seu entorno, e em outras áreas da Chapada Gaúcha, com aqueles candidatos vindos da Serra das Araras - onde todos deveriam teoricamente se reunir na identidade dos “mineiros” em oposição à da chapa concorrente, “dos gaúchos”. Trazendo aquelas referências da participação e da convivência, percebe-se um acontecimento “idealizado” por objetivos eleitorais, e concretizado nos moldes da convivência e da festa, como um modelo de encontro coletivo.

Considerando os aspectos aqui ressaltados na leitura das situações sociais, é importante, agora, integrá-los a um olhar mais amplo sobre o PARNA GSV, sobre os

grupos que nele vivem e trabalham.

Se consideramos o PARNA GSV tendo em vista a perspectiva de Pompa, ou seja, enquanto processo social, os primeiros tempos de sua instauração podem ser caracterizados por um desconhecimento mútuo: por um lado, dos órgãos oficialmente envolvidos na criação do Parque, que desconheciam mesmo a presença de moradores no interior da área, como indicou o depoimento da ex-coordenadora do Programa GSV; do lado dos moradores, as primeiras notícias sobre os “novos” atores relacionaram-se à expulsão da área - o governo criou um parque para proteger a natureza, e eles deveriam dali sair. Somado ao medo de perder suas terras, deve-se lembrar também da desconfiança tradicional aos “estrangeiros”, como mencionado pelos representantes do Grupo Feltrim, e que provavelmente foi potencializada pelo poder que esses novos estrangeiros, representantes da idéia do Parque, pareciam possuir. Aos poucos, os órgãos envolvidos no projeto foram se fazendo mais presentes, e o desconhecimento mútuo foi dando lugar a outras percepções e programas de ação.

Ainda que eu tenha reforçado, durante esse trabalho, aspectos que unificam o grupo dos moradores do Parque - como indivíduos que partilham uma cultura ou princípios comuns de organização social e econômica - é problemático homogeneizar uma posição dessas pessoas, tanto em relação à idéia do Parque, quanto à forma de interagirem com as instituições que o administram. Primeiro, é importante dizer que, por mais que atualmente todos reconheçam aquela idéia, reconheçam seus limites espaciais e saibam classificar suas localidades como dentro ou fora do Parque, ela não surge como uma forma de identificação espacial ênica. Não se diz “vou ao Parque”, tampouco se pergunta se alguém mora no Parque, ou se acabou de vir de lá. Essas são falas estrangeiras, como a minha própria, de pesquisadora, e embora façam sentido, nunca são preferencialmente utilizadas. Ao contrário, permanecem as referências tradicionais: vai-se à Santa Rita, ou ao Rio Preto, vive-se na Onça, na Carinhanha, ou no Barbatimão.

Também existem formas diferenciadas de se considerar e se relacionar com as instituições envolvidas e seus representantes. Primeiro, há uma forma diferenciada que se dá através dos guardas-parques. Como já mencionado, pela própria relação empregatícia, em que são empregadas pessoas em uma região onde uma renda mensal fixa é algo raro e precioso. Mas, além disso, a própria convivência resultante entre os representantes dos órgãos e os guardas, suas famílias e os grupos de parentes mais próximos a eles

possibilitaram também uma relação mais próxima e frequente, em alguns casos, também de amizade e empatia, e igualmente de “ajuda mútua”. São eles também que traduzem, de certa forma, o discurso das instituições e a idéia de preservação da natureza entre os outros moradores da região, “vigiam” as novas normas e condutas⁶⁸; ocorrendo algumas vezes também o inverso - levando às instituições os problemas e preocupações vividos pelos outros moradores. Se é possível falar aqui de um tratamento diferenciado que os guardas-parques recebem, através do apoio que porventura os órgãos lhes concedam, deve-se também ressaltar que muitas vezes são eles os primeiros a terem de se submeter às novas regras - como, recentemente, quando alguns deles tiveram que se desfazer de animais domésticos, como cães, sob o pretexto de que esses poderiam afugentar ou matar pequenos animais silvestres.

Outro fator de diferenciação na relação dos moradores do Parque com aquelas instituições parece ser a própria posição espacial da sede da Funatura e do Ibama. No caso dos moradores do Rio Preto, onde está situada a sede da Funatura, a proximidade e a decorrente convivência mais frequente e cotidiana possibilitaram mesmo o desenvolvimento de uma espécie de relação de vizinhança que, embora não se fazendo entre iguais - já que não são parentes ou vizinhos comuns -, permitiu que os membros da ONG fossem convidados para o casamento, no vizinho. Igualmente, as próprias atividades desenvolvidas pela ONG, sobretudo as visitas, se davam mais facilmente com os núcleos familiares ou localidades mais próximas.

Já os moradores de localidades mais distantes, tanto da sede da Funatura, quanto da Chapada Gaúcha e da sede do Ibama, mostraram com esses grupos uma relação mais esparsa e menos pessoal - o que pareceu também potencializar as possibilidades de conflitos e divergências, bem como dificultar possíveis alianças.

É o caso, por exemplo, dos moradores de localidades como Limoeiro, Maria Antônia, Salto, onde mais ouvi reclamações diretas sobre o Parque, ou sobre a atuação dos órgãos. Uma das principais queixas em relação a implantação do Parque era relacionada à deterioração das poucas estradas existentes⁶⁹, o que dificulta mais ainda

⁶⁸ No documento já mencionado, *Encontro dos Moradores de Unidade de Conservação do Estado de São Paulo*, essa questão surge entre os problemas registrados, no item “O desrespeito aos direitos e à dignidade do cidadão”: “condenados à pobreza, alguns moradores têm recurso ao trabalhar como guardas-parque e passam a fiscalizar vizinhos e parentes. Isto divide famílias e comunidades”; “existe um tratamento diferenciado entre as famílias “protegidas” (em particular a dos guardas-parque) podem cortar madeira, construir casas e outras famílias, em especial aquelas que resistem e se organizam, que não tem os mesmos direitos”.

⁶⁹ Essa também é um dos pontos levantados pelos moradores de UC's do Estado de São Paulo.

uma circulação que já é problemática. Nessa região, a ansiedade em torno da resolução da situação, mesmo considerando o abandono da área, é grande. Alguns já consideram o Parque um caminho sem volta, sentem-se revoltados diante da impossibilidade de trabalharem na terra e realizarem benfeitorias da forma como julgarem melhor; gostariam mesmo de partir, porém estão em terras que não podem ser vendidas, não têm valor de mercado e, ao mesmo tempo, os processos de indenização mostram-se lentos e demorados: “... a terra é nossa sem ser”. Para uma senhora, moradora do Salto, “*quem tem documento grande, eles tão pagando. Quem tem documento pequeno, eles não estão pagando*”. Arrematando, outra pessoa fecha seu comentário: “*Não paga nem o sentimento que a gente tem do lugar*”. Essa conversa, ocorrida na época em que a Marcha dos Sem-Terra rumava a Brasília, associou também as diferentes situações: “*vai ver que esse tanto de sem-terra é gente que saiu de outros parques...*”⁷⁰

Uma analogia feita por uma moradora e professora da localidade do Limoeiro, município de Januária, também diz sobre esses sentimentos: “*Estamos igual a um passarinho preso, queremos logo a indenização... o boato sempre sai: vai pagar, vai pagar...*” Para ela, como para muitos outros, o Parque só piorou a situação da região, como as estradas, que foram se acabando. Na localidade de Maria Antônia, outra fala surgida, e que se mostrou bastante comum entre as pessoas, aceita a razão de ser do Parque, porém relativizando-a: “*Eu não sou contra proteger a natureza, mas tinha que dar uma solução para o povo*”.⁷¹

⁷⁰ Ironicamente, é o argumento oposto àquele utilizado por representantes dos grupos contrários à flexibilização das regras em torno das unidades de conservação de uso indireto, em função de populações tradicionais aí residentes: “*Gabeira distorceu os objetivos do projeto e [que] quer usar as unidades de conservação para a reforma agrária*” in Bento Filho, W.: “*Deputado do Partido Verde é o novo alvo dos ecologistas*” *Correio Brasiliense*, Brasília, 23/11/97, p. 11(Ver capítulo I)

⁷¹ É interessante contrastar essas falas com aquela de um dos representantes da Feltrim/ Fazenda Carinhanha, sobre o processo de instalação do Parque e o “desmonte” da Fazenda Carinhanha: “*(...) eu me chateio, primeiro, porque eu acho que um homem de gabinete, antes de assinar qualquer documento, ele tem que ver... Sabe, eu aprendi com isso também. É uma coisa que me chateou muito, o cara tem que saber... você dá emprego, sabe, levando progresso para uma região, sabe, a maior boa vontade, com sacrifício (...) Do lado humano, ... foi uma lição de vida para gente, ver o que é ser pobre, o que é não ter nada... eu acho que nós estamos num berço de ouro... um filho seu, (...) dá uma dor de barriga, você corre no médico... você tem onde ir... Agora, num lugar daquele... é uma lição de vida, eu nunca imaginava que eu um dia ia ver aquilo... ver um lugar como aquele, como as pessoas estão abandonadas... um ser humano se esconder do outro, se esconder, isso nunca passou pela minha cabeça... Por outro lado, é a mágoa que fica, de certas pessoas tomarem as posições sem ter consciência do que está acontecendo, do que está se passando nessa área.. (...) Fala-se tanto em melhorar o Brasil, fala-se tanto em democracia, e você deixar um povo como aquele na mingua... Porque a gente sabe que, depois que a gente saiu de lá, ninguém fez mais nada... parou, ficou naquilo, quando poderia estar bem melhor, quando poderia ter uma pessoa como o Joãozinho (...) que nós trouxemos para cá, ensinamos, demos curso... e hoje, eu acredito e quero acreditar que eles estão repassando isso para os outros, que é assim que começa uma evolução... aprendi muito com eles*”

Se existem aqueles que anseiam por uma resolução definitiva, há outros que aproveitam a indefinição para prolongar a própria permanência no lugar de morada. Foi o que pareceu demonstrar a história de preocupação contada por uma mulher, moradora da Chapada Gaúcha, cujo pai vive em um das localidades do parque. Ele já velho, com mais de 70 anos, e que lá guarda sua casa, sozinho. Os temores da filha acentuavam-se não somente pela solidão do pai, mas pela dificuldade de deslocamento até ele, novamente em função das estradas cada vez piores, e do movimento cada vez mais escasso. Porém, mais forte do que sua preocupação e seus pedidos para morar com ela na cidade, era a determinação do homem em continuar no “deserto” onde há tempos ele vivia, e onde preferia morrer.

Tal sentimento me sugeriu algumas das imagens de *A Jangada de Pedra*.⁷² Esse romance se constrói a partir de um acontecimento fantástico: um belo dia, a Península Ibérica descola-se da Europa. Rompem-se os Pirineus, e Espanha e Portugal transformam-se em uma ilha flutuante, que navega a seu bel prazer nas águas do Atlântico. Pânico, calamidade, loucura na comunidade científica, política e econômica, saques e guerra civil. E no meio de tudo isso - sobre a jangada de pedra - também vidas que, por acaso, ali transcorriam e que ali continuam a exercer o direito de viver, amar, comer, dormir, ter filhos, morar: narrativa sobre a vida - e seu desejo - em meio ao caos, a desordem, a incerteza sobre o dia de amanhã.

Uma metáfora flutuante que se transfigura no Parque e seus sertões, de gerais, veredas e galhos. Sobretudo porque, para muitos dos que habitam dentro de seus limites, a incerteza sobre o amanhã - sobre a permanência ou não em seus lugares - tornou-se fato. Se esse dia chegar, vê-se lá o que se há de fazer, mas até lá, muitas bocas têm que ser alimentadas todos os dias - é preciso “*fazer da fraqueza a fortaleza*”, como me disse certa vez Dona Luzia. As pessoas pareceram então, com o passar dos anos - que em breve serão dez - a se acostumar com tal fato, e também com as novas regras de residência no lugar, como a proibição à caça, às queimadas, ao corte irregular de árvores, à captura de animais nativos, à construção e manutenção de estradas. Alguns dos que aí habitavam, talvez já tenham partido e abandonado o local. Outros, como a

também... Comer no mato, né Tonho? Passando fome, só com um saquinho de charque em cima do cavalo (...) foi uma lição de vida (...) ... que não é por trás de uma mesa que você assina um papel... (...) Pode até ser que nem seja a gente, pode até ser que esse Parque seja bem mais benefício do que seria a gente lá, não sei o amanhã, não sei... Mas, pelo que a gente vê, está tudo abandonado até hoje...” - Entrevista com Wladimir Feltrim, Nova Odessa, dezembro de 1996.

⁷² Saramago, José. *A Jangada de Pedra*, São Paulo: Editora Cia das Letras, 1988.

família de seu Idearte, talvez tenham sido expulsos. A maioria, entretanto, pequenos proprietários e posseiros, lá permanece, esperando as sentenças, ou indenizações, ou reassentamento, ou seja lá o que for.

Há também um outro lado, de como eram idealizadas e postas em prática as ações e posturas daquelas instituições em relação aos moradores. Como foi mencionado anteriormente, desde o início do Programa GSV até o final de 1996/ início de 1997, quando a coordenação do Programa foi substituída, a postura da Funatura baseava-se num programa definido e estruturado, de ações previstas em um projeto amplo, em três principais linhas de ação - agricultura e parque, saúde e parque, educação não-formal e parque - voltadas à população local, sendo todas elas envolvidas pela idéia de ação participativa e fortalecimento das comunidades locais. Atuando como facilitadores, a regra seria a não-indução de atitudes, condutas e comportamentos⁷³. Eram fortes também as preocupações de demarcar o papel e a presença da ONG não só entre os moradores, mas também entre os guardas-parques. Durante a entrevista realizada junto à antiga coordenação, em vários trechos ressaltava-se a importância de esclarecerem para a população quem eram - não eram governo, não eram Ibama - e o que faziam.

Se lembrarmos as palavras de Brandão sobre participação e convivência em Catuçaba, considerando-as válidas nesse contexto, as ações da ONG para promover seus objetivos pareceriam sintonizadas com o universo local. Os principais contatos procuravam ser informais, tendo um “caráter de visita social”, da convivência. Igualmente, eram organizadas reuniões comunitárias que, segundo o folder de divulgação citado, “*são na casa dos moradores da região e ocorrem como uma celebração para as pessoas*”, ou mesmo mutirões, fórmula tradicional de associação entre o trabalho produtivo e a convivência solidária. Ao lado de um relacionamento resultante da atuação dos técnicos e da convivência cotidiana com muitos dos moradores, que parecem ter criado algumas relações de amizade e respeito, havia

⁷³ Sobre o programa, diz um dos folder de divulgação da ONG: “A premissa central do Programa Grande Sertão Veredas (GSV) é a conservação da biodiversidade característica do Cerrado na região, através do uso sustentável, e resgate e conservação da cultura regional dos ocupantes dos Gerais.

O Programa tem três componentes filosóficos básicos: 1) o Programa deve proteger o Parque e seus recursos; 2) é importante promover a conscientização ambiental das comunidades locais em relação à existência e relevância do PARNA GSV; 3) o envolvimento voluntário das comunidades locais deve ser promovido através da conscientização e do fortalecimento das pessoas, contribuindo para o aumento da auto-estima e autoconfiança para que encontrem sua maneira própria de vencer a pobreza.

O objetivo final é mostrar que um parque nacional pode, verdadeiramente, promover tal melhoria de vida das comunidades locais vizinhas, através do modelo sustentável, o que resultará em uma experiência harmoniosa, mostrando que áreas naturais protegidas bem manejadas não geram conflitos entre estas e as comunidades locais”. *Folder de divulgação - Programa Grande Sertão Veredas*. Fundação Pró-Natureza - Funatura. Brasília, 1995.

entretanto algumas outras posturas que relativizam o caráter dessas ações do grupo junto à população. No caso, a preocupação de evitar uma postura de muita “intimidade”, ou assistencialista, além da preocupação em não introduzir na cultura local hábitos estranhos, adaptando-se a ela.

Esclarecedora a esse respeito é a reflexão desenvolvida por uma estagiária do Programa GSV, durante o mês de agosto de 1995, em seu relatório de atividades⁷⁴. Estabelecendo um diálogo com a ONG, a estagiária debruça-se, em determinado momento, sobre a preocupação em achar a forma mais eficaz de se atingir a população nativa, a fim de sensibilizá-la para a questão ambiental. Entre os vários pontos que levantou, um deles trouxe a preocupação da equipe de campo do Programa em torno do “*confronto com o outro*”. Comenta:

“Diziam-me os integrantes do GSV que o posicionamento da Funatura em relação aos habitantes do Parque deve ser sempre cortês porém, já que trata-se de um relacionamento profissional, guardando-se o devido distanciamento. Algumas vezes fui chamada a atenção, pois, segundo as normas de trabalho da Funatura, estaria confundindo este com lazer, estaria durante certas visitas me comportando como se estas de fato fossem sociais”⁷⁵.

Repreendida, a estagiária questiona os integrantes da equipe sobre os motivos em que uma atitude como a dela poderia influenciar negativamente o trabalho. A resposta da equipe voltou-se ao problema de se “gerar intimidade”, que dificultaria o trabalho pois prejudicava a produtividade. A autora do relatório levanta questionamentos sobre essa noção de produtividade, marcada, por exemplo, pela maratona de visitas que a equipe realizava rotineiramente, que na verdade se relacionaria à “criação de uma situação favorável durante as visitas onde são introduzidos assuntos de trabalho e volta-se para casa com a boa sensação de dever cumprido”⁷⁶. Igualmente aponta outra contradição das visitas, quando se deveria simular uma “ocasião social”, porém não vivenciá-las. Outra razão apresentada pela equipe, a partir do relatório, para justificar esse comportamento “profissional” perante a comunidade seria o receio de que, por se sentirem íntimos, se sentiriam no direito de abusar da boa vontade dos técnicos e de todo o aparato que os cercava: “O carro Toyota, por ser o único meio de transporte motorizado,

⁷⁴ Weber, I. *Relatório de Estágio no Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Novembro de 1995. mimeo.

⁷⁵ *idem*, p. 11.

⁷⁶ *idem*, p. 12.

permanentemente ‘disponível’ dentro do Parque, já foi causador de algumas situações constrangedoras quando, por vários motivos e outros, este é solicitado”⁷⁷.

Outra fonte que problematiza o tipo de relação construída pela ONG junto à população local é uma espécie de manual de condutas, fornecido pelo Programa *α* “todas as pessoas que se vincularem, sob qualquer forma, a seus trabalhos na região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas”⁷⁸. Há basicamente dois tipos de condutas “requeridas”: uma em relação ao trato com as pessoas, e outra em relação às atividades desenvolvidas, o uso de material do programa, e a permanência na casa sede. Sobretudo as de primeiro tipo, parecem demonstrar preocupação em preparar pessoas que nunca tiveram uma experiência rural, de campo, no sertão, com a pobreza, a roça, com outros códigos e condutas que não os compartilhados pelo mundo urbano, pela mídia, ou pela segurança do asfalto. Muitas vezes, também, são condutas de “boa educação”, como “tratar sempre com respeito, educação e bons modos os colegas, pessoas das comunidades locais, guardas-parques e autoridades em geral”, ou exercitar o usos de palavras como “com licença”, “por favor” e “obrigado(a)”, ou gravar sempre o nome das pessoas. Com relação ao trato com os moradores das comunidades locais, algumas delas indicam o que seriam alguns hábitos locais a serem respeitados, como nunca entrar pela porta dos fundos de uma casa, ou não usar o beijo no rosto, sendo mais comum entre eles o aperto de mão. Existem alguns, entretanto, que reforçam especialmente aquele tipo de observação desenvolvida pela estagiária:

“6) No contato com as pessoas da região, use uma linguagem simples e de fácil entendimento, observe a Equipe do Programa GSV; se usar uma palavra mais difícil, use em seguida um sinônimo simples para não agredir e nem demonstrar desrespeito às pessoas e para se fazer entender” (...)

9) Nas visitas às pessoas da região, não tente comprar farinha, esteiras, frutas, rapaduras e outros, pois a tendência é as pessoas, para lhe agradar, insistir que você leve tais produtos como um presente, portanto, gratuitamente; isto não é justo, pois você estará convivendo com pessoas de poucos recursos e que vê na comercialização do que produzem uma chance de aumentar a renda familiar; assim, espere que eles ofereçam tais produtos à venda e, aí, você poderá comprá-los” (...)

10) Jamais aceite fazer refeições e/ou lanches nas casas das pessoas das comunidades locais. Caso sinta-se constrangido e tenha que fazê-lo, você deve

⁷⁷ *idem*, p. 12

⁷⁸ Funatura. *Programa Grande Sertão Veredas - Condutas requeridas pela Funatura*. Agosto de 1995. (Anexo A)

retribuir com algum mantimento (açúcar, café, feijão, sal, etc); (...)

31) Não empreste aos moradores qualquer equipamento ou material pertencente ao Programa GSV; em caso de dúvidas, fale com a Coordenação de Campo.”

Todas essas orientações sobre a conduta podem ser compreendidas através das observações antes desenvolvidas - boas maneiras, respeito à comunidade local, respeito à propriedade da ONG. Mas elas também revelam um olhar sobre essa população, e uma forma ideal de com ela se relacionar. A utilização de palavras “difíceis” é recriminada, e a justificativa se coloca mais do que por dificultar a comunicação - por poder ser agressiva e desrespeitosa. Não se deve dar o primeiro passo em “possíveis “ compras, porque é injusto aceitar um provável presente, visto serem pessoas pobres. A mesma justificativa pode ser lida na orientação de não se aceitar fazer refeições na casa dos moradores. Por fim o não empréstimo de material que, apesar de não justificado, mostra-se coerente com outras condutas requeridas a respeito do cuidado com materiais e objetos pertencentes à ONG, a serem usados exclusivamente em ocasiões de trabalho.

Quando se considera um desrespeito e agressão a utilização de palavras “difíceis”, o que isso quer dizer? Provavelmente, a orientação se referia a palavras de caráter letrado ou erudito, e talvez o desrespeito nesse sentido fosse compreendido por serem muitos dos moradores analfabetos ou semi-alfabetizados. Mas por que faltam orientações para ocasiões em que o visitante não entendesse as palavras dos moradores locais? Igualmente, a orientação de não se aceitar presentes ou evitar refeições em suas casas, se justificava também por serem pessoas de “poucos recursos”, pelo que lhes faltava.

Em ambos os casos, tenta-se minimizar diferenças sociais e econômicas através de um controle da linguagem ou da conduta: tenta-se minimizar a diferença, reforçando-se a desigualdade. Porém, mais do que isso, cabe aqui lembrar que aceitar um presente, aceitar uma refeição pode significar também o desejo, o sentimento ou o dever de retribuir, de instaurar a troca. E se às vezes ela pode ser justificada, como na refeição “constrangida” e na devida retribuição em mantimentos - uma troca necessária em função da desigualdade - às vezes ela pode ser bastante inadequada, como no empréstimo de material institucional. Para não se correr tal risco, lembremo-nos do recurso da evitação da “intimidade”. Se tais condutas podem ser lidas como a intenção de não desrespeitar os moradores locais, elas podem também ser interpretadas como intenção de controlar as possibilidades de espontaneidade - e de estranhamento, de

descoberta, de encontro e conflito - entre as pessoas, não pondo em risco inclusive um relacionamento construído pela ONG.

Se tal interpretação parece um pouco exagerada, o mesmo se pode dizer a respeito do “manual de condutas”. Quero dizer que, na prática, nem sempre o convívio entre a equipe da Funatura, ou de seus visitantes, com a população local seguia rigorosamente as condutas requeridas; eu mesma pude observar e compartilhar com esse grupo e com os moradores momentos mais espontâneos de fruição do convívio, com café e bolo. Porém, enquanto ideal e referências de ação, essas condutas mostraram-se coerentes com os outros aspectos da postura pretendida pelo órgão.

Por fim, um último exemplo do “afastamento relativo” pôde ser percebido na entrevista mencionada com a ex-coordenação do Programa GSV, referindo-se ao projeto voltado à agricultura e ao retorno da população, percebido pela Funatura:

“... a agricultura é o que tem menos... mas teve uma atitude super-importante deles, foi eles nos procurarem (...) Foi quando os agricultores, eles vinham e colocavam nas reuniões comunitárias o problema de uma praga no feijão, uma praga da soja que estava atacando o feijão. Eles colocaram, e a gente não induz nada... então, até que chegou um dia que eles pediram para a gente ajudar a eles resolverem aquele problema (...) Vários do Parque pediram, mas a gente centralizou numa área fora do Parque, porque implicava em melhoria de benfeitoria e a gente não vai fazer isso porque... é contraditório com as normas e existência de um parque nacional, e a gente é a favor do parque”.

Tanto esse exemplo, como o da solicitação dos “Toyota”, são ilustrações da postura diante de problemas diferenciados, de solicitações de pessoas da comunidade em relação a ONG. De um lado, solicitações individuais, na maioria dos casos, em busca de um benefício bastante contingente, um deslocamento por carro que dependendo das condições, eram atendidas ou profissionalmente negadas. No outro, uma solicitação feita num momento coletivo de reunião, em busca de solução para um problema técnico que, no entanto, não pôde ser fornecida porque significaria benfeitorias na área do Parque, o que ia contra os princípios defendidos pela Funatura. Em ambos os casos, a preocupação com a “correção” da postura, a não-contradição com os princípios normativamente estabelecidos, a referência à metodologia prevalecem diante das contingências e necessidades do cotidiano.

Bastante diferente mostrou-se a postura do Ibama, como revela em parte o encontro político. Nas várias oportunidades em que estive junto à equipe desses órgão,

durante o período da pesquisa, ainda que os funcionários, sobretudo os “de campo”, carregassem a marca da instituição, ela parecia mais diluída, menos impositiva. Na questão das “caronas”, por exemplo, mesmo que houvesse alguma orientação da chefia em relação a isso, a decisão parecia depender mais das situações com que o funcionário que dirigia um carro se deparava em determinado momento - se os andarilhos estivessem muito carregados ou não, se houvesse crianças, mulheres grávidas. Também a relação pessoal de alguns dos funcionários com moradores locais mostrou-se mais aberta e menos formal, ocorrendo inclusive visitas recíprocas - não com objetivos profissionais - entre moradores do Parque e alguns funcionários do Ibama.

Na época da pesquisa, um dos principais problemas que se colocavam em relação aos trabalhos dessa instituição referia-se a ausência de um plano de manejo e do zoneamento do Parque, o que limitava a ação do Ibama localmente, e estimulava o caráter de informalidade. Outro ponto limitante, sobretudo em relação à regulamentação fundiária das áreas, sugere uma posição menos ortodoxa do órgão, inclusive em nível estadual:

“O decreto que torna essa área para fins de desapropriação tem validade por cinco anos. Já venceu... tem que renovar. Só que não renova porque não tem dinheiro... Por outro lado, é área do Parque, é área que não pode ser mexida... É muito complexo isso.

(...) é uma coisa meio dúbia, a gente poderia dizer... porque continua um Parque Nacional, tem o decreto de criação e tudo mais. E, por outro lado, o decreto que determina como áreas desapropriáveis está vencido. Agora, por exemplo, nós tivemos uma decisão, a nível da procuradoria do Ibama em Belo Horizonte, autorizando a construção de duas escolas dentro do Parque (...) O regulamento do Parque não permite, mas como o decreto está vencido, os procuradores julgaram que seria direito”⁷⁹

Outra postura significativa, se contrastada com a posição da Funatura na época, pode ser considerada a partir do discurso do Ibama local diante da questão população/degradação e também das queimadas, em que parecia prevalecer um pragmatismo da instituição em relação ao problema. Sendo a queimada uma técnica tradicional de preparo da terra entre os agricultores do Parque, e diante do perigo de incêndio que a técnica poderia provocar, a postura tomada pelo Ibama era mais pragmática e imediata:

⁷⁹ Entrevista com a chefia do PARNA GSV/ IBAMA, Chapada Gaúcha, março de 1997.

“(...) qual é o grande problema hoje desse pessoal aí? É o fogo, colocar fogo. Fora disso, esse pessoal não degrada nada, eu não vejo, mas o fogo... (...) é por causa do gado e também, em grande parte, por causa do plantio deles, porque eles alternam as áreas de plantio, e colocam fogo sem nenhum controle, e não confiam na gente para a questão da colocação do fogo com acompanhamento da gente... eles não confiam nisso. Eu já tentei, já tentei reunir umas 30 pessoas aí dentro do Parque, numa determinada área, e sugeri a eles que quando fossem colocar fogo naquelas áreas que eles precisassem, eles comunicassem a gente, que a gente estaria ali supervisionando, e até ajudando a controlar. Isso para evitar que eles continuassem a fazer da forma que fazem... Eles querem queimar 10ha, 20 ha e botam fogo na área... botam fogo, se escondem, vão embora, e queimam 1000, 2000ha de uma vez. Cada pessoa que coloca fogo dessa forma, acaba no período da seca, que quase 60% do parque pega fogo por causa disso....”⁸⁰

O envolvimento indireto do órgão na política local, em especial no “tempo das políticas”, reflete essa marca do relacionamento, mesmo que seja visto aqui como um caso extremo. Se fôssemos analisar aquelas condutas a partir de uma ética profissional, ou mesmo de uma postura política, a leitura poderia sugerir o favorecimento pessoal através da instituição. Porém, do ponto de vista dos relacionamentos, inclusive dos esperados em tempos de políticas, os princípios colocados em ação não se mostraram ofensivos, incompreendidos ou inadequados do ponto de vista dos moradores da região, ao contrário, reforçaram alguns padrões e lógicas de relacionamento coerentes com o que talvez possa ser chamado de “contexto tradicional”.

Podemos entender essas diferenças entre os dois órgãos, no contexto do PARNA GSV, levando em consideração alguns aspectos institucionais mais amplos que os caracterizam. O Ibama é uma instituição federal, de estrutura interna complexa e burocratizada. A ação local do órgão é dependente dessa mesma estrutura, o que pode criar amarras técnicas, burocráticas ou financeiras, como a ausência do plano de manejo ou a dificuldade de obtenção de recursos para o pagamento de indenizações. Amarras que, conforme foi sugerido, estimularam uma ação do órgão local pautada pela informalidade, pelo pragmatismo, e por alianças com grupos da região. A Funatura, por outro lado, é uma organização não-governamental, com estrutura pouco burocratizada, caracterizada sobretudo pela formação técnica e científica de seu corpo profissional. Ainda que no caso do PARNA GSV tenha sua ação submetida formalmente ao Ibama no nível federal, a Funatura movimenta-se num campo mais flexível em relação a parcerias com outras instituições, e também na obtenção de financiamentos para seus projetos,

⁸⁰ idem

como indica sua própria atuação na criação do Parque, no projeto de conversão da dívida externa, ou nos vários projetos desenvolvidos pelo Programa GSV.

No contexto local, essas diferenças transformaram-se em um quadro de divergências e críticas mútuas, de um afastamento exercido de forma recíproca na maioria das vezes. A linha divisória desse afastamento era formulada, de um lado, pelo discurso da Funatura, através de noções como profissionalismo, ética, transparência administrativa, e também por uma orientação “metodológica” sobre como deveriam ser construídas as relações pessoais, a partir das quais o trabalho de conscientização ambiental era desenvolvido. O Ibama, por outro lado, formulou suas próprias noções a esse respeito, dando relevância a uma ação construída na “integração” com os grupos, interesses e práticas das comunidades locais - o que incluía também os gaúchos - e considerando a posição da Funatura como isolada e construída em um “pedestal”.

As diferenças que podem ser percebidas através dessas descrições entre os dois órgãos, na forma como marcavam sua presença no contexto do Parque, não pareceu, entretanto, diferenciar significativamente a postura da população local em relação a eles. Mesmo depois de superada a fase inicial da implantação do Parque - de medo, afastamento e desconhecimento -, o envolvimento dos moradores locais com as equipes do Ibama e da Funatura não se determinou por uma diferença estabelecida entre os órgãos. Primeiro, apesar dos próprios esforços da Funatura em delimitar o próprio perfil - *“não somos governo, não somos Ibama”* -, a maioria dos moradores parecem ainda hoje confundir os órgãos, e mesmo que se reconhecesse certa diferença na época, que poderia estar materialmente demarcada pelos locais das sedes (Rio Preto - Funatura/ Chapada Gaúcha - Ibama), ou pelas próprias pessoas que carregavam esse ou aquele nome, fato é que o motivo mais claro de estarem na região, envolvendo-se com os moradores tradicionais era somente um: implantar o Parque, e “proteger a natureza”.

Por mais que pudessem ser lidas condutas diferenciadas das pessoas que representavam cada um dos órgãos, tais distinções se esfumaçavam no momento em que se perguntava o porquê de elas estarem ali. Eu própria, como pesquisadora que fazia “um trabalho no Parque”, me vi, em diferentes situações, classificada de ambas as formas, como “mulher do Ibama ou da Funatura”, dependendo de uma “proximidade” que pudesse ser mais explicativa. Assim, na festa de casamento da filha de seu Ladu, no Rio Preto, fui muitas vezes tratada como alguém da Funatura⁸¹. Ou então, na Chapada

⁸¹ Em outras situações, fui classificada também em termos de “parentesco”, uma analogia de parentesco:

Gaúcha, quando via alguém tentando explicar a um terceiro quem eu era, normalmente a associação era ao Ibama.

Segundo, o que talvez procurasse se demarcar como diferenças institucionais, mostrou-se melhor compreendido enquanto diferenças entre pessoas. Não era essa ou aquela instituição entendida como rigorosa e normativa, ou de práticas informais e condescendentes, mas fulano ou sicrano vistos como “bravo”, “sistemático”, “legal”, “folgado” ou “valente”.

Em grande parte, a dificuldade em perceber a diferença que os órgãos estabeleciam entre si provinha, provavelmente, dos princípios a partir dos quais ela se fundava que, pareceu-me, não faziam sentido ali, careciam de significação.

A distinção clara entre espaços e tempos de trabalho e de lazer é muitas vezes tênue no universo daqueles pequenos agricultores, e em geral são tempos e espaços correlacionados. A distinção entre relações pessoais e profissionais então, parece bastante fora de contexto. Mesmo que substituamos a palavra “profissional” pela palavra “trabalho”, essa diferenciação continua problemática, já que o trabalho está sobretudo relacionado ao trabalho da terra, e esse é realizado na companhia de parentes e vizinhos. Assim, a diferença que as duas instituições mostravam entre si pontuava-se por marcas de uma outra racionalidade, que não a exercida entre as pessoas da região.

A posição dos guardas-parques, nesse caso, não só traz questionamentos como aqueles levantados por Diégues sobre a ambiguidade da posição dos guardas em relação a diferentes compromissos com seus grupos de parentes e vizinhos, por um lado, e com as instituições que administram o Parque, por outro. Ela intermediava - e vivificava - esses novos princípios que ali tentavam se instaurar, se estabelecer, se fazer entender. As discussões sobre o uso correto do uniforme, por exemplo, descritas na reunião da Funatura, ilustra essa questão. Tratava-se ali, por um lado, de introduzir uma determinada conduta e postura em relação não só ao uniforme, mas à maneira de se tratar tudo que estivesse relacionado ao *trabalho* de guarda-parque. A correção da linguagem (“*é fauna, não é caça*”), a discussão aberta sobre a utilização dos recursos financeiros, a seqüência do dia estabelecida por um programa de reunião - introduz no universo local princípios descolados do mundo que tradicionalmente se pratica e se pensa.

“como se fosse prima”, por exemplo. Esse tipo de classificação em geral aconteceu entre pessoas com quem de fato estabeleci relações afetivas e mais próximas, mas foi bem mais freqüente quando a referência ao Ibama ou a Funatura parecia pouco explicativa.

Isso não quer dizer que eles não tivessem certa eficácia, ou que não fossem aceitos ou considerados seriamente entre tal grupo. Presenciei certa vez um pequeno evento que pode indicar como são ressignificados esses princípios, e colocados em prática pelo grupo dos guardas.

Certa vez, um guarda recebeu a visita de um parente que vivia em outra região, distante do Parque. Esse parente precisava se deslocar da casa do guarda, até outra localidade dentro do Parque, e pediu um animal emprestado para tanto. O guarda emprestou; porém o animal estava com uma sela que fazia parte do equipamento da Funatura. Como não iria se utilizar dela naquele momento, e o parente precisava, o empréstimo foi feito, com a condição de que a sela fosse deixada em determinado local, onde pudesse ser resgatada. Dias se passaram, e o guarda e seu parente se reencontraram. Esse último, então, contou não ter encontrado ninguém no local onde deveria deixar a sela, e deixou-a com outra pessoa, em outro lugar que não o inicialmente combinado: foi motivo de uma grande discussão, em que ambas as partes se diziam com razão. O guarda tinha dois principais argumentos: um, o de ter feito um empréstimo sob determinada condição, que não foi cumprida; segundo, que ele havia emprestado algo que não era dele, era da Funatura (e não um material de uso exclusivo no trabalho) e poderia ser punido por isso. Já havia feito uma concessão ao parente, e esse o havia tratado sem consideração. O parente, por sua vez, apelou para a contingência do momento, não havia outra alternativa, e parecia não se preocupar especialmente com o fato de a sela ser ou não da instituição, já que ela estava em posse “permanente” de seu parente guarda. O problema era sobre o cumprimento ou não do trato.

Esse pequeno evento fala do encontro entre diferentes racionalidades que, no caso do Parque, se vêem colocadas em prática, em conflito, e são redimensionadas por intermédio dos guardas.

Ao trazer tal discussão, quero apontar, portanto, para dois aspectos. De um lado, a idéia de que as diferenças manifestadas entre as duas instituições fazem sentidos se vistas da perspectiva do sistema sócio-econômico e político ao qual elas próprias se vinculam e do qual se originam: o mesmo que separa em domínios distintos Natureza e Sociedade e, que cria a necessidade do Parque. Por outro lado, ela indica como a implantação do Parque e a introdução de uma “consciência ambiental” entre seus moradores também traz - e transforma - outras noções e racionalidades, associadas, nos

casos descritos, à dimensão do trabalho e a modelos de relacionamento humano.

Como antes mencionado, a pesquisa de campo e a observação de situações que conduziram a essas reflexões, centraram-se sobretudo no ano de 1996, e somente no princípio da campanha política. Não acompanhei o decorrer da campanha, tampouco situações nesse período que pudessem lançar mais luz a respeito da participação - ou afastamento - dos diferentes grupos envolvidos no contexto do Parque no tempo das políticas. Quando retornei à região da pesquisa, a campanha já havia se encerrado, as eleições já haviam se realizado, e um novo quadro, sobre o qual pouco conhecia, configurava-se.

Esse quadro não chegou a ser investigado a fundo. Acredito que traria material e questionamentos para outra pesquisa e análise, para outros momentos e situações do processo social que se revela através da implantação do Parque Nacional. Mas ele é suficiente para fechar a seqüência *ruptura - crise - reparação - reintegração* do drama social. Entretanto, ao contrário do trabalho de Pompa no PARNA da Serra da Capivara, a crise instituída pelo do PARNA GSV, como processo ou “drama social” foi percebida aqui, ao menos no plano da análise, mais da perspectiva dos órgãos envolvidos, do que diretamente por meio de um conflito com a população local. Acredito que esse fato, mais do que indicar um enfoque preferencial de análise, ou de uma papel aparentemente coadjuvante dos moradores locais, revela uma outra direção em que esse processo pode se configurar.

Não somente os “atingidos” pelo Parque, as populações tradicionais, sofrem quebras em sistemas de representação. Também os membros das instituições mostraram-se sujeitos ao dinamismo das relações e significados, à necessidade de recombinação dos signos colocados em jogo, à adaptação dos diferentes interesses e projetos de ação. O encontro, e o impacto do encontro - tanto quanto das diferenças e conflitos - não ocorre unilateralmente. Se as trocas materiais entre moradores tradicionais e técnicos ou visitantes foi percebida como injusta e inadequada pela Funatura, em função dos “poucos recursos” daquele, o mesmo não pode ser dito das trocas que acontecem em outros planos, relacionais, subjetivos ou mesmo políticos. Talvez elas expliquem algo do fim de uma etapa, de programas de ações, conflitos e alianças envolvidos - e o início de uma nova, baseada numa nova configuração.

Ocorreu que a chapa dos gaúchos ganhou a eleição, e o envolvimento de alguns dos integrantes do Ibama com a política local recolheu-se para um outro plano, não mais

o do palanque. Nenhum dos candidatos envolvidos com a instituição foi eleito, um deles foi afastado da função, e outro se viu processado por um dos membros da Funatura. Por outro lado, a coordenação do Programa GSV, depois de um longo período de intensa e produtiva atuação, desde a criação da unidade de conservação, foi afastada. A nova coordenação reformulou seus quadros, contratou novos técnicos e redirecionou a linha de ação da ONG no Parque.

Como consequência dessas mudanças, houve uma aproximação efetiva entre os Ibama e Funatura, que agora parecem finalmente ter conseguido efetivar a co-gestão do Parque, convivendo, discutindo e exercendo ações conjuntas, como pensar o plano de manejo, ou um plano de ação emergencial, e as formas de indenização ou reassentamento da população moradora do Parque. Dessa primeira impressão, aquele contraste entre princípios e programas de ação parece ter se dissolvido ou se atenuado, o Ibama tem se mostrado mais “estruturado” em suas relações e atento às normas e condutas institucionais, enquanto a Funatura apresenta agora uma presença menos formal e normativa.

Com relação à população do Parque, essa mudança de configuração não parece ter afetado significativamente as condições em que vivem, tampouco a relação desses com tais instituições. Continua-se à espera de uma resolução, do momento em que a “jangada de pedra” um dia encontre seu porto - alguns esperando menos tal conclusão, outros mais. A situação dos guardas, por sua vez, tem sido sutilmente alterada, aos poucos. São agora chamados de vigilantes - nomeação que tenta desfazer uma ambigüidade do termo “guardas-parques”, já que a função prevê somente a fiscalização das áreas do Parque, mas não tem poder efetivo de controle. Foram orientados também para que se desfizessem de animais domésticos que colocassem em risco a fauna nativa, como cães, por exemplo.

Em conversa com um representante da nova coordenação da Funatura, ainda no momento em que essa se iniciava (março de 1997), algumas das idéias e objetivos desenvolvidos pela antiga coordenação mostravam-se presentes, porém com novo rosto. Os antigos projetos nas áreas de medicina e saúde, agricultura e educação haviam sido reformulados, e a casa-sede da Funatura no Parque hospedava dois técnicos, com origem na região - um técnico de saúde e um articulador. Os projetos desenvolvidos diretamente com a comunidade foram centrados na área da saúde, sobretudo preventiva e reprodutiva, com orientações sobre o planejamento familiar, mostrando uma

preocupação, nesse sentido, mais prática e imediata. Atenção especial parecia estar sendo dada à aproximação com os centros políticos e administrativos da região mais relacionados ao Parque, uma busca de integração com as prefeituras, principalmente através das secretarias de saúde. Os novos projetos, segundo essa rápida conversa, remetiam-se fortemente a um envolvimento regional, sendo pensadas sobretudo ações que pudessem ser absorvidas posteriormente pelas prefeituras. Falou-se também da intenção de criar um Conselho do Parque, que trouxesse representantes de vários órgãos, das quatro prefeituras envolvidas, de ONGs, e representantes das localidades do Parque. A médio prazo planejava-se igualmente uma ação mais permanente na área de proteção propriamente dita, bem como a resolução das questões do plano de manejo, do zoneamento, e do reassentamento da população do Parque.

Nessa conversa, ao mencionar os estímulos a serem dados ao associativismo, fez-se o comentário da extrema “falta de associativismo” entre os “mineiros”, comentário que também se referia àqueles que vivem no Parque, no contraste que pode ser ali visto com os “gaúchos”. Há pouco tempo também, princípio de 1998, em conversa com outra pessoa, ouvi outro comentário sobre certos programas de financiamento que estariam sendo executados na Chapada Gaúcha, pelo Banco do Nordeste, e que dariam atendimento preferencial a pequenos produtores através de cooperativas e associações. O comentário se referia à falta de “prática” dos mineiros em relação às cooperativas, e um conseqüente “aproveitamento” de alguns mais espertos sobre outros, que emprestariam o nome em uma “cooperativa” fictícia, fazendo com que o financiamento fosse para o bolso de uns poucos.

São pequenos comentários - com um caráter de “impressão” - mas que revelam novamente o problema do contraste entre diferentes racionalidades e programas de ação. A crítica à “falta de associativismo”, no sentido mais estrito que o termo constitui, ou a observação sobre a falta de experiência na formação de cooperativas, poderiam se somar à percepção sobre a ausência de organização e participação políticas do grupo dos moradores locais em relação a seus direitos, constituídos por habitação e trabalho na região do Parque⁸².

⁸² Hau'Ofa, em sua visão sobre as sociedades do Pacífico, oferece uma resposta interessante a essa constatação: “(...) pessoas comuns, camponeses e proletários que, devido ao fluxo insuficiente de benefícios vindos de cima, ao ceticismo diante das políticas públicas e oficiais e a outras razões semelhantes, tendem a planejar e tomar decisões sobre suas vidas de maneira independente, por vezes, com resultados surpreendentes e dramáticos, que passam despercebidos ou são ignorados nas esferas superiores da sociedade. Além disso, os especialistas acadêmicos tendem a desvalorizar ou a interpretar erroneamente as práticas locais, porque estas não se enquadram nas visões dominantes sobre a natureza

Por outro lado, não se pode negar a existência de práticas de solidariedade local, de trocas e alianças em benefício do outro que, por sua vez, um dia poderá “dar a paga”. Da mesma forma, a articulação dos grupos aí residentes mostra-se bastante eficaz quando se percebe a velocidade da comunicação oral no local, entre pessoas muito distantes espacialmente, e entre a grande dificuldade de transporte e locomoção; ou quando se organiza uma reza na casa de alguém, quando acontece, ano após ano, as festas de santos, ou folias, ou mesmo a participação coletiva em trabalhos produtivos. Volta-se, novamente, à discussão que iniciou esse item, ou seja: sobre modos particulares de participação e convivência entre certas comunidades camponesas; o contraste entre suas lógicas de afiliação, convivência e participação e aquelas de outros agentes e instituições.

Porém, como indicaram traços da história e memória locais, os eventos descritos, bem como outras situações trazidas pela dissertação, os contrastes não implicam em posições, para os sujeitos envolvidos, imóveis e estáticas, impermeáveis a “outros”. Os guardas-parques não são só guardas; os moradores transitam em outros espaços (inclusive no sentido do termo para Certeau); os mineiros e gaúchos congregam diversidades, os representantes dos órgãos, apesar de marcados por uma posição institucional, política ou ideológica, nem por isso estão menos sujeitos às trocas, ou ao poder dos encontros e conflitos com outros. Se existem reais possibilidades de implantação e efetivação do Parque, tal dinâmica certamente faz parte delas.

da sociedade e de seu desenvolvimento. Dessa forma, as visões acerca do Pacífico tomadas da perspectiva da macroeconomia e da macropolítica frequentemente diferem do modo notável da visão das pessoas comuns (1992, 2-3)”, citado em Sahlins, M. “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: Por que a Cultura não é um ‘objeto em vias de extinção’” (Parte II). In *Mana – Estudos de Antropologia Social*. Volume 3, no. 2, outubro de 1997.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os eventos descritos no capítulo anterior e aquele que abriu a dissertação, no primeiro capítulo, percorri um caminho que coloca em comunicação um modelo de parque nacional imaginado e desejado para um projeto nacional, com um dos trinta e cinco parques nacionais existentes hoje no Brasil: o PARNA GSV. Nesse trajeto, que perpassou espaços de interação entre indivíduos e grupos, espaços narrados e vividos, foram buscadas também possíveis ligações entre os “diminutivos”, como chamei os pequenos eventos e fragmentos ao longo do trabalho, e outra referência espacial e simbólica mais ampla, a categoria sertão.

O segundo capítulo centrou-se em descrições sobre a população que habita o Parque GSV, sobretudo do ponto de vista da ocupação territorial e das redes formadas pelos laços de parentesco e vizinhança. Os elementos dessa caracterização são também partilhados pela região mais ampla do Noroeste e Norte de Minas Gerais, bem como de regiões de Goiás e da Bahia. Isso significa dizer que os limites colocados pelo Parque para a população aí residente, tanto quanto a classificação “população tradicional” não deve perder de vista sua relação com um sistema sócio-cultural mais amplo, que não se isola e se congela com a criação desses limites.

No caso particular de Santa Rita, tentou-se vasculhar a memória do lugar, bem como perceber possíveis vínculos entre memória e territorialidade. Essa via foi estabelecida tanto pela própria fundação da fazenda Santa Rita, através de momentos de um determinado grupo de parentes na localidade, como pela idéia-guia da retórica da caminhada, que nos fala sobre especificar espaços por meio de ações. No decorrer da caminhada, e de relatos surgidos ao longo dela, foi possível perceber, por exemplo, os lugares criadores de “legendas locais”, como o Morro Três Irmãos ou a Lagoa Santa Rita. Ela trouxe também lembranças de outros deslocamentos, como o relato de uma das moradoras da localidade acerca de sua única viagem a uma cidade grande, oferecendo densidade e subjetividade ao que objetivamente relaciona-se com um dos grandes fluxos migratórios originários da região com destino ao Distrito Federal.

Igualmente, ao incluir a descrição de uma caminhada conjunta entre pesquisador e moradores, surgiu a possibilidade de estabelecer o contraste, perceber as distâncias e aproximações entre diferentes percepções, entre aqueles que assumem vínculos mais profundos e permanentes com os lugares, e aquele que está de passagem, com laços provisórios e impessoais. Desse entrecruzamento, surgiu a releitura a respeito do Pivô, lugar simbolicamente múltiplo que, além de reforçar o elo entre memória e

territorialidade, traz casos enunciadores de mobilidades e deslocamentos, não só do grupo de parentes estudado, mas também indícios de práticas e interpretações que se comunicam com outros sistemas, com atores ligados a outros contextos sócio culturais - no caso, com aqueles envolvidos na implantação do Parque -, além de outros afetados por sua criação, como os gaúchos.

No terceiro capítulo, foram contrapostos traços da história da região e o processo de implantação do Parque. A partir desse entrecruzamento, foi possível perceber esse último como uma forma contemporânea de intervenção no espaço/ambiente - espaço que, ciclicamente, abre-se a “descobridores” que, por sua vez, parecem tender a desconsiderar ou melhor, desconhecer, as presenças anteriores. Dessa forma, entre Funatura, Gaúchos e representantes da Feltrim, sem dúvida, a intervenção no espaço/ambiente é orientada por diferentes fins e meios - até mesmo opostos, pode-se dizer -, visto, de um lado, objetivar-se a preservação e a intocabilidade dos ecossistemas e dos recursos naturais e, de outro, a exploração, transformação e ocupação desses mesmos ecossistemas. Entretanto, podem ser notados, muitas vezes, um olhar e um discurso muito próximos sobre esse mesmo espaço e sobre a população que já habitava a região: inicialmente desabitado, espaço intocado - pronto para a preservação dos ecossistemas não alternados pela ação humana, ou justamente, pronto para o desbravamento. Sobre seus habitantes, os “desbravadores” contemporâneos mostraram a percepção de gente “com medo de gente”, de poucos recursos, de boa índole mas apáticos, receptores dos benefícios que a Fazenda os levou, ou a colonização Gaúcha, ou os projetos da Funatura direcionados à população do Parque.

Camuflados como as próprias taperas, os habitantes nativos também reproduzem, muitas vezes, esse mesmo discurso de ocupação. Como Lévi, em 1996 morador da localidade chamada Onça, entorno do Parque, que disse sobre o lugar nos tempos em que seu pai, Seu Gerônimo, chegou ao local: “(...) *isso aqui era um deserto esquisito... o véio Gerônimo foi buscar nós [em Vargem Bonita] para morar mais perto... é o morador mais antigo do Onça*”. Discursos que, apesar de seus diferentes agentes e fontes, parecem ciclicamente beber das imagens míticas sobre o sertão, percebidas por Vidal e Souza nas narrativas do pensamento social brasileiro¹.

Ao descrever três acontecimentos ocorridos em julho/ agosto de 1996, delimito grupos envolvidos no processo social relativo à implantação do Parque e trouxe aspectos

¹ Vidal e Souza, Cândice. *op.cit.*

de suas interações, como expressões de diferentes temporalidades e racionalidades colocadas em jogo.

Através da palestra política, por exemplo pôde-se perceber que o fato de se acionarem identidades (gaúchas ou mineiras) na campanha política, não significou que a identificação com essa ou aquela polaridade direcionasse por si o voto, ou que fosse qualitativamente mais importante do que interesses, perspectivas e leituras sobre o jogo político, como inclusive demonstraram os resultados da eleição. É interessante estabelecer o paralelo dessa constatação com outra situação, a de uma suposta identidade dos moradores de localidades no Parque, em contraste com integrantes dos órgãos que o implementa. Se é que se pode dizer existir tal identidade, fato é que ela não impossibilitou que, entre os moradores, se abrisse espaço para a atuação dos órgãos, e se estabelecessem relações interpessoais tanto formalizadas, através da contratação de guardas-parques, como informais, de convívio, amizade ou vizinhança. Porém, o fato de se aceitar a convivência com esses atores, de se ouvir sobre suas intenções e idéias, de lhes oferecer um café, de aceitar uma carona, ou participar conjuntamente de uma festa, não implicou a aceitação passiva desses novos princípios e posturas.

Acerca dos aspectos ligados a preservação e educação ambiental, por exemplo, não é necessário ser biólogo, ecólogo, ou ambientalista para perceber ou imaginar os impactos da degradação ambiental causada por ações humanas. A importância da proteção ambiental pode ser entendida mesmo que não se entenda, cientificamente, a importância da diversidade ambiental e da manutenção de ecossistemas, ou mesmo a da sobrevivência de uma determinada espécie animal ou vegetal, e de seus últimos representantes. A beleza ou a força de uma paisagem - porção do território ou do espaço que podemos abarcar com o olhar² - pode, muitas vezes, arrebatá-lo por si só todos os motivos para o convencimento da importância das unidades de conservação.

A transformação dos cerrados, dos gerais, das veredas - e de tantos outros elementos integrantes desses ecossistemas, das formações vegetais ou da fauna - é um fato, tanto quanto os enormes campos de soja, ou as florestas de eucalipto, associados, de um ponto de vista ambiental, com a transformação e a perda da diversidade dos ecossistemas originais, além de outras consequências

² Essa é uma definição bastante simples de "paisagem", que, segundo Milton Santos, tende a utilizar a palavra reforçando a referência à configuração territorial. Santos desenvolve com maior profundidade, da perspectiva da geografia, uma distinção epistemológica entre *paisagem* e *espaço*, problematizando inclusive essa utilização mais comum do termo. Ver Santos, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 83

Porém, de outros pontos de vista, a alteração da paisagem, do espaço físico e ambiental, não é percebida necessariamente como um mal a ser combatido. Para a agricultura e a economia, a soja, o modelo de produção ao qual ela se liga, a cultura a ela associada, gera dinheiro, funda fazendas, cidades, traz novos moradores à região, altera outras coisas que não somente o ecossistema original. De gente que vivia e que vive nesse contexto em que cerrado e soja se contrapõem, poder-se-ia ouvir várias coisas. De Manuelzão, em Andréquicé, até pouco tempo atrás, antes de sua morte, poderia ouvir-se sobre a saudade das veredas onde hoje se encontra a soja, e vai ficando cada vez mais complicado, longe ou difícil de se achar uma vereda, beber uma água fresca, atravessá-la... De uma moradora do Parque, que ainda convive com veredas quase cotidianamente - e que aprecia sua beleza, que sabe também aproveitá-la, e ainda assim deixá-las permanecer, ouvi sobre como pode ser bonito um campo de soja, aquele horizonte verde. Outras coisas poderiam dizer os agricultores gaúchos que investiram na produção agrícola, na soja particularmente.

Retomemos uma das lições ambientais da Funatura na região do Parque: “*não é caça, é fauna*”. De um ponto de vista de educação ambiental, ao menos do que primeiramente pode se perceber como leigo, o objetivo é o de se deixar de ver o animal como algo a ser caçado (e comido?), e começar a percebê-lo como algo a ser respeitado, protegido, parte de um reino onde existem fauna e flora, minerais e vegetais, microorganismos, espécie, gênero, classes... e outras noções e palavras, ligadas a várias manifestações de vida, que abrangem um conhecimento sistemático, científico e legítimo a respeito da natureza, da vida biológica e física.

Entre os moradores de localidades do Parque, além de uma existência intimamente ligada e interdependente da natureza e dos recursos naturais, muitas vezes pude observar ações ou comentários que demonstravam o interesse e o cuidado com animais. Em geral, com animais domesticados ou passíveis de o serem³, e não tanto com o “*bicho bruto*”. No capítulo anterior, se o leitor se recorda, há um caso sobre um “*criminoso*” cuja ação mais reveladora de seu péssimo caráter foi a de matar sem razão animais, vacas e bezerros, “*inocentes criaturas de Deus*”. Mas também o “*bicho bruto*”

³ Um caso interessante foi o do “*papagaio aleijado*”. Uma das famílias que visitei, na região do Parque, cuidava há muitos anos de um papagaio. Ele fora encontrado ainda filhote, caído do ninho, e tinha uma das patas aleijada, não conseguindo firmar-se e ficar em pé. Se fosse ali deixado, certamente morreria. Levaram-no para casa, e criaram o pássaro, sendo esse já velho quando lá estive. O animal deslocava-se com o bico, arrastando o corpo, e vivia sempre no terreiro, junto às galinhas. Na hora de alimentá-lo, ele era separado dos outros animais, para que não lhe roubassem a comida.

tem um lugar privilegiado na cultura local, tanto é que as histórias mais freqüentemente contadas são sobre animais, sobretudo onças e cobras, temidas e respeitadas.

Que outras coisas pode dizer a caça a não ser um mal contra a natureza, ou à maneira inadequada de se relacionar com os animais? Podemos começar com seu Pedro Boca, morador de uma localidade do Parque que, diante da idéia de se ter um lugar onde não se pode matar onça, idéia “doida”, previa ainda o dia em que as onças iam povoar o mundo.

Há pouco tempo, pude observar em uma cidade do Vale do Urucuia, região próxima ao Parque e que, genericamente, compartilha os mesmos princípios culturais, um fato interessante a respeito das idéias sobre preservação da natureza, que nos permitem reconsiderar a lição ambiental: *“não é caça, é fauna.”*

Trata-se do relato de a uma caçada ocorrida há pouco tempo⁴, que havia mobilizado entre dez e quinze homens, muitos cachorros, e durou dois dias. A onça já havia matado vários bezerros em uma das fazendas da região. Um deles, porém, teve a própria carne defendida pela vaca “mãe”, que afugentou a onça. Rondando sua presa, foi descoberta pelos caçadores e seus cachorros que, em seu encalço, não deram tempo à onça para comer o bezerro morto. Fugindo, escondeu-se em uma caverna, que antes do episódio era desconhecida. Os caçadores, cansados e talvez não muito dispostos a enfrentá-la naquele dia, fecharam a entrada da caverna e resolveram retornar no dia seguinte.

No outro dia, os homens voltam. Nem todos querem entrar na caverna, e a caçada continua para os cachorros e alguns homens mais corajosos. Todos sóbrios, porque onça e pinga não são boa combinação, conforme foi dito. A caverna tem muitos salões, com trechos de difícil passagem. Os homens levam também uma lanterna, e sabe-se ali da possibilidade da morte e do poder do animal acuado. Avisa-se do perigo às costas. A onça pode estar escondida numa fenda no teto e atacar alguém por trás. Um homem, repentinamente, percebe-se diante da fera, sem o poder da ação. A onça o encara, mas não o ataca. Some novamente pela escuridão da caverna.

⁴ Tal caçada de fato ocorreu, e tive acesso a registros visuais da mesma, feitos pelos próprios caçadores. É interessante comentar que vários entre eles conheciam algo da legislação ambiental, e sabiam que tal ação constituía-se como crime inafiançável. A justificativa para a caçada centrava-se num discurso de autodefesa, visto a onça ter atacado várias fazendas na região. A composição do grupo era também significativa: somente homens, de diferentes posições sócioeconômicas, desde pessoas em posições socialmente mais altas na cidade, como trabalhadores de fazendas, quanto homens considerados “mateiros”, moradores de áreas mais afastadas e isoladas, que detinham um conhecimento maior sobre os hábitos do animal.

Tempos depois, ouvem-se, estampidos, cães e latidos, e a euforia começa a sair da caverna. Junto com a bela onça, morta. Todos fazem algum comentário sobre o animal, outros, inclusive os que não entraram na gruta escura, brincam com o corpo morto, simulam uma situação de combate. Alguém a examina e observa que aquela nunca tinha parido, onça nova, bicho bonito. Os cachorros latindo em volta do bicho. Depois, soube-se que vários deles morreram, de onça. Que o cachorro, depois da caçada, perde o medo, cria coragem de enfrentar a onça, e por isso, muitas vezes acaba morrendo.

Essa história traz, como o comentário de Seu Pedro Boca, em outra escala, uma observação não só sobre a questão moral que se revela no problema, mas também uma questão pragmática. O que fazer quando há onças povoando o mundo em que se vive, ou quando elas atacam seu rebanho? Há também aquele caso da moça grávida, que combinou de encontrar o pai na estrada, na descida do ônibus. O ônibus atrasou, e depois de muito esperar, o pai resolveu ir embora. Horas depois, o ônibus passa no local, a moça não vê o pai, mas acaba descendo mesmo assim. No dia seguinte, a onça tinha deixado do seu corpo só a cabeça.

Histórias de onça - como também as de sucuris, sucruis e outras cobras - são gêneros ou temáticas recorrentes e populares. E entre as várias imagens que suscitam, estão a do medo, a do poder do animal, da astúcia do caçador, da morte e da coragem. Contadas como uma piada mórbida, ou como lembrança de um grande acontecimento, um susto, ou um erro, elas falam também de uma realidade concreta, ou próxima e verossímil.

Outra história significativa sobre isso aconteceu no próprio Parque, e envolveu um dos integrantes da equipe da Funatura. A pessoa foi picada por uma cascavel, mas socorrida e tratada adequadamente, e o final foi feliz. A pessoa não sofreu maiores conseqüências, e a própria cobra foi poupada da morte. Esse último fato, entre a equipe da ONG, foi interpretado - e relatado - como sendo coerente com a função do Parque e com a própria presença dos técnicos ambientais ali. A cobra estava no seu lugar de direito, e atacou por razões de sua natureza e instinto. A pessoa foi socorrida, e estando fora de perigo, não havia razão para se matar a cobra.

Esse fato, porém, correu entre ventos, e ouvi seu relato tanto em lugares diretamente ligados ao Parque, como em outro município, há algumas centenas de quilômetros do acontecido. Junto com o relato, seguiam-se comentários sobre a

incoerência, a incompreensão e o absurdo de não se matar uma cobra que acabou de envenenar alguém. E mesmo possíveis conseqüências desse tipo de ação foram levantadas, como dizer que o número de onças estaria aumentando, e isso sim seria um “desequilíbrio ambiental”⁵. Um exemplo do tipo ouça o que eles fazem, mas não faça como eles fazem, os ambientalistas.

Essa é uma das problematizações que se podem fazer em torno do “*diga fauna, não caça*”. A substituição pura e simples, primeiro, desconsidera significados, conhecimentos e práticas ligadas ao termo, o que é compreendido sob essa classificação, ou mesmo rituais que porventura estejam associados a tal prática. Elementos provavelmente interligados a outros, que integram um sistema mais amplo de conhecimento sobre a natureza, também legítimo, e que certamente seriam úteis às próprias entidades ambientalistas e seus trabalhos, se melhor conhecidos antes de suprimidos. Por outro lado, a substituição dos termos por si só não resolve problemas relacionados, como o perigo que uma onça ou uma cobra podem causar ao rebanho, ou a uma pessoa. Não só nas áreas delimitadas pela unidade de conservação, mas em outras tantas pela região - como a da caçada acima citada - o conhecimento tradicional sobre a caça pode se constituir mesmo como uma forma de defesa, como sugeriu o próprio discurso desses caçadores.

Não se trata aqui de se fazer uma apologia a caça, tampouco de subestimar a importância da educação ambiental, ou mesmo os trabalhos de controle e fiscalização em relação à caça ou à captura de animais silvestres - caso esse que, segundo informações da Funatura, era realizada para o comércio ilegal de animais, vendidos para locais como São Paulo e Rio de Janeiro. O ponto a se ressaltar refere-se ao que pareceu ser uma postura maniqueísta sobre os valores e práticas sugeridos nos trabalhos de “conscientização ambiental”. Combinados a uma relação idealizada com os moradores do Parque, o respeito à cultura tradicional pareceu estar direcionado mais a imagens cristalizadas e inertes dessa própria cultura, sobretudo aquelas que não ferissem os valores a serem introduzidos pela educação ambiental. Nesses casos, o respeito, o interesse ou o questionamento sobre a cultura tradicional correm o risco de transformarem-se numa lição dogmática do que deve ou não ser dito, pensado,

⁵ Esse comentário foi associado a outro, relativo a um documentário exibido pelo programa Globo Reporter, da Rede Globo de Televisão, sobre elefantes na África. Um dos pontos discutidos no programa, e mencionado nessa conversa, era o da superpopulação de elefantes em algumas reservas, o que teria levado a destruição de algumas aldeias e plantações, criando a necessidade de sacrificar um certo número desses animais, através de medidas legais e oficiais.

realizado.

Trazendo novamente a imagem da “jangada de pedra”, pode-se interpretar que as pessoas que viviam na região delimitada pelo Parque - transformados em “moradores do Parque” - foram colocados em uma situação de liminaridade social e cultural, que se estende por quase uma década. Entretanto, como outras ilhas, essa também não corresponde a uma totalidade fechada em si mesma, congelada e inerte. Além disso, a introdução da idéia de preservação ambiental e do próprio Parque, trouxe também novas pessoas, palavras, idéias, comportamentos, discursos. De certa forma, intensificaram-se, ao longo dos anos, uma comunicação e um entendimento, por parte dos moradores do Parque, em relação a atores com quem se terá que negociar, no futuro, o destino da própria terra. O morador de Mato Grande que, ao fim da festa de casamento descrita no capítulo anterior, reivindicou seu direito de também pesquisar, insinua não só essa comunicação, mas também a disposição para dela se utilizar no entendimento do presente e na construção desse futuro.

Ao longo de quase dez anos, os sujeitos dos vários grupos envolvidos pela implantação do Parque - população tradicional, fazendeiros, representantes da Funatura ou do Ibama, guardas-parques - vivenciaram, em diferentes graus e com diferentes implicações a construção de um “lugar de natureza”. Sertão que se cerca e limita. Mas, lembrando outros, dentro de tantos possíveis sentidos para a categoria, ele também é um espaço que se constrói na interação entre grupos e indivíduos, em seus deslocamentos, histórias, desencontros e itinerários. Tanto quanto leis e decretos, é a travessia nesses espaços, que diz e dirá sobre o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Dirá se ele “pode, verdadeiramente, promover [tal] melhoria de vida nas comunidades vizinhas, através do modelo sustentável, o que resultará em uma experiência harmoniosa, mostrando que áreas naturais protegidas bem manejadas não geram conflitos entre estas e as comunidades locais”⁶. Ou se será apenas uma variante ambiental de um “imperialismo intrafronteiras”⁷. Se haverá “vítimas”, parceiros ou inimigos do Parque. Se ele se tornará um lugar privilegiado somente para elites urbanas, em viagens de aventura. Ou se os que ainda vivem entre seus limites, onde guardam suas vidas e seus mortos, poderão, junto com outros grupos envolvidos ou interessados, construir um “futuro comum”.

⁶Funatura. *Folder de divulgação* - Programa Grande Sertão Veredas. Funatura. Brasília. 1995

⁷ Ver Vidal e Souza, C .op.cit..

BIBLIOGRAFIA

ABDALA, F. de A. *Um estudo de Caso: Conversões de Dívida Externa com Finalidades Ambientais*, Campinas, 1996. mimeo

ABDALA, F. de A. e JACINTO, A. B. M. *Relatório de visita realizada ao Parque Nacional Grande Sertão: Veredas/ MG.* Fevereiro de 1994. Campinas, mimeo

ALBERGARIA, Consuelo. *Bruxo da Linguagem no Grande Sertão Veredas.* Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1977.

AUGÉ, M. *Não-lugares: Introdução a uma Antropologia da Super-modernidade.* Campinas: Papyrus, 1994.

BENJAMIN, W. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” in *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1985. pp. 197-221.

BENSUSAN, Nurit e FREITAS, Analuce. “Os conservacionistas e o SNUC: brincadeira?” in *Informativo INESC*, Brasília, Dezembro de 1997, no. 81, p. 11

BENTO FILHO., W., “Deputado do Partido Verde é o novo alvo dos ecologistas”, *Correio Brasiliense*, Brasília, 23/11/1997, p.11

BERTRAM, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central - Eco-história do Distrito Federal.* Solo Editores. Brasília, 1994.

BOSI, E. *Memória e Sociedade - lembrança dos velhos.* São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.

BRANDÃO, Carlos. R. “Do sertão à cidade: os territórios da vida e do imaginário do camponês tradicional” in Brandão, C. B e Mesquita, Z.(org) *Territórios do Cotidiano - uma introdução a novos olhares e experiências.* Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995.

_____ *A Partilha da Vida.* São Paulo, Geic/ Cabral Editora, 1995.

_____ “O Sentimento do Mundo: memória, destino e cenários da vida entre errantes mineiros”, in Brandão, C. R. (Org.) *As Faces da Memória.* Vários autores. Coleção Seminários 2. Centro de Memórias/ Unicamp. Campinas, 1993.

BRASIL. CDCMAM. *Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação.* Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação - Núcleo de Revisão das Comissões - Texto com redação final. Documentos no. 0826/96; 0837/96; 0850/96; 0859/96; 0862/96; 0866/96; 0873/96 .

BRASIL. IBAMA/ Funatura/ Topocart *Demarcação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas - Laudos de Vistoria.*, 1992.

BRASIL. IBAMA. *Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais no Brasil.* IBAMA/GTZ. Brasília, abril de 1997.

BRASIL. Decreto no. 84.017, 21 out. 1979. Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Legislação reeditada pelo *IBDF*, Brasília, em julho de 1980.

BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos Caminhos da História.* Editora Lemi S.A. Belo Horizonte, 1977.

BURTON, R. *Viagens aos Planaltos do Brasil.* Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1983.

BURTON, R. *Viagens aos Planaltos do Brasil.* Tomo III. INL. Fundação Nacional Pró-Memória. Cia Editora Nacional. Bsb/Rio de Janeiro), 1983

CAPELA JR. , Afonso. “O Grande Sertão”, in *Os Caminhos da Terra.* Ano 4, no. 9, Edição 41, setembro de 1995. p 70

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano - Artes de Fazer.* Petrópolis: Vozes, 1994.

CLIFFORD, J. “Spatial Practices: Fieldwork, Travel and the Disciplining of Anthropology” in _____ *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century.* Cambridge, Massachussets: Harvard University Press. 1997, pp. 52-91

CMUT/CUT - VR / MOAB/ PROTER/ REBRAT - 2º Encontro dos Moradores de Unidade de Conservação do Estado de São Paulo - Resumo das Resoluções . Resumo do documento elaborado por 74 moradores, de 23 comunidades, localizadas em 05 unidades de conservação de 07 municípios.

COSTA, J. B. A.; FERREIRA, A. C.; LUZ, A. *Grande Sertão: Veredas e seus Ecossistemas.* Montes Claros: Grupo de Estudos Ambientais/ GEA, 1990. Mimeo

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa.* FENAME, Rio de Janeiro, 1980

D’ANTONA, Álvaro de O. *O verão, o inverno e o inverso. Sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.* Campinas, 1997. Dissertação de Mestrado/ Depto. de Antropologia, IFCH/ UNICAMP.

DENZIN, N. “Interpretando as vidas de pessoas comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner”, *Dados*, vol. 21, no.1. Ed. Campos. Publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, pp. 29-43.

DIÉGUES, A. C. *O Mito da Natureza Intocada.* São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, Lourdes M. “Co-gestão ou Parceria - A Atuação da FUNATURA no Parque Nacional Grande Sertão Veredas - MG?” in *Funatura, Parcerias e Co-gestão em unidades de conservação.* Anais do seminário ocorrido em Brasília nos dias 10 e 11/09/96. Fundação Pró-Natureza, Brasília.

FUNATURA. *Conscientização Ambiental das Comunidades da Região do Parque Nacional GSV - Questionário 01: caracterização das comunidades do interior do Parque Nacional GSV.* Coordenadora: Lourdes M. Ferreira; equipe: Luciano F. Ribeiro, Márcio S. Boitex, Suelma R. Silva. Brasília, 1991/92. Mimeo

FUNATURA. *Programa Grande Sertão Veredas - Conduas requeridas pela Funatura.* Agosto de 1995. Mimeo.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *As Formas do Falso.* Ed. Perspectiva. São Paulo, 1972.

GEWERTZ, D. & ERRINGTON, F., *Twisted histories, altered contexts - Representing the Chambri in a world system.* Cambridge University Press. Melbourne, 1991.

GLUCKMAN, M. "Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna", in *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, (org. Bella Felldman Bianco) São Paulo: Global Universitária, 1991.

GODOI, E. P. de. *O Trabalho da Memória - um estudo antropológico da ocupação camponesa no sertão do Piauí.* Campinas, 1993. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. IFCH/UNICAMP.

INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL. *Tabela comparativa entre o substitutivo (com emendas) apresentado pelo Deputado Fernando Gabeira à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados e a proposta apresentada ao relator pelo MMA- IBAMA,* ambas relativas ao PL.2.892/92. Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação, mimeo.

JORNAL O CLARIM - Justiça e Verdade./ Chapada Gaúcha, MG. Dezembro de 1996, no. 01

LABATE, B. C. "A Experiência do 'Viajante-Turista' na contemporaneidade in *Turismo e Meio Ambiente* (org. Maria Tereza D. P. Luchiari) Textos Didáticos. IFCH/UNICAMP. No. 31 (1) - novembro de 1997, pp. 75 - 102

LORENZ, G. *Diálogo com a América Latina - Panorama de uma literatura do futuro.* Editora Pedagógica e Universitária Ltda. São Paulo, 1973

MAGALHÃES, C. *Relatório para Funatura/ IBAMA sobre estadia no Parque Nacional Grande Sertão Veredas,* 1994. Mimeo

MARTINS, José de Souza. "O tempo da fronteira - Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira", in *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP,* volume 8, no. 01. Março de 1996. pp. 25-70.

MATTA-MACHADO, Bernardo. *História do Sertão do Noroeste de Minas Gerais (1690-1930).* Belo Horizonte - Imprensa Oficial, 1991.

REDE PRÓ-UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Manifesto da Rede Pró-Unidades de Conservação sobre a realização do Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação.* FBCN, SPVC, GEEP-Açungui, Fundação O

Boticário, Funatura, TNC, PANGEA, ADEG - ADT, Fundação Biodiversitas. Brasília, novembro/1996

ORTÊNCIO, Waldomiro Bariani . *Dicionário do Brasil Central*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

PARESCHI, Ana Carolina C. *Realismo e Utopia: O Trabalho de Formigas em um Mundo de Cigarras. Um Estudo Antropológico do Discurso Ambientalista*. Brasília, 1997. Dissertação de Mestrado. DAN/ ICS/ UNB.

POMPA, Maria Cristina. *O Parque Nacional da Serra da Capivara*. Campinas: PPGA/ IFCH UNICAMP, 1987

QUEIROZ , Maria Isaura Pereira de. “O sitiante tradicional e a percepção do espaço”, in *O Campesinato Brasileiro*. Ed. Vozes: Petrópolis. 1973. Pp.48-71. Mimeo. 1987

ROSA, Guimarães, *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979.

SAHLINS, M. “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: Por que a Cultura não é um ‘objeto em vias de extinção’” (Parte II). In *Mana – Estudos de Antropologia Social*. Volume 3, no. 2, outubro de 1997

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAINT-HILLAIRE, A *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte; Ed. Itatiaia/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997

SARAMAGO, José. *A Jangada de Pedra*. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1988.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia. das Letras. 1996, p. 17

SCHENTTINO, M. P. F. *Espaços do Sertão*. Brasília, 1995. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. ICS/UNB.

SENA, Maria C. *A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica*. Anteprojeto elaborado para o exame de Doutorado em Antropologia Social e apresentado ao Dept. de Antropologia da Universidade de Brasília. mimeo. 1986

SERRANO, Célia M. T. “Dos modos de conhecer e conquistar o Itatiaia: a invenção da natureza e da proteção ambiental no Brasil.” in *Temáticas*, ano 4, no. 7, 1o. semestre de 1996. IFCH/ UNICAMP. pp. 91 - 127

TSUKIOKA, Crismere Gadelha. “Ilha do Cardoso - O Olho Mágico” in *Temáticas*, ano 4, no. 7, 1o. semestre de 1996. IFCH/ UNICAMP. p. 129-163

VALADARES, Napoleão. *Os personagens de Grande Sertão: Veredas*. Brasília: Ed. Andrequicé, 1982.

VIDAL E SOUZA, Candice. *A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

VIGGIANO, Alan. *O Itinerário de Riobaldo Tatarana*. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, Brasília: INL, 1978.

WEBER, I. *Relatório de Estágio no Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Novembro de 1995. mimeo.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres - Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. Hucitec/São Paulo, Edunb/ Brasília, 1995

WOORTMANN, K. e **WOORTMANN**, E.F. "Fuga a Três Vozes", in *Anuário Antropológico 91*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1993

ANEXO A

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINÓRIAS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PRESENÇA HUMANA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Brasília, 26 a 29 de novembro de 1996

Auditório Nereu Ramos - Câmara dos Deputados

Com o objetivo de propor novas orientações para a atuação do poder público e das organizações não-governamentais, visando compatibilizar a ocupação humana, particularmente a de populações tradicionais, com a necessidade de preservação dos recursos naturais em áreas destinadas à proteção ambiental, a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, a Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, o Instituto Socioambiental (ISA), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a Sociedade Civil Mamiará e o Banco Mundial, estão organizando um seminário internacional sobre a presença humana em unidades de conservação ambientais, com o apoio do Conselho Britânico e do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais - PPG7.

O Seminário será realizado em Brasília, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, no período de 26 a 29 de novembro de 1996, abordando os seguintes temas:

- *Funções e objetivos das Unidades de Conservação;*
- *Conflitos técnicos, legais e estratégicos nas Unidades de Conservação em função da categoria de manejo;*
- *Possibilidades de uso e ações humanas nas Unidades de Conservação;*
- *Atuação do poder público na identificação, delimitação e defesa das Unidades de Conservação*

Materiais informações podem ser obtidas:

Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos

Deputados:

Tel.: (061) 318-6929/6930/6931

Fax: (061) 318-2146

E-mail: cdcmam@cr-df.rnp.br

Terça-feira - 26/11/96 - AUDITÓRIO NEREU RAMOS

9:00 - ABERTURA - Deputado GILNEY VIANA (CDCMAM); JOÃO PAULO CAPOBIANCO (ISA); ROBERT SCHNEIDER (BANCO MUNDIAL); GARO BATMANIAN (WWF); JOSÉ BENATTI (IPAM); RODRIGO JANOT (ANPR)

9:30 - "Funções e objetivos das Unidades de Conservação"

Coordenador: Dep. Fernando Gabeira - Palestrantes: Ricardo Soavinsky (IBAMA), Paulo Nogueira Neto (USP) e Márcio Ayres (CNPq/MPEG) - Debatedores: João P. Capobianco (Instituto Socioambiental), Cláudio Pádua (UnB).

13:00 - ALMOÇO

14:30 - Apresentação de Estudos de Caso

Coordenador: Lucilia Vianna (SEMA/SP) - Palestrantes: Catalina Toro (WWF-Colômbia), Carlos Ponce (Conservation International-Peru), Regina Oliveira (FVA), Maria Artemisia Arraes Hermans (OAB-DF).

Quarta-feira - 27/11/96 - AUDITÓRIO DO ESPAÇO CULTURAL

09:30 - "Conflitos técnicos, legais e estratégicos nas Unidades de Conservação em função da categoria de manejo"

Coordenador: Dep. Luciano Pizzato - Palestrantes: José Benatti (IPAM), Antonio Carlos Diegues (USP), Carlos Ponce (Conservation International-Peru) - Debatedores: Bráulio Dias (MMA), Heider Queiroz (Soc. Civ. Mamirauá).

13:00 - ALMOÇO

14:30 - Mesa redonda: "Projeto de Lei para instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)"

Coordenador: Donald Sawyer (ISPN) - Palestrantes: Gilberto Sales (IBAMA), Maurício Mercadante (Assessor Legislativo da Câmara dos Deputados).

15:30 - INTERVALO - CAFÉ

16:00 - GRUPOS DE TRABALHO

18:00 - FIM DOS TRABALHOS

Quinta-feira - 28/11/96 - AUDITÓRIO DO ESPAÇO CULTURAL

09:30 - "Possibilidades de uso e ações humanas nas Unidades de Conservação"

Coordenador: Dep. Gilney Viana - Palestrantes: Débora Lima (UFPA), Paulo Sérgio Ferreira Neto (CTA - Zona da Mata) - Debatedores: Anthony Anderson (Banco Mundial), Anthony Hall (London School of Economics).

13:00 - ALMOÇO

14:30 - GRUPOS DE TRABALHO

16:30 - INTERVALO - CAFÉ

16:45 - PLENÁRIA

18:00 - FIM DOS TRABALHOS

Sexta-feira - 29/11 - AUDITÓRIO NEREU RAMOS

09:30 - "Atuação do poder público na identificação, delimitação e defesa das Unidades de Conservação"

Coordenadora: Sen. Marina Silva - Palestrantes: Eduardo Martins (IBAMA), Rodrigo Janot (ANPR), Eduardo Freire (INCRAN) - Debatedores: Garo Batmanian (WWF), Márcio Santilli (ISA).

13:00 - ALMOÇO

14:30 - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

16:30 - INTERVALO - CAFÉ

16:45 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E APRESENTAÇÃO DE ENCAMINHAMENTOS

18:30 - ENCERRAMENTO

**MANIFESTO DA REDE PRÓ-UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
SOBRE A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PRESENÇA
HUMANA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

A convocação de um seminário internacional sobre "Presença Humana em Unidades de Conservação", no momento em que se discute, na Câmara de Deputados, uma nova regulamentação para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, é decisão de extrema responsabilidade. Focar o problema das unidades de conservação na "presença humana" é medida que facilita o desvio da questão principal — a proteção integral do patrimônio natural nacional —, onde ainda pode ocorrer.

Foi com a preocupação central de assegurar ao debate o peso devido às questões relacionadas com a proteção integral do patrimônio natural, que membros da Rede Pró-Unidades de Conservação manifestaram ao Deputado Federal Gilney Viana, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, protestaram quanto à forma desigual de participação entre os defensores da integridade das unidades de conservação e aqueles que defendem a flexibilização da "presença humana", por motivos diversos.

Num primeiro momento, tal preocupação poderia ser minimizada com duas medidas: revisão do caráter indutor da programação proposta e ampliação da participação de especialistas na questão da conservação, para equilibrar o debate. Tal proposta não foi aceita e o grupo convidado para o evento — Almirante Ibsen Gusmão Câmara, Maria Teresa Jorge Pádua e Miguel Milano — decidiu não participar e solicitar da Rede Pró-UCs uma posição mais firme em defesa de um debate mais equilibrado, considerando a gravidade das conseqüências de uma abordagem tendenciosa do problema.

Por isso mesmo, ao reiterar a decisão ao deputado Gilney Viana, a Rede Pró-UCs exigiu a realização de um encontro do mesmo porte, com dimensão internacional, sobre a proteção integral do patrimônio natural brasileiro, pedido que volta a apresentar neste momento.

A necessidade de colocar em discussão a defesa da proteção integral do patrimônio natural justifica-se plenamente:

- A. A Constituição Federal veda qualquer utilização dos espaços territoriais especialmente protegidos que possa comprometer a integridade dos atributos que justificaram sua criação;
- B. A Convenção da Biodiversidade, ratificada pelo Brasil, indica como exigência fundamental a conservação *in situ* dos ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis em seus entornos naturais;
- C. A quase totalidade das Unidades de Conservação de Proteção Integral — que representam irrisórios 2% do território nacional, encontram-se em estado crítico de abandono, carência de fiscalização e falta de regularização fundiária;
- D. A seleção, criação e implantação e gestão das Unidades de Conservação de proteção integral são atividades pautadas por critérios eminentemente científicos e técnicos, que devem continuar prevalecendo sobre quaisquer outras considerações;
- E. As atividades de conservação dos ecossistemas contidos nas unidades de conservação de Proteção Integral deverão ser orientadas preponderantemente contra a ação antrópica, causa básica de sua degradação.

Por vezes, essas razões podem ser socialmente penosas, sobretudo num país que costuma relegar ao abandono tanto as unidades de conservação vitais para o futuro, quanto amplos contingentes de população. Mesmo assim, nada justifica a substituição de um dano por outro.

A proteção integral das unidades de conservação de uso indireto é necessidade imperiosa para a preservação do patrimônio biológico do país, reserva de riqueza de fundamental importância para o futuro. Colocar o destino desta reserva em mãos inábeis ou à mercê de interesses extremamente localizados poderá ser fatal para o futuro da "presença humana" no planeta Terra. É indispensável, portanto, que este debate ganhe nova dimensão e responsabilidade, para que ainda possam ser evitados danos irreversíveis ao patrimônio biológico brasileiro.

REDE PRÓ-UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - ~~FUNDAÇÃO BIODI~~
 (PBCN, SPVS, CEEP-Açungui, Fund. O Boticário, FUNDATURA,
 INC, IWR-BR, PANCEA, ADEG-AdE) - FUNDAÇÃO BIODIVERSAS
 Brasília, novembro/96

CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Retorna

Universidade Livre do Meio Ambiente

o mat

Data: 15 a 23 de Novembro de 1997

Com o intuito máximo de discutir o valor da biodiversidade brasileira e a eficiência das suas políticas de proteção, bem como envolver todos os segmentos profissionais, técnicos e empresariais que, direta ou indiretamente, opinam sobre as políticas estaduais e nacional de conservação da natureza, a comissão organizadora do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação está fazendo a Segunda convocatória para o evento. Além do programa definitivo com as Conferências (C), Palestras (P) e Mesas Redondas (MR) confirmadas, apresentamos também as orientações para as inscrições no Congresso e excursões técnicas, assim como informações sobre as facilidades com hotéis em Curitiba e companhia aérea oficial.

Programa

15/11 - SÁBADO

09:30h-18:30h **Inscrições e entrega de credenciais (pré-inscritos)**

Auditório (teatro) da Reitoria da UFPR - Rua XV de Novembro, 1299 -

Centro

20:00h-22:00h **Sessão solene de abertura**

Os convites para esta sessão serão entregues junto com as credenciais e material

do Congresso no endereço e horários acima especificados.

16/11 - DOMINGO

08:00h-08:15h **Abertura da sessão**

08:15h-09:25h **C1 - A evolução do conceito de áreas protegidas no mundo**

Kenton Miller (World Resources Institute - EUA)

09:25h-10:35h **C2 - Valores Sócios culturais de unidades de conservação: herança natural e cultural do**

homem. Angela Tresinari (The Nature Conservancy - Brasil)

10:35h-10:50h **Intervalo/Café**

10:50h-12:00h **C3 - Compromissos globais e multilaterais para conservação da biodiversidade: o papel do**

Brasil e a importância das unidades de conservação brasileiras.

Thomas Lavejoy (Smithsonian Institution - EUA)

12:00h-14:00h **Intervalo/almoço**

14:00h-14:15h **Abertura da Sessão**

14:15h-16:15h **Mesa Redonda I: Patrimônio natural, cultural e negócios**

P1: Biodiversidade e unidades de conservação no Brasil.

Gustavo Fonseca (Conservation International - Brasil)

P2: Patrimônio cultural e unidades de conservação no Brasil

Niéde Guidon (Fundação Museu do Homem Americano)

P3: Turismo e unidades de conservação no Brasil (Silvio Barros -

Brasil)

16:15h-16:30h **Intervalo/café**

16:30h-18:30h **Mesa Redonda II: Política conservacionista: o que é isso ?**

P1: Bases e fundamentos de política brasileira de conservação e uso da biodiversidade

Haroldo Mattos de Lemos (Ministério do Meio Ambiente - Brasil)

P2: Sistema Nacional de Unidades de Conservação: legislação e Política

Ricardo Soavinski (IBAMA - Brasil)

P3: Sistemas estaduais de unidades de conservação: componentes ou complementos do

sistema nacional ? Mauricio Savi (Instituto Ambiental do Paraná/SEMA - Brasil)

17/11 - SEGUNDA-FEIRA

08:00-08:15h **Abertura da sessão**

08:15h-09:25h **C4 - Mitos e realidade da concepção atual de áreas protegidas na América Latina**

James R. Barborak

09:25h-10:35h **C5 - Efeitos da fragmentação dos Ecossistemas: A Situação das unidades de conservação**

Fernando Fernandez (Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil)

10:35h-10:50h **Intervalo/Café**

10:50h-12:00h **C6 - Como fazer para que as unidades de conservação sejam parte plena da economia**

nacional. Marc Dourojeanni (Banco Interamericano de Desenvolvimento - Brasil)

12:00h-14:00h **Intervalo/Almoço**

14:00h-14:15h **Abertura da sessão**

14:15h-16:15h **Mesa Redonda III: O social e o biológico: visões diferente para um mesmo problema**

P1: Uma visão antropológica do conflito entre as populações tradicionais e as

necessidades de proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.

Rinaldo Vieira Arruda (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Brasil)

P2: Uma visão conservacionista do conflito entre as populações tradicionais e

as necessidades de proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.

Sergio Brandt (IBAMA - Brasil)

P3: Uma visão filosófica das relações homem-natureza.

Tereza Urban (Rede Verde - Brasil)

16:15h-16:30h **Intervalo/Café**

16:30h-19:30h **Sessões paralelas**

1. Apresentação de trabalhos técnico-científicos

2. Workshop "Estratégias para conservação in situ no Brasil"

3. Workshop "Programa da CMPNAP/UICN para o Brasil"

4. Curso "Manejo da visitação em unidades de conservação"

18/11 - TERÇA-FEIRA

08:00h-08:15h **Abertura da sessão**

08:15h-09:25h **C7 - O que sabemos sobre diversidade e sustentabilidade ?**

Thomas Lewinsohn (Universidade Estadual de Campinas - Brasil)

- 09:25h-10:35h **C8 - Uso e conservação de recursos naturais: para onde vamos ?**
Gary Wetterberg (USDA/Forest Service - EUA)
- 10:35h-10:50h **Intervalo/Café**
- 10:50h-12:00h **C9 - Turismo ecológico nas unidades de conservação: qual é o limite ?**
George Wallace (Colorado State University - EUA)
- 12:00h-14:00h **Intervalo/almoço**
- 14:00h-14:15h **Abertura da sessão**
- 14:15h-16:15h **Mesa Redonda IV: Teoria e prática do uso sustentável de recursos naturais em unidades de conservação**
P1: Florestas nacionais no Brasil: contradições e desafios do conceito de uso múltiplo dos recursos naturais. Ana Luiza Salomão (IBAMA - Brasil)
- P2: Uso e conservação da biodiversidade: contradições e desafios em Mamirauá.**
Mirian Marmontel (Museu Paranaense Emílio Goeldi - Brasil)
- P3: Condicionantes para o aproveitamento sustentável das unidades de conservação de uso direto.**
Renato Moraes de Jesus (Florestas Rio Doce/CVRD - Brasil).
- 16:15h-16:30h **Intervalo/café**
- 16:30h-19:30h **Sessões paralelas**
1. **Apresentação de trabalhos técnico-científicos**
 2. **Workshop "Estratégias para conservação in situ no Brasil"**
 3. **Workshop "Programa da CMPNAP/UICN para o Brasil"**
 4. **Workshop "Áreas Particulares Protegidas"**
 5. **Workshop "Uso público em unidades de conservação"**
- 21:00h **Jantar de confraternização por adesão**

19/11 - QUARTA-FEIRA

- 08:00h-08:15h **Abertura da sessão**
- 08:15-09h25h **C10 - Planejamento de unidades de conservação: um meio e não um fim.**
Miguel Serediuk Milano (Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e Universidade Federal do Paraná - Brasil)
- 09:25h-10:35h **C11 - Capacidade de carga em unidades de conservação: fundamentos, métodos e alternativas**
- 10:35h-10:50h **Intervalo/Café**
- 10:50h-12:00h **C12 - Pesquisa biológica e cultural nas unidades de conservação: necessidades e limites**
- 12:00h-14:00h **Intervalo/Almoço**
- 14:00h-14:15h **Abertura da sessão**
- 14:15h-16:15h **Mesa redonda V: Ciência e técnica como aliadas fundamentais no manejo de Unidades de Conservação**
P1: Limite aceitável de câmbio (LAC): manejando e monitorando visitantes
Leide Yassuco Takahashi (Universidade Estadual de Maringá - Brasil)
- P2: Trilhas interpretativas: aliando educação e recreação**
Jane Maria de O. Vasconcellos (Departamento de Recursos Naturais)

Renováveis/SEARS-Brasil)

P3: Eficácia do manejo em unidades de conservação: metodologias de avaliação

Helder H. de Faria (Instituto Florestal/SP-Brasil)

16:15h-16:30h **Intervalo/Café**

16:30h-19:30h **Sessões paralelas**

1. **Apresentação de trabalhos técnico-científicos**
2. **Workshop "Estratégias para conservação in situ no Brasil"**
3. **Workshop "Programa da CMPNAP/UICN para o Brasil"**
4. **Workshop "Áreas particulares protegidas"**
5. **Workshop "Uso público em unidades de conservação"**

20/11 - QUINTA-FEIRA

08:00h-08:15h **Abertura da sessão**

08:15h-09:25h **C13 - A aplicação dos conceitos de reserva da biosfera e sítio do patrimônio**

mundial no Brasil.

José Pedro de Oliveira Costa (Secr. Estadual de Meio Ambiente/

SP-Brasil)

09:25h-10:35h **C14 - Participação privada, terceirização e co-gestão no manejo de unidades de**

conservação. Gustavo Suarez de Freitas (Pro Naturaleza-Peru)

10:35h-10:50h **Intervalo/Café**

10:50h-16:30h **C15 - Comunicação e marketing para conservação**

Eloi Zanetti (O Boticario/Fundação O Boticario de Proteção à Natureza -

Brasil)

12:00h-14:00h **Intervalo/Almoço**

14:00h-14:15h **Abertura da sessão**

14:15h-16:15h **Mesa redonda VII: Lei e política não se excluem, se complementam**

P1: Zoneamento: estabelecendo os limites de uso e ocupação da terra dentro

e fora de unidades de conservação.

Wilson Loureiro (Instituto Ambiental do Paraná/SEMA-Brasil)

P2: Ministério Público: representando a sociedade perante a justiça para garantir

garantir a legislação conservacionista.

Robertson Fonseca de Azevedo (Ministério Público/PR-Brasil)

P3: Julgando crimes ambientais: o poder judiciário e a conservação da natureza no Brasil. Vladimir Passos de Freitas (Tribunal Regional Federal:

da 4ª Região/Porto Alegre-Brasil)

16:45h-16:30h **Intervalo/Café**

16:30h-17:40h **C16 - O Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação de onde viemos e para**

onde vamos ? Maria Tereza Jorge Pádua (Funatura-Brasil)

17:40h-19:30h **Sessão plenária e encerramento**

21/11 - SEXTA-FEIRA A 23/11 - DOMINGO

- Excursões Técnicas opcionais por adesão
 - I - Parque Nacional do Iguaçu
 - II - Parques Estaduais de Vila Velha e Guartelá
 - III - Área Especial de Interesse Turístico de Marumbi e Parque Estadual do

Deputado do Partido Verde é novo alvo de ecologistas

Representante do PV na Câmara, Fernando Gabeira enfrenta a ira de ambientalistas por defender a presença do homem nas reservas

Wagner Bento Filho
Da equipe do Carroto

Os verdes estão em pé de guerra. Motivo: o homem branco. Fernando Gabeira (PV), único representante do Partido Verde na Câmara dos Deputados.

A revolta dos verdes explodiu nessa quinta-feira, no encerramento do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Curitiba (PR). Os cerca de 600 participantes aprovaram uma moção de repúdio ao deputado verde.

Gabeira é relator do projeto do governo federal que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. As unidades de conservação são os parques nacionais, reservas biológicas, florestas nacionais e reservas exarbitrárias, por exemplo, que ocupam cerca de 5% do território brasileiro.

A acusação é a de que Gabeira distorceu os objetivos do projeto e quer usar as unidades de conservação para a reforma agrária. A moção deve ser encaminhada esta semana ao presidente Fernando Henrique e aos presidentes da Câmara, Michel Te-

mer (PMDB-SP), e do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

"Queremos a suspensão da tramitação desse parecer, feito de forma irresponsável", protesta o coordenador do encontro, o engenheiro florestal Miguel Milano, professor da Universidade Federal do Paraná e diretor técnico da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

HOMENS FORA

Milano e o grupo de ambientalistas que participou do Congresso defendem que as unidades de preservação de uso indireto (parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas) sejam vedadas a seres humanos.

"A presença humana nessas áreas implica em alterações nos ecossistemas e uma série de problemas. Coloca em risco a segurança do país do ponto de vista da conservação da biodiversidade. Devem existir espaços do território nacional sem a presença de população humana, para que as coisas aconteçam naturalmente, evoluindo ou se extinguindo", defende Milano.

O entendimento é que toda a presença humana deve ser varrida dessas áreas de conservação, mesmo que es-

tejam lá há 20 anos ou mais. "Quando vai se construir uma barragem ou uma estrada, essas famílias são indenizadas e retiradas. Quando se quer conservar, a regra não vale", questiona.

O substitutivo de Gabeira abre espaço para que pessoas que já estão instaladas possam permanecer no lugar, como forma de ajudar a cuidar destas áreas.

MAOS VERDES

Segundo Milano, o projeto original foi discutido em 1988 a 1992, no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que reúne representantes do governo e da sociedade e a instância máxima de decisão do Ministério do Meio Ambiente. O projeto, diz, já estava maduro, pronto para a aprovação, antes de cair nas mãos do verde-Gabeira.

"Depois de certo consenso, o texto foi encaminhado ao Congresso pelo governo. Está tramitando lá desde 1992 e tem sido sistematicamente piorado por interesses políticos", acusa.

Mas as críticas de Milano e seus companheiros não são unânimes em relação aos ambientalistas. Organizações como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA) assinam embaixo do substitutivo de Gabeira.

"A visão moderna da conservação ambiental não exclui o homem. Não podemos manter posição ana-

crônica de 40 ou 50 anos atrás", defende o diretor executivo do WWF, Carlo Batemanian.

A idéia, segundo ele, não é que haja gente vivendo em todos os parques, mas também é descartada a simples expulsão dos moradores. "Se esta gente for expulsá, pode ir morar do lado de fora do parque e voltar para caçar, ao passo que se os moradores ficam, podem ser treinados para trabalhar como guias turísticos, vender artesanato e desenvolver outras atividades. Dessa maneira, a sociedade local passa a ter interesse na conservação do parque", diz.

Esta fórmula já funciona com sucesso em parques como o da Chapéada dos Veadeiros, em Goiás, a 290 quilômetros de Brasília.

Gabeira conta que tentou harmonizar interesses absolutamente opostos: "Havia um lado antropocêntrico e outro ecológicamente radical. O texto e no sentido de equilibrar esses pontos de vista", diz.

O projeto, já aprovado na Comissão de Meio Ambiente, está pronto para ser votado no plenário. Mas o governo não tem interesse em aprovar o texto atual: a equipe econômica faz restrições aos gastos com as desapropriações.

Com isso, pelo menos por enquanto, não há vencedores entre os grupos verdes. Quem continua com vantagem são os maduros que mandam no diáfragma.

Fernando Gabeira: "Procurei ouvir os grupos e harmonizar os interesses".

CIENCIA

Pesquisa perde dinheiro e ganha superlaboratório

Marcelo Leopoldo
Escritor especial

e moléculas pesquisados. Os cientistas acreditam que essa é a forma mais avançada de observar o que ocorre no interior dos materiais.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), instituição à qual o LNL está vinculada, acredita que das pesquisas poderão surgir novos materiais mais econômicos e que preservem melhor a natureza.

Camplinas — O presidente Fernando Henrique Cardoso inaugurou, nesta cidade, no interior de São Paulo, o Laboratório Nacional de Luz Sincrotron (LNLS), que levou seis anos para ser construído e custou R\$ 70 milhões. O instituto é o único existente no gênero em todo



INFORME PUBLICITÁRIO

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CARTA ABERTA

Ilmo. Sr.
Dr. Roberto Marinho
D.D. Diretor Presidente das Organizações Globo
Rio de Janeiro (RJ)

Sr. Presidente,

O programa "Fantástico" exibido na noite de 16 de novembro p.p. apresentou uma reportagem com denúncias sobre irregularidades na cobrança de serviços prestados a acidentados cobertos pelo obrigatório de danos pessoais causados por automóveis.

A matéria, de indiscutível valor para a sociedade, resvalou; no entanto, em um erro que não podemos aceitar, seu tom



COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

CEB 001.001.000000111

Companhia Aberta

COMUNICADO

A Companhia Energética de Brasília - CEB comunica aos seus consumidores que o fornecimento de eletricidade no Distrito Federal não está ameaçado em função das paralisações setoriais promovidas desde o dia 17 de novembro pelo Sindicato dos Eletricistas (SINERGIA), decorrente de processo de

HISTÓRIA

O cenário do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, escapou por pouco de se transformar em monótona plantação de soja. A idéia de homenagear o escritor Guimarães Rosa e ao mesmo tempo proteger o ecossistema, formado por veredas e chapadões do Cerrado na margem esquerda do Rio São Francisco, nasceu dos Conservacionistas Mineiros. O Parque foi criado conforme Decreto nº 97658, assinado pelo Presidente da República, em 12 de abril de 1989. As justificativas para a criação do Parque basearam-se na inexistência de Unidade de Conservação na área que contemplasse os ecossistemas que compõem os Gerais, que constituem a última grande fronteira de ocupação humana do Brasil extramazônico. Os cerrados ocupam 1/4 da área do Brasil e apenas 0,6% de sua área estava protegida por Unidades de Conservação até a criação do Parque Grande Sertão Veredas.

AO SEU ALCANCE UMA PAISAGEM DE RARA BELEZA

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas fica situado na região Sudeste do Brasil, a Noroeste do Estado de Minas Gerais. Com uma superfície de 83.364 ha, abrange os municípios de Formoso/ Januária e Atrinos em MG. Distante de Belo Horizonte 751 Km, o Parque poderá ser alcançado via BR 040, passando pelo município de Paraopeba. No trecho de Curvelo entrar na BR 135 e seguir até o município de Montes Claros. Prosseguir na BR 135 até a MG 202 em direção ao município de São Francisco. Atingindo este município a travessia do Rio São Francisco é feita de balsa. Seguir em estrada de terra até a Vila dos Gaúchos. Daí o Parque poderá ser facilmente alcançado após 5 Km.

Os Parques Nacionais são áreas delimitadas que, por suas belezas naturais e culturais devem ser preservadas. Os principais objetivos desses Parques são a preservação ecológica, a proteção de espécies raras da fauna e da flora, a proteção de recursos hídricos (rios, nascentes e cachoeiras) e das formações geológicas; além da promoção da educação ambiental, de estudos e pesquisas científicas e a conservação de valores culturais, históricos e arqueológicos.

COMO VISITAR UM PARQUE

Para seu conforto e segurança obedeça sempre as seguintes normas quando visitar um Parque Nacional:

- 1) Não colha plantas nem flores, fotografe-as. Também não colha frutos, sementes, ramos, mudas ou lenha para fogo;
- 2) Não escreva, desenhe ou danifique elementos naturais e instalações do Parque;
- 3) Não persiga e nem moleste os animais, fotografe-os;
- 4) Não traga para o Parque cães, gatos ou qualquer outro animal;
- 5) Não entre no Parque com armas de fogo, facões, explosivos, anzóis, machados, bebidas alcoólicas e tintas;
- 6) Trafegue sempre em baixa velocidade, inferior a 40 Km/h, evitando o uso de buzina;
- 7) Caminhe sempre pelas trilhas e se locomova com cuidado em períodos de chuvas fortes e nevoeiro;
- 8) Evite sujar o Parque. Não jogue lixo nas trilhas e dependências diversas. Use sempre os latões e sacos plásticos apropriados;
- 9) Siga os horários estabelecidos pela Administração e as orientações dos Guardas-Parque.



Coordenação: NEA - Núcleo de Educação Ambiental
Arquivo Ibama

PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS



IBAMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Superintendência Estadual em Minas Gerais
Av. Contorno 8121 - Cidade Jardim
CEP: 30110-120 Belo Horizonte/MG
Tel: (031) 291-6588
Fax: (031) 335-9955 e 335-9212

Sede Provisória do Parque
Vila Colônia do PADS
Distrito: Serra das Araras
CEP: 30300-000 - São Francisco/MG
Fone: (031) 631-1257/ 531-1181 R.219

CONDIÇÕES DE APOIO OFERECIDAS

Os candidatos receberão:

- pequena ajuda de custo para uma passagem (de ônibus) de ida e volta do local de origem até o Parque (e vice-versa) e alimentação básica (disponibilidade reduzida de recursos);
- estadia na sede (alojamento/escritório) da FUNATURA dentro do Parque, em quartos confortáveis para até quatro pessoas (casa equipada com móveis, geladeira e fogão a gás, luz elétrica de gerador a diesel por quatro horas/noite, toda telada e água encanada);
- transporte, em jipe Toyota, para as atividades no local dos trabalhos e ida e volta até o ponto de ônibus;
- serviço de guia para percursos novos e para pesquisadores;
- orientação/assistência integral da Equipe da FUNATURA, responsável pelo Programa GSV; material bibliográfico, inclusive relatórios de levantamento dos recursos do Parque, e infra-estrutura e materiais da sede da FUNATURA, em Brasília, para candidatos que possam custear suas despesas nesta Cidade.

COMO ESTÁ DESENHADO O PROGRAMA GSV

O Programa GSV tem como objetivo principal a proteção do PARN-GSV, através da conservação, da biodiversidade; o manejo sustentável dos recursos naturais do Cerrado na região e o resgate e o incentivo da cultura regional dos ocupantes dos Gerais. As ações baseiam-se nos componentes filosóficos do Programa, que são: 1) proteção do Parque; 2) conscientização ambiental das comunidades locais em relação ao Parque e 3) o envolvimento das comunidades através de sua mobilização e seu fortalecimento.

Por sua vez, o processo de conscientização ambiental está sendo conduzido através de quatro estratégias básicas: 1) agricultura e parque (produtividade, conservação, de solos e microbacias; e difusão de técnicas simples de agricultura alternativa); 2) saúde

e parque (higiene, plantas medicinais, medicina tradicional e tratamentos populares); 3) educação não-formal e parque (atividades com crianças das escolas rurais e localidades vizinhas, recreação, música, competições e comemorações ambientais) e 4) ação participativa e fortalecimento das comunidades locais, através de reuniões informais com adultos.

COMO CONTATAR A FUNATURA

Informações adicionais e/ou envio da ficha de inscrição favor contatar, em Brasília/DF:

Lourdes M. Ferreira
Ecóloga, M.Sc. - Coordenadora do Programa GSV
FUNATURA - Fundação Pró-Natureza
SCLN 107 - Bloco B - Salas 201/211
70743-520 - Brasília/DF
Telefone (061)274.5449 - Fax (061)274.5324

Elaboração

Equipe Técnica do Programa GSV/FUNATURA:
Lourdes M. Ferreira - Ecóloga, M.Sc., Coordenadora; Angelo Sartori Neto - Engo. Florestal; José F. Melo Júnior - Engo. Agrônomo; Rildo E. de Souza - Engo. Florestal e Sandra M. S. Guapyassú - Bióloga.

Realização


fundação pró-natureza

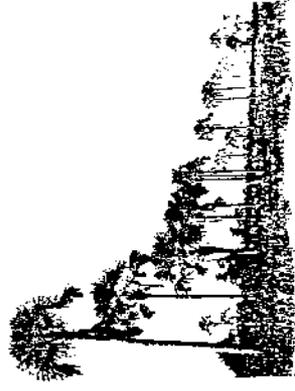
Apoio

FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO



DE PROTEÇÃO À NATUREZA

Av. Rui Barbosa, 3.450 - Afonso Pena
83065-260 - São José dos Pinhais/PR
Telefone: (041)283-1603 - R/396 - FAX: (041)283-5575



PROGRAMA
GSV

GRANDE SERTÃO VEREDAS

CAPACITAÇÃO E
VIVÊNCIA AMBIENTAL

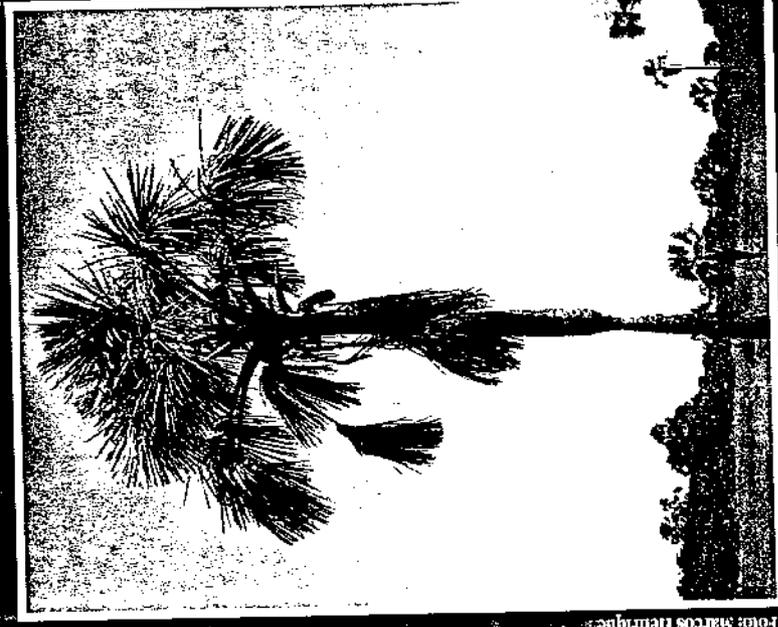


Foto: Marcos Henrique

Brasília - Agosto - 1995



FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA: FUNATURA
PROGRAMA GRANDE SERTÃO VEREDAS
10ª REUNIÃO MENSAL DE GUARDAS - PARQUES

LOCAL: Parque Nacional Grande Sertão Veredas
Sede da FUNATURA na Rio Preto

DATA: 27 de julho de 1996 — INÍCIO: 13:00h FINAL: 17:30h

PROGRAMA

- 00 — 12:00h — Chegada dos Guardas-parques e Assinatura de Documentos
- 00 — 12:45h — Almoço Servido pela FUNATURA
- 45 — 13:00h — Organização do Espaço do Almoço para a Reunião
- 00 — 13:05h — Abertura da Reunião: Lourdes Ferreira - Coordenadora do Programa GSV/Funatura
- Cesar Victor do Espírito Santo - Superintendente Executivo da FUNATURA
- 15 — 13:15h — Apresentação de Todos os Participantes
- 5 — 13:30h — Palestra: "Tênia ou Canjiquinha?" — Márcia R. Lopes
Nina Nazario e Renata M. Salles
- 30 — 13:45h — Apresentações: "O Que é Que o Cerrado Tem?" — Guiar-
me de L. Brito, João Ronaldo V. Ferreira e
Nadcella Monteiro
- 15 — 14:15h — Apresentação de Uma Experiência de Cada Guarda-parque
- 15 — 14:30h — Intervalo para Assinatura da Lista de Presença
- 00 — 14:45h — Apresentação: "Preserve a Farmácia Viva" — Lillian B.
Viana da Silva, Rosimeire M. Gobina e Roxana
C. M. Gobina
- 5 — 15:00h — Apresentação Livre do Superintendente Executivo da Funatura
- 00 — 15:10h — Assuntos Administrativos e de Pessoal — Lourdes Ferreira
- 00 — 15:30h — Revivendo o Assunto dos Sanitários das Residências dos Guardas-parques — Sandra Guapyassi
- 00 — 16:15h — Intervalo e Lanche
- 5 — 17:15h — Apresentação de Música e Dança Regional pelos Guardas-parques
- 5 — 17:30h — Encerramento, limpeza do local e Fotografia do Grupo

PARA TODAS AS PESSOAS QUE SE VINCULAREM, SOB QUALQUER FORMA, A SEUS TRABALHOS NA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS

- 1)- Trate sempre com respeito, educação e bons modos os colegas, pessoas das comunidades locais, guardas-parques e autoridades em geral.
- 2)- Seja gentil e educado(a); exercite sempre o uso de palavras como "com licença", "por favor" e "obrigado(a)".
- 3)- Vista-se com simplicidade e discrição.
- 4)- Procure gravar os nomes das pessoas às quais é apresentado(a); dirigir-se a estas pelo nome é sinal de educação, consideração e respeito, o que é muito gratificante, especialmente para as pessoas mais simples.
- 5)- Nas visitas aos moradores das comunidades locais, nunca entre pela porta dos fundos, mesmo que os moradores se encontrem nos arredores da porta da cozinha; espere que eles entrarão pela casa e o(s) receberá pela porta da sala.
- 6)- No contato com as pessoas da região, use um linguagem simples e de fácil entendimento; observe a Equipe do Programa GSV; se usar uma palavra mais difícil, use em seguida um sinônimo simples para não agredir e nem demonstrar desrespeito às pessoas e para se fazer entender.
- 7)- Ao cumprimentar os moradores locais, não os beije no rosto, este tipo de saudação não é comum entre eles; use o clássico aperto de mãos.
- 8)- Jamais visite, especialmente em trabalho, as pessoas da região de trajas sem camisa e usando bermudas, shorts, saias curtas, chinelos, blusas curtas ou cavadas e roupas e adereços suntuosos; isto é considerado falta de respeito, agressivo, não-condizente com a postura das pessoas da região e nem da FUNATURA.
- 9)- Nas visitas às pessoas da região, não tente comprar farinha, esteiras, frutas, rapadura e outros, pois a tendência é as pessoas, para lhe agradar, insistir que você leve tais produtos como um presente, portanto, gratuitamente; isto não é justo, pois você estará convivendo com pessoas de poucos recursos e que vê na comercialização do que produzem uma chance de aumentar a renda familiar; assim, espere que elas ofereçam tais produtos à venda e, aí, você poderá comprá-los.
- 10)- Peça licença às pessoas da região para tomada de fotografias e para anotações na presença dos mesmos.

- 11)- Evite quaisquer conversas paralelas quando na presença das pessoas da região e em reuniões comunitárias.
- 12)- Seja qual for o tipo de trabalho realizado com as pessoas da região, agradeça-as pela colaboração e despeça-se ao sair, com um aperto de mão.
- 13)- Jamais aceite fazer refeições e/ou lanches nas casas das pessoas das comunidades locais. Caso sinta-se constrangido e tenha que fazê-lo, você deve retribuir com algum mantimento (açúcar, café, feijão, sal etc.).
- 14)- Carregue sempre água e lanche (tipo biscoitos), para eventuais retardos no retorno à Sede; o carro pode ter algum problema mecânico ou atolar (em areia, barrancos ou locais molhados) ou pode-se se perder nos numerosos desvios e estradas existentes.
- 15)- Traga de volta à Sede todo e qualquer tipo de lixo, mesmo restos de quaisquer alimentos e outros chamados biodegradáveis e/ou orgânicos; acondicione o lixo em sua mochila (ou similar) ou dentro do carro até chegar à Sede, onde o mesmo deverá ser depositado corretamente.
- 16)- Não são permitidos o transporte, o porte e o uso de bebidas alcoólicas dentro do Parque, inclusive na Sede da FUNATURA, ou quando estiver a serviço.
- 17)- Caso você seja fumante, procure fumar ao ar livre, pois não será permitido fumar nos quartos e nos sanitários da Sede; também, não será permitido fumar no interior dos veículos de trabalho; acondicione devidamente cinzas e pontas de cigarros nas lixeiras; jamais deixe pontas de cigarro (nem apagadas e nem acesas) espalhadas pelo Parque e arredores das residências.
- 18)- Mantenha em dia a redação do "diário/caderneta de campo" e elaboração do relatório de atividades.
- 19)- Tenha sempre à mão a agenda/caderneta de campo e seu "kit" de lápis, canetas e borracha, para anotações no momento do acontecido; não deixe as anotações para depois, evitando que os fatos venham a ser esquecidos e o acúmulo de trabalho.
- 20)- Seja companheiro e ajude sempre nas tarefas da Sede (domésticas ou não) e ajude a organizar lanches para as saídas, ajude a carregar e a descarregar o carro e guarde tudo limpo nos devidos lugares, quando do retorno das saídas de campo.
- 21)- Respeite a "lei do silêncio" à noite, na hora de dormir, e quando se levantar mais cedo que os demais, especialmente tendo-se em vista que a casa não isola bem os sons.
- 22)- Mantenha sempre seus aposentos limpos e organizados, respeitando o espaço destinado aos demais.

23)- Mantenha sempre limpa toda a área comum da Sede (cozinha, banheiros, sala, varanda, área de serviço e depósitos) e seu entorno.

24)- Lave copos e demais utensílios que usar fora dos horários das refeições, pois estas obrigações são divididas entre todos somente nas principais refeições.

25)- Mantenha os vasos sanitários sempre fechados; sua tampa foi criada por uma questão de higiene, pois evita-se que insetos pousem em sua parte interna e depois pousem sobre alimentos, utensílios e objetos pessoais, ainda, evita-se a queda de objetos em seu interior; também tem o lado estético, é muito mais elegante uma vaso sanitário fechado, que aberto.

26)- Caso não tenha, adquira o hábito de jogar o papel higiênico usado no vaso sanitário; é muito mais higiênico e saudável; assim, evitará que insetos que os toquem nos cestos de lixo vá tocar alimentos, utensílios e objetos pessoais; evitará que doenças e odores desagradáveis se espalhem e evitará a poluição visual, pois também é desagradável a visualização da cena de um cesto com papel higiênico usado.

27)- Mantenha sempre fechados os ralos da casa, especialmente aqueles dos sanitários, pois há risco do aparecimento de escorpiões, além de baratas e outros insetos.

28)- Mantenha as portas teladas sempre fechadas; é ilusório pensar, acreditar ou afirmar que estas dificultem a passagem de ar e aumentem o calor dentro da casa - elas foram colocadas para aumentar a higiene dos aposentos (evitam moscas, pernilongos, mosquitos e outros insetos dentro de casa) e dar mais conforto para quem os ocupa.

29)- À noite, as lixeiras externas (as grandes) devem ser guardadas sempre dentro do depósito (e não da despensa) e este deve ter sua porta fechada, para evitar a atração de animais silvestres e quaisquer outros problemas.

30)- Tenha sempre um "kit" pessoal de primeiros-socorros com analgésicos, mercúrio-cromo, antidiarréico, remédio para picada de insetos, algodão, água oxigenada etc., especialmente medicamentos com os quais está acostumado(a).

31)- Não empreste aos moradores qualquer equipamento ou material pertencente ao Programa GSV; em caso de dúvida, fale com a Coordenação de Campo.

32)- O uso de materiais e equipamentos do trabalho por razões pessoais não é permitido.

33)- Caso saia para dar um passeio, fazer uma caminhada, correr etc., próximo à Sede, comunique aos colegas a direção que tomar.

- 34)- Não fixe velas acesas nas janelas, bancadas dos lavatórios, caixa de descarga dos vasos sanitários, móveis etc. - use sempre um vidro grande como suporte.
- 35)- Nunca deixe livros, cadernos, agendas, papéis em geral e outros materiais de uso pessoal ou em uso sobre os sofás na sala, eles são para se sentar e não para acondicionar materiais.
- 36)- Ao manusear quaisquer materiais, coloque-os de volta em seus lugares (sal, açúcar, martelo, alicate, bibliografia, extensor etc.).
- 37)- Não é permitido retirar quaisquer materiais da Sede para outros lugares, como carregar toalhas para banhos em rios, cobertores e lençóis para saídas noturnas etc.
- 38)- Evite bater com os lampiões, especialmente ao colocá-los sobre qualquer superfície, pois as camisas desprendem-se com facilidade, tornando-se imprestáveis para uso após cair.
- 39)- Ao partir, deixe seus aposentos limpos:
- a)- desfaça a cama e cubra-a com as colchas, conforme instruções recebidas;
 - b)- dobre a roupa de cama e banho (se pertencentes à FUNATURA) e lave-as ou entregue-as para serem lavadas, deixando o pagamento de tal serviço com a Coordenação de Campo;
 - c)- retire o lixo do sanitário que usou durante sua permanência na Sede da FUNATURA, acondicione-o devidamente (no aterro ou conforme instruções recebidas) e coloque novo saco de lixo na lixeira;
 - d)- retire restos de cabelo dos lavatórios e ralos e feche-os e
 - e)- não deixe restos de sabonete, xampu, palitos de fósforo, creme para cabelo e outros no box do chuveiro, nas janelas e nem em qualquer outra parte dos banheiros.
- 40)- Ainda, antes de partir, deixe seu depoimento no livro de visitantes.
- 41)- Em quaisquer casos de dúvida, peça ajuda à Coordenação de Campo ou a um dos componentes da Equipe GSV, que estarão sempre prontos para lhe orientar.

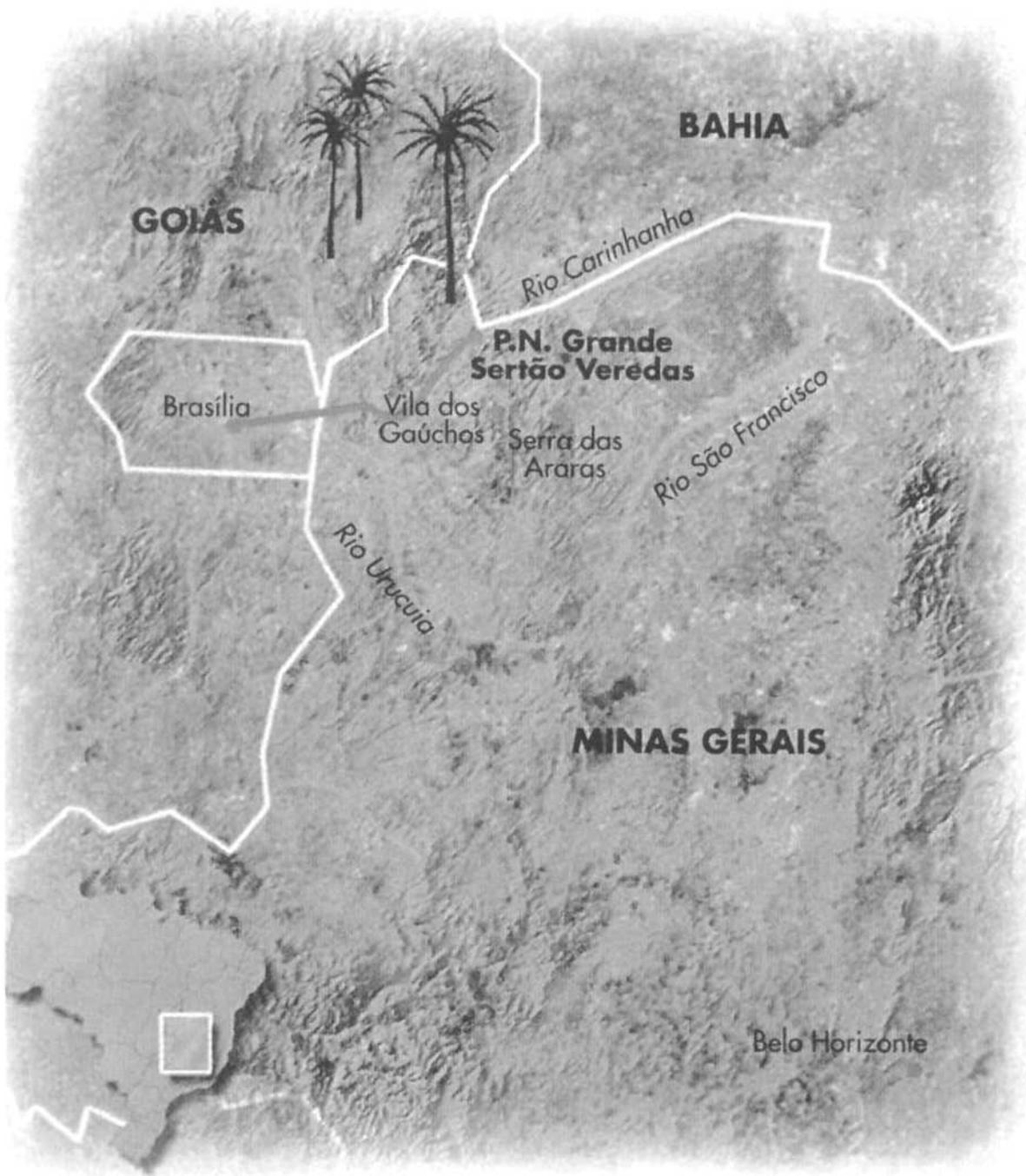
AGRADECEMOS SUA COMPREENSÃO E COLABORAÇÃO.

ESPERAMOS QUE VOCÊ SEJA UM AGENTE MULTIPLICADOR DE NOSSAS IDÉIAS E FILOSOFIAS - DIVULGUE O QUE APRENDEU CONOSCO!

DESEJAMOS-LHE MUITA SORTE EM SUAS NOVAS EXPERIÊNCIAS!

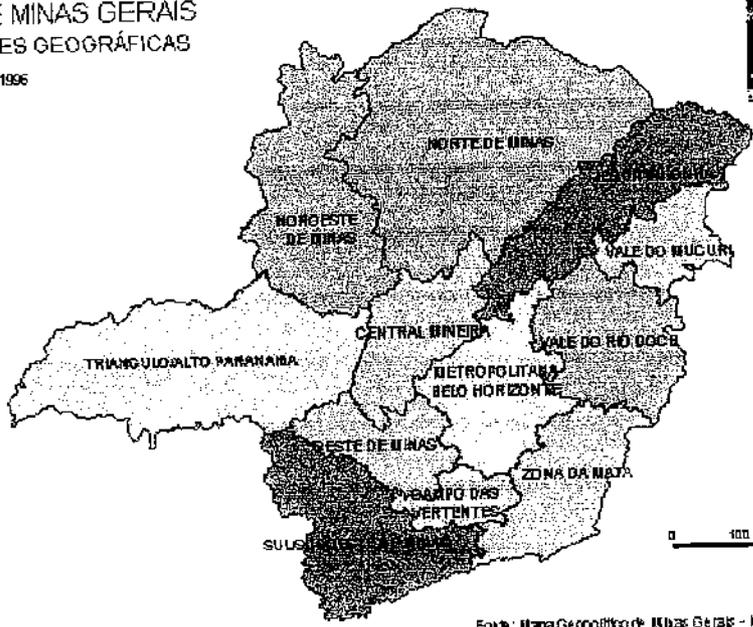
Agosto/95

ANEXO B



ESTADO DE MINAS GERAIS
MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS

1996

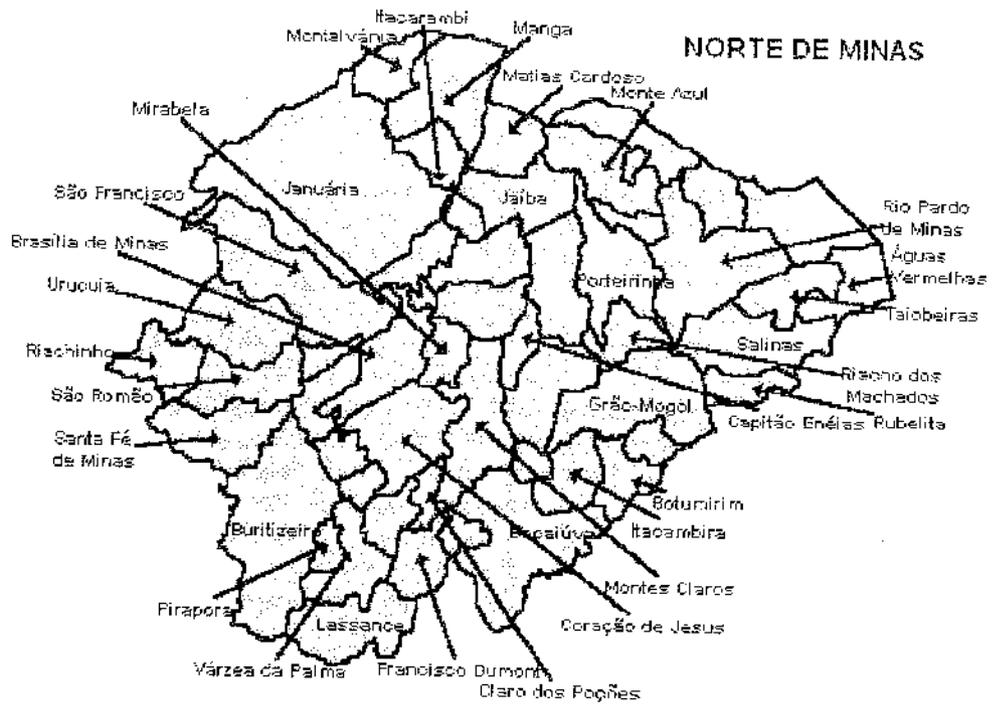


Fonte: Mapa Geopolítico de Minas Gerais - IDA/CETEC - 1994
Digitalização: Assessoria da Secretaria Geral do Governador

NOROESTE DE MINAS



NORTE DE MINAS



Afluentes de Memória: Itinerários, Taperas e Histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Andréa Borghi Moreira Jacinto

setembro de 1998

Errata

- Na página 07, primeiro parágrafo, linha 04, **onde se lê**: “reservas biológicas e estações biológicas”, **leia-se** “reservas biológicas e estações ecológicas”
- Na página 11, primeiro parágrafo, linha 06, **onde se lê**: “em critérios eminentemente políticos, científicos e técnicos”, **leia-se** “em critérios eminentemente científicos e técnicos”.
- Na página 12, segundo parágrafo, linha 05, **onde se lê**: “viés conservacionista privilegiado”, **leia-se** “viés preservacionista privilegiado”.
- Na página 15, nota 31, linha 04, **onde se lê** “ideal edêmico”, **leia-se** “ideal edênico”.
- Na página 22, segundo parágrafo, linha 03, **onde se lê** “conservacionistas brasileiras”, **leia-se** “preservacionistas brasileiras”.
- Na página 31, nota 76, **onde se lê** “Parque Nacional Grande Sertão: Veredas”, **leia-se** “Parque Nacional Grande Sertão Veredas”

Bibliografia

- as obras que têm IBAMA ou CDCMAM como indicação de autor nas notas de rodapé, estão indicadas na bibliografia final como BRASIL na referência de autor.

- As seguintes obras devem ser adicionadas à bibliografia final:

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. Redescobindo a Família Rural in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 01, no. 01, 1986. Pp. 66 - 83

MAGALHÃES, Clarissa. *Minhas Gerais*. Mimeo, 1996.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

TURNER, V. *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974

_____ *Schism and Continuity in an African Society: a study of Ndembu Village life*. Manchester: Manchester Univ. Press, 1968.

ZANIN, Elaine L. “A questão do Destino: Riobaldo e a mitologia”; “O Imaginário de si mesmo - Um sentido de Destino. João Braço - Um garimpeiro”; “Um homem Chamado João”. Mimeo, 1996.